

Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo

(RPP 06 – 0004/2009)

Proposta pelo Vereador Roberto Tripoli (PV),
através do Requerimento 06-0004/2009,
aprovado em 18 de fevereiro de 2009 e publicado
dia 19/02/2009 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo

Presidente: Roberto Tripoli (PV)

Relator: Aurélio Miguel (PR)

Vice-Presidente: Bispo Atílio Francisco (PRB)

Ítalo Cardoso (PT)

Gilberto Natalini (PSDB)

Índice

Capítulo I – Domésticos e Domesticados.....pág. 4

1. Leitura do Relatório Preliminar.....pág. 4
2. Vereadores vistoriam o CCZ e comprovam descaso e maus-tratos.....pág.10
3. Sofrimento dos animais: vereadores consternados.....pág. 12
4. Em pet shops, descumprimento de leis e animais sofrendo.....pág. 15
5. Presidente do CRMV-SP: “Covisa deveria fiscalizar pet-shops”pág. 18
6. Vereadores exigem fiscalização rigorosa em pet shops.....pág. 36
7. Tripoli cobra cumprimento de promessas da Secretaria da Saúde.....pág. 42
8. Mutirões de castração e microchip são temas da Anclivepa.....pág. 46
9. PROBEM começa com uma série de propostas inovadoras.....pág. 51
10. Alimentação vegetariana:
boa para a saúde humana e para o Planeta.....pág. 68
11. Cavalos recolhidos no CCZ: até alimentos
e medicamentos são bancados pela ONG Anjo dos Cavalos.....pág. 98
12. Lei que proíbe carroças nas ruas não vem sendo cumprida.....pág. 111
13. CCZ: muitos números alarmantes
sobre o abandono e novas promessas.....pág. 115
14. PROBEM é tema de debate novamente: mais promessas.....pág. 130

Capítulo II – Silvestres Nativos e Exóticos.....pág. 136

1. A Divisão de Fauna.....pág. 137
2. ONGs revelam a barbárie que atinge a fauna silvestre: tráfico, comércio (legal e ilegal), cativeiro doméstico, desmatamentos, falta de políticas públicas, uso em circos.....pág. 148

2.1. SOS FAUNA**Animais Silvestres: bastidores do tráfico e o drama da destinação.....pág. 152****2.2. Projeto Mucky****A inadequação de primatas como pets
e os impactos nas áreas urbanas.....pág. 159****2.3. Associação Mata Ciliar****A importância da conservação ambiental na preservação da fauna e da vida
humana.....pág. 166****2.4. Pró-Animal****A Questão Animal no Ambiente Urbano – Fauna Silvestre
e a Saúde Ambiental.....pág. 171****2.5. GAP-Brasil****O sofrimento e a dor dos grandes primatas e de outros exóticos comprova a
inadequação do uso de animais em circos.....pág. 178****3. Fiscalização dos agravos à fauna em
grandes obras deixa a desejar.....pág. 184****4. Ibama demonstra dificuldade de reprimir o comércio ilegal e constada:
legalização não vem combatendo o tráfico de silvestres.....pág. 187****5. Polícias revelam crescimento do tráfico,
admitem falta de ações conjuntas e dificuldades operacionais.....pág. 201****5.1. Polícia Militar Ambiental demonstra crescimento do tráfico e das
apreensões de animais silvestres.....pág. 201****5.2. Guarda Metropolitana Ambiental admite falta total de estrutura atuar
efetivamente com fauna silvestre.....pág. 208****5.3. Polícia Civil: atuação pontual.....pág. 210****6. Fim da comercialização: Lista Zero, já!.....pág. 215****7. Criadores comerciais de silvestres desqualificam afirmações do Ibama e
defendem incentivo oficial para suas atividades.....pág. 223****Capítulo III – Conclusões e Recomendações.....pág. 244****Participantes.....pág. 256**

Capítulo I

DOMÉSTICOS E DOMESTICADOS

1. Leitura do Relatório Preliminar

1ª. Reunião da Comissão de Estudos, em 19 de março de 2009, leitura do relatório preliminar no que se refere aos domésticos, cães e gatos:

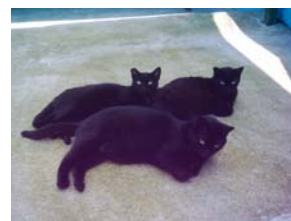
“... um panorama da situação da fauna na cidade de São Paulo”.

PREDOMINA O CAOS

A situação da fauna na cidade de São Paulo pode ser considerada caótica, sobretudo nos últimos dois anos e, principalmente, em relação aos DOMÉSTICOS (cães e gatos) e DOMESTICADOS (como os cavalos).

Depois de experimentar enormes avanços nos anos de 2001 a 2003, o trato dos animais domésticos voltou a apresentar tremendos retrocessos e hoje a situação é caótica, principalmente porque desde o advento da LEI ESTADUAL 12.916/08, que proíbe o sacrifício de animais pelos CCZs em todo o Estado, nada se fez de efetivo para ampliar ações de controle reprodutivo e de educação para a propriedade responsável, bem como o registro e identificação em massa, minimizando a situação do abandono, dos maus-tratos, controlando a irresponsabilidade de um grande número dos proprietários de cães e gatos, que ainda descartam animais como se fosse lixo.

A cidade atualmente percebe a gravidade da situação, com moradores dos mais variados bairros queixando-se do excesso de cães abandonados, visíveis maus tratos (apedrejamentos, ferimentos, atropelamentos), formação de matilhas, incômodos provocados por brigas e latidos, agressões ou ameaças para transeuntes. Na contrapartida, o CCZ sempre alega que nada pode fazer, pois está com seus canis e gatis lotados.



Também com esta alegação de canis e gatis lotados e falta de efetivo para atuar, o CCZ está falhando na fiscalização da LEI DO COMERCIO, a lei 14.483/07 – alega não ter como fiscalizar as lojas que vendem animais, pois além de ter poucos funcionários não tem como realizar eventuais apreensões, por causa da lotação e por não estar preparado para receber filhotes (que poderiam adoecer, contaminados por diferentes doenças).

Pior: com isso, o CCZ também não vem participando das blitzes que buscam coibir as feiras ilegais de animais realizadas em praças, ruas, avenidas (esta fiscalização, também conforme a lei 14.483/07, a Lei do Comércio, deve ser feita pelas SUBPREFEITURAS, que podem acionar o CCZ quando for o caso de alguma apreensão. Mas o CCZ não vem participando das blitzes).

Um grupo de protetores independentes tem atuado de forma muito incisiva nesta questão – buscando provocar o efetivo cumprimento da Lei do Comércio, nas pet shops, bem como o fim da venda ilegal em ruas, praças, avenidas.

A Comissão pode chamar representantes destes protetores independentes, que inclusive possuem centenas de fotos de CÃES DE RAÇAS ABANDONADOS e recolhidos em situação lamentável nos últimos meses. É importante convidar, ainda, representantes do Sindilojas, Sindicato que reúne os pet shops e cujos representantes várias vezes, declararam-se dispostos a incentivar as pet shops a cumprirem a lei, mas aparentemente isso não vem ocorrendo efetivamente.

A Comissão de Estudos pode ouvir, também, o presidente do CRMV-SP que acaba de lançar uma campanha em toda a cidade (pela mídia do metrô), visando promover os estabelecimentos regularizados perante este Conselho, estimulando a população a frequentá-los; bem como coibindo os irregulares que podem ser denunciados no site do Conselho.

No site do CRMV-SP, está disponibilizado um mecanismo que permite ao usuário verificar se determinada pet shop ou outro tipo de estabelecimento está regularizado perante este órgão -- quer dizer, se tem médico veterinário responsável. O Presidente do CRMV-SP, Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, já declarou que está disposto a combater o comércio ilegal de animais domésticos, os canis irregulares, bem como os estabelecimentos irregulares onde animais não são tratados convenientemente. Cabe lembrar que é grande o número de animais feridos, mutilados ou até perdidos em pet shops - onde os donos deixam seus animais para tomar banho ou tosar e não sabem que os profissionais não estão preparados para cuidar decentemente de cães e gatos e que, em caso de problemas, algumas lojas denominadas “banho e tosa” não possuem médico veterinário responsável.

É fundamental, ainda, ouvir as subprefeituras, principalmente a de Santo Amaro, que vem cumprindo a lei à risca e coibindo vendas nas ruas, sobretudo na Avenida Bandeirantes; e também a Subprefeitura da LAPA, que em várias oportunidades, durante 2008, deixou de cumprir a lei, e coibir a grande feira ilegal que normalmente acontece na frente da Cobasi do Jaguaré (perto do Parque Villa Lobos).

LEI 13.131/01: DA REVOLUÇÃO AO ABANDONO

Quanto ao cumprimento da **LEI 13.131/01**, a conhecida Lei da Propriedade Responsável de Cães e Gatos, uma lei que revolucionou o trato dos animais domésticos na cidade de São Paulo, a Secretaria da Saúde/COVISA/CCZ tem deixado muito a desejar.

No caso do **PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS**, o que se tem hoje é um arremedo de programa, com 4 (quatro) ONGs trabalhando em mutirões na periferia, de forma absolutamente precária e sem a infra-estrutura necessária, e sem apoio efetivo do poder público; além de 5 (cinco) clínicas veterinárias que recebem e castram animais previamente inscritos no CCZ. Vale recordar que, entre o final de 2001 e meados de 2008, as cinco ONGs que eram conveniadas com a Prefeitura, castraram 172 mil animais (cães e gatos, machos e fêmeas), beneficiando áreas periféricas e conseguindo mudar conceitos e introduzir noções de propriedade responsável de animais domésticos. Depois, os convênios acabaram e houve um lapso de alguns meses sem qualquer trabalho de castração em massa, até que foram conveniadas novas ONGs e, como novidade, as clínicas.

O Gabinete do Vereador Tripoli tem recebido muitas reclamações do atual formato de atendimento nas clínicas, porque a inscrição das pessoas interessadas só pode ser feita no CCZ de Santana, que se localiza distante 30, 40 quilômetros de algumas áreas periféricas da cidade. Além disso, o controle das inscrições é bastante precário e as “cachorreiras” continuam em ação, levando dezenas de amigas para registrar animais, animais sem dono, animais em situação de lar transitório, enfim, deturpando mais ainda este precioso banco de dados, que é o RGA (para fazer a inscrição o animal deve possuir RGA ou o registro é feito na hora).

Até parece que a retomada do programa de controle reprodutivo foi feita somente “para constar”, para dar uma satisfação para a sociedade, mas de forma absolutamente precária, ineficiente, insuficiente.

Ainda sobre a Lei 13.131/01, o programa educativo **PARA VIVER DE BEM COM OS BICHOS** está praticamente paralisado. E com as velhas lamúrias: falta de verbas, falta de funcionários, falta de tudo.

Já o RGA, foi extremamente deturpado, sobretudo porque o CCZ não construiu um sistema informatizado eficiente, e assim não conseguiu coibir desvios.

Algumas pessoas, que recolhem número excessivo de animais, acabaram conseguindo registrar dezenas de cães e/ou gatos no nome de uma pessoa somente, sem que o CCZ tenha conseguido evitar essa prática. E, ainda hoje, o RGA continua sendo feito de forma descuidada, na ausência de um sistema informatizado eficiente. Por outro lado, o CCZ nada fez para atrair médicos veterinários com consultórios estabelecidos e clínicas que se disponham a funcionar como postos para a realização do registro dos animais. Todas as clínicas onde era possível registrar um animal retiraram-se do sistema, porque os médicos não tinham qualquer apoio do CCZ, tinham que se deslocar até Santana, comprar o RGA, retirar formulários e depois

providenciar a entrega dos papéis no CCZ e esperar a carteirinha para entregar para o proprietário do animal.

Vale lembrar que o **RGA – Registro Geral do Animal**, mais um avanço da lei 13.131/01, foi estipulado com a intenção de criar, em São Paulo, um banco de dados sobre os cães e gatos, ligando-os a seus proprietários, visando aumentar a responsabilidade sobre os animais abrigados pelas famílias humanas. Na época da aprovação da lei, ainda não havia uma padronização do microchip e dos leitores, o que dificultou estipular que o registro seria feito também com microchipagem – identificação definitiva para animais, usada no mundo inteiro e também empregada há quase duas décadas para animais silvestres na cidade de São Paulo.



Assim, os cães e gatos registrados em São Paulo recebem uma plaqueta, um sistema que precisa obviamente ser aprimorado seguindo a evolução tecnológica. Mesmo com a precariedade do sistema, perto de 500 mil cães e gatos foram registrados em São Paulo. A respeito de toda esta situação caótica, além de alegar problemas desde o início da vigência da lei estadual que proibiu o sacrifício de animais, a direção do CCZ vem reclamando do fato de ter sido homologado o último concurso em 2008, mas sem que os médicos veterinários aprovados tenham sido chamados é o momento. A defasagem é de pelo menos 30 profissionais entre o CCZ e Suvis (médico-veterinários já concursados e aprovados). Uma defasagem crescente, porque, segundo o gerente de CCZ, Dr. Marco Antonio Vigilato, além do número já insuficiente de profissionais, as aposentadorias são constantes.

SITUAÇÃO FÍSICA DO CCZ

Todas as inúmeras reuniões realizadas nos últimos quatro, cinco anos pelo vereador Roberto Tripoli e sua equipe, com sucessivos Secretários e Secretárias da Saúde, parecem ter sido em vão.

As prometidas salas de cirurgia nas SUVIS continuam não existindo (foi construída uma única, na CIDADE ADHEMAR, em 2006, nunca equipada nem inaugurada; consta que virou um depósito de material inservível).

Além disso, a também prometida descentralização do CCZ nunca saiu do papel e do âmbito de intermináveis discussões. Era para ser construído um na Zona Sul e outro na Zona Leste e nada.

Além disso, em 2006 houve a promessa de aumentar o Programa de Controle Reprodutivo de Animais Domésticos para atingir 10 mil castrações/mês (na época o total/mês de esterilizações cirúrgicas chegava a 2.500, através de cinco ONGs então conveniadas).

Também as baias do CCZ Santana continuam improvisadas com os cavalos e outros grandes animais sem condições de alojamento correto. O mesmo acontece com os canis e gatis, com incontáveis promessas de reforma e ampliação.

Vamos lembrar ainda que havia promessa de se construir uma ala de canis a serem destinados exclusivamente para animais recuperados e em condições de adoção. Promessas, promessas.

A COMISSÃO precisa ouvir o gerente do CCZ, Dr. Marco Antonio Vigilato; a Diretora de COVISA, Dra. Inês Suarez Romano; bem como a Dra. Osleny, do CCZ, que coordenou e sempre lutou pelo programa educativo PARA VIVER DE BEM COM OS BICHOS – aparentemente desativado. Podemos ouvir, ainda, representantes das Secretarias da Educação Municipal e Estadual, para saber como andam os programas educativos relativos à propriedade responsável de animais domésticos.

GATOS, UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA.

O crescente abandono e a falta de um controle reprodutivo efetivo, aliada à paralisação da captura, estão ampliando uma situação antiga e preocupante: enormes grupos de gatos em vida livre, sobretudo em parques, praças, cemitérios, e alguns próprios públicos ou particulares (como foi o caso da Santa Casa).

Um número imenso de pessoas alimenta esses animais, sem qualquer trabalho efetivo no sentido de implantar o controle populacional, vacinar, vermifugar os animais e, até, capturá-los para possíveis adoções. Esses gatos procriam livremente, muitos sofrem agressões ou são mortos de forma bárbara (até queimados), portanto vivem em sofrimento.



Além disso, produzem agravos para a fauna silvestre, sobretudo passeriformes, além de possíveis riscos à saúde pública, sobretudo nos parques onde existem áreas destinadas às crianças, com tanque de areia, onde gatos defecam.

Não defendemos o extermínio dos gatos, mas com certeza, passou da hora de a cidade, sobretudo o Poder Público, encarar este drama e executar ações efetivas visando o controle populacional. Até porque quanto mais gatos vivendo em áreas

públicas, com pessoas alimentando, cresce o perigo de proprietários inconseqüentes abandonarem novos animais nesses espaços. E não podemos desconsiderar todo o sofrimento de animais domésticos sem proprietário, sem um lar, expostos à ação de indivíduos desequilibrados que espancam, queimam, mutilam os gatos (e também cachorros).

Na questão dos gatos a Comissão precisa ouvir o CCZ / COVISA, para saber o que eles vêm fazendo (ou não fazendo) a respeito. Também podemos ouvir protetores de gatos (como o pessoal do ADOTE UM GATINHO), protetores sérios que não defendem a permanência de gatos procriando livremente e sofrendo em parques, praças, cemitérios. No mesmo dia, devemos trazer representantes da DIVISÃO DE FAUNA e do DEPAVE para dizer o que estão fazendo para ajudar a coibir o abandono de gatos em áreas verdes.

LEISHMANIOSE: AMEAÇA REAL DESCONSIDERADA PELO PODER PUBLICO

A Leishmaniose é uma doença causada por um protozoário chamado *Leishmania*, que é transmitida pela picada de um inseto chamado flebótomo (popularmente conhecido como mosquito-palha). É o mosquito-palha que transmite a doença de um animal para outro. É uma doença que afeta principalmente cães, mas também animais silvestres e ratos, e também humanos (sobretudo crianças e idosos desnutridos e pessoas imunosuprimidas, como os portadores do HIV).

Esta doença é grave, mas tem cura para humanos, quando ela é correta e prematuramente diagnosticada, com tempo hábil para o tratamento. Para animais, o tratamento é controverso, pois não existe garantia que o animal deixará de ser um transmissor.

Assim, esta doença já provocou enormes polêmicas e muita comoção em cidades como Araçatuba, Campo Grande, Bauru, com milhares de animais sacrificados e até ações judiciais interpostas por protetores, na tentativa de brevar o sacrifício em massa de cães.

A doença está, comprovadamente, nos arredores da Capital (Municípios como Cotia, Itapeverica da Serra, Mogi das Cruzes, Suzano, Itaquaquecetuba e Embu das Artes). Alguns outros municípios da Grande São Paulo provavelmente já foram atingidos, como São Bernardo do Campo e Ribeirão Pires. Mesmo assim, aparentemente, o Poder Público paulistano está fechando os olhos para esta grave ameaça.

A Comissão de Estudos pode ouvir a Secretaria da Saúde do Estado e do Município; e também profissionais especializados, como o Dr. Marcio Moreira e o Dr. Fabio Nogueira (este último de Araçatuba), conhecidos pesquisadores da doença e que podem trazer esclarecimentos importantes a respeito das formas de prevenção e de eventuais medidas que podem ser tomadas, ainda, antes que a doença se dissemine na maior cidade do País. Cabe observar que a periferia de São Paulo, caso a doença se dissemine, pode transformar-se num cenário absolutamente caótico e sem controle.

Nos bairros periféricos, o número de cães abandonados vagando pelas ruas é imenso e, se não se estabelecer um trabalho preventivo, urgentemente, a situação poderá fugir do controle das autoridades e obrigar a um verdadeiro morticínio de animais, além de eventuais perdas de vidas humanas. (parcial do relatório)

2. Vereadores vistoriam o CCZ e comprovam descaso e maus-tratos

Os vereadores Roberto Tripoli (PV), presidente da Comissão e Aurélio Miguel (PR), relator, e vários assessores de seus gabinetes e dos gabinetes dos vereadores Bispo Atilio e Gilberto Natalini foram conduzidos pelas dependências do CCZ, guiados pelo gerente, Dr. Marco Antonio Vigilato, que brincou muito, riu muito e garantiu que queria falar “somente das virtudes do Centro”, que é referência mundial como órgão de controle de zoonoses, por seus laboratórios, estudos, avanços. Um centro realmente de referência, mas que ainda não aprendeu a lidar com a vida de forma menos cruel. Um Centro que nada propõe, de inovador, em relação aos dramas advindos do descontrole populacional de cães e gatos na maior e mais rica cidade do País.

Nos corredores que permeiam os 135 canis individuais “de observação”, a situação de maus-tratos é evidente. 135 canis-celas, espaços minúsculos, escuros, onde nenhum raio de sol penetra. Canis que são lavados sem que os animais sejam retirados.

Animais que vão perdendo, aos poucos, à vontade de viver. Olhares repletos de apelos; outros, de um vazio incômodo, o vazio das criaturas que desistem de lutar pela vida. Alguns cães demonstram sinais evidentes de desespero, estresse. Giram sem parar no entorno do próprio corpo. Alguns (poucos) rosnam mostrando os dentes, babam, expressam sua dor de forma violenta. Outros uivam. Outros permanecem imóveis, com a cabeça e a calda apertadas nas paredes frias do canil. Desistiram até de latir. Os maiores, de grande porte, mal conseguem se virar nos minúsculos compartimentos-celas. Nota-se uma grande quantidade de cães visivelmente deturpados emocionalmente, pela dor, pelo sofrimento, pela solidão, pela falta de espaço e esperança. Vidas que certamente serão perdidas. Vítimas da reprodução indevida, do abandono, do descaso da sociedade e do Poder Público.

Muitos dos animais estão nessa situação há dois, três meses ou mais. Sobretudo Pit Bulls. A maioria desses canis-celas é ocupada por cães da raça Pit Bull ou seus mestiços, a raça fabricada e deturpada por humanos. Uma raça difícil, complexa, de cães personagens de um drama nunca encarado. Vidas atiradas no bueiro do descaso. Além dos “Pitts”, cães e cadelas das raças Rottweiler, Boxer, e até um poodle e tantos mestiços.

A lei estadual que proíbe o sacrifício de animais sadios no CCZ permite a eutanásia – para os cães e gatos com laudo de doença irreversível, física ou emocional. O CCZ tem como regra não colocar cães da raça Pit Bull para adoção. São considerados perigos em potencial, doentes mentalmente, portanto. Ficam à espera dos três meses

em que a socialização deveria ser tentada, conforme reza a lei estadual. Mas não existe este trabalho e nem existe forma de comprovar se o animal realmente é um pit Bull, ou American Pit Bull Terrier ou de raça assemelhada. O certo é que eles sofrem, dias, noites, semanas a fio, trancafiados nos canis individuais. Longe de tudo, de todos. À espera da morte anunciada.

E os cães ainda convivem com ratos, muitos ratos. Uma pia de aço inox existente na proximidade dos canis estava repleta de fezes de ratos. “O que é isso doutor? São fezes de ratos em pleno Centro de Controle de Zoonoses, órgão responsável pelo controle de roedores na cidade?”, perguntou o vereador Tripoli ao gerente de CCZ. Dr. Vigilato garantiu; “não são ratazanas de esgoto, são ratos de telhado, impossível controlar”. “Mas aqui – insistiu o vereador – não deveriam saber controlar esses ratos. E os cães, como ficam?” O gerente concluiu que “não são ratos perigosos, eles descem dos telhados atrás de ração, somente isso”.

COMIDA,ÁGUA. E MAUS-TRATOS.



No canil D, um animal encolhido, com a cabeça aparentemente molhada. E secreções acumuladas no chão, nas proximidades de onde ele apoiava a cabeça. Depois de muita insistência, o gerente do CCZ mandou levantar a ficha do animal e ordenou que um veterinário viesse ao local para retirar o cão e examiná-lo.

Quando o cachorro foi retirado, um cachorro peludo, tigrado, de porte médio, e levado para uma mesa de inox para ser examinado o horror se evidenciou. Uma das orelhas estava pendurada. Havia buracos na cabeça, por onde larvas penetraram. Ele estava sendo devorado vivo. Bicheiras, que, se identificadas a tempo, poderiam ter sido facilmente curadas.

O animal foi sedado. Enquanto os dois veterinários do CCZ removiam as larvas, algumas grandes, vivas, outras menores, algumas mortas, mais e mais cavidades repletas de larvas iam aparecendo. Muita secreção escorria, um odor fétido tomou conta da sala. O horror nos olhos dos visitantes. E todos questionando como um animal, naquele estado, permanecia preso e esquecido no canto de um canil coletivo. Um retrato do descaso, do abandono à própria sorte. Do horror. Nada mais havia a fazer, a não ser eutanasiar imediatamente o cão, fazendo cessar a dor. 669, era o

número da ficha do cão que revelou parte de sua história: ele chegou ao CCZ em 14 de agosto de 2008 e sete meses depois, foi eutanasiado, com boa parte de sua cabeça devorada por larvas.

“Temos que acabar com esse descaso pela vida”, diz o vereador Tripoli, visivelmente emocionado depois de acariciar longamente, pelos vãos das grades enferrujadas, um Husky Siberiano, que buscava a mão, uivando, tentando livrar-se do cativado, da solidão, da indiferença. O vereador abaixou-se, acariciou mais o animal. Quis saber de onde ele veio, por que estaria ali, isolado, mesmo mostrando-se tão manso.



Vereador Roberto Tripoli em visita ao Centro de Controle de Zoonoses-SP

3. Sofrimento dos animais: vereadores consternados

Ao abrir a audiência da Comissão de Estudos sobre Animais, no dia 25 de março de 2009, no Plenário da Câmara Municipal, o Vereador Roberto Tripoli (PV), ainda impactado pela visita realizada ao Centro de Controle de Zoonoses dois dias antes, confessou sua tristeza pelo que viu e sua preocupação com o descaso por tantas vidas.



Vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão, Vereador Gilberto Natalini e Vereador Aurélio Miguel

Segundo o vereador ambientalista Tripoli presidente da Comissão após visitar o Centro de Controle de Zoonoses: “me sinto muito triste, cada vez mais preocupado com aquela situação, com os animais. Vimos fezes de rato em vários lugares; imaginem fezes de rato num Centro que controla roedores, que controla zoonoses. E o gerente do local disse que não tinha problema nenhum, que eram ratos de telhado. Imaginem os cães presos, convivendo com ratos”. “Nos canis coletivos, minha assessora Regina chamou a atenção para um cachorro muito debilitado, visivelmente com problemas. Não se achava nem veterinário para socorrê-lo. Infelizmente, quando ele finalmente foi retirado do canil, constatou-se que estava com o cérebro comigo por bicheiras e o cão teve que ser sacrificado. Foi chocante. O pobre animal estava no Centro desde agosto; como ninguém viu a sua situação? O CCZ não é um abrigo de animais, não pode ser. Temos que estudar de que forma acabar com isso, de separar do controle de zoonoses a atividade de abrigar animais. Na verdade eles têm que ser reabilitados. Estou fazendo um projeto de lei nesse sentido”, revelou Tripoli.

O relator da Comissão, vereador Aurélio Miguel, observou: “deveríamos ter vários abrigos municipais, recursos existem, é uma questão de saúde pública. São Paulo precisa dar o exemplo nesta situação”. Miguel falou ainda da sua preocupação com alguns dados que obteve durante a visita ao CCZ, relativos à eutanásia de cães e gatos.

Os dados dizem respeito somente a janeiro, fevereiro e parte do mês de março, até o dia da visita. Neste período entraram no CCZ 746 cães e 149 gatos; foram adotados 30 cães e 112 gatos. Foram a óbito 37 caninos e 5 felinos.

Os números da eutanásia surpreenderam e a Comissão de Estudos solicitou, oficialmente, dados a respeito: de janeiro a março foram eutanasiados 706 cães e 26 gatos (dados parciais, pois o mês não havia fechado). A lei estadual que proíbe o sacrifício de animais saudáveis permite a eutanásia dos doentes e daqueles que não conseguiram ser socializados para uma possível adoção.

Detalhe: não existe qualquer trabalho de socialização para animais que dão entrada ao CCZ e continua intensa a entrada de animais da raça Pit Bull e seus mestiços, que depois de 90 dias de “observação”, acabam sacrificados, considerados incapazes de conviver com uma família.

LEISHMANIOSE AMEAÇA REAL.

Alguns representantes da sociedade civil organizada também se manifestaram. O coordenador do Projeto Focinhos Gelados, Fowler Braga, frisou que “o CCZ precisa chegar ao século XXI, em muitos sentidos, inclusive em relação ao registro de informações, que ainda permanece no século XIX”. Fowler afirmou ainda que “não tem mais cabimento esse amontoado de papéis, que se perdem, que não geram estatísticas, nada. Nessa linha, o Poder Público também deve modernizar o RGA – Registro Geral do Animal, passando a microchipar todos os cães e gatos da cidade, processo com custo absolutamente factível atualmente”.

Outra preocupação do coordenador do Focinhos Gelados é com o avanço da leishmaniose, uma zoonose gravíssima, que chegou a cidades do entorno de São Paulo e podem existir casos na Capital, apesar da falta de relatos oficiais. “Em vários pontos do Brasil e mesmo em cidades do interior de São Paulo, centenas de milhares de cães já foram sacrificados nos últimos 10 anos e temos que tomar cuidado para que se esta zoonose não se transforme em mais uma” caça as bruxas de cães “em nossa cidade. Com certeza, ela já chegou, com certeza ela vai se disseminar”, alertou Fowler.

“O que incomoda, lembrou o coordenador do Focinhos Gelados, é este silêncio absurdo do Ministério da Saúde e dos órgãos municipais que deveriam fornecer amplas informações para a população. Não se fala da doença, não se fala dos direitos e obrigações dos proprietários de cães. Assim, eu sugiro que esta Comissão ouça especialistas, que a cidade se prepare para a doença, porque ela já chegou”.

O vereador Natalini manifestou-se: “muito bem lembrado, senhor Fowler. A leishmaniose é mortal para humanos, pois o tratamento não é fácil e nem simples; o diagnóstico é difícil, a doença é complexa. Em 1999/2000, esta doença já vinha se expandindo no Estado de São Paulo, por conta da destruição de habitats naturais e o aumento das monoculturas, e as populações humanas cada hora mais próximas das matas, convivendo com os hospedeiros da doença”.

Nesta reunião, os vereadores decidiram ainda formar uma força-tarefa para vistoriar pet shops, de uma lista de estabelecimentos já denunciados, tanto à Comissão quanto ao Poder Público, por protetores de animais e, mesmo, pelo Vereador Tripoli, desde o ano passado. A vistoria ficou combinada para o dia 30 de março e o vereador Tripoli solicitou, oficialmente, que fossem chamados para compor a força tarefa representante da COVISA/CCZ, Secretaria das Subprefeituras e o setor de fiscalização do CRMV-SP.

A Comissão deliberou, ainda, convidar o Presidente do CRMV-SP, Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, e o presidente da Anclivepa-SP, Dr. Marco Antonio Gioso, para palestrarem na reunião do dia 1 de abril, abordando assuntos relativos, inclusive, à participação, fundamental, dos médicos veterinários em questões que envolvem o controle animal na cidade.

Foram gerados Ofícios para a Secretaria Municipal da Saúde, Coordenação de Vigilância em Saúde, Centro de Controle de Zoonoses, CRMV Conselho Regional de Medicina Veterinária e Secretarias das Subprefeituras durante as reuniões semanais da Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo.

4. Em pet shops, descumprimento de leis e animais sofrendo

Relatório da Vistoria realizada em 30 de março de 2009, conjuntamente com a Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo, presidida pelo Vereador Roberto Trípoli.

Uma verdadeira força tarefa, formada por representantes do Poder Executivo, Legislativo e CRMV-SP, foi organizada pelo Vereador Roberto Trípoli (PV) para vistoriar pet shops. Foi mais uma das atividades da Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo, instituída na Câmara Municipal de São Paulo, a partir de requerimento do ambientalista e parlamentar Trípoli. A Comissão é presidida por Trípoli, tendo como relator Aurélio Miguel (PR), vice-presidente, o Bispo Atílio (PRB); e membros: Gilberto Natalini (PSDB) e Ítalo Cardoso (PT). A partir de uma grande lista de pet shops denunciados pelo não cumprimento de várias leis e alguns por supostas práticas de maus-tratos, o grupo decidiu vistoriar dois dos estabelecimentos: Pet Shop das Meninas e Shopping dos Filhotes e, em ambos, constatou-se um grande número de irregularidades, com leis municipais sendo ignoradas e autoridades afrontadas.

A força-tarefa, que agiu no dia 30 de março, foi formada pelos vereadores Roberto Trípoli e Bispo Atílio e seus assessores e por um assessor do vereador Aurélio Miguel e outro do Vereador Natalini; por médicos veterinários do CCZ/Covisa; por um engenheiro da Secretaria das Subprefeituras, que acionou agentes vistorias; e por um médico veterinário do CRMV-SP. O primeiro estabelecimento visitado foi o PET SHOP DAS MENINAS, na Rua Estados Unidos, 2.179, que foi denunciado por manter animais em caixas de vidro, tipo aquários, inclusive algumas do lado de fora do estabelecimento, onde a incidência de sol é evidente. Além disso, a denúncia dava conta da venda de animais sem microchip, sem castrar, sem nota fiscal e sequer manual de orientações. As vitrines externas do estabelecimento tinham aviso para que as pessoas não tocassem nos animais, mas estavam sem filhotes no momento da chegada da força-tarefa. No entanto, no interior da loja existem mais recintos de vidro, sem ventilação adequada e neles estavam expostos filhotes – três fêmeas num espaço bastante exíguo: duas de Cocker Spaniel e uma de Poodle Toy. Além das cachorrinhas expostas, vários adultos da raça Lhasa Apso circulavam pelo estabelecimento. Uma das proprietárias disse que estes adultos são de um cliente e estavam no local para tomar banho; e a outra explicou que eram cães hospedados no local. Também estavam soltos na loja uma fêmea de Yorkshire e dois pequenos filhotes, que “pertencem a uma das proprietárias”, informaram. Os filhotes expostos para venda estavam microchipados – o que foi constatado por um leitor de microchip pertencente ao CCZ, pois uma das proprietárias da pet shop, quando solicitada,

afirmou que não possui o equipamento, porque “custa muito caro”. As três fêmeas, aparentando três meses, não estavam castradas, mas tinham a primeira dose de vacina espécie-específica. Os médicos veterinários do CCZ/Covisa exigiram a imediata retirada dos animais dos recintos de vidro e afirmaram que filhotes não podem mais permanecer ali, em hipótese alguma. O representante do CRMV-SP constatou que a Pet Shop das Meninas não possui responsável técnico e, portanto encontra-se em situação irregular perante este Conselho. O representante das Subprefeituras informou que o estabelecimento não possui licença de funcionamento, somente protocolo e processo “em andamento”. Esta loja está aberta há três anos. O imenso totem existente na frente do estabelecimento, além de não exibir número do CADAN, aparentemente, contraria a Lei da Cidade Limpa, com tamanho além do permitido. Fotos no interior do estabelecimento foram proibidas pelas proprietárias que, ainda, chamaram ao local uma viatura da Polícia Militar afirmando que os vereadores e as outras autoridades da força-tarefa “invadiram a pet shop”.



Com inúmeras denúncias acumuladas, o SHOPPING DOS FILHOTES, localizado na Rua Clélia, 879, deixou chocados vários integrantes da força-tarefa. O odor de urina e fezes extrapola as dependências da loja, chegando ao outro lado da rua e penetrando em estabelecimentos vizinhos. Pior é a situação, de visíveis maus-tratos, dos filhotes de cães e gatos expostos em compartimentos tipo aquário, com uma abertura na parte de cima, e muito jornal picado, repleto de fezes e urina, no piso. Nada de água ou ração. Na parte da frente, expostos também ao forte barulho e à poluição do ar, provocados pelo trânsito intenso, havia quatro filhotes de cães e dois gatinhos. Um dos filhotes mal cabia no recinto. Também chamaram atenção, o chão imundo e o frigobar, sem termômetro, que guarda frascos de vacina. Nos fundos, mais três filhotes debilitados, em gaiolas minúsculas. Estavam ali, segundo o proprietário da pet shop, para serem vacinados, pois pertencem a clientes da loja. E, ainda, uma vasilha com muitas seringas de molho em um produto esverdeado, sugerindo reaproveitamento deste material, obrigatoriamente descartável.

Cadê o veterinário responsável pelo estabelecimento? E pelos animais? Existe uma médica veterinária, garantiu o proprietário, afirmando que a profissional atende na mesa de inox existente nos fundos, perto das gaiolas que abrigavam os cães doentes e defronte ao banheiro. Mas, o representante do CRMV-SP afirmou que o local não conta com responsável técnico. Aliás, o local não tem nada: não tem higiene, não tem licença de funcionamento, vende animais sem castrar, sem microchipar, sem vacinar, sem nota fiscal e sem manual de orientação, afrontando a lei municipal 14.483/07, que regula o comércio de cães e gatos na cidade. Quanto ao descumprimento da Lei do Comércio, o proprietário do Shopping dos Filhotes tentava

convencer as autoridades que a loja “não precisa cumprir esta lei, pois eu consegui liminar que me garante vender filhotes sem castrar e sem microchipar”. Ao ser solicitado para fornecer o documento, acabou revelando que impetrou Mandado de Segurança em 2008, mas não obteve êxito. Mesmo assim, freqüentemente, este comerciante de filhotes de cães e gatos descumpra a Lei do Comércio, alegando a existência da tal liminar. ‘Vamos apreender os animais!’ concluíram os representantes da Covisa/CCZ. E nesse momento, o tumulto se instalou. Horas de discussões e até a Polícia Militar foi chamada pelo proprietário do Shopping dos Bichos, que se acha no direito de manter animais em situação considerada de maus-tratos pelos médicos veterinários presentes no local, em um estabelecimento totalmente irregular e, ainda, afrontar autoridades constituídas, negando-se a cumprir a decisão de apreensão dos cães e gatos. A Guarda Civil Metropolitana também foi chamada por agentes videntes da Subprefeitura da Lapa, e os fiscais do CCZ/Covisa solicitaram uma viatura do CCZ para remover os animais apreendidos. O proprietário do local não se opôs em entregar os animais doentes, que estão sob a guarda de um médico veterinário representante da Anclivepa (Associação dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais), que ficou como depositário das três pequenas vidas, absolutamente desprotegidas e vilipendiadas, num fundo de loja fétido e sem a assistência veterinária necessária.

Em meio a toda a confusão, chegou à loja uma moça com um pequeno filhote (possivelmente de Lhasa Apso), ainda sem dentes, que estava trêmulo e sem aceitar alimentação. A jovem estava desesperada e acabou retirando-se para voltar em outro momento. O proprietário do Shopping dos Filhotes, que comercializou o cãozinho, afirmou que “as mães desmamam com 25, 30 dias para não serem feridas; esse aí tem mais de 50 dias e está ótimo “. Também um casal chegou com outro filhote, em condições semelhantes. E uma jovem passou pela calçada e quis informações sobre o que estava acontecendo. Contou que adquiriu um filhote no estabelecimento, que está internado em uma clínica, com diagnóstico de cinomose. Ela teve medo de se identificar e foi orientada pelas autoridades a coletar provas a respeito do caso.

Os agentes videntes demoraram a tomar a atitude de confiscar todos os animais, conforme permite a legislação em vigor. Relutaram diante da truculência do proprietário da loja. Mas veio, por telefone, a ordem da direção da Covisa e um dos médicos veterinários decidiu: “Vamos levar também os outros”. O proprietário do Shopping dos Filhotes fez novas intervenções ruidosas, discutiu muito e, enquanto isso, seu advogado e um funcionário conseguiram que comparecesse ao local uma senhora identificando-se como proprietária de um dos filhotes (o de maior valor, um Yorkshire) e, às pressas, foi impresso um contrato de prestação de serviços para ser apresentado aos agentes videntes. Mesmo sem constar qualquer assinatura neste documento e sem que a mulher apresentasse o devido RGA (Registro Geral do Animal) ou qualquer outro comprovante, os agentes videntes liberaram o filhote. Os outros três cães e dois gatinhos foram, finalmente, apreendidos. Nesta terça-feira, dia 31 de março, o Shopping dos Filhotes, apesar de todas as irregularidades e de não possuir alvará de funcionamento, permanecia aberto, mas sem filhotes expostos, segundo informações de vizinhos.

O proprietário tentava resgatar os filhotes, pressionando o veterinário nomeado como depositário. Os três cães continuam apáticos; um deles com vômitos,

gastroenterite, sarna e carrapatos. Quanto ao filhote de Yorkshire, vizinhos da mulher que o levou, ligaram para a assessoria da Comissão de Estudos denunciando que esta senhora nunca foi proprietária desse animalzinho. Com a palavra, as autoridades sanitárias que liberaram o cãozinho.”

O proprietário do Pet Shop Shopping dos Filhotes, Sr. Édson Wagner Reis, compareceu no dia 06 de maio de 2009, na reunião da Comissão e o Presidente Vereador Roberto Trípoli abriu espaço e microfone para que o Sr. Edson se manifestasse. Mesmo assim, o Sr. Édson protocolou representação na Comissão de Ética contra o Vereador Roberto Trípoli.

5. Presidente do CRMV-SP: “Covisa deveria fiscalizar pet shops”

O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli abre os trabalhos da Comissão: *“...bom dia a todos. Com a presença dos nobres Vereadores Atilio Francisco, Vice-Presidente, Aurélio Miguel, relator, Natalini e Ítalo Cardoso, que criou a douta comissão de Direitos Humanos, nesta Casa há alguns anos e, eu, na Presidência, vamos dar início à reunião da comissão de estudos, para avaliação da coexistência de animais domésticos, domesticados, silvestres, nativos, exóticos com a população humana e reflexos na saúde pública, meio ambiente e a legislação pertinente, na cidade de São Paulo. Recebemos algumas denúncias na comissão, mais dez aproximadamente. Montamos, pela primeira vez, na cidade de São Paulo, uma força-tarefa interessante. Agradeço o seu trabalho, dos Srs. Horácio Benedetto, do CCZ, Telma de Oliveira, do CCZ, Isabela Alca, da Covisa, Valdinéia Barbosa, da Covisa, José Napes, do Conselho de Medicina Veterinária, Milton Yatsumura, da Secretaria das Subprefeituras, Sandra Regina Albuquerque Bonfim, agente da Vistoria da Subprefeitura da Lapa, Leonardo, agente vistor da subprefeitura de Pinheiros, Dr. Wilson Grassi Júnior, da Anclivepa, Ângela Caruso, assessora do meu gabinete, Regina Macedo, do meu gabinete, Dra. Viviane, do meu gabinete, Carlos Bortoli, assessor do nobre Vereador Aurélio Miguel, Ricardo Ferreira, assessor do nobre Vereador Natalini, Danuza, assessora de imprensa da Secretaria Municipal de Saúde, Marici Capitelli, jornalista do Jornal da Tarde e André, que acompanhou o fotógrafo do Jornal da Tarde, e Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, Presidente do CRMV, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Kelly, Protetora Independente, Maria Helena, protetora independente, Astride, voluntária, advogada do fórum nacional, Jane Cristina Francine, José Antônio Rei, do grupo Libertação Animal, Artur, da Revista Clínica Veterinária, Laerte Silva, do Sindicato dos Médicos Veterinários, Regina Cláudia, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, diretora de Divisão Técnica na Medicina Veterinária e Manejo de Fauna Silvestre, Conceição Gonzala, do CCZ, Sônia Maria, do CCZ, Márcia, do programa de Controle Permanente de proteção Animal, Noêmia Paranhos, do CCZ,*

Vilma Geraldí, diretora de Divisão de Fauna. Geralmente, todas as blitzes são feitas com subprefeituras, Covisa ou CCZ. Dessa vez, todos os personagens envolvidos estavam presentes. Estivemos em dois locais, se não me falha a memória. Isso

tomou muito nosso tempo. Identificamos várias situações de maus-tratos a animais, licença de funcionamento, Cidade Limpa. Na última visita, apreendemos todos os animais. Só um que não foi apreendido, pois sua proprietária chegou. Praticamente, todo o pet shop foi fechado. Quanto ao outro, localizado na Avenida Estados Unidos, houve várias denúncias feitas pela Uipa. Aliás, aqui está a representante da Uipa. A nossa ação foi super positiva. Assim, pretendemos que essa força-tarefa continue. Vamos conversar com o Sr. Prefeito, para que ela seja mantida. Quando fizemos a legislação sobre comércio de animais, ouvimos todos os personagens, protetores, sindicato de pet shop, Conselho de Medicina Veterinária, Anclivepa, órgãos do Governo, e essa lei não estava sendo cumprida. Então, pela primeira vez, foi muito importante, porque houve reuniões entre esses órgãos, para entender melhor a lei. A partir de agora, todos apreendemos o que, de fato, a legislação tem interesse. Parabéns a essa diligência que foi feita. Vamos trabalhar mais. Todas as entidades e pessoas que tiverem denúncias a fazer, a comissão está em aberto. Tal comissão foi formada pelos cinco Vereadores, que já anunciei. Sua intenção é analisar, na primeira parte, animais domésticos e domesticados. Em seguida, vamos entrar em animais silvestres e exóticos. Há 60 dias para o nobre Vereador Aurélio Miguel apresentar o relatório e ser colocado a votos. A nossa intenção é pedir mais um prazo de 60 dias, pois acho que apenas 60 dias para trabalharmos essa questão é muito pouco”.



Dra. Inês Suarez Romano – dlretora de Covisa e Dra. Rita de Cássia Garcia, Vereadores da Comissão de Estudos e o Deputado Feliciano (último à direita)

Continuando o Senhor Presidente da Comissão Vereador Roberto Trípoli: “...estou muito feliz porque, na primeira reunião, havia cinco pessoas. Na segunda, havia quinze ou vinte, e hoje o auditório está lotado. Hoje temos a Kelly Cristina de Sousa, Maria Helena, protetoras independentes, Virgínia, da Agenda 21, Astride, voluntária, advogada do Fórum Nacional, José Antonio Rey, do Grupo Libertação Animal, Artur, da Revista Clínica Veterinária, Laerte Silva, do Sindicato dos Médicos e Veterinários, Regina Claudia, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, a Diretora de Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo de Fauna Silvestre, Conceição Gonzaga, do CCZ, Sônia Maria, do CCZ, Márcia, do Programa de Controle Permanente de Proteção Animal, Noêmia do CCZ, Dr. Vilma Geraldi, Diretora de Divisão de Fauna Silvestre. Outro item importante da nossa pauta é a criação de uma comissão permanente de proteção animal, na Câmara Municipal, como há a questão de Direitos Humanos e Comissão de Crianças. É um projeto do nobre Vereador Atílio Francisco, nosso vice-Presidente. Quem quiser, pode se manifestar, fazer alguma denúncia nova ou passar informações ou colaborações”.

Ainda o Presidente Vereador Roberto Tripoli: *“...A maioria das leis de proteção a animais, na cidade de São Paulo, é de minha autoria. Sempre digo que a lei nunca é perfeita. Nunca há consenso. Sempre há uma falha aqui, outra ali. Vamos aqui analisar não só leis que já estão em vigor, mas propostas de leis que estão entrando, de minha autoria e de outros Vereadores, para debatermos, discutirmos e procurar o melhor possível para a cidade de São Paulo. Estou falando de leis que interferem em questões relacionadas a animais domésticos, domesticados, silvestres e exóticos. Vamos também ouvir o Ibama, órgãos federais, estaduais e municipais e ONGs. Fiquei muito feliz pelo fato de o Sr. Francisco Cavalcante de Almeida trabalhar no Conselho Regional de Medicina Veterinária e poder fazer uma explanação nesta Comissão, e por ter sido eleito Presidente dessa entidade. Estive, há dez, quinze anos, na posse da Presidência do Conselho de Medicina Veterinária. Na mesa, estava todo o Brasil, todos representantes dos Conselhos do Brasil. O tema em foco era apenas alimentação: gado, vaca, galinha e fiscalização. Nunca falaram sobre animais domésticos, silvestres e exóticos. Na ocasião, achei que deveriam tocar nesse assunto. Depois, por felicidade, o senhor foi eleito Presidente e deu maior abertura para o movimento e deu-nos apoio. Temos procurado muito o conselho para tratarmos de questões técnicas. Ninguém é dono da verdade. Então, temos de ouvir o máximo possível. Tem havido uma colaboração muito boa com o senhor na Presidência. Tem a palavra o Sr. Francisco Cavalcante de Almeida”*

Inicia sua apresentação o Doutor Francisco Cavalcanti de Almeida: *“...Bom dia a todos. Primeiramente, agradeço o convite da presidência desta Comissão, na pessoa do nobre Vereador Roberto Tripoli. Tive honra de conhecer S.Exa. há dois anos, ocasião em que S.Exa. visitou a nossa sede. Na ocasião, fez até uma brincadeira comigo, dizendo: “Dr. Francisco, essa é a sede do Conselho Regional?” Respondi: “Infelizmente é.” Aproveito a oportunidade para convidar não só o Sr. Presidente como todos os demais membros da comissão para nos visitar, na Rua Apeninos, 1088, onde se encontra a nova sede do conselho. Muito obrigado”.*

Continua o Dr. Cavalcanti: *“...temos tido um relacionamento muito estreito com o Sr. Presidente, nobre Vereador Roberto Tripoli, nas pessoas das Sras. Ângela e Regina. Temos discutido muito problemas relacionados ao bem estar animal. Sempre comento que, na área animal, temos de nos preocupar com alguns segmentos importantes, desde a fauna até aqueles que fornecem proteína animal, como, por último, os animais sinantrópicos. Esse é o grande problema da saúde pública hoje no Estado e no Brasil. Não podemos nos esquecer de animais de pesquisa. O que nos chama atenção hoje, o que mais nos chama atenção é o bem estar animal, repito. Quando falamos sobre isso, falamos desde a sua origem até à convivência com o ser humano, até mesmo o sacrifício, como, muitas vezes, temos de assistir, mas, infelizmente, a missão é missão do animal, e a missão nossa é trabalhar nesse sentido. Com documentos, em mãos, elegemos cinco títulos, em que políticas públicas de controle de população de cães e gatos, Centro de Controle de Zoonoses, educação de proprietários de animais, uso de animais silvestres em pet e ameaça concreta da leishmânia e tem outros temas, talvez que interessem à Medicina veterinária e à sociedade, o comércio de produtos e subprodutos, feiras livres, etc., onde constatamos absurdos, no município de São Paulo. Assistindo ao programa do*

Faccioli fiquei chocado quando presenciei, numa rua próxima à Cantareira, um suíno sendo esfolado em plena calçada, com um machado e quem detinha esse machado era um oriental. Ele fatiando e vendendo um animal, num plástico. Que vergonha, que insatisfação ao assistir aquele programa, naquele momento. Não sabíamos sua origem, como foi abatido, mas sabíamos como estava sendo comercializado. O Faccioli dizia, pelo amor de Deus, Vigilância, apareça e o Poder Público não apareceu. Isso é uma vergonha e diante disso, devemos agir, com segurança, firmeza e profissionalismo. Quando falo sobre políticas públicas, legislação existe, precisamos é de alguns moldes e colocá-la para funcionar. Falo em vontade política, hoje estou vendo na Câmara, vontade política, com decisões, não adianta só a vontade. É fundamental se organizar o sistema. Darei um exemplo, fiscalizamos 72 estabelecimentos em São Paulo que não têm CNPJ, encaminhamos à subprefeitura e não obtivemos resposta até hoje. É uma vergonha. Visitamos alguns estabelecimentos que deveriam ser fechados por falta de condições higiênicas, vigilância em saúde, encaminhamos expediente e recebemos como resposta 'não é nossa atividade'. Todo esforço do Conselho, dos nossos colegas e sem resultados concretos de execução. Precisamos agir. E por quê? Porque hoje o sistema é esfacelado no Município, desculpem os Srs. Vereadores, estou sendo bem concreto e positivo em minhas colocações. Hoje temos profissionais na vigilância, da ex-abastecimento, no meio ambiente e quando precisamos não temos o retorno. Você tem começo, mas não tem meio, nem fim. Assim fica difícil se organizar. Por que não se criar um sistema unificado? Desse modo a medicina veterinária teria um órgão que poderia responder ao Conselho, dentro do Município. Observamos a criação de tantas secretarias de Estado, tantos órgãos e nós, esfacelados e quando solicitamos uma resposta política de execução para dar à sociedade uma posição política e de execução, não temos. Serei um pouco ousado. Por que não uma Secretaria Municipal na área de sanidade, inspeção e bem-estar animal? Estão aí os três segmentos. Se eu tenho sanidade, tenho inspeção correta, tenho bem estar animal. Se não tenho sanidade, não tenho inspeção, não vou ter nunca um bem estar animal. Vou começar lá pela ponta, pelo final, estou esquecendo a cabeça. Vamos criar atritos com outras classes? Talvez até se crie. Tem outra solução? Vamos criar uma coordenadoria junto ao Município e à Secretaria de Saúde sobre sanidade, inspeção e bem estar animal. Específica e vamos reunir todos médicos veterinários que estão dentro do Município, e me parece que chega quase a 200. Nesse órgão vamos otimizar mão de obra, vamos otimizar recursos, vamos ter começo, meio e fim.

E aí teremos uma resposta a sociedade. Isso é organizar o sistema e vamos priorizar. O que é importante dentro do sistema? Quantos e quantos produtores e comerciantes de cães e gatos têm espalhados por aí mandando cães e gatos para a sociedade sem a mínima responsabilidade, quantos? Até mesmo do interior do estado, de regiões onde leishmaniose é quase endêmica. Pega no carro e vem vender nas feiras livres, por que? Porque nós não nos organizamos, estamos esfacelados. E não é assim que o Conselho gostaria de ser. Essa é uma oportunidade, Srs. Vereadores, de me trazer e ser franco, objetivo. O que produz um animal e vende está ganhando dinheiro cada vez mais. E o animal sofrendo, porque ele não fala. A desgraça do animal é ele não falar. Não dizer o que está sentindo, porque por trás dele há uma cadeia imensa se valorizando economicamente. Vamos chamar esse pessoal para a responsabilidade. O pessoal está solto. Comercializa, produz e vende.

É prioridade número um. Quem é quem no sistema? Porque estou lá na periferia fazendo um trabalho de castração, conscientizando a sociedade, hoje castro 100, amanhã tenho 200 vendendo, sem a mínima responsabilidade de quem está produzindo. E por aí vai uma série de prioridades que você estabelece e tenho todas elas, não vou expor, porque ficaria aqui a tarde toda. Centro de Controle Zoonoses: puxa vida! Transformaram nosso Centro de Controle Zoonoses do tempo da guerra, um centro de concentração de animais. Não é por aí. O Centro de Controle de Zoonoses está definido por legislação qual a função dele. É saúde pública, é tratar os vetores responsáveis pelas zoonoses específicos, não de refúgio de animais. Transformaram aquilo em um centro de concentração de animais. Diz lá uma lei: 90 dias. Perfeito. Porque tem uma lei federal de Meio Ambiente que diz quando o animal é apreendido em razão do Meio Ambiente, ficaria 90 dias e depois iria para a hasta pública, pegaram esse gancho e coloram em uma lei em que o CCZ hoje é um refúgio. E animais sadios que são recolhidos na rua. Temos de mudar, esquecer o Centro de Controle Zoonose. Está lá instrução normativa 0201 do Funasa que diz, ele é ligado a coordenadoria de vigilância em saúde em que é responsável pelos vetores causadores de doenças de zoonoses. Está definido. Porque vou recolher os animais na rua e jogar no centro. Puxa vida, estou maltratando os animais e a lei Federal é clara. Você maltrata os animais. Temos de pensar, Sr. Presidente e membros da Comissão, São Paulo é o espelho do Brasil. O que se faz aqui o País inteiro acompanha. Não sou paulista e nem paulistano, por incrível que pareça sou gaúcho do Norte, lá do Rio Grande do Norte. Vejo nas câmaras de presidente do Brasil todo, que quando São Paulo fala todos escutam e todos copiam. Seria bom se saíssemos daqui hoje com uma decisão política.

São Paulo tem de criar isso para servir de exemplo. Tenho visitado alguns prefeitos no interior, tenho ficado chocado com os animais nas ruas sem ter onde colocar. Muitos e muitos prefeitos me questionam: “Dr. Francisco o que faço?” Nem sei. Este é o momento ímpar que o conselho tem e agradeço aos senhores de estar aqui. Tenho certeza, Vereador Tripoli, de que essa comissão, em razão da vontade política vai encaminhar uma boa proposta ao Executivo. Precisa-se, a sociedade exige. Não podemos permitir que a carrocinha venda o leite pelas esquinas sem saber se a vaca é brucélica, ou tuberculosa, etc... Estamos, talvez até transferindo para a sociedade um problema de saúde pública. Vender, retalhar animais nas feiras livres, pelo amor de Deus. Vender queijos que deveriam estar condicionados em refrigeração nas bancas em pleno sol, nas feiras livres, pelo amor de Deus. Peixe, sendo enrolado em jornal, não é possível. Não podemos permitir mais isso. Chega. Temos de dar um basta e a sociedade hoje é ativa, atenta porque mídia está aí. Educação dos proprietários de animais. Já falei, cadastrar os produtores. Puxa vida, você está vendendo para quem? Esse animal foi chupado? Não. Você tem termo de responsabilidade? Não. De onde vem esse animal? Qual é origem dele? Tem que ter uma planilha porque é um ser vivo. E digo aos senhores protetores, médicos veterinários que essa bandeira é nossa. Quando você for adquirir um animal você tem de saber para que finalidade. É beleza? É para me guardar? É para me acompanhar? Sempre tem essa responsabilidade. Campanhas educativas. Infelizmente, não vou passar meu filme aí, que está hoje nas três linhas de metrô, chamando a atenção da sociedade, porque os meus fiscais são poucos. Mas a sociedade é grande e, cada um sendo fiscal, chegamos onde queremos. Meu filme é bem objetivo. Por quê?

Puxa, devemos ter quase três mil pet shops. Apenas 684 têm registro no Conselho. Oh! E os outros? Como estão? Então, estou pedindo que a própria sociedade, quando se dirigir a um pet shop, pergunte: "Tem registro?". "Está aqui". "Tem veterinário?". "Não". Informe ao Conselho. O Conselho vai lá. Olha, já recebemos quase 20 mil entradas em nosso site em razão do filme. Termina agora, no dia 2, amanhã: já estarei com o terceiro, um mês. Termina o terceiro, vou ao quarto, sempre na linha pet shops, banho e tosa. Por quê? Porque lá é que está o perigo. É lá: vacinas contrabandeadas - já encontramos; produtos veterinários com o nome meu e o CRMV de um outro profissional - já encontramos; falsos veterinários fazemos cirurgia, como vou dizer o nome de um aqui: Sr. Rogélio, boliviano, não é veterinário, estava fazendo cirurgia num pet shop. Olha, gente, está na Polícia Federal. Todos esses casos que encontrei: Polícia Federal, Ministério Público Federal. Por quê? Nós somos um órgão federal..." Ainda o Dr. Cavalcanti: "...Uso de animais silvestres em pets. Puxa vida, a legislação existe! Se estiver fora da legislação, recolhe-se, autua-se, prende-se. Ameaça concreta da leishmânia? É uma realidade. É uma realidade. Está bem próximo de São Paulo, o Vale do Paraíba já identificado, e já se fala em tratamento. Pelo amor de Deus! Não há tratamento. Quem diz que trata é um louco. O colega está se enganando e enganando a sociedade porque na corrente sanguínea vai encontrar, mas o parasita intracelular continua. Outra coisa, qual o efeito colateral do produto utilizado no tratamento que leva até um ano no animal? Se eu tenho um agente patológico que leva de zero até dois anos para se manifestar no animal, como fica?

Então, se eu quero meu bem-estar e dos meus animais tenho de tirar aqueles que estão correndo ou oferecendo risco aos meus animais sadios. Tem de ter essa política, não podemos fugir. Cumprir a legislação, a Portaria Interministerial 142, que é clara, porque estou usando um produto do trato humano no animal. E as conseqüências desse tratamento? Ninguém respondeu! Por isso a posição do Conselho do Estado de São Paulo é contra o tratamento de leishmaniose. É uma doença de notificação obrigatória, qualquer colega que identificar é obrigado a notificar o Serviço de Vigilância do município. Se não o fizer estará ferindo o nosso Código de Ética. E outra questão é relativa ao comércio de produtos que eu falei no início. Existem favelas que criam suínos escondidos para abastecer restaurantes e feiras livres de São Paulo. Ora, que absurdo! Temos muito trabalho. Gostaria que saísse daqui uma proposta concreta.

Eram essas as nossas considerações. Temos nesta capital 6.500 médicos veterinários pessoas físicas. Temos em torno de 1.500 clínicas, e esses profissionais podem se alinhar através do Conselho, com trabalho integrado com esta comissão permanente que o ilustre Vereador acabou de mencionar. Não podemos tirar da Veterinária nem um segmento que seja da sua responsabilidade. Isso o Conselho assume, assume com segurança levando a classe veterinária a esse trabalho tão significativo ao Município de São Paulo. Porque o que quero, quando fiscalizo, é ter retorno. Lamentei que na blitz não lacrassem o estabelecimento. Acho uma falha tremenda do comando. Colocar chip no animal é importante. Se eu tenho 1.500 clínicas em São Paulo, vamos iniciar por elas. Todo animal que chega para consulta, para cirurgia vai ter de sair chipado, só que tem de ter um órgão centralizador de

leitura do chip, onde aparecerá o responsável. Aí vamos identificar de quem é o animal e chamar à responsabilidade o proprietário.

No momento que mexer no bolso do proprietário, ele vai pensar duas vezes se solta o animal na rua. Vejam o que acontece em São Paulo nos meses de férias, em junho e dezembro aumenta a população de animais errantes porque comprei o animal, estou tirando férias, vou viajar para a Europa e não vou pagar uma diária de 50 reais. Então, jogo na rua! É fácil. Puxa vida, o animal que ele o comprasse nem que o soltasse na rua. Deixa a responsabilidade para a sociedade. Temos de ter a posse responsável, um animal devidamente identificado, chipado. E o órgão detentor do chip, olha que mão de obra nós temos aqui, é fantástica, nós podemos ter um batalhão ligado ao bem-estar animal, a Guarda Municipal. Criamos dentro da Guarda um batalhão do bem-estar animal em que se dá treinamento à sociedade na captura de animais e na orientação. Está aqui a Dra. Rita que faz um trabalho fantástico com relação à captura de animais. E seria uma beleza a Guarda Municipal prestar esse serviço de interesse da sociedade...”

E, para finalizar o Dr. Cavalcanti agradece os membros da Comissão: “...Novamente, quero agradecer aos Vereadores Trípoli, Aurélio Miguel, Natalini e Atilio Francisco pela oportunidade. Peço desculpas se fui um pouco atrevido, mas é minha maneira de ser, não gosto de levar, as coisas que tenho de levar para discutir em casa, porque, se não, fico doente. Eu tenho de expor aquilo que tenho vontade. Na qualidade de Presidente do Conselho do Estado de São Paulo, onde detemos 25.282 médicos veterinários, são 43 faculdades de Medicina Veterinária e 26 estabelecimentos prestadores de serviços à sociedade, não podia deixar de ser claro e objetivo. Acho que fui. Muito obrigado a todos...”

O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli: “... mas não terminou ainda, Dr. Francisco. O senhor vai sair daqui com lição de casa. Os Srs. Vereadores se pronunciarão, bem como as demais pessoas presentes, para fazer alguns questionamentos ao senhor. Dr. Francisco, o senhor mencionou que vários ofícios foram encaminhados às Subprefeituras, mas não foram respondidos. Então peço ao senhor que os encaminhe à Comissão. Tenho dito já há algum tempo que o CCZ cuida de zoonoses; não é, portanto, abrigo para animais. Volto no tempo, no CCZ, havia a câmara de compressão – aquele tubo incrível em que os animais eram colocados, após o que se lhe fecha e se lhe retirava o ar. Quem não morria na câmara, morria na paulada. Temos filmes sobre essa prática. E foi a Dra. Viviane, minha assessora, aqui presente, que entrou com uma ação no Ministério Público, o que tornou possível interromper tal método.

Depois, o manejo dos animais era péssimo. Lembro-me de que na época do Sr. Eduardo Jorge, então Secretário de Saúde, foram feitas algumas melhorias no CCZ: melhora do manejo, construção de canis, enfim. Mas, mesmo assim, cada vez que vou ao CCZ, fico indignado com o que vejo. A última visita que fizemos foi na segunda-feira retrasada – claro que não avisamos que íamos. Todos sabiam que estávamos indo para lá. Ao chegar, encontramos fezes de rato em vários locais – mas muitas fezes. E o diretor do CCZ disse-me: “Não, Trípoli, esse rato é dos bons, é rato de telhado, não é de esgoto”. E eu indaguei: “Mas trata-se de um centro de controle de zoonoses. É estranho que haja fezes de rato no local”. A Comissão

debruça-se mais na questão da proteção animal, e a proteção ao ser humano também. E há tempo falo sobre o fato de que precisamos separar o Centro de Controle de Zoonoses do abrigo.

Não existir abrigo no CCZ. Mas se tiver que ter, que possamos terceirizá-lo, com as ONGs, ou outra entidades que possam prestar esse tipo de serviço. O Poder Legislativo, o Conselho de Medicina e as entidades têm o papel de determinar qual o bem-estar proporcionado ao animal que fica num abrigo. Deve haver um espaço físico adequado, bem como a alimentação e a água adequadas, deve haver um médico veterinário. Eu queria ouvir do senhor a forma como a separação é entendida. Acompanho o CCZ há mais de 20 anos. Sempre haverá denúncias de maus tratos. Isso, inclusive, é vitrine para novos políticos irem lá, “baterem”, criarem fatos. E vai continuar; não vai parar. Então qual a solução que teríamos do ponto de vista do Conselho? A outra questão diz respeito ao censo dos animais. Quando fizemos uma das leis, criamos o censo de animais. E me lembro de que, na época da Prefeita Marta Suplicy, quando criamos o RGA, muita gente fez brincadeiras a respeito. E a idéia era a de que tivéssemos uma noção da quantidade de animais que existem na cidade de São Paulo. Lembro-me de que a Prefeitura Marta falou: “Não, Tripoli, por que o senhor não vai cuidar das criancinhas? Recordo-me que registramos, na Capital, perto de 500 mil animais. A cobrança de três reais por registro promoveu o aporte de um milhão e meio de reais ao CCZ.

Sabemos que o capitalismo, a briga do comércio ligado aos animais é muito grande. A questão dos abrigos, dos pets, das vendas de vários produtos, enfim, envolve muito dinheiro. E ainda não há um censo, assim como também noto que os dados existentes não estão informatizados. Estivemos lá, perguntamos ao Diretor do CCZ, “Não, está começando a informatizar”. Tenho ouvido isso. Se eu quisesse saber quantos animais foram castrados em determinado período, seria só bater uma teclazinha para saber tudo. Mas não há, continuam nas fichinhas. Primeiramente, eu gostaria de ouvir o senhor sobre a separação do CCZ do abrigo. Há uma última questão minha - depois, passarei a palavra aos outros Vereadores - relativa à legislação. Volto a dizer: em todas as leis que procuro apresentar aos parlamentares de São Paulo, procuro ouvir todos os personagens. Nunca se trata de uma lei feita “na padaria”. Como não sou muito de gostar de aparecer em mídia e de ir a vários encontros de fim de semana, ouço: “O Tripoli está sumido”. Não, estou ouvindo todos os personagens envolvidos, em reuniões aqui na Câmara. Das legislações em vigor, eu gostaria de saber – e não necessariamente agora, mas que fosse encaminhado a esta Comissão – o que precisaria ser mudado na legislação.

Claro que se o Conselho pedir para que se mude algo, esse algo tem de ser mudado; a questão tem de ser objeto de apreciação das não-governamentais. E minha origem, antes de ser parlamentar, está nas entidades ambientalistas. Serão ouvidas as entidades de proteção, o Poder Executivo, a Secretaria de Finanças, há todo um processo. Acho que esse é o começo de uma discussão mais forte. Estou muito contente com a criação desta Comissão, na qual temos os Vereadores Aurélio Miguel, atuante na área; Natalini, que é médico e bravo – quando ele acredita em algo, ele vai para cima e procura resolver, e sério -; Vereador Atílio, que está querendo criar a Comissão Permanente de Proteção, na Casa. Então, os Vereadores têm interesse. Por isso, queremos saber de que forma vamos caminhar. Gostaria que

o senhor, por enquanto, respondesse algumas das nossas perguntas. Em seguida, passarei a palavra aos Senhores Vereadores”.

O Dr. Francisco Cavalcanti responde as perguntas do Presidente da Comissão: *“...primeiro, o problema do CCZ. Sua própria definição diz: Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Então, nós não tiraríamos nada do CCZ, ele continuaria lá com a sua função. Inclusive, deveria ser até proibido visitação, porque quem gosta de animais vai ver absurdos lá. O trabalho deles deve ser em cima de vetores para subsidiar as políticas públicas relacionadas à saúde pública. Ele tem de fazer pesquisa e informar onde ele encontrou determinado problema para que o órgão público executor tome medida concretas. Ele tem uma função muito objetiva.*

Continuando, o Dr. Cavalcante afirma: *“...não vamos mexer com o CCZ, ele continua na Vigilância, na saúde pública, prestando um grande serviço à sociedade. Vamos criar o nosso no Bem-Estar Animal, isso nos interessa. E nesse centro nosso, temos de fazer triagem do que entra, também. Se o animal entrou lá e numa sorologia houve resultado de leishmânia, eu vou mandar para o CCZ, não tem jeito. Não vou ter um animal portador junto com outros animais sadios. Senão, não estou preservando o bem-estar de ninguém; ao contrário, estou maltratando os animais.*

O Vereador Gilberto Natalini se manifesta: *“...Dr. Francisco, o Vereador Aurélio Miguel está perguntando se é opinião do senhor que o animal diagnosticado com leishmânia deve ser sacrificado?*

Afirma o Dr. Cavalcanti: *“...Tem de ser eliminado!*

Então, essa é sua opinião e a opinião técnica mais correta? Interroga o Vereador Gilberto Nateline.

E a resposta do Dr. Cavalcanti é: *“...É a mais correta. Tem de ser, não tem jeito, não há tratamento!* Continua o Dr. Cavalcanti: *“...O bairro de Campo Belo foi objeto de reportagem da Revista da Folha de domingo passado. Segundo a matéria, 82% dos animais comprados. Se já existe esse trabalho, 82% poderiam já sair chipado. Seria, então, uma maneira de esses animais terem o RGA. No bairro do Campo Belo: 1.4 animais por habitante; 85.3% vivem em casas com quintal. Perfeito, porque o animal precisa caminhar, andar, ciscar, latir, pular; 10% vivem em apartamentos. Acho que deveria ser 0% em apartamento, porque o animal não pediu para ficar fechado dentro dum espaço onde muitas vezes não cabe nem a família. Infelizmente, é a realidade. Aí, surgem problemas como artrite, problema de unhas, etc.*

Mas quem ama cuida. Oitenta por cento jamais sai sozinho pela rua. Nesse sentido, quero parabenizar o Vereador Tripoli pela Lei 13.131, que me deu a oportunidade de fazer um trabalho com o CQC sobre cocô de cachorro. Há no YouTube um vídeo de 7 minutos que o repórter Rafinha Bastos fez. Saí às ruas com ele, que procurou cocô de cachorro para pisar sobre ele. Infelizmente, nesse dia, a rua estava limpa, não tinha nenhum. Daí ele foi ao Ibirapuera e lá ele encontrou cocô de cachorro às pampas. Ele entrevistou uma moça muito elegante, cujos cachorrinhos, tão elegantes e bonitos quanto a dona, estavam soltos. Apesar de ele ter visto os dois cachorros fazer cocô, ele perguntou à moça se eles faziam cocô lá no parque, e ela disse que

não, que faziam somente onde ela os levava. Nisso, um funcionário dele já apanhou o cocô e colocou numa caixa. Já que a moça tinha garantido que seus cachorros não faziam cocô lá, o apresentador deu a caixa de presente a ela. Quando ela abriu a caixa, estava lá o cocô dos cachorros dela. Ela disse que não era dos cachorros delas; ele, então, mostrou a ela a gravação.

Foram 7 minutos de um trabalho extremamente educativo. Fantástico! Aproveitei a deixa e abordei um assunto do qual ninguém se lembra: os parques infantis, onde há montes de areia e onde as crianças brincam, sem nenhuma proteção. Cachorros e gatos, à noite, vão lá defecar e urinar. No dia seguinte, lá está a criança brincando com a areia, levando-a à boca. E se a criança pega um parasito como o toxocara canis, por exemplo, que pode até acarretar uma cegueira? Até o médico descobrir, já era.

O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli abre a palavras para os Vereadores da Comissão e designa para o Vereador Gilberto Natalini, Aurélio Miguel e Vereador Bispo Atílio.

Vereador Gilberto Natalini: *“...obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento meus colegas Vereadores, o Presidente do Conselho e os demais presentes. Acho que a fala do Dr. Francisco foi de fundamental importância, porque resumiu a situação desde os aspectos políticos até os aspectos técnicos e operacionais, da condição dos animais na cidade de São Paulo. É muita informação e muito problema ao mesmo tempo. Talvez tivéssemos de ter isso de uma forma mais sistematizada, até para servir como subsídio para a Comissão de Estudos, porque, sendo uma Comissão de Estudos, estamos estudando; embora alguns aqui tenham mais experiência que outros no assunto, no final, a Comissão tem de votar um relatório e fazer uma série de sugestões. Sendo assim, a minha primeira questão é que o senhor pudesse, juntamente com quem o senhor achar que deve, sistematizar, se é que ainda não foi feito, num documento enxuto para que, por meio de cópia, possamos uniformizar o conhecimento com nossa assessoria para embasar o nosso raciocínio. Inclusive, se o senhor puder, traga o filme para apresentar aqui. Farei, então, um requerimento ao Presidente Tripoli para que esse material possa chegar às nossas mãos.*

Acho que é muito importante, porque quanto mais dados, mais quantificação houver, melhor, porque a primeira pergunta do gestor público é quanto custa. Na verdade, não é necessário dizer exatamente o quanto custa, mas é necessário quantificar o problema para que possamos raciocinar sobre ele e a questão do valor passar a ser secundária. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto diz respeito ao seu lamento, com certa razão, porque o problema é realmente sério. Acho que existe muita desorganização no processo no sentido de que não foi dada importância pelas seguidas gestões, em que pese a atuação de V.Exa. e de alguns outros Vereadores – diga-se de passagem, não são muitos – que se preocupam com essa temática, extremamente importante para a vida dos animais e a vida dos humanos que convivem com os animais aqui na Cidade, assim como para a questão ambiental, cada dia mais importante. Digo também, a título de exemplo, que existe uma doença de pele que acomete os seres humanos chamada psoríase, que atinge 2% da população, mas cujo diagnóstico sequer era feito pelos médicos da cidade de São

Paulo, porque eles não sabiam fazer. Começamos a tratar desse assunto, caminhamos e já estamos no sétimo encontro.

Hoje, há uma preocupação por parte do Poder Público em dirimir problemas e conseqüências, inclusive com a compra de máquinas de fototerapia, mais duas que serão compradas e a abertura de locais para treinamento de médicos. Então, isso é um processo. Quando o nobre Vereador Tripoli me convidou para participar desta reunião da Comissão de Estudos, fiquei muito agradecido, porque para mim seria uma ótima oportunidade para conhecer o assunto e me debruçar sobre ele, ajudando a propor soluções, modestamente falando. Acho, sim, que podemos muito bem sair desta Comissão com um estudo de alta envergadura, simples, concreto, como fizemos na reunião da Comissão de Estudos sobre o aquecimento global, da qual saíram uma série de sugestões para a municipalidade, que foram encampadas e estão sendo colocadas em prática. Não é nenhum bicho-de-sete-cabeças. É claro que não vamos resolver todos os problemas, mas podemos colaborar, inclusive na questão organizacional de um órgão que centraliza, que tem poder. Sobre a questão do dinheiro, o CCZ não é órgão ordenador de despesas. Isso tudo deve ser conversado com o Poder Público. Então, a minha alegria de poder raciocinar sobre isso. Podemos chegar ao final com um estudo muito bem feito e com a proposta completa, inclusive, com projeto de lei que, provavelmente, podemos criar. Por último, requeiro essa discussão com o Conselho e outras instituições que tenham essa clareza do assunto, essa calma.

Ele está pedindo desculpas pela impertinência, mas, diante da problemática, o senhor foi extremamente cavalheiro, gentil, e expôs o problema de forma ativa, com sugestões práticas. Portanto, requeiro a V.Exa. que pudéssemos chamar aqui três ou quatro pessoas do Poder Público, em um único dia. Chamar o CCZ, a fiscalização da Subprefeitura, o representante da saúde que faz a interface com as epidemias e as endemias, o Verde e Meio Ambiente, e enfim, para fazer um debate a fim de colocar a Prefeitura à altura dessa discussão de hoje. Obrigado.”

Retoma a palavra o Senhor Presidente Vereador Roberto e oferece a palavra ao Vereador Aurélio Miguel que inicia cumprimentando o Dr. Francisco Cavalcante, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária e esclarece que: “... alguns estabelecimentos da cidade de São Paulo vieram reclamar a esta Casa. Quantos estabelecimentos registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária têm, hoje, na cidade de São Paulo? Qual a mensalidade que eles pagam, porque o pagamento de anuidade é obrigatório a todos os estabelecimentos que comercializam insumos relativos a pet shops ou veterinários e eles reclamam que não há contrapartida. Então, seria interessante fazermos um debate com os donos de pet shops sobre quais as dificuldades deles em relação ao Conselho, que também participará. Sendo assim, esclareceremos quais as obrigações e responsabilidades deles, porque reclamar é fácil, mas muitos ficam cegos na hora de saber de suas obrigações. E eu queria, na verdade, fortalecer essa relação entre ambas as partes para fortalecer cada vez mais esse segmento.”

Em seguida observa o Presidente do CRMV, Dr. Francisco Cavalcante: “...hoje, temos, na cidade de São Paulo, 10 hospitais veterinários, 612 clínicas veterinárias, consultórios 644, pet shops 647, 36 salões de banho e tosa e 6.218 médicos

veterinários pessoa física. Em 2007 estive na Câmara Setorial de Lojas de Pet Shop, representando o Presidente do Conselho Federal, para discutir o problema. A mensalidade varia de 368 a mil e tantos reais, dependendo da categoria que ela esteja no Conselho. Há uma tabela, uma resolução do Conselho Federal que estabelece isso. Há um grupo de advogados em Santo André que orienta os pet shops a não se registrarem no Conselho, baseados na Lei do Comércio, que o pet shop não comercializa produtos veterinários. Tramita na justiça do município uns dois mil processos relacionados a isso. E estamos contestando todas essas ações. Na semana passada, tivemos o julgamento da Desembargadora favorável ao Conselho.

E por quê isso? Porque eles dizem que não vendem animais. E, agora, nossos fiscais estão registrando através de fotos que ele está vendendo animal. Então, ele mentiu para a junta comercial, para o conselho e para a justiça. O advogado, quando fez a petição judicial de limitar, alegou que o comércio dele não era ligado a animal, e estava lá o animal. E revertermos já seis processos nesse sentido. Sendo assim, o pet shop fica em dificuldade porque são recolhidas todas as taxas atrasadas com juros e correção. Além disso, ele terá de se registrar no Conselho e ter um veterinário responsável. Então, é muito mais fácil trabalhar corretamente do que burlar a lei. Se o estabelecimento tem um registro do Conselho e um veterinário responsável, consegue um diferencial diante da sociedade. E é por isso que estou nessa campanha de classificar os pet shops em A, B e C. Quem é o A?

É aquele pet shop que vende tudo e tem uma clínica veterinária. Quem é o B? É o que tem tudo aquilo e tem um consultório. E o outro não tem clínica nem consultório, então, é o C. Com isso, aos poucos, vão sendo padronizados. O que se paga ao Conselho não significa nada em vista do que ele comercializa. E muitos não querem. Há o problema da ração. A gente chega no pet shop, tem ração por quilo sem identificação nenhuma. Então, se amanhã eu vendo essa ração e há a morte de um animal, como vou atrás do produtor se não sei qual é o tipo de ração? Queremos disciplinar os pet shops, orientá-los. Por isso é interessante que tenham o registro no Conselho.

Não queremos tumultuar ninguém. Queremos fazer com que trabalhem de acordo com o que a sociedade quer. Esse é um ponto importante. Há pet shops que vendem ração a granel. Durante a noite nem fecham aquilo, mas o ratinho está lá. Aí o ratinho urina ali e leptospira. Venho no dia seguinte e levo para minha casa uma ração contaminada. Então, qual é a função primordial deles terem registro conosco e ter o Veterinário? Exatamente nesse sentido, queremos o bem estar de todos os animais. Agora vou entrar no banho e tosa. O Conselho Federal baixou uma resolução pedindo para que os Conselhos Regionais exigissem a presença do Veterinário no banho e tosa. Um colega chegou para mim e disse: mas e o barbeiro, não tem um médico. Disse a ele que isso não é problema meu, estou preocupado com a minha área, com os animais. Por que a pessoa quando vai a um banho e tosa tem de levar a carteirinha do animal? E o resíduo, é lixo hospitalar? Não.

É lixo comum. Deveria ser lixo hospitalar. Em Franca já é lixo hospitalar. Por exemplo, eu levo meu animal e tenho com ele todos os cuidados, mas a Regina não é muito cuidadosa com o animal dela – é um exemplo, sei que ela ama demais os animais – que está infestado de endo ectoparasitose. Fiz a tosa, recolhi aquilo e mando para o

lixo comum. Vai para o lixão alimentando os animais sinantrópicos com parasitas. Aí coloco aquele animal na gaiola para secar. No dia seguinte, eu que cuido do meu animal com amor, levo para o banho e tosa e colocam o animal na mesma gaiola. É infestado. Então, tem de ter essa orientação. Isso é fundamental.”

Então o Vereador Aurélio Miguel interroga: “...o senhor entende que as fezes em todos os estabelecimentos de tosa tem de ser lixo veterinário?”

Responde o Dr. Francisco Cavalcanti: “...Lixo hospitalar!”

O Vereador Aurélio Miguel questiona: “...é que o CCZ encaminha um número grande de fezes para incineração. E aí que gostaríamos de saber, é um gasto alto, um custo alto, se é o correto ou não?”

A afirmativa do Dr. Cavalcanti em resposta: “...é lixo hospitalar. É lixo hospitalar. Tem de ser. Infelizmente, são coisas que acontecem, falta de orientação, falta de visão.

O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli oferece a palavra ao Vereador Bispo Atilio e sugere que em seguida os presentes inscritos deveriam se manifestar.

Vereador Bispo Atilio inicia cumprimentando a todos e: “...uma boa tarde a todos. Quero agradecer a presença de todos, a presença do Dr. Francisco, pela sua explanação, parabenizá-lo por isso. E dizer que podemos utilizar vários órgãos que já existem na nossa cidade.

Eu, às vezes, nas minhas idéias, muitas vezes, têm características de idéias polêmicas. Tive oportunidade de participar de uma CPI que tratou dos problemas da criança, do adolescente e dos idosos. Na época, sugeri que se criasse um Conselho Tutelar para idosos. E as pessoas idosas se sentiram ofendidas, porque acham que não precisam de tutela. Claro, o idoso saudável não precisa. Mas o idoso com problemas precisa, necessita. E sugerimos que fosse criado um Conselho Tutelar para idosos na Comissão. Ou que se agregasse ao Conselho Tutelar atual, da criança e do adolescente, uma ou duas pessoas que pudessem prestar esse serviço.

Poderíamos também, já que temos o Conselho Tutelar, de repente preparar esses profissionais, ter em cada Subprefeitura cinco conselheiros com instruções para poder dar esse tipo de assistência, colher dados, informações nos pet shops, que o senhor disse que existe um número, que o senhor tem uma estatística, mas e quantos a outros que existem por aí, que não se tem nenhum controle. Então, acho que o Conselheiro Tutelar, em que pese já a grande tarefa que tem, vai aqui uma sugestão para a Comissão, de poder agregar esses valores ao Conselho, para que ele pudesse também servir como órgão fiscalizador no trato, no cuidado dos animais.

Acho que poderíamos aproveitar esse órgão importante do nosso município e utilizá-lo, porque seria mais uma voz, já que os animais não falam, seria mais uma voz para poder ressoar para que pudéssemos ter regras, instruções para qualidade de vida dos animais na cidade de São Paulo. Creio que depois desta Comissão de Estudos, será inevitável a instalação da Comissão Extraordinária Permanente do Cuidado e Direitos dos Animais. Vamos lutar com todo afinco, toda disposição para a instalação

dessa comissão, uma vez que já somos membros da Comissão de Estudos, seremos membros, conseqüentemente, da Comissão permanente para podermos ajudar o nosso município E como o senhor disse que tudo que é feito na cidade de São Paulo reflete no Estado e no Brasil, ofereço a nossa contribuição e a de todos os profissionais da área para melhorarmos as condições de trato dos animais em nossa sociedade. Muito obrigado, doutor, pelas orientações que o senhor nos trouxe.

Foram muito esclarecedoras. Depois, eu e minha assessoria vamos procurá-lo para ver de que maneira podemos, Sr. Presidente, levar as suas informações à população. Talvez, a elaboração de uma cartilha que seria distribuída nos pontos de ônibus, metrô, condomínios dando instrução para o trato com os animais. É fundamental que estejamos cada vez melhor preparados para cuidarmos dos animais da nossa cidade. Obrigado.

O Presidente da Comissão anuncia o recebimento da tese de mestrado, entregue à comissão, pela Dra. Osleny Viáro, médica veterinária do CCZ, denominada Impacto Educativo no Projeto Para Viver Bem com os Bichos. Informa também o Presidente que o tempo está curto e se todas as perguntas não forem respondidas em tempo, deverão ser encaminhadas à comissão e todas serão recolhidas para respostas posteriores. Abriu a palavra aos presentes que desejassem se manifestarem e pediu que se identificassem no microfone para registro da taquigrafia. A Dra. Vânia Plaza Nunes, médica veterinária de Jundiaí faz uso do microfone: *“...bom dia. Eu sou médica veterinária sanitaria, especialista em bem-estar animal, e sou Presidente da Comissão de Bem-Estar do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo. Quero fazer duas considerações importantes para que as pessoas, principalmente que a própria Comissão possa ter todos os lados da história.*

Primeiro, que a leishmaniose tem medidas de prevenção e que, na verdade, precisam ser usadas especialmente em situações como na cidade de São Paulo que pode estar vulnerável em algum momento, mas ainda não apresenta a doença de forma nem eventual nem endêmica. Acho importante que as medidas de prevenção da leishmaniose sejam adotadas. Existem inúmeros trabalhos publicados, existem o manual da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo com as recomendações e trabalhos muito importantes feitos no Estado e em cidades inteiras, como em Andradina, mostrando a eficácia do uso de coleiras, existem vacinas que estão em discussão atualmente. É importante que vocês conheçam tudo isso como ferramentas de prevenção. Como sanitaria eu não poderia deixar de contribuir com essa informação. A segunda questão, Vereador Aurélio Miguel, é com relação à destinação dos resíduos. Isso é importante esclarecer.

Os cistos e os ovos dos parasitas não são eliminados nos processos normais, mesmo quando você tem o tratamento de resíduos sólidos, como em muitas cidades ocorre que em 100% dos resíduos mesmo os de água servida são tratados, a rede de esgoto. Então, o processo de incineração é necessário nesse caso. Porque se você tira um animal da rua e leva para um centro de zoonoses, pelo menos na teoria, ele está oferecendo risco de contaminação. Se nas fezes de animais como esses tiverem resíduos, deve haver tratamento, para se eliminar o risco. Mesmo resíduos sólidos e biosólidos, produtos finais, no tratamento de esgoto, não podem ser destinados em qualquer tipo de cultura, porque há cistos ou ovos que permanecem no processo. Aí a

incineração é a única forma de destruir completamente bactérias. Por isso, o processo tem de ser esse!”

O Vereador Gilberto Natalini solicita em seguida: *“...Sr. Presidente, faço um pedido à Dra. Vânia se pudesse, nos encaminhar algumas cópias do manual e materiais disponíveis, o mais resumido possível, para nós, Vereadores, reproduzirmos e a comissão estudar a questão da leishmaniose no município de São Paulo.”*

Outra pessoa presente faz uso do microfone. Sra. Maria Helena: *“...sou protetora independente. Ajudo muitas ONGs. Uma grande preocupação nossa é a castração. O aumento de animais é muito grande. Faltou aqui uma posição mais efetiva em relação à castração de animais, porque, a partir do momento em que houver uma política pública efetiva, com relação a esse ponto nevrálgico da situação, oitenta por cento de todos os problemas colocados aqui seriam sanados. Deve haver uma política pública efetiva, de castração de animais.”*

O Presidente Vereador Roberto Trípoli se manifesta após o pronunciamento da Sra. Maria Helena: *“...parabéns pelo seu pronunciamento. É muito triste o que acontece. Nesses últimos anos, houve um convênio com o Governo e ONGs para serem feitas castrações. Foram castrados cerca de 160 mil animais. Ocorre que se parou completamente o processo de castração. Convênios pararam, e o Governo ainda deve 120 mil reais, se não me falha a memória, para ONGs que já fizeram esse trabalho. Quando todo aquele trabalho que desenvolvemos, de educação e operação de castração contra a natalidade, de repente, é parado, há uma perda muito grande. Convido as protetoras independentes a estarem aqui, na próxima reunião, na quarta-feira, quando vamos reunir a Covisa e o CCZ. Hoje estamos ouvindo um professor do Conselho de Medicina, para entendermos qual é a filosofia do conselho, em relação a todas essas propostas.*

Quanto à castração, respondo até pelo professor, favorável a esse trabalho. Ele tem colaborado e nos acompanhado. Temos de discutir essa questão com o Estado, o Poder Legislativo, que não está presente, e nem a sociedade civil. Quando fizermos esse debate com órgãos responsáveis, o tema central será esse.”

Em seguida mais um dos presentes se pronuncia no microfone, Sr. Maurício de Paula: *“...sou do Grupo Independente de Estudos de Direitos Animais, na cidade, composto por vários universitários e profissionais. Também faço parte do Projeto Adote um Vereador, que procura, como o Voto Consciente, acompanhar o trabalho dos Vereadores. No caso, acompanho especificamente o nobre Vereador Trípoli.”*

O Presidente Vereador Roberto Trípoli, surpreso em conhecer o Sr. Maurício, manifesta: *“...é você, então? O meu gabinete está a disposição, a minha Assessoria está aí. É um prazer conhecê-lo pessoalmente, eu já sabia da sua existência.*

O Sr. Maurício parabeniza a Comissão de Estudos por ouvir a sociedade em relação aos animais e complementa: *“...em seu discurso, o Dr. Francisco Cavalcante fala bastante da questão de estar preocupado com o animal. De fato, estamos muito preocupados com os animais, mas eu quero provocar um pouco de reflexão a respeito dessa situação porque, normalmente, dizemos que os humanos são animais*

racionais, têm livre arbítrio, e daí vem toda dignidade. Mas o animal não precisa disso para também viver, ser livre? Então, nós, humanos, impomos a eles certas categorias, como o exemplo do Dr. Francisco da compra e venda. Por que o animal tem de ser submetido à compra e venda, como escravos. Animais sacrificados para proteína animal. Se nos preocupamos com o animal, por que temos de impor a ele esses sacrifícios? Essa é minha reflexão.”

Em seguida o Presidente da Comissão avalia que: *“...quando criamos a lei de posse responsável ficou uma discussão, porque começou “proprietário irresponsável”. Ninguém é proprietário de ninguém. É interessante o discurso dele porque faz muito sentido. Todos temos nosso espaço no planeta e cada um deve respeito ao outro. Principalmente, os pets são um produto. Fomos à rua Clélia, por exemplo, e vimos que eram tratados como produto e não como seres vivos, chamo para o microfone a Sra. Izolina.*

De posse o microfone a Sra. Izolina se apresenta: *“...sou protetora independente. Há mais ou menos um ano, viemos ao gabinete do nobre Vereador Tripoli, espontaneamente, oferecer um trabalho em função da Lei do Comércio. Foi até estranho, porque acho que o surpreendemos porque nunca havíamos tido contato, mas, a partir daí, começamos um trabalho de repasse das listas de proteção, pedidos de denúncia de venda ilegal de animais. Isso foi feito, estamos fazendo isso há exatamente um ano. A prova disso é que foi encaminhada, há algumas semanas, uma lista contendo 20 pet shops para a Diretora da Covisa. O Dr. Francisco também recebeu essa lista. Porém, esse trabalho todo está se perdendo, porque não há fiscalização.”*

O Presidente Roberto Trípoli aproveita para questionar se: *“...a senhora teve retorno do Conselho Regional de Medicina Veterinária sobre os ofícios que foram enviados?”*

A resposta da Sra. Izolina: *“...não. Sei que foi a Sra. Regina quem enviou isso, e será disponibilizado o nome desses pet shops irregulares no site do Conselho.”*

O Vereador Aurélio Miguel se manifesta e pergunta: *“...a senhora tem a lista aí? Se me der agora, faço um requerimento na Comissão de Finanças e aprovo para que eles encaminhem uma resposta.”*

E a Sra. Izolina responde ao Vereador Aurélio Miguel: *“...o grande problema é que os fiscais afirmam que vão até o local. Então, na outra semana, vamos lá ou quem já fez a denúncia volta a esse local e não foi fiscalizado, o problema continua. Isso é muito sério, porque é a nossa palavra, nós estamos fazendo uma denúncia. Estamos mentindo? São horas em que nos dedicamos a isso. Nosso trabalho vai além das denúncias porque, por exemplo, quase todos os shopping center de São Paulo têm pet shop hoje, sendo que a maioria deles é irregular, vendendo animais. E eles não querem se enquadrar na lei. Por isso, fazemos um trabalho investigativo para descobrir nome de executivos ligados à direção do shopping e mandamos cartas. Já tivemos algum resultado nesse sentido, mas nem sempre eles respondem, mesmo os executivos. Imaginávamos que uma direção de um shopping não quereria uma dor de cabeça desse tipo, de estar vendendo um produto ilegalmente. O maior problema, hoje, está nesses locais”.*

E complementa o Presidente da Comissão Vereador Roberto Trípoli: “...infelizmente, o Estado não está preparado nem para legislação de Código de Obras, enfim, de Licença de Funcionamento, quanto menos para proteção animal, porque aproximadamente 70, 80% do comércio não tem Licença de Funcionamento. Isso dá abertura para a corrupção da fiscalização. Acho que até tem um movimento que trabalha nesse sentido para deixar do jeito que está para que haja abertura para corrupção, senão não há jeito de alguns fiscais ganharem dinheiro com as obras irregulares. Fomos, ontem, em alguns locais que não tinham licença. Um entrou com o pedido de licença há dois anos, o outro entrou com anistia e devia estar há mais de um ano esperando. Gostaria que o senhor estivesse presente na próxima reunião, na qual reuniremos o Diretor do CCZ, a Covisa, Subprefeitura, para responder essas perguntas e sabermos qual é a dificuldade e em que o Parlamento pode ajudar. Porque a questão que a maioria dos protetores vão abordar, com certeza, diz respeito à Covisa, ao CCZ. Seria interessante convidar o máximo de pessoas possíveis, marcaríamos um horário anterior, não mais às 11h. Desculpe, nobre Vereador Aurélio Miguel, mas o Secretário de Saúde não sabe o que está acontecendo. Acho que, primeiro, temos de ouvir CCZ, Covisa e, depois, convidá-lo para debater, porque já conversei com ele várias vezes e ele não está preocupado. Todas as reivindicações, reuniões, que fiz com as ONGs, com os técnicos, na Secretaria de Saúde, nada ocorreu até hoje, tudo promessa.

Entramos lá para centralizar o CCZ, construir vários CCZ, fomos para Brasília, tem dinheiro do SUS, apresentaram os projetos, as planilhas de custo e, até agora, não desenvolveram nenhum deles. Coloquei dinheiro no orçamento para também criar clínica na Subprefeitura e, até hoje, temos uma Subprefeitura com uma pequena clínica que, na verdade, não é uma clínica, está alojando material. Sobre críticas, então, vou pegar toda a relação dos despachos que fiz na Secretaria.

Temos de separar CCZ de abrigo. CCZ cuida das doenças, das pesquisas, mas proteção lá não tem. Conversando com o Diretor de lá, a quem o senhor tanto elogiou, ouvi cada absurdo dele e, sinceramente, não sei o que ele está fazendo lá. A começar por ele tratar o animal como um objeto. A pedido do nobre Vereador Aurélio Miguel, fomos visitar o CCZ. O órgão já estava avisado da nossa visita, por isso estava tudo limpinho. No entanto, encontramos um animal que se encontrava na unidade desde agosto do ano passado com bicheira na cabeça já atingindo o cérebro. Nós, que não somos veterinários, identificamos uma coisa dessas.

A Regina ficou louca da vida; a Ângela correu para chamar um veterinário, mas ele acabou sendo sacrificado. Quer dizer, imaginem então uma visita flagrante. Conheço a história do CCZ há 20 anos. Nem sempre fui Vereador, comecei como voluntário do movimento ecológico da Cacilda Lanuza, Presidente do Grupo Seiva de Ecologia, onde conheci minha esposa; no Tucuxi, Grupo de Proteção ao Boto, do Márcio Augelli. Não sei se vocês lembram disso, mas não mudou desde então, é a mesma coisa, é a mesma história. Briguei muito com o Conselho, que só pensava em alimentação a gado e a galinha. Agora não, estou mais light. Desculpem-me os veterinários, mas, quando fiz a lei de castração, as entidades e o movimento ambientalista eram totalmente contra. Por isso, gostaria que este debate fosse feito junto com os órgãos responsáveis por esse problema, ou seja, com o CCZ e com a

Covisa, hoje, o meu maior problema. Queria convidar, portanto, o responsável pela CCZ da cidade de São Paulo, assim como o responsável pela Covisa da cidade de São Paulo; também a Anclivepa, a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais, e um representante da Secretaria das subprefeituras, em nome de Andréa Matarazzo.

Vamos fazer um debate limpo e claro, vamos dar oportunidade também à sociedade civil de se manifestar. Vamos ver se chegamos a um consenso, porque falta de dinheiro não é. A cidade de São Paulo movimentava um montante de 27 bilhões de reais, e é uma questão de saúde pública. Pessoas me perguntam quando comecei a me engajar no movimento de proteção animal. Não existe para mim essa história de quando começou, por isso respondo que não me lembro, porque já nasci assim, sempre trabalhei com isso, sempre fui assim. Estou com 55 anos e milito no movimento ambiental há mais de 30 anos; comecei no exterior na época do exílio. As senhoras e os senhores presentes que tiverem alguma pergunta para fazer, façam-na por escrito para a minha assessoria. Gostaria, então, que o Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária encaminhasse a esta Comissão todas as denúncias que lá chegaram para tomarmos conhecimento, porque, como somos fiscais do Poder Executivo, temos de saber porque não houve a resposta. Convido os órgãos responsáveis pelos animais para uma reunião na próxima quarta-feira, às 9h. Primeiro, discutiremos a blitz que fizemos, algo bem rápido. Em seguida, abriremos a palavra para quem quiser explicações do Poder Público. Dou a palavra agora para Regina Macedo da minha assessoria...”

A Senhora Regina Macedo esclarece: “...só para fins de esclarecimento, essa listagem foi a mesma listagem já encaminhada pela Comissão; inclusive já demos também conhecimento ao Dr. Francisco. Boa parte dessa lista vem dos protetores independentes e da UIPA, e são denúncias consolidadas. Uma lembrança: o Dr. Francisco falou que no Campo Belo, conforme publicado na revista Veja e segundo estatísticas da Folha, 82% dos animais são comprados. Daí para os senhores perceberem a importância dos pet shops que vendem animais. Se esses 82% já forem vendidos castrados, já teremos um grande avanço, porque as protetoras não precisarão depois recolher mestiços nas ruas. Muito obrigada.”

O Presidente da Comissão Vereador Roberto Trípoli dá a palavra a presidente a UIPA União Internacional de Proteção Animal, Dra. Vanice Teixeira Orlandi que se manifesta: “...a título de contribuição, como muito se critica a lei estadual que vedou a eliminação de cães e gatos saudáveis, atribuindo à lei a obrigatoriedade do Centro de Controle de Zoonoses a manter animais, quero deixar claro que a lei – e isso consta do artigo 6º, inciso I da lei – não fala em se manter animais em Centros de Controle de Zoonoses. A lei, sim, institui um programa e diz que, para a sua efetivação, o Poder Público tem de destinar um local para esses animais serem expostos e mantidos, disponibilizando-os para adoção. As autoridades, os órgãos públicos que gritam contra a execução da lei deveriam estar, sim, lutando pela destinação de um local adequado para os animais, ao invés de irem contra a execução da lei, que foi inspirada por um motivo bem nobre, que é o de vedar a eliminação de animais. A segunda coisa que quero abordar é sobre o termo posse é que há muitos anos a UIPA usa sempre guarda ou tutela, porque posse é para coisas; ter posse é ter o

objeto à disposição, por isso o consideramos um termo pejorativo. Então, fica a sugestão do uso do termo guarda e tutela em detrimento do termo posse. Obrigada.”

O Presidente Vereador Roberto Trípoli faz o encerramento e agradece aos presentes:”... Obrigada por sua fala. O Deputado Feliciano Filho, autor da lei que proíbe o extermínio indiscriminado de animais pelo Poder Público como forma de controle populacional, esteve me visitando nesta Casa. Gostaria, então, que S.Exa., juntamente com esses órgãos que anunciei e entidades como as que foi citada pelo Sr. Dimas Gómez, fossem convidadas para a próxima reunião nesta Casa para debatermos mais o tema. Agradeço a todos a presença. Acho que foi a primeira assembléia na Câmara com a presença de tantas autoridades da área de proteção animal, tanto as da sociedade civil com as do Estado.

Gostaria que vocês retornassem na próxima quarta-feira para discutirmos o que está acontecendo com os órgãos públicos e com a sociedade civil, assim como as ONGs protetoras. Aliás, estou defendendo a tese de que temos de criar protetores para os protetores, porque tenho conhecido muita protetora que não se alimenta, não via ao médico, não cuida dos dentes, não cuida do estômago, que armazena sua alimentação na mesma geladeira onde armazena o alimento dos animais, etc. Então, são pessoas debilitadas que precisam inclusive de atendimento psicológico. Conheço protetoras, por exemplo, que moram com 50 animais dentro de quarto. Enfim, acho que temos de aproveitar esta Comissão para debater todos os temas relacionados à proteção animal. O médico veterinário presente, o Dr. Wilson, conversou com alguns médicos, veterinários e dentistas, no sentido de que eles possam atender essa população, porque são pessoas que realmente precisam ser ajudadas. Agradeço mais uma vez a todos vocês. Convoco outra sessão para a próxima quarta-feira, às 9h, que marcará o encontro de representantes do governo e da sociedade civil organizada. Muito obrigado. Declaro encerrados os trabalhos.

6. Vereadores exigem fiscalização rigorosa em pet shops

O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli abre a reunião do dia 8 de abril de 2009 e cumprimenta a todos os Vereadores membros da Comissão: “...bom dia a todos os presentes, Sras. e Srs. Início a reunião da Comissão de Estudos para avaliação da coexistência de animais domésticos, domesticados, silvestres, nativos e exóticos, com a população humana e os reflexos na saúde pública e o meio ambiente, bem como a legislação pertinente à cidade de São Paulo. Temos a presença dos Srs. Vereadores: Vice-Presidente Atilio Francisco, Aurélio Miguel, nosso relator. Damos início à nossa reunião...”

O Presidente Vereador Roberto Trípoli faz um encaminhamento: “...a presidência recebeu um convite da Prefeitura de Curitiba na qual eu já estive o ano passado que estão lançando um programa, sabemos que somos da sua atuação de defesa dos direitos dos animais, formalizamos o convite de V.Exa. passível da sua unidade no lançamento do Projeto de Rede de Defesa de Proteção Animal de Curitiba, pelo Sr.

Prefeito de Curitiba, Engenheiro Carlos Alberto Richa, dia 15 de abril de 2009, no Salão Brasil, na Prefeitura, às 14h e 30min. Então, nesse sentido, eu peço licença na quarta-feira para dirigir-me até Curitiba. Como hoje estenderemos os trabalhos até um pouco mais tarde e conversando com os Srs. Vereadores, adiaremos a próxima reunião de quarta-feira, pois já temos dados suficientes para que o relator possa analisar. Seria mais uma reunião técnica, mais de bastidores. Então, mais sete dias e faremos a próxima reunião. De acordo com os Srs. Vereadores, também, depois de ouvirmos essa reunião, faremos uma outra para tratar de animais domésticos, domesticados e a assessoria ficará nos bastidores preparando o relatório. Enfim, o Sr. Vereador Aurélio Miguel apresentará à douta Comissão e passaremos para questão dos silvestres e silvestres exóticos. Claro que a intenção desta Comissão, eu gosto de lembrar, era entregar o relatório em sessenta dias, mas pretendemos pedir mais sessenta dias, porque a intenção de fato é um projeto do Sr. Vereador Atilio Francisco. Ele deseja criar uma Comissão Permanente na Câmara Municipal de São Paulo de proteção aos animais. Então, se der certo, Sr. Vereador Atilio, entraremos com a Comissão Permanente para poder fazer uma espécie de canal entre a população e o Poder Executivo. Bom, agradeço a presença de todos os convidados, é livre a entrada a este Plenário. Mas, hoje foram convidadas a Secretaria das Subprefeituras, da qual estão representando aqui o Sr. Milton Hatsumura, Engenheiro da Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo e o Sr. Claudio de Campos, Arquiteto da Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo, a Sra. Inês Suares Romano, Diretora da Covisa, Dra. Wilma Clarice Geraldo, Diretora de Divisão de Fauna. O Secretário é muito bem-vindo. Hoje, foram convidados o CCZ, a Covisa e as Subprefeituras.

A Secretaria do Verde e Meio Ambiente é responsável pela fauna silvestre; por isso não está na pauta de hoje. Queria registrar também a presença do ambientalista e protetor dos animais, o Sr. Júlio César de Oliveira, Vereador de Jundiaí, que se encontra ao lado de sua assessora; e informar que convidamos o Deputado Feliciano. Vamos encaminhar a forma como discutiremos com o Poder Público alguns fatos que ocorreram nos últimos dias, por ocasião da visita que fizemos ao CCZ e da blitz que fizemos aos pet shops.

Mesmo tendo sido avisados de que receberiam nossa visita, a situação que encontramos no Centro de Controle de Zoonoses era triste. Depois, fizemos uma força-tarefa composta por representantes dos órgãos públicos responsáveis e fomos aos pet shops. Foi uma experiência nova, porque o Poder Público ainda não tinha se manifestado a partir da nova legislação; não tinham aplicado nenhuma multa. Detectamos várias falhas, as quais passaremos a discutir para que possamos encaminhar melhor o processo. Exibiremos algumas imagens obtidas a partir da visita ao CCZ e da blitz que fizemos aos pet shops. Peço à Assessoria que as exiba. Aproveito, também, para salientar que as imagens do CCZ são mais importantes.

As imagens da vistoria no CCZ/SP foram apresentadas nesse momento, e após a apresentação o Presidente Vereador Roberto Trípoli anuncia a presença do Senhor José Naspitz representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária e agradece o acompanhamento do Dr. Naspitz nas blitz e comenta: "...o animal que vocês viram nas imagens foi apreendido em 13 de agosto. O Centro de Controle de

Zoonoses, sabendo que estávamos a caminho, limpavam e arrumaram tudo. Ainda assim, uma assessora nossa identificou este animal, cujo cérebro estava sendo comido por uma bicheira. Quer dizer, o cérebro do animal estava sendo comido há 7 meses. O animal foi, então, retirado do espaço de manejo e sacrificado naquele mesmo dia. A Comissão, a par da situação, pretende entrar com representação no Ministério Público Federal para que sejamos representados junto ao Poder Público Federal, uma vez que julgamos se tratar de crime ambiental, pelo qual, evidentemente, alguém deve responder pelo descaso. Obtivemos alguns avanços, conforme nos foi dito pelo nobre Vereador Aurélio Miguel. Eu mesmo, há muito tempo, defendo a separação entre o Centro de Controle de Zoonoses e o Abrigo. Em relação à separação, já podemos observarmos avanços significativos. Assim, acredito que em breve tenhamos essa questão solucionada. A esse respeito, conversamos com o Prefeito e com os Secretários, e cremos que, em breve, haverá tal separação.”

O Presidente Vereador Roberto Trípoli faz outro encaminhamento: *“...o primeiro encaminhamento que faço aos Srs. Vereadores é no sentido de que comecemos a fazer as perguntas – à Subprefeitura, à Covisa e ao CCZ –, após o que exibiremos imagens da blitz que fizemos aos pet shops. Em seguida, os Srs. Vereadores dirigirão a palavra aos representantes do Poder Executivo; depois de um certo tempo, concluído o interesse de nosso relator, principalmente, abriremos a palavra às entidades de protetores que queiram se pronunciar a respeito do Centro de Controle de Zoonoses, Covisa e Subprefeitura, que é a fiscalização da legislação em vigor. Então, vamos nos ater a esse tema, para que o relator possa concluir o seu trabalho. Gostaria de anunciar, também, a presença da nossa querida protetora, Sra. Nina Rosa, produtora daqueles filmes tristes que vemos pelo nosso país. Agora, assistiremos ao filme.”*

Durante a apresentação do vídeo o Presidente Vereador Roberto Trípoli faz comentários: *“...bem, na primeira fase está sem som, mas isso foi uma denúncia da UIPA – União Internacional Protetora dos Animais; esse é um pet shop, na Rua Estados Unidos, uma área dos Jardins, conhecida, onde os animais estavam em locais não próprios, não é? Um aquário de vidro, que irá aparecer aí; os animais também, acho que não estavam castrados e as fêmeas, já não estavam operadas, espaço físico, enfim. E não havia médico veterinário, não é, Sr. José? Não tinha um responsável técnico e também não tinha licença de funcionamento; quer dizer, não possuía nada, não é? E a licença, na verdade, parece-me que o responsável que irá se pronunciar, estava com pedido de anistia mas, muito antigo. Um outro local em que estivemos, na Rua Clélia, também sem licença, estava com pedido de licença, há dois anos. Esse é o Pet das Meninas, na Rua Estados Unidos, onde estiveram presentes a Covisa, o CCZ, o Conselho de Medicina Veterinária, os Srs. Vereadores, a assessoria, enfim. É uma operação que, conversando com o Sr. Prefeito, pretendemos dar seqüência, no momento oportuno, mas também sem avisar, porque eles se preparam.*

Então, pretendemos fazer essa força tarefa, porque fizemos apenas em dois locais e tomou o dia inteiro. Acho que esse filme não foi editado, se for passá-lo inteiro, irá tomar muito o nosso tempo. É melhor tirar do ar e iremos falando.”

Após a finalização do vídeo o Presidente inicia as perguntas aos presentes representantes dos órgãos públicos que participaram da blitz do Pet Shops:

**Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados,
Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a
Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo
RELATÓRIO FINAL / MARÇO - 2010**

“...Começarei com algumas perguntas, passaremos aos outros Vereadores e depois abriremos aos Srs. presentes. Farei a primeira pergunta à Secretaria das Subprefeituras e peço, por favor, que o senhor se identifique.”

O Senhor Milton Hatsumura é o primeiro a se apresentar: *“...bom dia; sou engenheiro da Supervisão Geral de Uso e Ocupação de Solo.*

O Senhor Cláudio Campos se apresenta em seguida: *“...bom dia; sou arquiteto da Supervisão Geral de Uso e Ocupação de Solo.*

O Senhor Presidente Roberto Trípoli, agradece a presença dos representantes e se manifesta: *“...muito obrigado pela presença. A primeira pergunta que faço aos senhores é: o Vereador Aurélio Miguel, faz parte, inclusive, de uma comissão de estudos, se não me falhe a memória, sobre o licenciamento na cidade de São Paulo e já é notório que 70% ou mais não possuem licença de funcionamento em nossa cidade. Então, isso, no meu entendimento, dá abertura para a corrupção; enquanto a gente não resolver o Parlamento e o Poder Executivo, a questão da licença de funcionamento, isso dá abertura para a corrupção, no meu entendimento, palavras minhas. Em dois locais que fomos, um, tinha pedido de anistia; há quanto tempo ele entrou com o pedido de anistia?”*

A resposta do Senhor Milton Hatsumura foi que o processo referido é do ano 2003. O Presidente Vereador Trípoli argumenta: *“...então, em 2003 ele entrou com o pedido de anistia; está aberto até hoje, não foi fechado?”*

A resposta do Senhor Milton Hatsumura: *“...está em análise.”*

“Está em análise há quanto tempo?” Pergunta o Presidente Roberto Trípoli.

“Praticamente... estamos em 2009, não é?” Responde o Senhor Milton, e o Presidente Trípoli questiona: *“...está há três anos em análise, quatro anos em análise, seis anos em análise?”*

“Seis anos em análise.” Responde o Senhor Milton Hatsumura e complementa: *“...na verdade, quem me passou essas informações foi a CPDU de Pinheiros. Segundo eles, informaram que tem esse processo de 2003 e que se encontra em análise. E conforme o artigo 23 da Lei 13.558/2003 não foi possível autuar por falta de licença de funcionamento.*

O Presidente Vereador Roberto Trípoli: *“...não foi possível autuar por falta de licença de funcionamento, por que?”*

“Devido a esse artigo 23 da Lei 13.558/2003, da Lei de Anistia.” Responde o Sr. Milton Hatsumura e o Presidente Roberto Trípoli interpela: *“...só para eu entender: a Câmara Municipal faz as leis para organizar a cidade, a pessoa não cumpre a lei; passado um tempo, ela tem direito de entrar na anistia. Ela entra com um processo na Prefeitura, faz aquele “puxadinho” dela, não é isso? A maioria é um “puxadinho” ou o que for, e aí, entra com um pedido de anistia; a lei não diz em quanto tempo deve ser analisado pelo Poder Público, esse pedido de anistia? Fica em aberto.”*

“Eu, sinceramente, agora, não poderia informar, porque não sou o técnico, exatamente, de licença de funcionamento.” Responde o Senhor Milton.

“Eu só quero entender como iremos sair para outros locais, para averiguar, se em um que fomos, está com pedido de anistia e há seis anos para análise. Não sei por que tanto tempo para análise de uma anistia; depois, o outro não possuía licença de funcionamento, mas tinha um protocolo, Rua Clélia, na Lapa, não é isso?” Se posiciona o Senhor Presidente Roberto Trípoli.

“Sim, o outro...”. Conclui o Senhor Milton. *“A situação da Lapa, qual era?”* Vereador Roberto Trípoli.

“O outro local tinha uma entrada de processo de licença de funcionamento, mas apesar disso tudo, foi lavrado um auto de multa e foi aberto um processo fiscal administrativo.”

A partir desse momento o Presidente Vereador Roberto Trípoli formula perguntas que Senhor Milton Hatsumura e que vamos processar identificando o Presidente Roberto Trípoli – PRT, e o Senhor Milton Hatsumura como MH.

PRT: *“Qual a multa?”*

MH: *“Por falta de ...da Clélia.”*

PRT: *“O valor da multa, sanção, qual foi?”*

MH: *“Foi feito um auto de intimação, um auto de multa, não é? Nos termos da Lei 13.885 e aberto um processo administrativo, por falta de licença de funcionamento.”*

PRT: *“Agora me responda o seguinte: ele está há quanto tempo com esse pedido de licença?”*

MH: *“Bom, o CPDU não me informou aqui, a data, exatamente.”*

PRT: *“Bom, pelo que eu lembro.”*

MH: *“2008. Desde 2008, desculpe-me.”*

PRT: *“2008? Acho que é anterior a 2008, pelo que eu vi naquele momento.”*

MH: *“O PA dele...”*

PRT: *“Mas vamos supor que seja de 2008; não houve nenhum fiscal da Subprefeitura da Lapa para poder, porque ele tem uma multa, ele tem direito a apresentar documentação, recurso, tem a segunda multa, tem a terceira e fechamento administrativo; estou errado ou não?”*

MH: *“Correto”.*

PRT: *“Muito bem. Não teve... em 60 dias dá para fechar esse e não é? E como já está há um ano, não teve nenhum fiscal da Subprefeitura da Lapa que fiscalizou a não sermos nós, que estivemos lá?”*

MH: *“Pelos informações, as ações foram feitas quando nós fomos lá.”*

PRT: *“Então, a Subprefeitura, quer dizer, a Subprefeitura que é do lado da Rua Clélia, fica na Rua Guaicurus, não fiscalizou esse estabelecimento, pelo que nós entendemos aqui. Eu não estou responsabilizando o senhor por isso, estamos aqui trocando informações, porque no relatório, iremos tomar as providências cabíveis em relação ao Governo. Mas, só para entender, porque iremos fazer outras blitz e veremos não apenas a questão da proteção animal, como também a questão da*

Cidade Limpa, licença de funcionamento, higiene, não é isso? E da forma que estou vendo aí, esses processos não andam?"

MH: *"Nos dois locais foram feitas autuações de anúncios; na Rua Estados Unidos, por anúncio indicativo."*

PRT: *"Eu pedi, foi Cidade Limpa."*

MH: *"É, foi feito um auto de multa. E na Rua Clélia, foi autuado por banners."*

PRT: *"Bom, na Rua Clélia tinha cerca de seis ou sete animais, em estado de maus tratos, espaço físico, enfim. Foram Covisa e CCZ que viram a situação; só existiam esses animais lá. Não sei se o senhor lembra, mas embaixo, no lixinho, debaixo da pia, havia dois animais pequenos, três animais e depois, a vitrine. Nós retiramos os animais de lá; ficando apenas um, não é? Então, aquele comércio não tem mais o porquê existir, não tinha nada, era o balcão e os animais. E o que fez a Prefeitura? Fez uma multa."*

MH: *"Fez uma multa e está abrindo um processo administrativo, por falta de licença de funcionamento."*

O Senhor Presidente Roberto Trípoli consulta se os Senhores fazer alguma perguntas aos representantes da Subprefeitura e em seguida oferece a palavra ao Vereador Aurélio Miguel e após a manifestação do Vereador pretende passar a palavra aos representantes do CCZ.

Tem a palavra o Vereador Aurélio Miguel.

O Senhor Vereador Aurélio Miguel manifesta-se e pergunta ao Senhor Milton Hatsumura: *"...nesse caso específico da Rua Estados Unidos, não é? Quando o delito foi verificado, não foi possível lavrar a multa e o autuado ficou na dependência do processo de anistia - seis anos -, é uma vergonha para a Cidade de São Paulo. Estamos na era da informática e não conseguimos verificar um processo. Uma vez que está identificada a irregularidade, correndo o processo de anistia, S.Exas., como responsáveis pela manutenção e a ordem da Cidade, não deveriam, agora, comunicar à SEHAB para deferir ou indeferir o processo?"*

MH: *"Sim, vou encaminhar a minha chefia..."*

VAM: *"É o mínimo, já deveriam ter feito."*

MH: *"...para fazer esta solicitação SEHAB, com certeza."*

VAM: *"E o processo em relação à Lapa, foi lavrada a multa, tem um prazo, agora, para apresentarem documentação, se não apresentarem, não tiver regular, 60 dias, é isso? Será lavrada outra multa?"*

MH: *"É isso depende da conformidade e da regularidade, isso é um diferente (Inaudível) prazos."*

VAM: *"Já comunicou à Subprefeitura da Lapa?"*

MH: *"Conversei ontem com o CPDU e vou pedir agilidade."*

VAM: *"Encaminhou oficialmente? Por escrito?"*

MH: *"Vou encaminhar."*

VAM: *"Está bem."*

Nesse momento o Vereador Atílio Francisco se manifesta: *"...não, não quero fazer pergunta, mas fica claro que aprovamos a Lei de Anistia, nesta Casa, em 2003, e não há nenhum critério de análise das anistias, porque deveria haver, pelo sistema*

governamental, critérios de avaliação dessa anistia e estabelecer prioridades. Porque uma situação dessas, por exemplo, principalmente, no que tange a empresas e comércio de animais, que lidam com animais, é preciso haver prioridade de avaliação nesses casos, para regularizar, para que os nossos bichinhos pudessem ter uma atenção, uma qualidade melhor de tratamento na nossa Cidade. Acho chocante que, em 2009, ainda existam tantos estabelecimentos aguardando solução do processo de anistia na Cidade, é chocante, Presidente.

O Presidente Roberto Trípoli agradece comenta que: *“...provavelmente, voltaremos a conversar, teremos reunião com o Sr. Secretário Andréa Matarazzo, também, para analisarmos qual a melhor forma de conduzir a blitz, uma vez que a maioria dos “pet shops” estão irregulares e não temos como autuá-los. Tem a palavra o representante do CCZ. Por favor, identifique-se”*

7. Tripoli cobra cumprimento de promessas da Secretaria da Saúde

A representante do CCZ/COVISA é a Dra. Inês Soares Romano: *“...bom dia a todos. Recebemos o convite, entendemos que estou habilitada para participar da reunião; conversei com a Regina Macedo, sua assessora, a respeito da proposta da reunião e, como temos um programa para apresentar, concluímos que eu sou a pessoa mais indicada.”*

“Não há dúvida, a senhora é responsável pela Covisa, mas nós convidamos o CCZ.” Se posiciona o Presidente Roberto Trípoli. *“...entendo como falha da Secretaria, porque ontem o Secretário de Governo Municipal, Sr. Clóvis Carvalho, confirmou a presença do CCZ. A senhora é responsável pelo CCZ? A título de esclarecimento, o CCZ é subordinado à Covisa. O CCZ tem dotação orçamentária própria?”*

A resposta da Dra. Inês foi: *“...Não, não!”*

“Peço que a senhora ouça primeiro a explicação. Temos interesse em ouvir os responsáveis pelo CCZ. Deveria estar aqui o diretor para responder sobre o dia a dia do CCZ. A senhora, desculpe, é da Covisa, tem conhecimento, mas a sua rotina não é no CCZ. Então, vamos voltar a chamar o CCZ.” Posiciona-se O Presidente Roberto Trípoli.

“Posso explicar o que aconteceu? Por favor. O CCZ é uma gerência da Covisa. Realmente, desconheço o dia a dia do CCZ, temos gerentes, subgerentes, mas, no momento, estão presentes os técnicos do CCZ, para, em alguma eventualidade, poder esclarecer dúvidas. Também estamos providenciando as respostas aos requerimentos encaminhados ao CCZ e à Covisa e ficamos à disposição. A visita ao CCZ foi acompanhada pelo gerente do Centro de Controle de Zoonoses, também, foi uma oportunidade para esclarecimentos de alguns itens que V.Exas., no momento, consideraram importante solicitaram ao gerente. Porém, neste momento, é importante e necessário que a Covisa se posicionasse e apresentasse a nossa proposta de

trabalho, sob orientação e determinação do Secretário de Saúde.” Explica-se a Dra. Inês Romano, mas o Presidente Vereador Roberto Trípoli continua: “...Gostaria de lembrá-la que todas reuniões que tivemos com a senhora e com o seu Secretário, nada foi cumprido quanto ao que foi acordado. Agora, vem mais uma proposta, acredito ser mais uma. Das várias reuniões que tivemos a senhora esteve presente, esteve, também, a Regina, a Ângela, o Secretário, o Secretário Adjunto. Então, vou começar a falar sobre os itens discutidos: Descentralização do CCZ, que é intenção nossa, há muitos anos, pedimos que fosse criado o CCZ, porque temos problemas na Zona Leste, Zona Sul e, somente em Santana, não dá para resolver a questão. Tem que descentralizar. Foi buscar dinheiro no SUS, Governo Federal, tinha recurso, foi feito projeto, até agora nada aconteceu. Reuni-me no Governo do então Prefeito Sr. José Serra, enquanto Presidente da Câmara, com todos subprefeitos para que se montasse uma pequena clínica, Deputado Feliciano, em cada subprefeitura, que atenderia direto o cidadão, não precisa vir até Santana. Nós conseguimos que na subprefeitura fosse criada uma só, na Cidade Ademar, não foi inaugurada, e hoje é depósito de material. Temos, hoje, presentes algumas pessoas com críticas ao CCZ, não conheço Covisa, nunca trabalhei com Covisa.”

Continuando, o Presidente mantém as perguntas: “...a pergunta que eu faço é a seguinte: no dia que fizemos a vista, onde tem a área de alimentação dos animais, que apareceu no filme, pouco apareceu, tinha lá fezes de ratos. Então, eu queria o diretor aqui, porque ele me disse: “Tripoli, não, esse rato é de telhado, esse rato não é de esgoto”. Então, solicito a senhora que explique a diferença do rato de esgoto do rato do telhado e se aquelas fezes que estavam ali, do lado da alimentação dos animais, na pia e muito, o diretor do CCZ falou: “Não, Tripoli, aqui tem muitos ratos. Muitos, no telhado, tem muitos ratos”. O Centro de Controle de Zoonoses, da maior cidade do País, tem fezes de ratos distribuídas em todos locais. Gostaria que a senhora me dissesse o porquê e a diferença entre os ratos. Por favor.”

“Eu não sou veterinária, nem especialista em roedores. Posso, depois, trazer alguém para falar a respeito dos roedores e do controle integrado de pragas que temos, inclusive sobre os roedores temos um programa que esta Câmara mesmo, aprovou para a Cidade de São Paulo, que é bastante importante. Mas, sem dúvida, Vereador, o senhor tem toda razão, fezes de roedor não devem ser encontradas em nenhum local. Acredito que, no momento, foi um posicionamento não apropriado, do gerente do CCZ. Concordo, e as providências, neste sentido, foram tomadas para que isso não volte a ocorrer. Isso aconteceu, lamento ter acontecido, se lamento é a forma mais adequada de manifestar-me e as providências já foram adotadas no sentido de não permanecer.” Conclui a Dra. Inês Romano.

O Presidente Roberto Trípoli: “...Só para concluir e passar para outra informação. O programa de reprodução de animais, controle de natalidade e castração é um projeto antigo nosso.

No decorrer desse processo, houve muitos avanços. Quando criamos o RGA, o programa de castração e o convênio com ONGs, queríamos atingir três áreas, inclusive vivendo bem com os bichos e um programa de educação, que atingiu 1.500 escolas públicas e privadas. Quinhentos mil animais foram registrados e cento e sessenta mil foram operados. Qual é a situação hoje? Não temos um centro de

informação, pois não há informatização. Tudo é feito no papelzinho. O diretor quis me mostrar que havia informatização, mas não estava. Para levantarem a ficha de um animal que estava sofrendo, demorou horas. Em muitas castrações feitas por ONGs, não houve recebimento de recursos. Todo esse trabalho foi jogado, na lata de lixo, porque se parou o trabalho. Não? Quantos animais seriam operados por ano? Qual era a proposta da Secretaria? (Pausa) Dez mil animais por mês. O Senhor Secretário disse que havia dez milhões para serem gastos. A senhora se lembra disso?

Em seguida o Presidente Roberto Trípoli: "... Requeiro, nos termos regimentais no que se refere à Coordenação de Vigilância à Saúde – Covisa, para que encaminhe à Comissão as seguintes informações: relatório informando a quantidade e gastos mensais no período de 2007 e 2008 desta coordenadoria com a esterilização de animais, discriminando o prestador do serviço, informar a quantidade de animais adotados e encaminhar cópias nos termos de adoção referente a apreensão ocorrida na Chácara Meus Amores, Vereador Aurélio Miguel. Este requerimento, da Comissão de Finanças, será apresentado hoje. Os Vereadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado o requerimento."

O Presidente agradece a presença do Vereador Júlio, de Jundiaí, e pede que se pronuncie utilizando-se da tribuna, uma vez que na cidade dele o Vereador Julião faz um trabalho de defesa dos animais.

O Vereador Julio manifesta-se: *"Bom dia a todos. Fui convidado a vir assistir essa reunião, nem sabia que seria protagonista, agradeço a oportunidade de estar conversando. Vejo que o problema que vocês aqui na capital, em relação ao CCZ em um grau, também, podemos incluir Jundiaí, tanto é que nosso CCZ lá, nem posso chamar de CCZ, e olha que já tive oportunidade de ser o secretário da Saúde do Município de Jundiaí, na primeira gestão do nosso atual prefeito, Miguel Adad, que está na sua terceira gestão.*

Jundiaí foi protagonista, já foi ponta na questão de proteção animal, quando lá nós lançamos um projeto chamado "Meu bicho feliz". Por meio da Dra. Vânia, que era minha chefe do controle zoonoses naquela, época, tivemos uma experiência vitoriosa na cidade de Jundiaí. Infelizmente, Jundiaí andou para trás, considerada uma grande cidade, com uma qualidade de vida invejável. Não troco minha Jundiaí pela beleza que vocês têm em São Paulo onde encontramos de tudo, pela tranquilidade que temos lá. Mas na questão animal, hoje, costumo dizer que Jundiaí que foi ponta, hoje ela continua sendo ponta, só que inverteu de cabeça para baixo. E estamos procurando fazer um trabalho de retomar a cidade de Jundiaí.

Por isso fiz questão de vir aqui hoje, ouvir, pegar alguns dados e vou estar tentando fazer uma discussão dessa amplitude na cidade de Jundiaí, e acho importante o que vi aqui hoje, que é a participação do Poder Executivo ouvindo as críticas e levando para dentro do Poder Executivo, mas mais importante ainda, estamos tendo a participação das ONGs, porque também em Jundiaí temos um outro problema na questão da defesa animal. As ONGs muitas vezes não conseguem fazer um trabalho conjunto. Cada uma fica querendo puxar a corda só para o seu lado. E aí o animal que está no meio é que acaba sofrendo. O dia em que dermos as mãos, vamos conseguir fazer muito e muito melhor. Fico honrado em poder participar de uma discussão desse nível onde tem a liberdade de falar mas também tem de ter a

liberdade de ouvir o que a outra pessoa tem a dizer. O Poder Executivo pode e deve melhorar e muito. O Deputado Feliciano faz um trabalho bom na questão da adoção. Ele tem de ser respeitado o trabalho de cada um de vocês. Porque mesmo no Poder Executivo, também já fui Executivo, sei das dificuldades que enfrentamos na questão de burocracia, como já foi dito, na questão da liberação de verbas em que pese ter sido até ágil porque muitas vezes você esbarra numa burocracia que você não consegue vencer com essa rapidez. É importante que continuemos trabalhando sempre com um objetivo. A motivação de todos nós aqui é uma só. Quando conseguirmos juntar isso, vamos fazer com que a defesa animal. Eu me assusto, quando ainda escuto falar que nós temos de criar abrigos. Isso é o reconhecimento da nossa falência. Enquanto estivermos discutindo abrigo de animais, enquanto estivermos discutindo adoção, significa que nós estamos falidos, que não conseguimos levar a educação e a cultura para a nossa população para que ela tenha o seu animal dentro de casa, para que ela cuide do seu animal. Hoje essa discussão tem de ser feita, mas temos de discutir a maneira de acabar com essa discussão da forma como ela é feita hoje, no meu entendimento. Muito obrigado.”

O Presidente Roberto Trípoli deseja ouvir o representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária antes de encerrar a reunião, o Sr. José Naspitz: “...sou Assessor da Presidência do Conselho Regional de Medicina Veterinária. Só para esclarecer, a proposta feita pelo Presidente do Conselho, Dr. Francisco Cavalcanti, não é de retirar nenhuma responsabilidade do CCZ. O Conselho reconhece o CCZ, sim, como um centro de referência dotado de profissionais extremamente competentes. O que consideramos é que há uma série de desvios de função, pela modificação que tem acontecido no mundo, pelo trato das pessoas em relação aos animais. O que o Conselho sugere é que seja criado um órgão - de preferência, uma Secretaria Municipal ou, no mínimo, uma Coordenadoria. Então, fica, para esta Comissão e para esta Casa, a sugestão do Conselho Regional, de que seja criada uma Secretaria de Sanidade, Inspeção e Bem-Estar Animal.

Porque, infelizmente, dentro da Secretaria de Saúde, isso não é prioritário, assim como não o é na Secretaria de Meio Ambiente e também na Secretaria de Educação. Entendemos que existem outras prioridades e que existem profissionais altamente qualificados hoje no quadro de servidores municipais, colegas veterinários do Centro de Controle de Zoonoses, da extinta Semab, dos que estão na Covisa, que poderiam ser realocados nessa nova Secretaria ou Coordenadoria, onde, sim, o bem-estar animal seria prioritário.”

Durante o decorrer a reunião vários dos presentes tiveram a autorização do Presidente Roberto Trípoli para se manifestarem com perguntas aos representantes dos órgãos públicos, assim como os vereadores se manifestaram e fizeram encaminhamento de alguns requerimentos considerado importantes para o bom andamento do relatório que deverá ser conclusivo ao final da Comissão.

O Presidente Roberto Trípoli antes de fazer o encerramento da reunião: “...relembro a vocês que esta Comissão está dando um passo importante. Temos 60 dias para cumprir o relatório, mas pediremos mais 60 dias de prazo. Nossa intenção é colocar em prática o projeto do Vereador Atílio Francisco que visa criarmos uma Comissão permanente de proteção animal nesta Casa, que contará com reuniões semanais e

tudo o mais. Mais uma vez, peço desculpas às pessoas que não puderam participar e agradeço a presença de todos. Convoco os Srs. Vereadores para a próxima reunião, no dia 22, às 9 horas, com a pauta a ser publicada no Diário Oficial. Obrigado a todos.”

8. Mutirões de castração e microchip são temas da Anclivepa

O Senhor Presidente Roberto Trípoli, declara aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Estudos para a avaliação da coexistência de animais domésticos, domesticados, silvestres, nativos, exóticos com a população humana e os reflexos na saúde pública e meio ambiente e a legislação pertinente da cidade de São Paulo, criada pelo Requerimento RPP 060004 de 2009, e apresenta os convidados presentes nesse dia, A Dra. Inês Soares Romano, coordenadora da COVISA representada pela Dra. Rejane Calixto Gonçalves, Dra. Rita de Cássia Garcia, médica veterinária da COVISA, Dr. Marco Antonio Vigilato, gerente do Centro de Controle de Zoonoses, representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária, não está presente o representante da Secretaria da Subprefeituras, Dr. Marco Antonio Gioso representante da ANCLIVEPA – Associação de Médicos Veterinários de Pequenos Animais, e o Deputado Feliciano Filho.

O Presidente Vereador Roberto Trípoli apresenta o Dr. Marco Antonio Gioso, presidente da Anclivepa que falará a respeito dos programas de controle reprodutivo e adoção de cães e gatos.



Dr. Marco Antonio Gioso – Presidente da Anclivepa

“Muito obrigado pela oportunidade. Meu nome Marco Antonio Gioso, sou Presidente da Anclivepa – Associação Nacional dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais – sou professor da Universidade de São Paulo, do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. A contribuição que podemos dar sobre este tema é muito ampla embora o tema seja complexo. Escuto isso desde 1984, período que estou na militância da Medicina Veterinária. A nossa entidade possui algumas posições bastante concretas a respeito deste tema. Primeiro falarei sobre castração e campanhas. Campanhas para a nossa entidade que representa os médicos veterinários são bem-vindas. Nós acreditamos nas campanhas, já participei de várias campanhas em diversos locais, inclusive com a Dra. Rita que está presente. Na Universidade de São Paulo fazemos campanha para a comunidade da San Remo, que está localizada nas imediações da USP, e para os cães que ficam dentro da

Universidade, isso teve um efeito positivo, pois diminuiu a população de cães dentro do campus; não só a parte de castração dos animais, mas também educação que damos às pessoas que recolhem os animais do campus. Nossa posição como associados da Anclivepa, como clínicos do Estado de São Paulo, é que as campanhas devem ser feitas, são úteis, mas devem seguir normas estabelecidas pela ciência.

Sou professor da Universidade de São Paulo há 19 anos. Creio que existem normas técnicas que devem ser seguidas, elas existem do ponto de vista científico e não estão sendo seguidas nas campanhas. Acredito que o órgão responsável por estabelecer as normas poderia ser o próprio Conselho Regional de Medicina Veterinária em conjunto com a Anclivepa, que é a Associação dos Clínicos. Temos de pensar se a campanha pode ser feita em qualquer local: numa escola, num barracão, num galpão, ou ela deve ser feita num centro cirúrgico? Quando a campanha é feita, independentemente do local, ele deve ser esterilizado? Tem de ser esterilizado para cada animal ou será que o mesmo instrumento podem ser usado para um, dois ou três animais? Podemos usar uma anestesia com qualquer tipo de anestésico? O anestésico injetável é suficiente para qualquer tipo de animal, um cão ou um gato de qualquer raça, independente do tamanho do animal? São com essas normas que a Anclivepa pode contribuir e eu também, particularmente como professor, dou aula inclusive de técnica cirúrgica na Universidade de São Paulo há 19 anos. Então, a Anclivepa tem esse posicionamento de normatização através de pessoas ligadas à Ciência, que estudam sobre o tema a vida inteira e fazem suas teses. Temos essa contribuição.

Em segundo lugar, há a parte de registros dos animais. Somos, também, claros quanto a isso. Atualmente falamos em Internet, o homem que foi à Lua e não conseguimos identificar um animal ainda. Acredito que microchipar esses animais, inclusive a lei de V.Sa. sobre o registro dos animais que são comercializados, é excelente porque começa a identificar esses animais e isso é fundamental. Os animais que são apreendidos e doados dentro do Centro de Controle de Zoonoses deveriam ser sempre marcados de alguma forma, seja por tatuagem, seja por microchipagem. A Anclivepa é favorável a que sejam microchipados, embora digam que é necessária uma tecnologia, ou seja, o microchip, que atualmente é barato, se o Órgão Público for comprar em quantidades grandes, dezenas de milhares, esse preço pode chegar a cinco, seis, quatro reais.

Atualmente, existem mais de seis ou sete empresas no Brasil que produzem microchip. Temos também as leitoras, que fazem a leitura desse material. Com o tempo esse preço vai caindo e creio que seja a maneira mais moderna de se fazer o registro. Em segundo lugar isso, infelizmente, está acontecendo no Brasil: veterinários, órgãos, ou instituições públicas, o que é pior ainda, chipam os animais, mas não os registram, não os cadastram. A Anclivepa tem a grande preocupação nesse sentido, não é em chipar o animal apenas. O animal é chipado e, se não for registrado num banco de dados de ampla divulgação internacional, há chances, claro que pequenas, desse animal se perder e ir para outro país, mas será que se ele sair de uma cidade como São Paulo e ir para Osasco, Carapicuíba, sem registro em nenhum lugar, alguém o encontra, mas não saiba de onde veio, pois só fora registrado, por exemplo, no Centro de Controle de Zoonoses. Uma pessoa na Bahia tem acesso ao Centro de Controle de Zoonoses para ver se esse animal está ou não

chipado? Se esse animal for encontrado em Osasco, eles conseguirão detectar aquele número do ‘chip’? Médicos e veterinários particulares também, se chiparem e não registrarem os animais num banco de dados, estarão enganando o cliente. A Anclivepa tem a solução para isso, porque já temos uma parceria com uma empresa, porém nem citarei o nome da mesma por não ser o mais importante.

O que importa é a idéia, é preciso que haja o registro do animal. A Anclivepa seria responsável por um banco de dados fiel, internacional, abrangente, pois é uma entidade idônea, com quase 35 anos de idade, sem fins lucrativos. Poderia gerir os bancos de dados do Estado de São Paulo ou da cidade de São Paulo. Essa é a nossa proposta. Os órgãos, como os Centros de Controle de Zoonoses, que já têm o seu banco de dados, não perderiam os dados, simplesmente ligaríamos os deles aos nossos e, conseqüentemente, os nossos seriam ligados a todos os demais. Seria uma central de banco de dados ligada a todos os outros órgãos que possuam seus próprios dados. Não temos interesse nenhum, interesse zero no cliente final, porque a nossa associação é de veterinários. Nosso “cliente”, entre aspas, nosso sócio é o médico veterinário, não temos interesse algum no cliente, porque às vezes, as pessoas têm esse medo que usaremos esse banco de dados. Não temos nenhum interesse nesse banco de dados, a não ser fazer com que o animal perdido seja encontrado.

Então, Sr. Roberto Trípoli, nossa posição é essa. Teria muito mais a falar, mas para não ocupar o tempo de todos, resumindo, temos a solução para o banco de dados, registro de animais e normatização de técnicas cirúrgicas para castrar os animais. Muito Obrigado.

O Vereador Roberto Trípoli lembra que: “...perto de 15 anos existia entidade com um ônibus que fazia castração na periferia, nas favelas, onde o Estado não entrava. Estado, significava Centro de Controle de Zoonoses. As entidades não governamentais é que fazem esse trabalho conversando com os dirigentes da comunidade, liberando o local. Comentou também sobre um Decreto Estadual que proíbe cirurgia de castração de cães e gatos fora de clínica. Decreto esse que sugere uma clínica suíça numa favela, tornando ainda mais difícil encontrar clínicas regulares na cidade em locais periféricos onde as não governamentais trabalham no lugar do Estado.”

Concluiu afirmando que o Conselho de Medicina Veterinária, antes do atual presidente Dr. Francisco, entrou com uma ação e pediu a prisão de médicos veterinários que estavam trabalhando.

O Presidente da Comissão Vereador Roberto Trípoli também enfatizou que: “...o registro e identificação dos cães e gatos é ridículo numa cidade como São Paulo. Antes da Lei 13.131/01 que criou o Registro Geral do Animal os números eram aleatórios e podiam variar desde quatro milhões de animais, cinco milhões, somente no “olhômetro”. Com essa lei, conseguiram registrar perto de 500 mil animais, mas é preciso avançar muito na cidade, assumir que os animais devam ser microchipados e seus proprietários identificados, fazendo com que sejam devidamente punidos os proprietários que abandonam animais.”

Continua o Presidente Tripoli: *“...A dificuldade em se ter um sistema que funcione integrado com outros pontos da cidade para localizar os donos de animais, abandonados ou perdidos, com mais eficiência, bem como, os animais que foram recolhidos pelo CCZ, se portarem identificação não passaram por tanto sofrimento como um animal que vimos no CCZ na visita que fizemos esta semana. Um animal que estava sofrendo desde agosto do ano passado. Foi sacrificado naquele dia, a nosso pedido, pois estava terminal e agonizante e ninguém sabia nada sobre o animal. Para encontrar a sua ficha levou no mínimo duas horas, quando deveria somente apertar um botão e o prontuário do animal desde a sua chegada estaria visível a qualquer consulta.”*

O Presidente então indaga ao Dr. Gioso: *“...O senhor diz que existe um convênio com um órgão privado que dá condições de fazer esse levantamento. O senhor não acha que esse levantamento deveria ser feito pelo Estado, quer dizer, respeito muito a Anclivepa, mas ela poderia colaborar com o conselho, mas um banco de dados único não deveria ser do Estado, quer dizer, a Prefeitura de São Paulo não seria a responsável? São essas duas questões a esclarecer: primeiro, as regras que deveriam ser elaboradas, pois há dificuldade com a legislação estadual. Gostaria que o senhor discutisse um pouco sobre esse assunto. A outra questão é em relação ao centro de dados, de que forma poderia ser realizado de forma prática? Acho que é falta de vontade política, porque têm equipamentos, estive várias vezes na Prodam.*

“Correto!, responde o Dr. Gioso e completa: “...quanto às regras, estamos numa evolução, num processo onde é inevitável que essas campanhas sejam feitas na cidade de São Paulo e em outras cidades. Não podemos admitir mais milhões de animais abandonados nas ruas. O médico veterinário é favorável a essas campanhas. Já fizemos inclusive, uma enquête com nossos associados e 70% deles disseram ser favoráveis desde que haja normas. Repito o que o nosso associado médico veterinário diz. Hoje temos 1.500 associados, médicos veterinários formados que representam os médicos veterinários do Estado e é a maior entidade no Brasil. As normatizações, nem sei se é função da Anclivepa, ela contribui para isso. É um trabalho para ser feito por cientistas, que lidam com o tema, que dão aula sobre cirurgia, é uma técnica cirúrgica. Nós, cientistas, e eu me incluo nisso, sabemos como deve ser feito.

Para expor exatamente as normas, preciso de uma hora e meia. Resumindo, qualquer cientista, para não dizer qualquer, mas a maioria, não acredita que o local onde é feita a cirurgia: no ônibus, na sala de sua casa, numa clínica veterinária, pelo ambiente em si, necessariamente seja o problema. Por exemplo, se o fizer na rua, ao relento, não traz mais ou menos chances de infecção, porque infecção cirúrgica em animais e em pessoas acontece, na maior parte das vezes, por microorganismos que estão no próprio corpo. Esses microorganismos não vêm do ar, da mão do cirurgião, como a maioria das pessoas pensa, etc. desde que sejam seguidas as regras mínimas. Não é o ar que provoca a infecção, é o próprio animal. O local não é o ponto primordial. Quando ele passa a ser a questão mais importante? Se o animal tiver algum tipo de complicação; durante ou no pós-operatório, uma parada cardíaca ou respiratória, será que se têm drogas, fármacos, enfim, os equipamentos necessários para se reavivar esse animal?

Tudo isso é necessário. Se tivermos os equipamentos num ônibus ou num centro cirúrgico, tudo bem, essa é a dificuldade. Essas normas incluem os equipamentos e as drogas necessárias para se fazer uma cirurgia; esteja dando certo ou se encaminhando para algo errado, uma complicação, têm de ter os instrumentos para se conseguir resolver o problema. A norma é isso. Dentro disso, esterilização de instrumentos, instrumentos e fármacos adequados. Essas são as normas e, é claro, elas podem ser destrinchadas. Já fiz campanha de castração em escola onde contávamos com estufa, autoclave, tudo esterilizado, luvas esterilizadas, equipamento de anestesia inalatória para os animais maiores, os fármacos necessários para uma eventual crise e acompanhamento pós-cirúrgico porque esse animal pode ter os pontos abertos daqui a três, quatro dias ou uma semana e quem vai cuidar desses animais? Tem de ter alguém os acompanhando. Se esse animal ficar muito ruim e precisar de internação, onde será internado? Quem vai fazer o pós-operatório, vai ou não ser de graça, vai ser subsidiado, alguém vai se voluntariar a pagar esses custos?

São essas as normas a que me refiro. Tem de ter tudo isso muito bem pautado. Já vi animais sendo operados em campanha, ou não, com milhões de problemas. Um deles, isso é comum na Universidade São Paulo, faz-se campanha e o animal morre por choque hemorrágico, começa a sangrar, a barriga já está fechada e quando se dá conta não dá para fazer mais nada. Infelizmente isso é comum. Outro fator importante, quem vai realizar a cirurgia? Que médico veterinário, tem de ser o médico já acostumado a realizar cirurgias, não é qualquer médico veterinário que faz cirurgia, como não é qualquer médico que opera qualquer coisa. Existem aquelas pessoas mais afeitas a determinados tipos de intervenção cirúrgica, ele é treinado para realizar cirurgia dentro de uma campanha, sabe quais os procedimentos, isto é, o pessoal, os recursos humanos são importantes, isso em relação às normas.” Quanto ao microchip, ao registro desses animais, concordo que o Estado poderia ter, estou seguindo uma tendência mundial. Viajo o mundo inteiro e na maior parte dos países da Europa quem registra os animais são as associações porque o Governo passa, outro entra, muda o partido e a associação continua a mesma. A nossa Sociedade Paulista de Medicina Veterinária tem oitenta anos de idade. A tendência mundial é que o Estado passe a terceirizar o serviço, para não ter complicação. É uma possibilidade.

Se o Estado tiver essa intenção pode fazer, mas a nossa idéia é que isso seja feito do ponto de vista Federal, por intermédio, inclusive, de uma associação que ofereceria essa possibilidade. Quando se diz um órgão privado, não necessariamente, é uma entidade privada, mas precisa ser feito. A Anclivepa tem seu próprio sistema, mas nos vinculamos a um órgão privado porque eles têm o maior banco de dados mundial de microchips. Tenho os meus animais todos microchipados, eles estão nesse banco de dados, se esse animal sumir e aparecer num outro país, chance pequena, mas há vários casos assim, prefiro ter meu animal registrado onde todo o mundo tem acesso. Se for encontrado na Bahia, no Paraná, na Amazônia ou se for levado para outro país, vai constar na Suécia que esse meu animal foi chipado em São Paulo e as pessoas me encontrarão aqui. É por esse motivo que tenho a preocupação que seja um registro abrangente e de nível internacional. A Anclivepa tem essa solução. O nosso banco de dados pode ser de uma empresa privada, mas pode ser o nosso

também, o nosso próprio banco de dados. Se alguém tiver alguma dúvida específica, respondo com todo prazer.”

O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli ao término da resposta: “...agradeço sua presença e, também, a do Dr. Wilson, Diretor de Proteção da Anclivepa, mas estamos com o tempo curto e no momento oportuno encaminharemos mais demanda. Estamos ouvindo toda a sociedade e em 60 dias apresentaremos um relatório a todos os participantes, à população e ao Governo para tomar as providências. Hoje vamos ouvir a Covisa, a CCZ a respeito do controle de natalidade, adoção e também esses três temas que discutimos até agora. Muito obrigado e num outro momento voltaremos a pedir sua colaboração dentro desse tema. Tenha um bom dia, professor.

A secretaria da comissão me informou que mais uma vez o Diretor do Centro de Controle de Zoonoses não está presente, quer dizer, teve mais uma justificativa na verdade, assim como a Diretora da Covisa. As informações estão todas centralizadas com a Dra. Rita, que fará uma explanação e depois passaremos a uma discussão. Gostaria que as entidades não governamentais se organizassem, em grupos ou em temas, para facilitar a demanda de perguntas e respostas, isso ajudaria bastante. Peço à Dra. Rita que fique à vontade, gostaria que a senhora apresentasse o tema pedido pela comissão: “Programa permanente de controle reprodutivo de cães e gatos, adoção, registro e identificação de massas de cães e gatos” e respondesse as perguntas que ficaram da última reunião, a questão das verbas não empenhadas e não pagas pelas ONGs. Por favor, Dra. Rita.”

9. PROBEM começa com uma série de propostas inovadoras

A Dra. Rita de Garcia se apresenta: “...bom dia, sou Rita de Cássia Maria Garcia, estou coordenando o programa de proteção e bem-estar de cães e gatos no Município de São Paulo. Agradeço o convite e ao Vereador. Em nome do Dr. Marco Gioso, cumprimento os veterinários e em nome de Nina Rosa, os demais do público.



Da esquerda para a direita: Dra. Rita Garcia, coordenador do Probem, e Dra. Rejane Calixto, Assessora Técnica da Covisa

Vamos apresentar algumas ações que estão sendo planejadas e outras que já estão sendo aplicadas. Em relação ao registro e identificação permanente, neste ano serão feitas 40.000 microchipagens, dando prioridade aos animais que estão sendo castrados e adotados. Isso poderia, também, abranger animais adotados nos abrigos das entidades de proteção animal. Está em planejamento a ampliação dessa microchipagem em 2010, se vai ser em forma de campanha, como poderia ser feita nesses próximos anos para ter um impacto sobre a população animal. Sobre o controle reprodutivo, em 2009, para que haja um aumento do número de estabelecimentos veterinários conveniados, deveríamos envolver o Conselho Regional, as entidades de classe, como a Anclivepa, para nos auxiliar na divulgação do credenciamento, orientar sobre os documentos necessários e como regularizar esses estabelecimentos.

O que tenho acompanhado é uma dificuldade dos estabelecimentos em se cadastrarem e isso implicou num baixo número de estabelecimentos presentes no convênio. Devemos capacitar os médicos veterinários, conveniados ou não, em cirurgia minimamente evasiva, isso que o Dr. Marco Gioso falou é um problema, deveríamos ter mais veterinários na cidade que soubessem operar. Pela minha experiência, os problemas pós-cirúrgicos estão muito relacionados com a mão do cirurgião. Quanto melhor esse cirurgião menos problemas no pós-cirúrgico teremos. Esse é um problema da Anclivepa, do Conselho e das faculdades que estão mandando veterinários para a rua sem saberem operar e, dessa forma, acabam matando esse animal por não saberem fazer uma castração, que não é uma cirurgia fácil e não é para qualquer um. Planejar ações a médio e longo prazo. O que é isso? Há trabalho recente, ainda não publicado, da Faculdade de Veterinária da USP, sobre o impacto do controle reprodutivo na população animal. O referido trabalho mostra que, se conseguirmos atingir 60-70% da população em quatro anos, principalmente das fêmeas, teríamos um real impacto e poderíamos, nos anos seguintes, manter as castrações entre 20 a 30%. Tendo em vista os trabalhos e as experiências já existentes, seria importante o planejar a implantação do objeto desse trabalho para que, daqui a 10 ou 15 anos, não estejamos, novamente, nos reunindo pensando no que faremos. A adoção como reintrodução do animal na sociedade é uma ação complexa. Demonstrarei alguns problemas e como agir com os parceiros, as ONGs e os clínicos.

Para iniciar, seria importante pensarmos nos 3Rs do controle animal dentro do CCZ, uma vez que a primeira questão é recuperarmos o animal na hora que ele entra; iniciando pela recuperação física para depois pensar numa reabilitação do animal e, na seqüência, a recolocação, ou seja, a adoção, que é a última fase. Basicamente, entendo a recuperação como o tratamento que atende a sua necessidade no momento da entrada. Até que ponto o CCZ pode, hoje, medicar e até que ponto optará por uma eutanásia, por não poder tratar o animal ou se é um caso é incurável? A reabilitação é algo complexo, inicia-se na entrada do animal na recuperação e durante a sua manutenção no CCZ. Há sério problema no tempo excessivo de confinamento, ou seja, 90 dias para animais agressores é um tempo muito grande, também por ser num local cujas instalações precisam ser revistas; para os saudáveis, o tempo é indeterminado. Portanto, é um tipo de institucionalização que gera problemas - para qualquer ser vivo, seja o idoso dentro de uma instituição, seja a criança dentro de um orfanato, seja o animal dentro do CCZ -, e deve haver um

trabalho minimizar o impacto desses danos. Outro problema na manutenção do animal tem a ver com o contato humano mínimo, em 24 horas o animal tem, no máximo, cinco a 10 minutos de contato com o ser humano e, quando for reintroduzido na sociedade, estará em contato com a família, praticamente, 24 horas por dia, ele estará no quintal ou dentro da casa.

Como trabalhar esse aspecto no animal dentro do CCZ se, hoje, ele tem só cinco minutos de contato com humanos no momento da limpeza, da colocação da água e da alimentação? O espaço é pequeno o que impede o comportamento natural do animal, é um problema grave de bem-estar, traz dificuldades para o enriquecimento ambiental, que é uma proposta junto com o CCZ, mas há graves impedimentos, principalmente, nos canis individuais. Ainda no aspecto da reabilitação, estamos trabalhando para minimizar o impacto dos danos. Como que poderia ser feito? Estamos num período de transição, embora a lei tenha um ano, mas há necessidade de mais tempo para a adequação das ações e da estrutura física - tendo em vista que o Poder Público é engessado. A idéia seria aumentar o tempo diário do contato diário dos animais com os seres humanos, sejam funcionários ou voluntários, capacitar o pessoal que permanece no local, investir no voluntariado porque, por exemplo, não podemos entregar para o voluntário os animais que estão em canis individuais, com coleira e guia para o passeio, há necessidade de alguém especializado. A contratação de serviços seja para reabilitá-lo, para ressocializá-lo, educá-lo - evito a palavra adestrar -, numa tentativa de reintroduzi-los na sociedade; proporcionar, também, períodos de recreação, criar área específica, alambrada, para realização de passeios. São procedimentos que minimizariam os danos e já fariam parte do processo de socialização para reintroduzi-los na sociedade. Outra questão é a prevenção contra as doenças infectocontagiosas, quando o animal entra já recebe a vacinação, principalmente, os cães contra a cinomose. Da mesma forma, há necessidade de proporcionar condições mínimas para o bem-estar, pois, uma vez recebendo condições mínimas, o animal tem mais chances de ser reabilitado e seguir para a adoção. Quanto aos estudos comportamentais, deve-se trabalhar para não acentuar no animal que entra no CCZ apresentando distúrbios.

E os que entram e não têm distúrbios comportamentais, deve-se trabalhar para a prevenção, proporcionando as condições mínimas para o bem-estar. Trouxe alguns filmes sobre as nossas ações na avaliação dos animais. Fomos ao CCZ, com o Sr. Eduardo, que é um cinotécnico que trabalha voluntariamente lá, mais um especialista em comportamento animal, Dr. Mauro Lantzman, fizemos avaliação de uma amostragem dos animais, é o que deveria ser mostrado nos filmes, mas não conseguiremos. Estamos discutindo os procedimentos operacionais do CCZ, dentro de 30 dias, teremos o trabalho pronto, montaremos um grupo técnico de elaboração e implantação desses procedimentos operacionais e será publicado, por portaria, pelo Secretário da Saúde. Será feita capacitação em comportamento animal e medicina de abrigos, em maio ou junho, para as pessoas que trabalham diretamente com os animais, participarão as ONGs que serão convidadas. Haverá a primeira discussão no dia 24, próxima sexta-feira, na COVISA, solicito às pessoas que passem e-mail para se inscreverem, porque temos problemas com espaço no auditório. O projeto do Centro de Adoção que será no próprio CCZ, nos fundos, está pronto, passa pela revisão; a licitação será feita ainda em 2009, o início das obras será no final deste ano ou início de 2010. A oficina que está sendo preparada para 31 de maio, no

UMAPAZ, estão todos convidados, precisam fazer a inscrição porque são 80 vagas, discutiremos os desafios do programa. Como estaremos juntos com a sociedade e representantes de entidades, buscaremos soluções no sentido de implantar ações e gerir melhor os trabalhos de atendimento aos animais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Após a apresentação da Dra. Rita Garcia o Vereador Roberto Tripoli, se mostrou surpreso e comentou: “Dra. Rita, assistindo à sua apresentação, me senti na Europa, em Londres, porque isso é coisa de Primeiro Mundo. Nunca tinha visto uma apresentação assim, com as pessoas preocupadas com o ser animal num Centro de Controle de Zoonoses; tivemos várias reuniões e o Senhor Secretário de Saúde está a par desse projeto que a senhora acabou de apresentar?” “No papel, cabe tudo. Eu já tive várias reuniões com o Sr. Secretário, com vários Secretários de Saúde, assessorias e ONGs, e passa um tempo, a coisa muda completamente. Ai, eu vi que tem construção, ampliação, voluntários; não sei como podemos acreditar que isso venha, de fato, a entrar na prática...”

Nesse momento o Senhor Presidente da Comissão abre com uma pergunta para Dra. Rita Garcia que diz respeito aos convênios das ONGs e os pagamentos, uma vez que estão em atraso há 3 meses: “...gostaria de saber como está essa situação da verba de controle de natalidade das não governamentais. Como ficou o empenho e a situação?”

A resposta veio da representante da Dra. Inês Romano Coordenadora da COVISA, Sra. Rejane Calixto Gonçalves: “...estou representando a nossa coordenadora de Covisa e com relação a essa pergunta que o senhor me faz, os empenhos das clínicas foram retirados no dia 08 de abril; eles têm um período para voltarem com o Ateste do serviço feito e depois teriam o prazo de cinco dias úteis para estarem fazendo a liquidação. Então, até o dia 28, as clínicas devem estar recebendo a seu pagamento e conforme fui informada pela Gerência de Finanças, apenas a ONG Estimação teve problema com relação à documentação, e dessa forma, não terá o pagamento efetuado, juntamente com os outros. Essa demora é em função dos prazos que devem correr.”

O Vereador Roberto Tripoli após afirmar que o atraso no pagamento da ONGs é tempo excessivo, solicita da representante de COVISA que diga qual será a data efetiva para regularizar os pagamentos das ONGs e a representante, Sra. Rejane Calixto Gonçalves declara que não passará do dia 28 de abril: “Isso nós já assumimos, da última vez que viemos aqui, dia 28 de abril.”

Em seguida o Senhor Presidente manifestou a necessidade de saber da Dra. Rita Garcia como os animais que ficam nas celas solitárias do Centro de Controle de Zoonoses são tratados e se recebem banho de sol, se passeiam e estão sendo avaliados, pois, foram encontrados animais nos canis abertos, como aquele que estava agonizando encontrado pelos membros da Comissão de Estudos e que teve de ser eutanasiado e que habitava o CCZ por nove meses?

A Dra. Rita Garcia responde que a maioria dos animais em celas solitárias não apresentam condições de serem reintroduzidos em uma casa, mas que o trabalho de avaliação do comportamento dos animais é importante e necessário, assim como os doentes e em sofrimento que não podem permanecer em canis sem atendimento.

Conclui dizendo que os animais precisam receber vacinas e serem socializados com passeios e áreas de recreação que diminuirão o impacto das celas coletivas e especialmente das celas solitárias.

O Presidente Roberto Tripoli insiste com a Dra. Rita Garcia lembrando que quando os membros da Comissão de Estudos estiveram no CCZ, a maioria dos animais aparentava boa saúde e que não conseguiram a informação de quantos animais, efetivamente, estavam em condições de voltarem a viver normalmente?

Impossibilitada de responder a esta pergunta a Dra. Rita Garcia afirma: *"...é preciso um trabalho contínuo de avaliação comportamental, com dois profissionais de comportamento animal que, no momento, estão voluntariamente freqüentando o CCZ e tentando aproximação com alguns cães. Comenta sobre uma avaliação feita na última quinta-feira com cerca de 40 animais, todos com mistura de raças e na visão de um cinotécnico, há recuperação dos animais, mas depende de investimento e tempo. São muitos animais ali, que não podem ser reintroduzidos em uma família, porque haveria risco."* Refletiu também que é necessário investir na adoção daqueles animais que se tem a certeza, ou pelo menos, 99% de certeza, que não irá representar um risco de morder uma criança, dentro da família. De outro lado, segundo a outra opinião, todos os animais poderiam ser reabilitados, ressocializados e reintroduzidos. Na outra opinião, *:"... isso porque, na hora em que introduzimos um animal que não teve um histórico bom, em sua infância, por exemplo, o animal tem de deixar mexer em seu prato de comida? Você responderá que não, é a comida dele. Então, na educação da criança na escola, temos de falar para não mexer no prato de comida dele. Mas, o ideal é que esse animal, desde pequeno, tivesse sido educado, no sentido de permitir para o alfa da família - e todos têm de estar antes dele - mexer no prato de comida, sim. Desta forma, temos de investir naqueles que estão sendo preparados e muitos estão prontos para a adoção. E com os que são mais problemáticos, teremos de fazer esse trabalho de reabilitação com o profissional da área, um cinotécnico junto com alguém de comportamento animal, para correr menos riscos de o CCZ reintroduzir na sociedade, um animal que irá voltar para a rua ou para o próprio CCZ, amanhã."*

O Presidente, a partir dessa resposta da Dra. Rita Garcia manifestou a vontade abrir a palavra, mas antes desejava saber como estava a ampliação do controle reprodutivo, uma vez que porque o Senhor Secretário da Saúde havia prometido numa reunião em que o Vereador Tripoli e sua assessoria mantiveram na Secretaria da Saúde que a previsão era de se atingir 10 mil animais/mês, chegando perto de cem mil animais/ano, e que o trabalho da Dra. Rita Garcia na Secretaria da Saúde/COVISA não seria eficaz se somente se investisse em adoção, necessitando de ampliar fortemente o controle reprodutivo. Lembrou que colocou verba no orçamento, emenda de sua autoria, e queria saber o que de fato estava sendo realizado. A resposta da Dra. Rita Garcia foi de que o aumento previsto seria para 25% para os convênios existentes e a contratação dobrada de novos estabelecimentos e ONGs.

O Presidente quis saber quantos estabelecimentos estavam trabalhando e quantas ONGs.

A Sra. Rejane Calixto Gonçalves respondeu que eram cinco clínicas credenciadas: “... cada clínica faz, em média, 500 castrações/mês. Hoje, pelas clínicas, temos 2.500 castrações; existem ainda quatro ONGs que variam um pouco, fazendo três mutirões/mês e cada uma, realizando cerca de 150 castrações por mutirão. À medida que conseguirmos credenciar mais clínicas e entidades, obviamente aumentaremos isso, mas é necessário que as instituições nos mostrem condições. O próprio edital mostra as condições que deverão ser apresentadas, mas no limite, na prática, tivemos, por exemplo, algumas surpresas com as clínicas. A princípio, pensava-se que 500 ou mais, porém há clínicas que não conseguem cumprir essa meta.”

A imediata conclusão do Senhor Presidente foi: “...é muito pouco para uma cidade como São Paulo chegando a ser absurdo.” Lembrou o Presidente que: “...há três anos, fizemos uma reunião com os 30 subprefeitos, para criar uma clínica em cada Subprefeitura. Porque não adianta o Centro de Controle de Zoonoses ficar em Santana, se o problema está na zona Sul, na zona Leste – lá no “fundão”. Vimos que há dinheiro no SUS – a Dra. Rita deve estar a par dessa informação – para a construção de novo centro de controle de zoonoses. Há projeto, área, mas, após três anos, não saiu do papel. Quero saber sobre a descentralização do Centro de Controle de Zoonoses. E se apenas uma Subprefeitura construiu uma pequena clínica, que, hoje, é um depósito de material. Nem foi inaugurada. Qual a ação que essa nova diretoria de proteção animal, dentro da Secretaria, traz-nos a respeito desse tema? Falta vontade política, na verdade, no meu entendimento. E, enquanto isso, continuamos com o Centro de Controle de Zoonoses em Santana. É loucura uma cidade como São Paulo não ter esse serviço descentralizado.”

Continuando o Senhor Presidente: “...a Dra. Rita, parece-me, foi diretora do CCZ. Em que ano foi isso?”

A resposta da Dra. Rita de Cássia afirma ter sido nos anos 2002 – 2004.

“Isso se arrasta desde aquela época. Conversamos, discutimos, e, até hoje, não houve implementação? Quer dizer, dentro dessa proposta, gostaria que o Governo se posicionasse. Nós temos que ter estipular algumas para poder cobrar? Hoje não é mais aquela reunião dentro do gabinete, da qual, inclusive, cinco ou seis entidades participaram – Covisa, CCZ, entre outros –, discutiram e propuseram-se a fazer. O Secretário falou, na última reunião, que havia 10 milhões de reais destinados à proteção. Faz um ano e meio e nada foi alocado. Tudo está sendo taquigrafado. Vamos cobrar de todas as pessoas que estão participando da reunião. Gostaria, então, de falar sobre datas...” Questiona o Presidente da Comissão Vereador Roberto Trípoli.

A resposta para as perguntas do Presidente da Comissão foi oferecida pela Dra. Rejane Calixto Gonçalves: “...falemos, então, de datas. Até para que eu possa me inteirar, a proposta seria de mais alguns dias em relação a essa questão das Subprefeituras. Teremos um encontro com as ONGs nesta sexta-feira, e essa oficina no dia 31 de maio, praticamente daqui a quatro semanas. No dia 31 de maio, fecharíamos um documento com planejamento, com datas, e marcaríamos reuniões freqüentes para falar sobre as dificuldades e os avanços, e também para ter um

retorno da sociedade em relação ao modo como ela pode apoiar, para que o plano de ação realmente seja efetivado. Acho que dia 31 nos proporcionaria tempo suficiente.”

O Senhor Presidente Vereador Roberto Tripoli abriu o espaço para as entidades se manifestarem e o médico veterinário Wilson Grassi manifestou sua posição defendendo as campanhas de castração de cães e gatos e que o que pode acontecer é o mesmo que pode acontecer em uma clínica. Elogiou os médicos veterinários que trabalham em sistema de campanhas e mutirões pela habilidade técnica e presteza nos procedimentos. Manteve sua fala descrevendo o seguinte: “... então o que acontece é o seguinte: veterinário é uma coisa; clínico-veterinário é outra e cirurgião-veterinário é outra. Portanto, conclamo as entidades de classe para que tentem fazer essa delimitação, criando, até, um título de cirurgião, pois é um documento que comprova que o profissional está realmente habilitado. Quem faz campanha oficial realmente tem muita bagagem; motivo pelo qual não costuma acontecer nada de errado.”

Em seguida fez um pedido para a Dra. Rita Garcia: “... há muitas coisas a serem feitas. Canis, onde ficam pit bulls, representam a nossa maior emergência. Lá há canis com um metro quadrado. Se quiserem voluntários, saímos hoje daqui, cada um com uma marreta, na mão. Cada três canis tem de virar um. Vamos quebrar aquelas paredes, porque, como vamos, nobre Vereador Roberto Tripoli, reabilitar um pitbull, em um canil de um metro quadrado? Podemos colocar um bom cachorro lá. Depois de uma semana, virará um capeta. Peço que essa seja prioridade número um. Em cada três canis, vamos quebrar duas paredes e fazer um. Podemos começar a fazer isso hoje. Podemos estudar uma engenharia. Mudamos uma coisa aqui, outra lá, e vamos derrubar essas paredes. Caso contrário, não vamos recuperar nada.

Encerrada a fala do Dr. Grassi, o Presidente Roberto Tripoli afirma para a Dra. Rita Garcia: “...o próprio CCZ não tem conhecimento do que ocorre lá. Foi a nossa equipe que identificou animais sofrendo desde agosto, até recentemente”.

Outro presente tem direito a palavra. É a Senhora Nina Rosa Jacob, representante do Instituto Nina Rosa que se dirige a Dra. Rita Garcia: “... esse programa que a senhora apresentou é o oposto do que está acontecendo hoje. Com a atual direção do Centro de Controle de Zoonoses, é possível passar do zero para o cem? Até que ponto isso é viável? Se essa diretoria concordasse ou fosse capaz de fazer isso, por que já não foi feito? Quando a senhora foi diretora do Centro de Controle de Zoonoses, não houve necessidade de outra pessoa para fazer o seu trabalho e nem para orientar o que a senhora deveria fazer. Por que isso está acontecendo e se mantém uma pessoa lá, que não é sensibilizada com os animais?”

Ele pode ser ótimo para outras coisas, mas não para ficar onde está hoje. Tanto é assim que foi necessário a senhora vir aqui, para fazer junto o trabalho com ele. A senhora sabe que há pessoas que deixam um cão morrer de bicheira, e apenas deixa para ele comida com coco de rato. Elas estão matando animais, fora da lei. Elas vão se transformar do dia para a noite?”

A Dra. Rita Garcia responde às perguntas sobre as questões que parecem indignar aos presentes explicando que a formação de veterinários direcionava-se muito para a

saúde pública, e não para não lidar com animais, diretamente. Essa cultura vem de muitos anos, somente há cinco ou seis anos, talvez um pouco menos, isso está mudando. Hoje já se encontram, em Centros de Controle de Zoonoses, profissionais com histórico de clínicas e cuidado com animais. Quanto aos animais morrendo sem tratamento dentro do CCZ a Dra. Rita diz não ter essa informação e que mais de 400 funcionários dentro do CCZ, é uma grande máquina emperrada e que aconteceu isso com o animal, o órgão tem um gerente assim com outras pessoas que deveriam estar cuidando desse animal também. Conclui dizendo: “...é lógico que a culpa acaba caindo sobre ele.

Então, a minha proposta hoje para vocês, como sociedade, como organizações que pensam na proteção de animais, é trabalharmos juntamente, em parceria, e vermos o que acontece, daqui para frente. Se, daqui a um mês, os senhores falarem: "Não, não vai dar", iremos rever a estratégia. Hoje, não vejo nenhum impedimento, para melhorarmos condições de animais que estão lá dentro. Vamos além. Vamos impedir que tais animais cheguem lá. Então, vamos montar estruturas para que essas famílias que estão pensando em abandoná-lo. Há o número 156, que pode ser discado. É necessário haver um programa para termos acesso a famílias como essas”.

O Presidente abra a palavra para mais um dos presentes, a Sra. Lílian Rockenbach. Que imediatamente formula seu posicionamento às representantes de COVISA: “... na verdade, minhas perguntas eram para a Dra. Rita Garcia, mas pode ser para a senhora, da Covisa. Boa parte do que a senhora apresentou são projetos que já estão protocolados por mim, pelo Carlos, da PEA, e pelo Jorge, cinotécnico, no Centro de Controle de Zoonoses desde maio.

O que não está protocolado já foi levado à discussão em reunião, e para mais são os projetos que foram proibidos pelo Dr. Marco Antonio Vigilato. Aproveito para manifestar minha indignação por ele não estar presente, já que foi ele que causou tudo o que está acontecendo hoje no Centro de Controle de Zoonoses, inclusive estou sendo processada por ele e pela Covisa, porque fiz uma petição e disse para 15 mil pessoas tudo o que vem acontecendo lá dentro. Em relação aos pit bulls... vocês me desculpem, mas estou muito nervosa porque não é fácil. Em uma semana, eu e o Jorge doamos 12 pit bulls, que passaram por avaliação.

Tínhamos uma lista com 100 adotantes para pit bulls, mas o Dr. Vigilato proibiu que continuássemos com esse projeto. Apesar de tudo o que está acontecendo hoje no CCZ, conheço o trabalho da Dra. Rita e o respeito muito. Gostaria de dizer, em nome dos protetores, que nós estamos aqui e queremos ajudar, só que hoje não queremos ajudar o CCZ, queremos ajudar os animais que estão lá dentro, porque tudo que tentamos fazer para ajudar o CCZ reverteu-se contra nós. Agradeço ao Vereador Roberto Tripoli e ao Deputado Feliciano, mas estamos aqui hoje por uma série de problemas que foram criados pelo Dr. Marco Antônio Vigilato e nenhuma ação será eficaz enquanto ele estiver lá. É o que tinha a dizer. Obrigada.

Para mais um dos presentes, o Presidente Trípoli abriu a palavra. Dra. Fernanda Conde, médica veterinária que começa seu posicionamento fazendo alusão aos comentários que o Dr. Gioso da Anclivepa havia feito no início da manhã sobre

mutirões de castração: *“...trabalho em mutirões de castração. Gostaria de fazer alguns esclarecimentos. No meu mutirão, e no mutirão dos colegas, todo material utilizado é esterilizado, inclusive é levado à autoclave, e todos os profissionais têm prática tanto da parte anestésica como da parte cirúrgica. Agora, acredito que esteja faltando um pouco de comprometimento tanto do nosso conselho como de alguns de nossos colegas. Pelo menos no meu mutirão, que é aberto a todos, nunca vi ninguém do conselho fiscalizando e participando.*

Obedecemos algumas normas do CCZ e somos favoráveis a elas. Inclusive o Dr. Werner quis implementar essas normas há um bom tempo, mas não foi tão fácil. É muito fácil se falar de castração numa clínica veterinária ou num hospital veterinário, mas é muito difícil de falar em controle populacional numa favela como Brasilândia, como Jardim Pantanal, onde temos de subir morro e às vezes nem carro entra, onde as pessoas jamais viram na vida um veterinário, onde os animais vêem um veterinário uma vez na vida. Quem vai lá é da proteção animal e está disposto a fazer um bom trabalho, deixa o número de celular para atender o pós-operatório. Por exemplo, eu deixo meu número de celular com eles e, se acontece algum problema com algum animal, ele fica internado na minha clínica.

O valor de uma cirurgia de castração não é absurdo, mas sabemos que com esse valor conseguimos dar um suporte para esse animal. Acho que as normas realmente são bem-vindas, desde que estejam de acordo com as reais condições. Precisamos ver a situação, ver o mutirão, ver os profissionais trabalhando para ter uma idéia do que pode ser feito. Quanto ao serviço, posso garantir que o meu mutirão está aberto para quem quiser. Inclusive, convido o Dr. Gioso e outras pessoas a participarem do meu mutirão ou mesmo acompanharem o animal depois da cirurgia.

Na minha visão, há um pouco de falta de conhecimento em relação ao trabalho que vimos desenvolvendo. Concordo que não são todos os veterinários que podem fazer um mutirão de castração, porque existe uma pressão psicológica que está além de toda técnica cirúrgica que interfere, e muito, em nosso trabalho, mas acho que juntos podemos somar e não atrapalhar, porque atrapalhar é fácil, e o trabalho acaba não acontecendo. Estou aqui para defender o meu trabalho, porque tenho certeza de que ele dá resultados, e eu posso provar. Era isso o que tinha a dizer. Obrigada.

O Senhor Presidente Roberto Trípoli faz um complemento às palavras da Senhora Lilian Rockenbach: *“... aproveito a fala da nossa colega, que também está sendo processada, para dizer que esta Comissão esteve com o Conselho de Medicina Veterinária, com as subprefeituras, com a Covisa e o Centro de Controle de Zoonoses visitando dois locais denunciados por uma ONG de proteção. Só para vocês entenderem, naquele dia, estivemos na Rua Estados Unidos, depois na Rua Clélia. Nesta última, um rapaz mantinha um grupo de animais pequenos, sem origem, dentro de um aquário de vidro. Adentrei o local e me apresentei ao proprietário:” Vereador Roberto Tripoli da Comissão de Estudos dos Animais Domésticos da Câmara, e nós recebemos, de uma entidade, denúncias de maus tratos “.*

Elenquei a ele as entidades que me acompanhavam no momento. Os representantes dos órgãos entraram no local, fizeram a apreensão dos animais e multaram o proprietário, que exibiu uma representação contra este Vereador na Corregedoria da

Câmara por abuso de autoridade. Não sei onde houve abuso de autoridade, porque eu me apresentei ao entrar no local, e todos os órgãos públicos cumpriram sua tarefa. Cabe a mim fiscalizar os órgãos públicos, porque sou fiscal do Poder Público Municipal. Não multei, não falei nada, não peguei nenhuma caixa de lá; a única coisa que fiz foi pagar 300 reais ao comprar caixas para os animais num outro pet shop, porque o CCZ não tinha como transportar aqueles animais. Também recebi uma outra denúncia: o rapaz continua com as portas abertas e vendendo animais. Essa denúncia quero já reportar a Covisa para que cheque se de fato isso continua ocorrendo. Fizemos uma força-tarefa de todos os órgãos no sentido de que ela continuasse não só porque a Comissão pediu. Peço a Covisa, numa próxima reunião nossa, que nos traga o retorno do cumprimento da lei dos pet shops da cidade de São Paulo, não necessariamente os dois. Foi interessante porque o pessoal da fiscalização não conhecia a legislação, então eles começaram a trocar informações e foi um aprendizado e hoje eles já sabem o que são maus-tratos e o que não é. Então, peço à Covisa, primeiro, o relatório a respeito daquelas visitas na rua Clélia e na rua Estados Unidos, porque talvez tenha que responder algum processo nesse sentido e, segundo, averiguar se continuam vendendo animais na rua Clélia.”

Abre novamente a palavras para os presentes o Presidente da Comissão e oferece o microfone para a Senhora Regiane Francelli que se apresenta: “... represento o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. Na verdade, o que queria fazer não era nem uma pergunta à Dra. Rita, porque o Deputado Feliciano, o nobre Vereador Tripoli e alguns presentes já abordaram isso, mas a intenção de reforçar o pedido, de tentar desburocratizar a participação das ONGs dentro do CCZ. Segundo meu entendimento, na última reunião a Dra. Inês tinha se prontificado a trazer hoje algumas alternativas mais pontuais. Sei que a Dra. Rita está chegando, admiro muito seu trabalho e sei o quanto ela é competente para isso, mas gostaria que se pensasse muito em facilitar essa participação, porque hoje já temos ONGs, protetores, voluntários que, se não estão plenamente capacitados, já teriam grandes conhecimentos para poder estar atuando dentro do CCZ. Não sei se estarei presente na reunião do dia 24, mas gostaria que se enfatizasse isso, porque já trabalhei como voluntária, representando uma outra entidade no CCZ durante dois anos, e as coisas lá não são fáceis. Tudo o que se trata de voluntariado, de participação de ONGs, todas as portas são fechadas.

Aparentemente, existe aquela simpatia de querer receber o apoio da ONG, mas na prática não acontece. Também a respeito do controle reprodutivo, em que pese respeitar a posição do Dr. Marco, que é um cientista e um médico renomado, acho que as campanhas, pelo menos durante o pouco tempo em que pude acompanhar isso, acho que temos veterinários e as ONGs que já participaram há muitos anos nesse trabalho estão plenamente habilitadas a fazer isso, e tivemos resultados muito bons. Hoje, com a apresentação da Dra. Rita, na posição de voluntária e nem tanto como representante do Fórum, neste momento, tenho a impressão de que estamos começando do zero, quando já temos anos de um trabalho que já está bem adiantado, com ótimos resultados. A Covisa me transmite a impressão de que ela está trazendo uma idéia inédita de um trabalho que será iniciado agora, enquanto temos tudo documentado, com ótimos resultados, sem problemas técnicos de óbitos, entre outras questões. Portanto, se a Dra. Rita puder acatar o meu pedido, agradeço.”

O Senhor Presidente parabenizou a Senhora Francelli e afirmou: “.. conseguiu resumir a nossa vontade em suas palavras. Sou Diretor do projeto Golfinho Rotator, em Fernando de Noronha, há 20 anos. Existia em Fernando de Noronha por volta de mil animais e lá não há propriedade nem quintal, é tudo do Estado. Então, o cachorro é meu, é seu, é do turista, enfim. E alguns “bacanas” levavam um cachorro de raça para lá e o abandonava. Por isso, é o único lugar que conheço no planeta onde tem animais super diferentes, cruzamento de pequinês com pastor-alemão e outros. E as matilhas começaram a invadir o parque nacional. Houve mordeduras e uma série de problemas e participamos do fórum e recebemos informação de uma ONG de Recife que os animais seriam transferidos para o continente para serem sacrificados. Na época, estive com o Prefeito José Serra e pedia ele que me colocasse em contato com o Governador Jarbas Vasconcelos, que era na época, e a Dra. Rita nos acompanhou. Fizemos um convênio com o Governo do Estado para fazer o controle de natalidade dos animais domésticos em Fernando de Noronha. Estivemos lá duas vezes por ano, durante três anos, e esse trabalho funcionou, porque mudamos a legislação, proibiu-se a entrada de animais, lá existem 2.500 ilhéus, fizemos palestras, conversamos com a maioria dos moradores, foram operados, se não me falha a memória, 690 animais de pouco mais de mil, foi o Dr. Werner que me acompanhou pessoa que opera animais em dois minutos e nunca teve problema nenhum. Portanto, procurei fazer todo esse trabalho em Fernando de Noronha porque, como está localizada há 200 milhas do continente, o retorno é muito mais rápido. Aqui temos São Paulo e a Grande São Paulo, então podemos fazer todo trabalho aqui, mudamos a legislação aqui e com a Grande São Paulo perdemos tudo. Gostei do discurso da Sra. Regiane porque parece que a Covisa começará do zero, e temos histórias de 20, 25 anos, mas não muda a situação. Eu estava conversando com o Deputado Feliciano, desculpa Dra. Rita, mas se trata de vontade política. Estou afirmando, porque fomos lá, conseguimos um recurso com a WSPA, o resto foi pago do meu bolso mesmo, a aeronáutica cedeu um avião e uma casa, para fazermos as operações, o IBAMA colaborou etc. Então, com vontade política aconteceu. Sinto que em São Paulo tem falta de vontade política.

A Dra. Rita veio agora, pessoa muito respeitada em nosso meio, todo mundo fica feliz, mas ainda passar dois meses e não ser feito nada. Portanto, é interessante todo mundo estar se pronunciando na Comissão, Anclivepa, o Conselho de Medicina, as entidades todas nominadas pela Taquigrafia. Vou pedir a minha Assessoria acompanhar a reunião das ONGs com o CCZ porque a nossa intenção, após essa reunião, é fazermos o relatório dos animais domésticos e domesticados, porque precisamos partir para o tema de animais silvestres e silvestres exóticos. A Comissão só tem 60 dias – é claro que conseguiremos mais 60 dias -, mas nesse primeiro momento já dá para relatarmos a diretriz, o Plano Diretor. Por isso é muito importante essa reunião que vocês vão participar na sexta-feira, dia 24. A Câmara Municipal de São Paulo poderá disponibilizar espaço para essa reunião, porque 30 lugares é muito pouco. O importante é que participem dessa reunião com o Poder Executivo, que será gravada pela minha Assessoria, para ser parte do relatório.”

A seguir o Presidente permitindo que o Sr. Jorge Pereira se manifestasse ao microfone: ... meu nome é Jorge Pereira. Sou especialista em comportamento canino, sou Etólogo Cinotécnico e uma das minhas especialidades é controle de agressividade em cães da raça pitbull terrier. Faço uma pergunta, doutora, justamente

sobre o caso da redução dos 90 dias dos agressores. Sou um profundo conhecedor dos animais que têm hoje nessa área de confinamento do CCZ, e posso garantir que conheço o Sr. Eduardo e sei de sua capacidade e conhecimento. É uma pessoa que, realmente, tem conhecimento. Não conheço o outro profissional que está trabalhando, mas posso garantir que 90 dias é pouco para se fazer uma avaliação correta. Por exemplo, temos de dividir os agressores em setores. Temos os agressores por dominância; temos os agressores por medo; os agressores por ferimento que tendem a ter esse tipo de comportamento.

Então, no caso de um animal que optou pela postura de agressividade, que entrou em um módulo de defesa por medo, teremos um período muito maior que 90 dias para reabilitar esse animal. Quer dizer, nesses 90 dias, conseqüentemente, teremos a diferença entre conseguirmos dar uma segunda chance para esse animal ou não. Se reduzir – e peço que isso, pelo amor de Deus, não aconteça – se fará uma grande injustiça com uma quantidade enorme de animais, porque estive lá e sei o que estou falando. Em uma das feiras que realizamos, sequer tinha guias para os voluntários ficarem com os animais. Tivemos de colocar fitilhos nos animais enquanto estávamos na feira. Outra questão - enquanto doutora preciso até parabenizá-la – que é a de dar prioridade para esses animais que estão nessa área de confinamento. A senhora havia dito que precisávamos fazer uma licitação para a compra de material. Na última reunião em que estive – para podermos fazer um trabalho de adoção lá – levei duas empresas que se comprometeram a fazer acessórios, guias e focinheiras, que havia desenvolvido para uso profissional, justamente para os veterinários do CCZ, que evitaria até mordidas. Porque hoje só é utilizada aquela focinheira que, principalmente, os cachorros de porte grande conseguem removê-la com grande facilidade. Então, se o caso for esse – estar sendo impedido o manuseio desses animais – e se for o interesse do Centro de Controle de Zoonoses, podem contar com esse material que estamos dispostos a ceder. Outra questão é que não basta somente trabalhar com a avaliação do animal para, depois, recolocar. É muito importante que se trabalhe a capacitação dos funcionários.

Aqui dentro, tenho certeza que – dentre todos os voluntários presentes, o pessoal das ONGs – têm, sim, pessoas que têm muita capacidade e muito conhecimento por um motivo óbvio: porque trabalham o tempo todo pegando animal na rua, animal agressor. Vão lá, metem a mão. O que precisa, realmente, é uma capacitação técnica para poder fazer a abordagem de forma correta. Então, como todos estavam falando, estou aqui, justamente, para somar, para fornecer ajuda ao CCZ, à doutora principalmente, mas desde que estas portas estejam, realmente, abertas, não só no papel. Nosso amigo que falou agora a pouco, que é especialista em comportamento, penso que essas pessoas devem ser agregadas para reduzir o tempo de avaliação e treinamento desses animais. O treinamento não é adestrar o animal. Mas, sim, fazer com que ele, realmente, tenha condições de ser recolocado em um lar. E os que têm uma recolocação com ressalvas, justamente a pessoa que adote esse animal, também deve passar por uma capacitação.

Não apenas os funcionários, mas a pessoa que vai receber esses animais deve passar por essa capacitação. Se o CCZ precisar do material – porque acho que precisa – para fazer uma feira, estaremos à disposição. E quanto aos animais que foram avaliados, gostaria de perguntar como essa avaliação para os agressores é

feita. O último animal que retirei foi uma cadela labrador, que estava próxima da eutanásia. Essa cadela era uma agressora que havia mordido cinco pessoas e uma criança. Essa cadela foi treinada e há uns dois meses, participou de uma cerimônia de casamento, onde foi entregar as alianças. Essa era uma agressora que estava prestes a ser sacrificada. Então, gostaria muito de saber como é feita essa avaliação. Porque todas as vezes que estive lá, não tinha nenhum dos voluntários fazendo a avaliação desses animais que estavam sendo sacrificados. Gostaria muito de saber como funciona isso, doutora.

E como eu estava falando, o Eduardo, também, que está trabalhando com a Doutora, realmente é um profissional capacitado. Eu tive a oportunidade de trabalhar com ele em alguns programas de TV eu sei da capacitação dele. Só que, somente ele, é impossível de estar lidando com a demanda hoje que chega a uma média de cinco a seis cães da raça American Pitbull Terrier, quer dizer que a maioria deles é mestiça. Uma das coisas importantes: os agressores que estão nesse local geralmente eles são dados como agressores, mas, na verdade, são animais que, por conta do padrão da raça - como o American Pitbull Terrier deve ser -, ele hostiliza outros animais. A maioria deles tem essa característica. Ele estava latindo na grade, eu ia, enfiava a mão, trazia o cachorro e acabava. O negócio dele era realmente com relação aos outros animais. É um comportamento que dificilmente é extinto. Então, daí a importância da capacitação da pessoa que vai adotar esse animal. Muitos deles não têm sequer condições de ser cães de guarda, por simplesmente terem aversão somente a outros animais. E eles estão lá por conta de serem agressores. Como é feita essa avaliação ou se são colhidas provas de que realmente esse animal é um agressor?

A resposta da Dra. Rita Garcia ao posicionamento do Sr. Jorge Pereira: "... não temos um protocolo, ainda, de avaliação. Nós fomos um dia lá, na quinta-feira passada, e, como eu já conhecia o Eduardo e o Dr. Mauro, eu convidei os dois. Mas convidaremos você e o Lito também. A idéia é montar um protocolo para que isso fique. E a outra idéia seria completar esse serviço, porque os profissionais que estão no CCZ hoje precisariam entender de clínica médica, clínica cirúrgica, comportamento animal, as razões da agressividade, enfim.

Então, a idéia seria terceirizar isso. Assim, nesse período de transição, contar com o apoio de vocês. Podemos nos sentar e montar um protocolo para que os funcionários, os veterinários do CCZ possam também acompanhar e seguir isso, mas é muito complexa essa avaliação. E, realmente, quanto mais pessoas experientes houver, melhor. "Então, acho que é uma outra proposta, isso, montarmos essa avaliação".

Uma pergunta veio de imediato do Senhor Jorge Pereira e do Deputado Feliciano Filho: "...e quanto ao prazo limite para os agressores? Porque acho que está difícil fazer essa modificação no CCZ..." "...era essa intervenção que eu queria fazer: esse prazo limite está em lei. Não é o CCZ quem decide. O prazo limite são 90 dias". Interpelou o Deputado Feliciano e a Dra. Rita Garcia respondeu para ambos: "...o problema é se eles se contagiam com cinomose. Na quinta-feira passada eu percebi que já tinham dois com dificuldade de enxergar. Isso já é sinal de cinomose e que já está afetando o sistema nervoso. Então, até que ponto vamos deixar esse animal, tentar ver se ele vai se recuperar, porque não há um medicamento contra esse vírus,

é só um tratamento suporte. A cinomose é considerada uma doença incurável. Teria de dar um tratamento suporte, apenas para ele agüentar sozinho lá o vírus. Então, acho que, quanto a essas coisas, estamos começando a discussão. Temos uma reunião amanhã com os veterinários, com o pessoal de limpeza, com pessoal que mexe com os animais, para tentar armar essa teia, esse processo operacional que é complexo”.

O Presidente abriu novamente a palavra para outro participante presente, a Dra. Vanice Orlandi, presidente da UIPA – União Internacional Protetora dos Animais: *“...antes de fazer uma pergunta para a Dra. Rita, queria fazer dois comentários breves: o primeiro é que eu acho que essa visão, eu sempre vejo muitas críticas ao gerente Vigilato. Acho um pouco ingênua essa visão de que tudo o que tem ocorrido é porque o gerente está lá. Temos de nos lembrar de que ele foi colocado ali por uma cúpula que o mantém lá e que não o manteria, se não estivesse concorde com os procedimentos que ele vem efetuando. É isso o que me leva a suspeitar um pouco de que esse projeto, esse programa - que me parece excelente, como pareceu a todos - venha a ser efetivamente cumprido, em que pese eu conhecer muito bem a competência, a seriedade da Dra. Rita. Só isso o que me estranha: que essa cúpula ainda o mantém lá. Sobre essa cúpula também, eu queria dizer o seguinte: a Lei Estadual Paulista, do Deputado Feliciano, faculta às associações protetoras o acesso aos laudos justificativos de eutanásia. A UIPA oficiou ao CCZ, pedindo acesso a esses laudos, em julho do ano passado. Não obteve resposta. Nós reiteremos o ofício e eles disseram que estaria com a Covisa. Desde aquela época, não houve resposta. Ou seja, a lei, nesse sentido, também vem sendo descumprida: as associações não têm o livre acesso aos laudos justificativos de eutanásia, como a lei assegura. Eu queria saber se a Dra. Rita tem consciência disso, se está sabendo desse problema também”.*

A resposta da Dra. Rita Garcia: *“...não, eu não estava sabendo desse problema, mas acredito que possamos ver. Na semana passada, quando fomos lá, essas fichas de todos os animais se encontram em um local lá dentro do plantão e foram facilmente localizadas, com todo o histórico de cada animal, dia a dia. Então, acredito que isso não pode ser um problema e não deve ser um problema. Temos acesso a isso e abrimos para vocês”.*

O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli oferece a Dra. Rita Garcia o microfone para oferecer mais argumentos às suas resposta e diz que é importante pois tudo está sendo gravado e taquigrafado na reunião.

A Dra. Rita Garcia aceita a colocação do Senhor Presidente e complementa com: *“...essa questão do comportamento animal realmente é uma área que vamos ter de chamar as pessoas e discutir muito, porque ao mesmo tempo que se pode mandar um animal que tinha um perfil para a guarda, pode-se mandar um que estava com perfil para ficar em cima do sofá e esse animal não ter o perfil para ficar em cima do sofá. E ele teria de ser usado mais como de guarda realmente. Então, é um problema que vamos ter de discutir muito, acho que partindo do mais simples, por enquanto. E colocar em ação o mais simples, porque não adianta querermos salvar a vida de todos os animais que estão lá hoje, agora, os 146 que estão lá presos na solitária.*

Então, é um grande desafio para quem está lá dentro e para quem está fora. Acho que o convite é chamar para entender como vamos resolver.

Os que estão vencendo o prazo e que estão com sinais de doença, principalmente de cinomose, na minha opinião, devem ser encaminhados para eutanásia. E estamos trabalhando agora com aqueles que têm alguma possibilidade de serem reintroduzidos. Temos um produto na prateleira, mas a demanda para ter esses animais eu não sei se é tão grande como o Deputado falou. Porque qual que é a nossa responsabilidade também de estar inserindo esse animal nessas empresas? Vejo muitas empresas que, muitas vezes, tem um animal que passa sábado e domingo sozinho. Não sei tem alimentação ou não. Temos de estar atento para onde está indo, como vamos fazer isso, como vai fazer o cadastramento. Acho que agora não temos de fechar nada. Temos de estar aberto, mas ter a segurança de que não vamos deixar nenhuma criança se machucar, principalmente isso.

O Senhor Presidente pergunta se mais alguém ou representante de ONG deseja se manifestar e o Senhor Carlos Rosolen, representante da PEA se manifesta: *“...Dra. Rita, quero dizer que estamos contigo, desde que não seja mais uma ação da Covisa, para inglês ver, se realmente isso for sair do papel pode contar conosco. Quero ratificar aqui a indignação pelo fato do Dr. Marcos não estar presente, novamente, embora com muita propriedade, a Dra. Vanice, disse que é ingenuidade culparmos somente ele. E de fato acho que a responsabilidade é de quem colocou e o quem o mantém o lá. Representa, como o Deputado disse, uma falta de coragem em assumir seus atos o fato de não ter vindo na última reunião e nessa, porque ele tem sim que dar satisfação do que fez até agora. Pergunto à Covisa se tem conhecimento de que o Dr. Marco, não diz a verdade, ou em outras palavras, mente para autoridades? Acompanhei o nobre Vereador Aurélio Miguel em uma visita ao Centro de Zoonoses há alguns meses, onde Dr. Marco disse que entravam no CCZ quatro animais por dia, e que ele não fazia eutanásia de animais sadios porque não era necessário. Isso ele disse para o nobre Vereador Aurélio Miguel, eu estava lá com ele, e depois quando ele fez uma denúncia crime em uma delegacia contra a Lillian, ele disse para o delegado, e assinou um depoimento de que entram no CCZ 60 animais por dia. Então, ou ele não conhece nos números, que acredito, não duvidaria, ou ele realmente mente.*

Não sei para qual autoridade ele mentiu: se foi para o vereador ou para o delegado de polícia. A segunda questão que pergunto à Dra. Rita é qual o grau de autonomia que você vai ter nesse programa? Primeiro, se vai ter orçamento para administrar ou de vai continuar dependendo da Covisa? E, segundo, se você vai ter um poder de decisão efetivo? Como brinquei no começo, se isso é para sossegar nossos ânimos. Todo mundo sabe, que todo mundo respeita muito e admira o seu trabalho. Quero saber se você vai ter um orçamento para administrar e se vai ter poder de decisão. Terceira pergunta, se os números de São Paulo são conhecidos pela Covisa. Você comentou, pelos cálculos que fiz, devemos estar castrando esse ano, se chegar a 80 mil animais é muito. Como você mesmo disse, cientificamente acredita-se que se não chegar em 60%, 70%, da população não se controla a população canina. Com esses números não vamos chegar a 80% da população nem em 50 anos. Quero saber se tem conhecimento desses números, se realmente em quatro anos pretende-se atingir a quantidade de animais que se pretende castrar, agradeço e obrigado”.

A interpelação do Senhor Presidente em seguida da manifestação do Sr. Carlos: *“...de fato o diretor do CCZ , é brasileiro, natural de São Paulo, tem 33 anos, nasceu 76, casado. Tem todos os dados aqui e na delegacia ele fala, que de fato recolhe cerca de 50 animais diariamente. Sendo que os animais recolhidos sejam mordedores permanecem 10 dias. Está no depoimento de fato. Para o nobre Vereador Aurélio Miguel ele disse cinco e para a policia 50”*.

Pede a palavra a Rejane Calixto Gonçalves, representante de COVISA: *“...a pergunta que o Sr. Carlos fez, com relação, se o Dr. Marco mente ou não mente, de fato fica não só para mim, que represento a Covisa, como qualquer outra pessoa, falar a respeito disso. O que posso dizer, e gostaria que ficasse frisado, é que todo esse movimento que temos feito, não só a Covisa, mas a Secretaria Municipal de Saúde, que seja tarde, como foi dito aqui por várias vezes, acho que demonstra que estamos procurando atender todos os reclamos que a sociedade tem feito com relação à questão da proteção. O fato de ter trazido a Dra. Rita para se unir a nós sinaliza isso. Parece-me que ficar batendo nesta mesma tecla, por várias vezes, não sei até que ponto pode nos ajudar a resolver o problema que temos discutindo aqui, eu, pelo menos, acho que é a terceira vez que venho discutir aqui. Eu não sei responder se o Dr. Marco mente ou não. Se ele mente, isso é repudiável. Mas, volto a dizer, que a Secretaria Municipal da Saúde e a Covisa, têm demonstrado que estão querendo acertar junto com todos que estão aqui, junto com todos que estão nessa luta pela proteção animal”*.

Em tréplica ao posicionamento da Sra. Rejane Calixto, o Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli afirma: *“...muita gente fala porque muita gente passou por isso. O Centro de Controle de Zoonoses, há 25 ou 30 anos que acompanho, sempre foi alvo de críticas. Concordo com quem falou aqui que o culpado não é o Diretor, mas quem está por trás. Estava discutindo com o Deputado Feliciano, o que será que tem por trás disso? Será que tem alguma coisa por trás? Atualmente, o governo dá sinais de boas intenções. Mas, para que as boas intenções governamentais se concretizem, é necessário é tenha alguém com boa intenção também para administrar. Vou repetir para a senhora, porque não sei se ouviu minha fala, tenho direito de falar o que penso por ser Parlamentar eleito pelo voto direto, acho que esse cidadão deve ser bom em outras áreas e acho que naquele local em que ele está não deve ficar. Eu particularmente tenho essa posição.*

Não adianta um projeto lindo e maravilhoso, trazer a Dra. Rita de fora e colocá-la como escudo e o problema persistir nos bastidores. Isso vou falar ao Prefeito, ao Secretário e aos seus Assessores do Sr. Secretário. Temos outros compromissos nesta Casa e precisamos finalizar. Acho que essa reunião, Dra. Rita, que vocês vão fazer na próxima sexta-feira vai ser muito importante. Espero que você dê tempo a todos de se manifestarem, como a Dra. Rita ouviu todos nós. Logo em seguida a essa reunião, quando vamos estar com nosso pessoal ouvindo tudo, faremos o primeiro relatório desses encontros. Não gosto de dirigir olhando o retrovisor, mas em tudo o que fazemos temos que olhá-lo um pouco para analisarmos o que conseguimos nos anos anteriores. Acredito que avançamos muito, Dra. Rita, naquela época em que o Dr. Eduardo Jorge era o Secretário de Saúde. Já neste Governo, tivemos um grande retrocesso, em razão do recuo do Governo, consubstanciada

numa falta de vontade política, visto que o recurso foi dotado no orçamento para essa questão. Tem dinheiro, tem funcionários, acho que falta vontade para fazer a coisa.

O Roberto Freire dizia: “Sem tesão, não há solução” e a pessoa que está lá não tem vontade de fazer. Isso já foi manifestado por várias entidades sérias”. Queria passar a palavra ao Deputado para o encerramento das suas falas no dia de hoje. Antes quero lembrar os senhores que vamos aguardar essa reunião das ONGs com o CCZ para poder trazer um relatório e começar já a encaminhá-lo, sobre animais domésticos e domesticáveis, e partirmos para silvestres e silvestres exóticos nas próximas reuniões. Vão ter outros órgãos que vão estar presentes, Ibama e outros, só para darem uma noção básica do que está acontecendo. Claro que não somos donos da verdade e não vamos conseguir resolver tudo num passo, mas sinto que neste Governo temos dinheiro, temos recursos, mas falta vontade política. É o meu feeling de 30 anos na militância do movimento de proteção animal, isso registrado na imprensa.

Agradeço a presença da Dra. Rita, que prontamente nos atende quando temos problemas. O Dr. Werner não vi participar. Ele está fora de São Paulo? Devia estar com a gente também. Quero fazer um registro porque há 15 anos estive na posse do Conselho de Veterinária de São Paulo, antes do Dr. Francisco. Veio gente do Brasil inteiro, os delegados é que votam, teve a fala de todos, enfim. Eu não ouvi uma fala de proteção naquele momento. Era vaca, era gado, era Vigilância Sanitária, só se ouvia isso. Briguei muito com o Conselho de Medicina Veterinária que queria prender o ônibus porque a gente ia à favela fazer castração, enfim. Com a Associação que o senhor preside também, nós já tivemos problemas no passado. Acho que estamos em um novo caminho, não é? Não quero olhar no retrovisor. Os veterinários, eu lembro que quando eu fiz a lei de castração, eles foram contra, as associações também, mas com o tempo a pessoa começa a conhecer uma clínica veterinária, começa a conhecer um veterinário, eles vão ganhar muito mais! As últimas leis que fiz também, pedindo que tivessem veterinários em todos os departamentos... Mas vamos trabalhar em conjunto, sociedade civil e Poderes Executivo e Legislativo para ver se a gente consegue avançar. Por favor, Dra. Rita com a palavra”.

Dra. Rita Garcia: “...quero deixar uma mensagem. Não estou retornando à toa. Não creio em ter só uma ação em prol dos animais, mas sim que dá para fazer um movimento conjunto, independente de quem é o gerente do CCZ. Eu vejo muitos movimentos individuais dentro do CCZ e está na hora de nos juntarmos porque lá as pessoas têm suas crenças e têm suas vontades, mas os impedimentos são tantos que elas desanimam e não conseguem ir numa linha reta. Fazem curvas e curvas e acabam se perdendo. Acho que o momento agora é de união para traçarmos uma reta. Os obstáculos vão continuar, mas se temos um ponto, uma meta, e tendo em vista melhorar agora, o que dá para fazer agora, o que dá para fazer a médio e longo prazo e com calma. Eu acho que passou da hora de falarmos mal de pessoas. Essa é a minha opinião: acho que tinha de centralizar nas ações. Então, fica o convite para os que querem realmente fazer mudanças, para participarem como parceiros”.

Em seguida a Senhora Rejane Calixto se despede: “...sou da Covisa. Acho que já afirmei a todos a nossa disposição de acertar. Acho que esta Casa e o Legislativo

Estadual estão aqui para nos cobrar ações. Acho que a vontade política está sendo demonstrada. Vocês vão ter a oportunidade de ver isso na prática”.

O Presidente Vereador Roberto Trípoli, antes de encerrar solicita: *“...queria que a senhora visse para nós a ação da Rua Clélia, como está situação. Aproveito também para fazer um requerimento viva-voz, pode ir depois por e-mail a respeito das eutanásias, cobradas pela PEA que não ficou respondido. Esta Comissão então requer que os animais que passaram por eutanásia, nos últimos oito meses, quem sabe, que nos passem as informações, por favor.*

No dia 29 de abril, às 13 horas, haverá um evento, em frente ao CCZ, uma manifestação a favor da vida. Todos estão convidados. Convoco a próxima reunião, a ser realizada na próxima quarta-feira, no mesmo horário, com o tema a ser decidido por esta comissão. Estou dando entrada em um projeto de lei, que cria o Centro de Bem-Estar Animal da Prefeitura Municipal de São Paulo. Tal projeto, que está sendo apresentado hoje, tem vários artigos e itens. Então, ele vai passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e por audiências públicas. Esse projeto contém muitas páginas. Como não somos donos da verdade, estamos aguardando também opiniões a respeito desse projeto de lei.

10. Alimentação vegetariana: boa para a saúde humana e para o Planeta

O Senhor Presidente Roberto Trípoli abriu a reunião do dia 5 de agosto de 2009, apresentando os convidados: *“...daremos início à 13ª reunião ordinária da Comissão de Estudos para avaliação da coexistência de animais domésticos, domesticados, silvestres, nativos e exóticos com a população humana e os reflexos na saúde pública e meio ambiente e a legislação pertinente à cidade de São Paulo, conforme RPP 06004/2009.*



Natalini, Trípoli e Bispo Atilio

Da esquerda para a direita, Vereadores

Hoje temos como convidados os Srs.: Dr. Eric Slywitch, médico nutrólogo da Sociedade Vegetariana Brasileira; Capitão Lerner do Nascimento Ribeiro, Prefeito da cidade de São Lourenço da Serra; Márcio Astrini, consultor da entidade Greenpeace e representantes da Secretaria da Educação do Município de São Paulo, as nutricionistas: Laura da Silva Dias Rahal e Christina Lellis de Souza Amaral e Marisa Meire Russef, nutricionista do Departamento de Merenda Escolar.

Quero lembrar às pessoas que vieram pela primeira vez, estivemos reunidos com todas as autoridades em relação à proteção à fauna na cidade de São Paulo, Secretaria do Município, Estado, Ibama, entidades ambientalistas. Enfim, hoje abrimos para uma reflexão a respeito da alimentação saudável, sem a utilização de animais.

É um momento, volto a dizer, de reflexão, porque possuímos uma cultura em relação à alimentação de carne proveniente de animais e acredito que é preciso desaprender aquilo que nos foi colocado na cabeça quando crianças.

Refletindo e discutindo com as pessoas, quem sabe conseguimos mudar essa cultura. Iniciaremos com o Capitão Lerner Ribeiro, Prefeito de São Lourenço da Serra, que nos contará a experiência que teve na sua cidade, onde implementou esse trabalho, os resultados, os custos, etc. Então, Prefeito, muito bem-vindo à Câmara Municipal de São Paulo. V.Exa. tem a palavra, por favor”.

(destacamos aqui um resumo da fala do prefeito)

Prefeito Lerner Ribeiro : “Com base nessa indicação, apresentaremos dois índices: o de mortalidade infantil na minha cidade e o de desenvolvimento da educação básica, IDEB, índice bastante recente, mas muito importante na avaliação desse desenvolvimento. Primeiro, veremos o índice de mortalidade infantil. Pelos indicativos da UNICEF, dentre os indicadores, o mais tradicional é o coeficiente de mortalidade infantil por ser reconhecidamente aquele que expressa não só o nível de saúde de uma sociedade, como também o seu padrão sócio-econômico.

Esse índice nos mostra uma fotografia do nível sócio-econômico de uma determinada comunidade. A mortalidade infantil, índice que adotaremos, representa a proporção de crianças que morrem antes de completar um ano de vida. É considerado um indicador sensível das condições de vida e saúde de uma população. Esse é o posicionamento da UNICEF de 1989. Essa taxa é considerada universalmente, mostra o nível sócio-econômico de uma população. Agora com relação ao outro indicador, o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi criado a fim de medir a qualidade de cada rede de ensino; estadual, municipal, pública, privada, de primeira à 4ª, da 5ª a 8ª, enfim do ensino médio.

É um indicador muito importante e interessante. Ele é calculado com base no desempenho dos estudantes, em avaliações periódicas, em taxas de aprovação, é realizado a cada dois anos. A primeira vez foi medida em 2005, já temos a de 2007, em outubro ou novembro teremos a próxima avaliação do IDEB.

O Ministério da Educação realizou uma projeção e se utilizará desse índice até o ano de 2022, quando o nosso país completará 200 anos de independência, sempre tendo como destaque que um país independente é aquele que tem uma boa educação. Essa é a série histórica da mortalidade infantil no meu Município, no Estado de São Paulo, na Grande São Paulo e na cidade de São Paulo, só para demonstrar a situação em que se encontra a nossa Cidade.

Quando assumi em 1997, estavam sendo divulgados os índices de 1995. Em 1995, apresentamos o índice de 55,17 mortes por mil nascidos vivos. Isso foi o maior recorde, o maior indicador de mortalidade infantil que já aconteceu na região metropolitana de São Paulo. Quando tivemos esse altíssimo índice, a cidade de São Paulo apresentou 23, a média do Estado foi de 24 e a Grande São Paulo foi de 25. Realmente, a situação era muito grave. Quando assumimos em 1997, começou-se um trabalho e tivemos uma oscilação em 2000.

Com relação à educação básica, a situação era idêntica, não posso dizer pior. Tínhamos naquela ocasião, em 1997, - hoje mencionei 18 mil - 10.139 habitantes e 985 crianças e jovens entre quatro e 19 anos fora das escolas, isto é, não a freqüentavam.

Esse é um indicador da Secretaria de Estado da Educação, do IBGE, está disponível em qualquer site. Desse número altíssimo, 10 mil habitantes, 595 se referia a crianças entre quatro e 14 anos que não tinham acesso aos estudos. Isso ocorria em 96, a Constituição Federal é de 88, estávamos há muitos anos incorrendo em crime, porque criança não pode ficar fora da escola.

Diante do quadro de altíssimo índice de mortalidade infantil, de muita criança e jovem fora das escolas, iniciamos a implantação de uma série de programas, um dos quais diz respeito a este encontro, que foi o Programa Alimentação Saudável, com o objetivo de melhorar a situação de saúde dos grupos biologicamente mais vulneráveis, como gestantes, nutres, crianças e idosos. Esse programa foi idealizado por nutricionistas especializadas, tinha base em alimentos típicos na nossa região. Foi estimulado o consumo de frutas, hortaliças, implantamos hortas em todas as escolas, em muitas residências, fizemos cursos, várias apresentações nos clubes de mães, nas sociedades amigos de bairros.

Preparamos um composto alimentar que é conhecido como multimistura, feito à base de farelo, folhas e sementes. Sobre o que falei anteriormente vale para os termos gerais, especificamente nas merendas as inovações foram radicais. Eliminamos grande parte dos alimentos industrializados, naquilo que foi possível, como bolachas, achocolatados, salsicha, margarina, macarrão, sucos, leite, açúcar branco, a carne vermelha foi suprimida totalmente. Optamos por ovos, um pouco de peixe e frango, capacitamos as merendeiras das creches, das escolas municipais, do estado, inclusive, mães de alunos e batemos muito em cima da questão do valor nutricional dos grãos, farelos, folhas verdes, raízes, tubérculos, frutas e hortaliças. Fizemos grande aproveitamento de alimento. A multimistura também foi apresentada à população, embora muito discutida no meio nutricional, alguns apóiam outros são contras, foi implantada e o sucesso alcançado com essa medida será demonstrado em seguida.

Ainda no programa da merenda foi implantada a avaliação do estado nutricional de crianças, no caso de desnutrição e de obesidade aplicávamos dietas específicas. Aliás, já naquela época lidamos com um índice de obesidade muito grande. Aplicado, na merenda escolar, o Programa de Alimentação Saudável aos grupos mais vulneráveis: mães, nutrizes, grávidas e crianças, conseguimos reverter os indicadores absolutamente desfavoráveis a nossa população atingindo, no ano de 2003, uma marca que, a meu ver, nunca mais ocorrerá, de zero morte por 1.000 nascidos vivos. Ao término da minha administração, em 2004, o índice sofreu uma alteração, porque qualquer oscilação, como o falecimento de duas crianças, por exemplo, já interfere na aferição.

Mas durante os quatro anos, de 2002 a 2004, da última administração, conseguimos manter abaixo de 10 o índice de mortalidade infantil, recomendado pela Organização Mundial de Saúde, padrão de países de primeiro mundo. No ano de 2008, no último ano do meu sucessor, saltamos bastante, já foi para 14, justamente porque a primeira coisa que ele fez, em 2005, foi tirar o Programa de Alimentação Saudável, já implantado e com grande sucesso. Então, podemos ver que hoje, 14.63, o Município de São Paulo está com 11.99, e a média do Estado é 12. Quer dizer, estamos bem acima, o que não deveria acontecer. A meta, agora, é reverter este cenário com o Programa Alimentação Saudável que estamos implantando aos poucos. Não podemos creditar à redução somente ao programa, evidentemente temos outras ações extremamente importantes que resultaram no que vimos.

Uma delas foi a implantação do Programa Saúde da Família e, outra, é que tivemos a honra de participar do Programa Qualis que é um reforço que o Governo do Estado de São Paulo oferece a alguns poucos municípios.

Melhoramos o atendimento de pré-natal, parto, atenção ao recém-nascido, incentivamos o aleitamento materno, aumento no alcance das vacinas, tratamento das infecções respiratórias agudas. Outras ações intersetoriais como o acesso à moradia adequada e saneamento básico também foram importantes.

A minha cidade, apesar de estar próxima de cidades que não possuem captação de esgoto, como Itapeverica da Serra, há duas estações de tratamento de esgoto e de tratamento de água. Investimos bastante no saneamento básico.

Melhoramos a escolarização de mulheres em idade fértil e o Programa Alimentação Saudável certamente colaborou bastante, mas não foi o único. Como disse, a primeira avaliação do IDEB foi em 2005. A minha cidade, com o Programa Alimentação Saudável, reforça a qualidade do ensino. Uma criança bem alimentada rende muito mais. São Lourenço da Serra apresentou, em 2005, o quarto melhor índice do IDEB com 4.8. A nível mundial ainda é baixo, pois a meta para o Brasil é até 2021 chegar a seis, mas estamos à frente de São Paulo. A cidade de Itaquaquecetuba foi a última. Com a retirada dos programas que implantamos e da merenda de qualidade em 2007, fomos o único município que retroagiu, de 4.8 caímos para 4.5. A meta para 2007 era de 4.8, não era nem para aumentar, somente manter, mas, infelizmente, regrediu. São Paulo conseguiu manter. 4.8 significa, para São Lourenço da Serra, igualdade de condições com Santo André, Diadema, Arujá, cidades muito ricas, inclusive a frente de Barueri.

Esses indicadores servem para demonstrar que a alimentação saudável é extremamente importante. Aliás, tivemos a honra de ter a colaboração do Vereador Gilberto Natalini, quem gostaria de cumprimentar neste momento. São indicadores importantes que voltaram a servir de embasamento para o nosso planejamento. Estarei concluindo, no próximo mês, um Plano Plurianual da minha cidade que irá determinar as diretrizes a serem seguidas nos próximos quatro anos, de 2010 a 2013. Estamos trabalhando para que o programa passe a ter força de lei a fim de que na próxima mudança de prefeito não se altere, ou seja, retirado, como aconteceu, o que gerou a queda acentuada dos indicadores. Agradeço o convite, não sei se pude colaborar, mas estou à disposição.”

O Presidente Roberto Tripoli passou então a palavra ao Dr. Eric Slywitic, que fez uma apresentação sobre os benefícios da dieta vegetariana, do qual destacamos o seguinte trecho: Dr. Eric Slywitch: “...Meu nome é Eric Slywitch, sou Médico Especialista em Nutrologia, nutrição enteral e parenteral. A área que mais trabalho é dieta vegetariana. É um tema que estudo há, mais ou menos, 17 anos e a abordagem que escolhi para esse assunto é totalmente científica. Então, vocês vão ver que temos vários estudos científicos indexados, para que possam ter a referência e poder trabalhar sobre esse assunto. Agradeço o convite, acho que esse tema é bastante pertinente e tem ganhado bastante espaço nos meios de comunicação. É um tema que deve, realmente, ser trabalhado, porque observamos muitos benefícios com uma dieta vegetariana, com relação à saúde.

Fiz uma abordagem mostrando o panorama mundial com relação à dieta vegetariana. Trouxe alguns estudos com relação a custos e impactos à saúde em serviços públicos e algumas questões referentes ao ajuste nutricional, que acredito ser importante quando pensamos na merenda escolar.

Quando observamos o parecer de 2003, da Associação Dietética Americana, diz claramente – esse parecer foi atualizado em 2009 – que os profissionais da nutrição tem a responsabilidade de apoiar e encorajar os que demonstram interesse pelo consumo de uma dieta vegetariana. Então, não é uma entidade vegetariana dizendo isso. É uma entidade de nutricionistas imparcial, depois de estudar os vários artigos publicados sobre esse assunto.

Esse parecer diz também que, quando planejado adequadamente, a dieta vegetariana é saudável, nutricionalmente adequada, promove benefícios à saúde e na prevenção e tratamento de certas doenças. Junto a essa associação há várias outras entidades, que também apóiam a dieta vegetariana, dentre elas a American Heart Association, que é a Associação Coração Norte Americana; Fugan Program Administration; College of Family and Consumer da Universidade da Geórgia; Departamento de Agricultura dos Estados Unidos; Kids Hells, que é uma entidade infantil; Universidade de Loma Linda; Beckham Studies for Câncer Research e a Clínica Maio, que em termos de diretrizes médicas é bastante conceituada.

Nossa pergunta é como podemos fazer uma dieta nutricionalmente adequada. Essa é a imagem de um prato vegetariano, para que possamos padronizar o que estamos falando, o que é uma dieta vegetariana. Temos o conceito de que o vegetariano é o indivíduo que não come nenhum alimento que implique na morte de um ser do reino animal. Então, ser vegetariano não significa comer muita verdura ou comer muita salada. Ser vegetariano significa não comer carne e subprodutos que impliquem na morte de um ser do reino animal. Para nós, o vegetarianismo é sinônimo de alimentação sem carne. Inclusive, há vegetarianos que não gostam de verduras. Pode parecer estranho, mas tenho pacientes que não gostam de verduras, são vegetarianos porque não comem carne. O conceito é simplesmente a carne, seja vermelha, branca, amarela, azul ou a cor que for.

Vegetariano não come peixe e não come frango também. O que come o vegetariano, se ele não come carne? Temos todos os cereais. Este é o material que desenvolvi, infelizmente as cores não estão nítidas, para que possamos avaliar, na Cidade de São Paulo, tenho um amigo que é fotógrafo e saímos pelas ruas fotografando os alimentos que fossem de origem vegetal, nesse contexto encontramos esses cereais.

Temos quase 40 cereais e aqui só colocamos integrais, não colocamos cereais refinados, porque sabemos que o uso de alimentos refinados aumenta o risco de várias doenças crônicas, como doenças cardiovasculares, vários tipos de câncer e os índices de obesidade. Então, uma alimentação saudável, hoje, implica o uso de alimentos integrais. Todos os feijões. Não parece, mas temos 30 fotos de feijões encontrados na Cidade de São Paulo. E aqui vale a pena lembrar que o substituto de carne se chama feijão. É o que diz o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, quando retiramos a carne, o que colocamos no lugar é o feijão e não o queijo, leite e ovos. Oleaginosos são alimentos um pouco mais caros, mas que podem ser colocados na dieta vegetariana, isso não é obrigatório. Não é necessário.

Todas as verduras, as folhas; os legumes todos; as batatas; as frutas, que encontramos 80 nos mercados que passamos; os óleos todos e os condimentos, porque a dieta vegetariana não é uma dieta sem gosto. Só não vai ter gosto se não soubermos cozinhar. Então, montamos um pôster, quem quiser está acessível no meu site: www.alimentacaosemcarne.com.br.

Encontramos 350 alimentos de origem vegetal, que podemos utilizar para uma dieta vegetariana, sem nenhum derivado animal. Quando a dieta vegetariana contempla esses alimentos que falei, é uma dieta estritamente vegetariana. Vejam que não é restrita, porque tem uma variedade grande de alimentos. Esse é o vegetariano estrito, ele não vai usar nem queijo, nem leite e nem ovo, além da carne. Quando o vegetariano utiliza laticínios, vai ser chamado de lactovegetariano.

Quando utiliza ovos, vai ser chamado de ovolactovegetariano. Temos estudos interessantes com relação ao consumo de carne. Na horizontal, vamos encontrar o consumo per capita de carne; na linha vertical, a incidência de câncer de intestino grosso, nos locais que foram avaliados. Esses pontinhos, que estão no meio, são dos países que foram avaliados. Encontramos, claramente, quanto maior o consumo de carne, maior a incidência de câncer de intestino grosso e também de próstata.

No meio científico, usamos um termo chamado metanálise, que é um estudo de revisão, em que pegamos tudo o que foi publicado sobre aquele assunto, condensamos num estudo único e, no final, colocamos dados estatísticos para ver se aquele nutriente, aquele alimento ou aquela intervenção é efetiva ou não num tratamento.

Esse estudo foi usado para avaliar a relação do consumo de carne com câncer de intestino grosso, e nos mostrou o seguinte: para cada aumento de cem gramas do consumo de qualquer tipo de carne, ingerida diariamente, está associada ao aumento de risco de 12 a 17% do câncer de cólon e de reto, que é o intestino grosso. O que acho mais impressionante é que o aumento de 25 gramas de carne processada, ou seja, os embutidos – salame, presunto, salsicha – o uso de 25 gramas diariamente está associado ao aumento de 49% do risco de câncer no intestino grosso.

E isso nos mostra claramente que não basta se fazer um cálculo, em termos de dieta, aonde se chegue na necessidade protéica. Porque se você coloca presunto ou salsicha, você chega na quantidade protéica, mas a qualidade do alimento é que vai fornecer uma saúde mais adequada. Então, quando se troca essa proteína orgânica por uma proteína vegetal, trazem-se junto vários outros fatores nutricionais que são bastante adequados para que se possa fazer um melhor ajuste nutricional e para a saúde do indivíduo. Não contente com esse estudo, em 2002, outro autor falou: “Não.

Vou fazer o meu estudo, a minha meta-análise.” E ele encontrou dados muito parecidos. Ele encontrou que, para um aumento de 120 gramas de carne vermelha ingerida diariamente está associado com o aumento de 24% de risco de câncer no intestino grosso; e o aumento de 30 gramas de carne processada diariamente o risco aumenta em 36% do câncer no intestino grosso. Portanto, temos dados bastante contundentes de que o consumo de carne deve ser cada vez mais reduzido. Temos algumas entidades internacionais que preconizam o uso de carne vermelha em, no máximo, 300 gramas por semana. Ou seja, isso dá menos que 50 gramas por dia, que é um pedaço bem pequeno de carne. Infelizmente, a população, hoje, usa uma quantidade muito maior em todas as refeições.

E associado a isso também, trouxe alguns impactos relacionados ao custo ao sistema médico com relação ao consumo de carne. Então, esse estudo foi publicado em 1995 e o que ele fez? Ele analisou as doenças em vegetarianos, comparando-os com pessoas que não são vegetarianas, associando às questões de peso, tabagismo, álcool, tirando esses fatores que interferem na avaliação da saúde, e ele encontrou o seguinte: se você avaliar a retirada da carne e a redução desses custos, com relação às doenças ocasionadas por essas doenças, você teria uma redução de 28 a 61,4 bilhões de dólares ao ano, e que é um dado bastante expressivo.

Esse estudo avaliava que os gastos relacionados ao consumo de carne, na saúde pública, são substanciais. E eles avaliaram, também, um estudo relacionado ao estilo de vida e ao uso do sistema de saúde. Então, eles pegaram 27 mil indivíduos adventistas – que é uma população bastante interessante para trabalharmos com dieta vegetariana, porque a religião incentiva o vegetarianismo, mas ela não obriga.

E um aspecto interessante é que, nessa população, a frequência de tabagismo e consumo de álcool é muito baixa. Então, afastamos fatores que sabemos que são causadores de doenças. Então, eles fizeram todos os dados estatísticos e encontraram o seguinte: que as mulheres que comem carne – ou seja, as mulheres onívoras – utilizam de 70 a 115% mais medicações que os vegetarianos. E os homens que comem carne utilizam o dobro de medicação que os vegetarianos. Então, concluiu-se que a dieta vegetariana reduz a prevalência de doenças crônicas; reduz o uso de medicações; de necessidade de uso de serviços de saúde e dos custos com a saúde.

Temos algumas entidades que colocam que as dietas vegetarianas, inclusive as veganas – ou seja, sem nenhum derivado animal – têm satisfeito as necessidades nutricionais de gestantes, de bebês, crianças e adolescentes, promovendo o crescimento e desenvolvimento normais. Isso aqui não é estudo realizado por uma entidade vegetariana e, sim, vários estudos de entidades que não são vegetarianas e que avaliaram os estudos científicos. Os bebês de mulheres vegetarianas, ao nascer, têm peso semelhante aos bebês das mulheres não vegetarianas e eles costumam atingir o mesmo peso adequado para o nascimento. Então, quando falamos em crianças vegetarianas, temos de tomar um certo cuidado porque os estudos com populações vegetarianas, em crianças, começaram a ser publicados em 1970, e avaliaram algumas populações que não são, necessariamente, vegetarianas – como as macrobióticas – que, por uma certa restrição do que as crianças comiam, algumas delas apresentavam deficiências.

Então, isso não foi em dietas vegetarianas, mas, sim, em dietas macrobióticas, onde o contexto da alimentação é à base de cereais integrais onde, muitas vezes, uma dieta coloca 60% da alimentação como o arroz integral, por exemplo. Então, se varia muito pouco. Há uma variação muito pequena nessa alimentação e a criança, muitas vezes, não chega na quantidade calórica que ela precisa diariamente e, com isso, a proteína e outros nutrientes não chegam também. Em populações vegetarianas temos um crescimento e desenvolvimento totalmente adequados e normais. Então, para se falar em alguns nutrientes, que acredito que seja um ponto importante porque vamos falar em saúde coletiva, vale à pena falarmos em vitaminas do Complexo B. O que vamos avaliar é o seguinte: tem uma vitamina, que é a B12, presente em alimentos apenas de origem animal – ou seja, carne, queijo, leite e ovo – e, quando o indivíduo faz uma abstenção total dos alimentos de origem animal, ele vai precisar – em algum momento – de alguma suplementação. Isso não é muito diferente do que se faz hoje na Saúde Coletiva, onde as farinhas são fortificadas com ácido fólico, que é a vitamina B9, bastante presente em frutas e verduras.

Como nossa população, hoje em dia, come muito pouco frutas e verduras – ou seja, menos do que deveria comer – acaba-se fortificando essas farinhas como uma forma de auxiliar a ingestão desse nutriente. Então, se a nossa população fosse vegetariana, que não usasse nenhum derivado animal, a vitamina B12 entraria no lugar do ácido fólico.

Quando a criança utiliza ovos e laticínios ela pode obter a B12 de que necessita. Portanto, o que difere em nossa população, hoje, é que os vegetarianos comem muito mais ácido fólico e pouca vitamina B12. É muito raro atender alguém no consultório, hoje, vegetariano com dosagens de ácido fólico baixa, porque o vegetariano come muita fruta e verdura – geralmente, mais que a população – e aumentar o teor da digestão desse nutriente. Outro ponto muito comentado é com relação ao ferro.

Sempre que se fala em dieta vegetariana, a idéia do ferro fica no inconsciente das pessoas, porque “o ferro bom é o ferro da carne”. Pelo menos, foi isso que colocaram em nossa cabeça, porém, isso não é verdade. Então, vamos conversar, um pouquinho, sobre esse mineral. Sabemos que, no Brasil, a deficiência de ferro é algo bastante importante – e não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Um terço da população mundial tem carência de ferro, apesar de o ferro ser o nutriente que temos em maior abundância no planeta. No Brasil, um terço das gestantes tem carência de ferro e 50% das crianças com menos de cinco anos de idade – segundo dados da Anvisa – têm carência de ferro. Então, não é à toa que temos medidas de Saúde Coletiva que visam aumentar e a fortificar o ferro em produtos, como as farinhas, para melhorar esse perfil. Quando falamos do ferro, temos um certo receio de tirar a carne porque, teoricamente, o ferro da carne – chamado de Ferro M e, por alguns, de Ferro Animal - é melhor absorvido.

E temos o Ferro Vegetal, que tem uma absorção menor que o Ferro Animal. Portanto, o que acontece? O ferro da carne não é totalmente esse ferro bem absorvido, porque 60% dele é igualzinho ao Ferro Vegetal e 40% dele é esse ferro um pouco mais absorvido. Porém, sabemos que, no processo de congelamento e aquecimento, parte desse ferro que é melhor absorvido, se transforma no ferro que é igualzinho ao Ferro Vegetal.

O que torna esse ferro mais absorvido é a presença de uma proteção que ele tem, que chamamos de anel de porfirina. Essa proteção faz com que ele não sofra muita influência de outros alimentos que comemos junto. Então, no caso do ferro de origem vegetal, por exemplo, se você tomar um café ou um chá preto, você dificultará a absorção.

Se você comer mais alimentos com vitamina C, aumenta a absorção do Ferro Vegetal. Já o Ferro Animal, não. Ele não muda muita coisa. Se você tomou chá, se você usa vitamina C, a absorção dele não muda. Só para termos uma idéia como essa quantidade não é tão significativa na dieta, se você pegar o uso de 100 gramas, por dia, de carne, uma carne rica em ferro – e que é uma quantidade de carne acima do que muitas entidades preconizam – você teria a quantidade equivalente a três miligramas de ferro ingerido. Como 40% dele é esse ferro de boa absorção, você estaria ingerindo 1,2 miligramas.

Você vai absorver 20% desse ferro – ou seja, você vai absorver 0,24 miligramas, sendo que você precisa absorver, por dia, de um a dois miligramas. Ou seja, essa quantidade, de longe, não chega à quantidade que precisamos para suprir as necessidades diárias de absorção de ferro.

E, aqui, abro um parêntese, porque necessidade de ingestão é uma coisa, necessidade de absorção é outra. Porque se ingere uma quantidade e parte vai para as fezes. Não conseguimos absorver. Então, passa do intestino para o sangue, que é absorção, e que é diferente do que precisamos ingerir.

O que quero enfatizar é o seguinte: a vitamina C, dentre os fatores nutricionais, é um dos elementos que mais favorece a absorção do ferro. Quando se utiliza 75 miligramas de vitamina C – estou colocando esses números só para a comparação que farei a seguir – aumenta-se a absorção do ferro de três a quatro vezes. Então, se pegarmos, por exemplo, um quarto de polpa de acerola congelada, temos o equivalente a 250 a 500 miligramas de vitamina C. Isso equivale a um suplemento desses que compramos na farmácia. Então, separei a acerola por ser um dos alimentos mais ricos em vitamina C que vamos encontrar. Podemos fazer uma comparação: se pegarmos um quarto de polpa de acerola, teremos uma quantidade excelente de vitamina C. Se pegarmos 50 gramas de feijão – que é o equivalente a um quarto de xícara, dele cru, ou quatro colheres de sopa, dele cru – teremos o equivalente a 3,5 miligramas de ferro. Quando pegamos 50 gramas de carne, temos o equivalente a 1,5 miligramas de ferro.

Então, nessa junção de cima – que é acerola com feijão – já temos uma quantidade maior de ferro, onde potencializamos a absorção com uma quantidade bastante alta de vitamina C, diferente da proteína animal, em que temos uma absorção razoavelmente boa, só que um teor muito mais baixo. Então, conseguimos anular o efeito de menor absorção do Ferro Vegetal com o uso dessa quantidade de vitamina C. Se formos avaliar custos, o que fiz? Peguei um site de supermercado de São Paulo, e vi os preços desses produtos. Então, um quarto de polpa de acerola custará 17 centavos e 50 gramas de feijão carioca custará 15 centavos. Portanto, você estará gastando 32 centavos para compor essa quantidade. Prosseguindo: 50 gramas de carne custará, mais ou menos, um real.

Então, essa soma da acerola com o feijão te dá 32 centavos, contra um real de 50 gramas de carne, o que parece uma redução bastante substancial. Sem contar que um boi precisa de 4 hectares de terra para produzir cerca de 210 quilos de carne e demora de 4 a 5 anos para ser abatido.

Nesse mesmo período, teríamos 8 toneladas de feijão sendo produzidas contra 210 quilos de carne. Muito interessante é que os vegetarianos não comem o ferro que as pessoas que ingerem carne. Então, em amarelo são os vegetarianos e o vermelho corresponde às pessoas que comem carne. Então, há vários estudos populacionais mostrando uma maior ingestão de ferro em populações vegetarianas. E, em amarelo, também, a ingestão de vitamina C que é mais alta em vegetarianos. Quando comparamos a incidência de anemia em populações vegetarianas, observamos que não há diferença, em estudos científicos, da prevalência de anemia em pessoas que comem carne e em pessoas que não comem carne. Esse estudo foi publicado em 2003, por um autor chamado Hunt, e está disponível em qualquer literatura científica. Esse é outro problema que sempre alguém vai levantar quando falarmos de carne.

Então, o nosso cuidado com o zinco é aumentar a sua quantidade de absorção. Isso conseguimos deixando os grãos que brotam – como os feijões e os cereais integrais – de molho, na água, por 12 horas. Existe um ácido, chamado de ácido fítico, nesses alimentos que ao deixarmos o grão de molho por 12 horas, reduzimos esse ácido que dificulta a absorção do zinco. Então, potencializamos a absorção desse nutriente com esse método que, inclusive, facilita o cozimento – porque o grão fica mais mole – e teremos menos gasto, sendo muito viável de fazermos. O zinco da carne é muito comentado. Realmente, a carne tem uma quantidade boa de zinco, só que temos estudos – inclusive brasileiros – que a partir do momento em que congelamos a carne, perdemos de 40 a 70% do teor do zinco desse alimento, principalmente no descongelamento. Cálcio é outro ponto de atenção também.

Existe um ácido nos alimentos, chamado de ácido oxálico, que é um antinutriente, ele dificulta a absorção do cálcio. Então, é importante que, nessa questão de escolha dos alimentos, possamos reduzir a ingestão de espinafre, de acelga e de beterraba – principalmente as folhas da beterraba – porque eles dificultam a absorção desse nutriente. Portanto, se estivermos pensando em fazer uma dieta que potencializará a absorção do cálcio – como ocorre na merenda escolar, por exemplo – esses alimentos devem ter seu consumo reduzido. Os laticínios, se optarmos por retirá-los, substituindo-os por leite de soja, é importante que esse leite de soja seja fortificado porque ele não tem o mesmo teor de cálcio que o leite de vaca. No mercado já existem vários tipos de leite de soja fortificados e que oferecem a mesma quantidade, ou até mais, cálcio que o leite de vaca. Então, essa troca é bem-vinda. O queijo de soja, o tofú, tem uma absorção de cálcio tão boa quanto à do leite. E temos algumas verduras que têm uma absorção igual ou melhor que à do leite – com relação ao cálcio – e que são a couve, o brócolis, mostarda, escarola, rúcula e o agrião. E proteínas, não entrarei muito em detalhes.

O ponto é que a gente tem uma idéia de que a proteína animal é que é proteína boa, isso é coisa do passado. Os estudos atuais, nós temos um estudo de revisão que é uma meta análise de 2003 e mostrou que não há diferença alguma na incorporação da proteína animal ou vegetal no organismo humano, é a mesma coisa. Então, você fazer uma dieta com ajuste adequado em termos de balanço não faz diferença alguma se a proteína vem de origem animal ou se vem de origem vegetal. Isso mostra que os vegetarianos não têm risco de deficiência de proteína com relação aos não vegetarianos.

Eu doso os DVs sanguíneos de algumas proteínas como albumina, que é um marcador de nutrição protéica, em todas as pessoas que eu atendo. Faço exame físico, que é um exame que a gente chama de bipedância, até hoje eu nunca encontrei um único vegetariano com carência de proteína. Tenho centenas de exames e está de acordo com o que a literatura traz, isso não é um problema da dieta vegetariana desde que a pessoa tenha uma alimentação que ela chegue à quantidade de calorias que ela precisa e desde que a alimentação não seja baseada em açúcar e óleo porque daí como açúcar e óleo não têm nada de proteína, portanto, a pessoa vai engordar sem uma composição adequada de dieta, mas se não tiver uma dieta baseada em açúcar e gordura praticamente é impossível a pessoa ter uma carência protéica, é muito difícil. Fico à disposição de vocês para tirar mais dúvidas. Muito obrigado”

Em seguida o Senhor Presidente Roberto Tripoli convidou o Sr. Márcio Astrini, coordenador do Greenpeace para discorrer sobre o mais recente trabalho da entidade, intitulada “ A Farra do Boi na Amazônia” , do qual destacamos este resumo:

O Senhor Márcio Astrini: “...Bom dia a todos, eu agradeço o convite. O Greenpeace não tem uma posição oficial definida sobre o vegetarianismo, a gente não sugere as pessoas, ou não faz parte das nossas campanhas e da nossa comunicação esse tipo de sugestão. Então, na verdade, o convite para a gente vir aqui hoje seria mais para dar subsídios em cima de um estudo que a gente fez sobre a pecuária, os impactos das atividades pecuárias no Brasil e como estes impactos e essa criação acabam refletindo numa piora das condições climáticas e do saldo de recursos naturais em todo o Planeta. Antes de iniciar quero fazer um breve comentário.

O Greenpeace é uma ONG mundial, não é uma ONG internacional que atua no Brasil. Ela está presente em mais de 40 países e é uma organização que na Alemanha é alemã, na Inglaterra é inglesa e no Brasil é brasileiro. Em cada um dos países o Greenpeace faz campanhas, demandas, estudos e comunicação própria e faz suas campanhas baseadas em problemas locais que existem no país e como estes problemas acabam afetando a sociedade e a vida humana no Planeta inteiro.

Esta atuação do Greenpeace no mundo todo se dá única e exclusivamente através da doação de pessoas físicas, são mais de três milhões no mundo inteiro que contribuem mensalmente ou esporadicamente para a organização. Portanto, não recebe dinheiro de governo e nem de empresas privadas. No Brasil o Greenpeace existe desde 1992 e desde 1998 nós temos uma das principais campanhas desenvolvidas no mundo inteiro, que é a campanha da Amazônia.

Nos últimos anos esta campanha tem sido a principal campanha do Greenpeace no mundo todo. Temos um escritório em São Paulo e outro em Manaus e este cuida exclusivamente dessa campanha. O que levou este debate para o mundo todo é exatamente a importância que este bioma, esta floresta, tem para o mundo. Ela é extremamente relevante. Vou tentar me ater mais na relação da importância da floresta com relação à questão da atividade pecuária no território brasileiro especificamente.

Este é um mapa em números do que representa esta floresta para o mundo inteiro e no Brasil, especificamente, ela tem dois papéis fundamentais.

Primeiro é a regulação do ciclo hidrológico e a segunda é um imenso estoque de carbono, que é o principal gás que provoca o efeito estufa. Neste ciclo hidrológico para o Estado de São Paulo a Amazônia tem um papel extremamente relevante, temos um estudo recente da USP que indica que cerca de 70% de toda a chuva, todo recurso hídrico que existe no Estado de São Paulo tem influência direta da formação de nuvens da Amazônia. Ele não serve somente para abastecer os reservatórios de águas, as represas do nosso Estado, ele serve também como base para agricultura, toda excelência de produção de alimentos que o Brasil possui e, principalmente, o Sul e Sudeste do país conseguem compreender. Muito desta produção está ligada à existência da floresta, se você a retira perde muito destes recursos hídricos e ela também faz a manutenção dos estoques de água das represas brasileiras que geram 85% da eletricidade do nosso país.

A manutenção da Amazônia não é um luxo ambiental, está intimamente ligada à nossa economia, à produção de alimentos e à possibilidade de geração de energia do nosso país e, principalmente, do Estado de São Paulo. Existe um estudo do Impe que diz que o Estado de São Paulo está na mesma faixa territorial dos maiores desertos do mundo inteiro e, talvez, seja a presença da Amazônia que dá a São Paulo uma condição climática e de fertilidade de terra diferente destas regiões que coincidentemente estão nesta mesma faixa territorial no mundo inteiro. Este é um quadro do desmatamento da Amazônia ano a ano, é medido pelo Impe e são dados oficiais.

Este último dado, inclusive, foi corrigido ontem em relação ao ano de 2008, ele subiu de 11.900 para 12.900 quilômetros quadrados, é uma correção normal que são as medições que o Impe acaba tendo de fazer uma leitura, um diagnóstico mais aprofundado, mas o importante neste dado, somente para a gente se situar, é que 18% da Amazônia já foi perdida, isso significa 720 mil quilômetros quadrados de floresta destruída que equivale a quase três vezes o tamanho do Estado de São Paulo. Esta é uma foto somente para ilustrar é de 2005, é a seca de um dos afluentes do Amazonas, isso nunca havia ocorrido na Amazônia, já é um sinal de que o clima naquela região devido a este grande desmatamento começa a ter alteração.

E chegamos finalmente ao papel da pecuária nesta floresta. A Amazônia tem vários vetores de desmatamento, a madeira é um vetor importantíssimo e, talvez, seja o mais íntimo da nossa imaginação.

Quando imaginamos o desmatamento de qualquer floresta vemos na madeira o agente principal. Na verdade, a madeira é o agente de entrada na área intocada da floresta, mas não é ela que se estabelece e provoca a maior mudança de solo. Você não tem mudança de solo para atividade extrativista, ela é extraída da floresta, ela modifica a cobertura florestal, mas ela não modifica o uso do solo, o que modifica o seu uso são a agricultura e pecuária e na Amazônia a pecuária está relacionada a 80% da área de desmatamento ocorrido naqueles 720 mil quilômetros quadrados.

Esses não são dados do Greenpeace, são do IBGE, são dados do censo de 2006 feito pelo Governo. Então, de alguma maneira, foi, é ou está sendo desmatado para ser pasto 80% daquele total de destruição que existe na floresta. Existem outros vetores, mas eles sempre estão ligados à atividade de pecuária. A atividade pecuária passou por estas áreas que, por exemplo, você tem agricultura e hoje você tem agricultura em cima do que um dia foi pasto. Talvez, a única atividade que seja totalmente diferente é a mineração, mas o impacto da mineração é pequeno.

O impacto absoluto do desmatamento na Amazônia é provocado pela atividade de pecuária. Ao contrário também do que a gente possa imaginar, a maior parte da produção brasileira de carne tem consumo interno, assim como a madeira que provoca o desmatamento na Amazônia não é exportada, 64% dessa madeira é consumida pelo Brasil.

O Estado de São Paulo tem um consumo elevadíssimo de madeira amazônica e 90% desta madeira é ilegal, é consumida aqui. A carne vai nesse mesmo sentido, cerca de 75% de tudo que é produzido no Brasil fica aqui dentro. Destas áreas desmatadas que você tem a produção de pecuária, toda a produção abastece quase que exclusivamente o mercado brasileiro. Somente 25% é exportado. O Brasil é o maior produtor pecuário do mundo. A gente não tem o maior rebanho, o maior rebanho é da Índia, mas o maior rebanho comercial é brasileiro.

O Brasil é o maior produtor de carne e também o maior produtor de couro do mundo. As quatro maiores empresas de corte pecuário do Planeta estão estabelecidas no Brasil, a maior produtora de carne do mundo é a JBS Friboi, ela tem a participação de quase 10% do mercado mundial de carne e está estabelecida no Brasil, e todos os maiores produtores têm atividades, plantas de abate, frigoríficos na Amazônia.

A Amazônia comportou nas últimas duas décadas a expansão e a escalada que levou o Brasil a ser o maior produtor de carne e de produtos pecuários do mundo. A Amazônia foi, na verdade, quem abasteceu. Você tem dados mais recentes do IBGE que dizem que no restante do Brasil a pecuária teve um decréscimo de aproximadamente 4% e, então, todo o incremento de 1996 para cá, de rebanho no Brasil, foi realizado na Amazônia. O mais importante é o gráfico que temos do lado. A linha de cima significa o desmatamento, e a de baixo significa o incremento de gado na região da Amazônia. Vocês vêem que o desmatamento está intimamente ligado à quantidade e ao aumento da produção pecuária naquela região. Não somente tem 80% de participação no desmatamento, mas também o crescimento desta produção está intimamente ligado aos índices crescentes de desmatamento da Amazônia.

Essa é uma foto de um frigorífico no Mato Grosso, um frigorífico de abate, os bois são confinados para engorda e faz parte do estudo que a gente fez. O brasileiro, inclusive, durante este estudo a gente teve um dado interessante, ele é o país que consome mais carne bovina no mundo.

Mas, o cidadão brasileiro não o consumidor per capto maior de carne, este título cabe ao cidadão argentino, estamos em segundo lugar no ranking de maiores consumidores.

Este cenário todo acabou nos levando a fazer durante três anos uma série de pesquisas e investigações para lançar o relatório que é a ferra do boi na Amazônia, talvez, alguns de vocês já tenham ouvido falar. Vou deixar este relatório. Então, depois de todos esses dados, fizemos esse relatório. O trabalho do greenpeace é de combate ao desmatamento. Chegamos ao ponto em que o maior vetor de desmatamento é a pecuária. Assim, para combatermos o desmatamento no Brasil, temos de ter um raio-X dessa atividade. Precisamos saber como ela se desenvolve.

Depois, temos de fazer um link entre o mercado consumidor e a produção. Nesse mercado, a produção é feita em cima de desmatamento e trabalho escravo. Na Amazônia, todos os absurdos estão relacionados à atividade pecuária.

Temos de mostrar para a Nike nos Estados Unidos e para a Adidas na Alemanha toda essa situação. Também temos de mostrar ao Sr. Prefeito de São Paulo, por que não, como a compra da carne da merenda escolar daqui ou a compra do couro para se fazer tênis, que será produzido nos Estados Unidos, está extremamente ligado ao financiamento desse quadro mostrado aqui. Esse é o intuito do relatório, que demorou três anos para ser concluído e envolveu oito escritórios no mundo inteiro.

Talvez o número seja maior do que isso. O link é entre o mercado consumidor e a produção, sempre com a responsabilização do Governo, em todo esse papel. Tenho o diagnóstico de como a tomada da Amazônia, que causou o desmatamento, também causou um conflito social totalmente absurdo. O último relatório do Ministério do Trabalho apontou que cerca de 60% de todos os casos de trabalho escravo registrados no país estão relacionados à atividade pecuária. Então, hoje essa atividade é a que mais abriga trabalho escravo no Brasil. A grande maioria desse quadro concentra-se em áreas de desmatamento da Amazônia.

Em tais áreas, quatro em cada cinco casos registrados de trabalho escravo estão ligados a atividades pecuária, repito. Essa atividade, que causa desmatamento, causa também estrago, um impacto social absurdo. Com esse relatório, quisemos mostrar que quando adquirimos carne que veio de desmatamento, terra grilada e que utilizou mão-de-obra de trabalho escravo, estamos estimulando e financiando esse comércio, sendo um co-responsável econômico dessa prática. Vemos que esse quadro na Amazônia ma influi muito na pecuária. Esse dado está no site Globo Amazônia.

A grilagem de terra no Estado do Pará é algo tão dantesco que há o mesmo tamanho do Estado em terras griladas. Não se separam títulos oficiais e legais. Os títulos falsificados e registrados em cartório representariam todo o Estado do Pará, em tamanho. Isso não deve ocorrer em nenhum outro lugar do mundo. Quase todos esses títulos grilados estão relacionados a fazendas que têm atividade pecuária na região. Em jornais de lá, é normal haver anúncios.

Um exemplo é quando uma pessoa oferece uma fazenda com 306 mil hectares, mas, na escritura, somente há 4.300. É um exemplo engraçado, mas é uma realidade cotidiana na Amazônia. Até juízes são acusados de praticarem trabalhos escravos na região. É uma realidade extremamente triste o que ocorre naquela região.

Os índices de desenvolvimento humano da região amazônica estão abaixo da média nacional e os índices de desenvolvimento humano das áreas desmatadas da Amazônia estão abaixo da média da Amazônia. Há não desenvolvimento econômico com essa prática na região. Há, sim, um atraso absoluta nas condições humanas e qualquer tipo de desenvolvimento cidadão, em qualquer outro índice que formos debruçar. Isso gerou, na Amazônia, um desenvolvimento absolutamente reprovável, sob o ponto de vista ambiental, social e econômico. Toda essa produção que vem da Amazônia, que está calcada na indústria da pecuária, representa 8% do PIB do Brasil e aproximadamente 50% de emissões de gases de efeito estufa.

O Brasil é o quarto maior emissor desses gases do planeta e metade das nossas emissões, segundo o último senso do Governo, muito antigo - deve sair um novo agora - quase metade das emissões do Brasil, que colocam o nosso país nesta posição, vem do desmatamento da Amazônia. Portanto, estão intimamente relacionados à produção pecuária. No Brasil, a pecuária emite mais do que todo o setor de transportes e geração de energia juntos. A pecuária brasileira é responsável por 14% de todo o desmatamento de florestas no planeta. Isoladamente, ela tem uma participação gigantesca na emissão de gases que provocam o aquecimento global. Ela emite 80% praticamente desse número que estamos vendo dentro dos 50%.

Há a questão de relação de trabalho escravo, conflitos sociais e caos fundiário. Os impactos dessa produção são medidas - esse é o intuito do relatório - para se fazer esse link estreito com o consumo. Como essa produção vai parar na mesa do cidadão brasileiro? Ela acaba sendo adquirida por Estados e municípios por meio de processos licitatórios. Ela vai parar em gôndolas do Wall Mart, e depois o cidadão compra esses produtos.

O diagnóstico real é que essa pecuária que há na região - isso se estende para a pecuária no Brasil inteiro - não tem controle. Não sabemos, na Amazônia, hoje onde começa e termina uma fazenda de produção pecuária, quem é o seu dono e quanto ele desmatou. Posso dizer que acima de 98% de todas as fazendas que produzem gado na Amazônia são absolutamente ilegais, pois não possuem registro de terras. Isso é questionável. Elas podem ter envolvimento com trabalho escravo. Dentro de todas as fazendas, em raríssimas exceções, há poucas que estão em desacordo com a legislação ambiental. Então, o nível de informalidade da produção pecuária no Brasil chega a 30%. Esse percentual do volume de carne ofertado ao mercado é desconhecido, que pode ser ilegal. Podem dizer: "Essa carne veio dessa fazenda, que não tem registro de terra. Ela usou trabalho escravo e tem algum problema". Ocorre que 30% de todo esse total é desconhecido, clandestino e pirata. Não temos a menor idéia de onde vem essa carne. Vem de frigoríficos que não têm registro no Ministério de Agricultura.

Estou falando de fazendas que estão dentro de terras indígenas e áreas absolutamente públicas, que não têm sequer um pedido de uso da terra. É uma tentativa de grilagem de terra. Estou também falando sobre unidade de conservação, assunto absolutamente desconhecido. A produção pecuária no Brasil é totalmente descontrolada. O Governo não tem controle sobre isso. Toda essa situação desrespeita o próprio Código de Defesa do Consumidor, que diz que o consumidor tem direito de saber a origem exata do produto que está adquirindo.

Não há como hoje o consumidor brasileiro, quando vai passar um produto no leitor do código de barras, determinar de qual fazenda veio àquela carne. Ninguém pode lhe informar isso. Então, ele pode estar comprando junto com o contra-filé também trabalho escravo e desmatamento. Ele estaria levando tudo isso para casa, financiando o desmatamento e todos os problemas sociais. Isso não ocorre simplesmente com o consumidor comum.

Quando a Prefeitura faz licitação, pode estar incorrendo nesse risco. O mais grave é que está usando dinheiro público, para promover e patrocinar ilegalidades. No caso da madeira, chegamos a fazer um trabalho com o Governo do Estado e do município, chamado Cidade Amiga da Amazônia. A madeira ainda tem forma de ser rastreada. O sistema é falho e precisa de melhorias, mas existe.

Conseguimos saber se a madeira que está vendida saiu exatamente de um determinado lugar ou veio de uma empresa que tem licença para explorar essa área.

Assim, saberemos se aquela madeira saiu dessa área. Para o gado, a situação não é mesma. Há o rastreamento do frigorífico para frente. Se o animal nasceu numa fazenda e passou para outra, migrou para mais quatro e houve trabalhadores assassinados, tudo isso podemos precisar exatamente. Tudo isso ainda existe no século XXI, mas há fazendas gigantescas na Amazônia, onde há cemitérios clandestinos de trabalhadores.

A vale está aberta. Pegam pessoas no Piauí, levam para trabalhar e depois de três meses, se reclamarem do salário, são executados ali mesmo. No meu computador, tenho fotos de trabalhadores escravizados serviram de distração para capatazes da fazenda, colocando-lhes 52 marcas de ferro de gado quente no corpo desses trabalhadores. É em cima dessa situação que se dá a maior parte de produção pecuária na Amazônia. Esse é um dado muito triste. Já são três anos de pesquisa e oito países participantes. Quase todas as pessoas que trabalham da campanha na Amazônia fizeram ou ajudaram, de alguma forma, esse trabalho.

A quantidade de dados que temos não caberia em uma publicação. Procuramos publicar tudo isso e transmitir por meio da imprensa que esse mercado que atua no Brasil acaba, de alguma forma, denegrindo a imagem do próprio país, não apenas para seus consumidores do produto brasileiro, mas também para fora.

Como já disse, o Greenpeace não defende o vegetarianismo, mas, em nossas demandas e pedidos, a diminuição do consumo de carne seria extremamente importante, para que pudéssemos colocar essa indústria, pelo menos em uma situação de produção responsável socialmente e ambientalmente, e não fosse a protagonista desses dados, estatísticas e realidade absolutamente inacreditável.

O que falo aqui não é nada perto do que o que podemos verificar na região, fazendo uma visita in loco. Inclusive nesse relatório, há dados que podem servir de subsídios para essa discussão. Isso mostra a atividade pecuária no mundo inteiro, como um dos maiores vetores de emissão de gases de efeito estufa. Com esse dado, podemos falar que o menor consumo de carne ajudaria não só a evitar esse quadro, mas também a preservação da saúde do planeta. Muito obrigado.”

O Senhor Presidente Roberto Tripoli agradeceu a apresentação, lembrou antiga parceria com o Greenpeace, onde mesmo durante exílio do Vereador na Suécia, no início dos anos 70, conseguiram desbaratar uma quadrilha de traficantes de animais, contando também com a ajuda do Sr Romeu Tuma, na época Delegado da Polícia Federal. Em seguida foi convidada a representante da Secretaria de Educação, Sra Laura da Silva Dias Rahal, para fazer sua apresentação.

A Senhora Laura da Silva Dias Rahal: *“...Eu gostaria de agradecer o convite. Meu nome é Laura. Sou Nutricionista do Departamento de Merenda Escolar, na parte de Divisão Técnica do Programa de Alimentação da cidade de São Paulo. Estão aqui hoje mais duas colegas nossas, também Nutricionistas, a Cristina Lélis e a Marisa. Somos o setor de treinamento, projetos e estágios do Departamento de Merenda Escolar. Vamos falar um pouquinho de como é o Programa no Município de São Paulo para que, quem não conhece, conhecer, para a gente conseguir, depois, discutir a pauta da reunião. Então, vamos começar com um breve histórico do Programa.*

O Programa de Alimentação na cidade de São Paulo data da década de 30, com a criação dos Parques infantis, quando era oferecido apenas um copo de leite, para atender àquelas crianças que participavam das atividades propostas, na época, nesses parques infantis. O Programa foi evoluindo e, hoje, a gente tem um programa totalmente diferente, como a gente pode considerar uma alimentação completa. Nós temos carne, sim, no cardápio. A gente vai discutir para frente, mas, também temos uma oferta muito grande das frutas, legumes, verduras e cereais, e, é, hoje, o nosso Programa.

Como a gente, onde nós estamos? Atualmente, nós estamos dentro da Secretaria de Educação. Durante todo esse histórico, já fomos da Secretaria de Abastecimento, da Secretaria de Gestão e, nesse ano, voltamos para a Secretaria de Educação e, dentro da Secretaria, tem o Departamento de Merenda Escolar, que é o responsável pelo gerenciamento técnico, administrativo e financeiro do Programa de Alimentação na cidade de São Paulo.

O atendimento – esses dados são de março – com relação às unidades que nós atendemos, são 2.309 unidades escolares; nós temos, aproximadamente, 1 milhão e 29 matriculados e um total de refeições/dia de 1 mi 645 mil refeições. Quer dizer, é um número extremamente grande, como se a gente abastecesse, por dia, toda uma região de Campinas e circunvizinhanças com um Programa que é centralizado dentro desse Departamento.

E, como é distribuído? Nós temos vários tipos de unidades: os CEIs Municipais são Centros de Educação Infantil, são as creches, que atendem a crianças de zero a três anos, na sua grande maioria; temos os CEIs conveniados, que são convênios que a Prefeitura tem com entidades, também com foco no atendimento a essas crianças com 38%; temos as EMEIs, que são as Escolas Municipais de Educação Infantil, 22% do atendimento; as EMEFs com 23% e uma fatia menor com outros atendimentos que são educação de adultos e alguns outros convênios que o Município possui dentro da Secretaria de Educação.

O gerenciamento do Programa dentro do Município se dá com o gerenciamento compartilhado: temos nós, do Departamento de Merenda Escolar, que é uma equipe formada, na sua maioria, por nutricionistas, responsáveis por todos os planejamentos de cardápio, a definição de editais de licitação, a compra desses alimentos, avaliação de aceitabilidade, a distribuição dos alimentos e as orientações que são realizadas às unidades que nós atendemos; temos a Diretoria Regional de Educação, à qual as unidades escolares estão ligadas, dentro da Secretaria.

Existe na Diretoria Regional de Educação, um Co-Gestor, que é um funcionário que nos auxilia no gerenciamento administrativo do programa, em conjunto com as nutricionistas do Departamento e, em última instância, o foco principal, onde estão as crianças, que é a unidade educacional, que, através do Diretor e de todos os manipuladores de alimentos que estão lá na unidade vão executar todas as atividades da operacionalização e o fornecimento da refeição para essas crianças.

O nosso Programa é pautado dentro de um princípio de segurança alimentar e nutricional, que é o direito humano a uma alimentação regular e permanente, que respeite a diversidade cultural dessa população que nós atendemos, que seja fornecida com uma qualidade adequada e quantidade suficiente a essas crianças e que seja promotora de saúde.

E, nós, obviamente, seguimos regras. Existe todo um protocolo, “em cima” de regras e legislações que nós temos de atender dentro do fornecimento do Programa. Então, o Ministério da Educação, através do FNDE, possui uma autarquia federal, responsável por estar normatizando o Programa e, também, repassando verbas em caráter complementar, o Município tem de dar uma contrapartida, mas nós recebemos uma dotação orçamentária que vem do Ministério da Educação. Esse Ministério segue o FNDE, segue a legislação.

Essa lei federal foi lançada no mês passado, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar; temos, também, a resolução do CFN, que é uma regulamentação do trabalho do nutricionista dentro dos programas de alimentação escolar. Em cima dessas duas legislações, tanto do CFN quanto do FNDE, lançou-se a resolução nº 38, que é super-recente, ela é do dia 16 de julho. O FNDE lança várias resoluções. Essa é a última que entrou agora em vigor.

Os princípios do Programa de Alimentação Escolar são: primeiro a universalidade, todas as crianças devem ter direito à essa alimentação de forma gratuita, como um direito humano a uma alimentação que seja adequada; temos, também o princípio que nos rege que é o da equidade, trabalhar com os diferentes, então, crianças com necessidades nutricionais diferentes têm cardápios diferentes, conforme sua faixa etária e conforme patologias que estejam instauradas; princípio do respeito aos hábitos alimentares saudáveis e às práticas que façam parte da cultura local.

Esses são os princípios que, através da resolução, estabelecidos. Há, ainda, um princípio extremamente importante que é a participação e o controle social, através dos conselhos de escola, os pais podem participar e, nós, também temos a atuação do conselho de alimentação escolar, que é um colegiado deliberativo, com representatividade, temos várias partes da sociedade representando, que, realmente, fiscalizam a execução do programa em cada Município que recebe o repasse do FNDE.

A principal diretriz da resolução 38 do FNDE diz o seguinte:

“O emprego da alimentação saudável adequada que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeita a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar em conformidade com a faixa etária, sexo, atividade física e estado de saúde, inclusive dos que necessitam atenção específica. Então, em cima dos princípios do programa e dessa diretriz, que é uma das principais, como nós tentamos garantir a execução desses princípios e da diretriz?”

Fornecendo uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais durante o período de permanência dessas crianças nas unidades, que seja segura e que seja promotora de hábitos alimentares saudáveis. Com relação às necessidades nutricionais durante o período de permanência na unidade, o FNDE também diz: “Que os cardápios deverão ser elaborados pela nutricionista responsável, com a utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade, pautando-se na alimentação saudável adequada.

Quais são as referências nutricionais que nós utilizamos no Departamento para calcular esses cardápios? O Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde; o Guia Alimentar para as Crianças Menores de Dois Anos, também do Ministério da Saúde e a Resolução 38, do FNDE, que também diz quais são os valores de referência com relação aos macronutrientes e os micronutrientes por faixa etária e por tempo de permanência dessas crianças nas unidades.

A Resolução diz o seguinte: para as crianças que ficam em período integral, seriam as crianças dos CEIs, as creches, que ficam dez horas conosco dentro dessas unidades, temos que atender, no mínimo, 70% das necessidades nutricionais diárias; para as crianças que ficam em período parcial, que podem ser de quatro a seis horas, então, posso fornecer uma refeição, que tem de atender, no mínimo, 20% dessas necessidades, e se eu fornecer duas, tenho de fornecer 30% das necessidades nutricionais diárias; e alunos de comunidades indígenas – acho que a maioria sabe, mas temos três aldeias indígenas no Município, duas em Parelheiros e uma no Pico do Jaraguá – que o FNDE julga ser de insegurança alimentar, essa proposta é para o Brasil todo, temos de atingir uma necessidade maior de 30% por refeição.

O capítulo 5 do artigo 5º dessa Resolução diz que: “Os cardápios deverão ser diferenciados para cada faixa etária dos estudantes e para os que necessitam de alimentação específica também. Deverão conter alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura...”

Eles falam muito de cultura, tradições, “...hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar”. Então, nesses cardápios, para as crianças dos CEIs, são cinco refeições/dia, distribuídos em desjejum, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar, e o esquema alimentar é publicado no Diário do Município duas vezes ao ano e também está disponível no nosso site.

Temos um exemplo de cardápio para crianças de seis a sete meses, só colocamos dois, as fotos são ilustrativas; temos Fórmula lacto-infantil 2, no caso, para o desjejum, mais um biscoito; na colação há sempre um suco de frutas; no almoço as papas salgadas e frutas raspadas; no lanche da tarde, uma Fórmula lacto-infantil 2 e no jantar, uma papa salgada mais uma fruta.

Para crianças a partir de dois anos, o cardápio se aproxima ao de um adulto, temos: leite e pão com recheio, um suco de fruta natural; no almoço, arroz, feijão, frango, verdura e sempre uma fruta; no lanche da tarde, uma bebida lacte e biscoito integral e, no jantar, temos intercalado sopa ou prato salgado e mais fruta. Esse é um exemplo de um cardápio de CEI para crianças maiores. Para cada faixa etária, temos cinco cardápios assim divididos: de 0 a 3 meses; de 4 a 5 meses; de 6 a 7 meses; de 8 a 9 meses e, depois, a partir de 1 ano.

Cardápios para crianças de EMEI e EMEF: lanche, no caso das crianças que ficam no parcial, período manhã e tarde; e refeição no período de almoço e de jantar. Eles são publicados no Diário Oficial mensalmente, com o cardápio que será seguido durante aquele mês, também disponível em nosso site. No cardápio de lanche, basicamente, a Prefeitura oferece leite com pão integral, com mais um enriquecedor, no caso, o requeijão; iogurte de fruta com granola e fruta; leite e pão com queijo processado, arroz-doce e fruta e suco natural com pão e um enriquecedor, no caso, é um frango desfiado. Quatro vezes na semana, arroz com feijão, uma fonte protéica animal - nós temos carne bovina, filé de pescada, ovo, frango; um dia, macarrão; sempre temos fruta de sobremesa e legume e hortaliça, que compõem esse cardápio de refeição.

Além disso, temos também mais cardápios opcionais que, no caso de escolas que estão em regiões extremamente carentes, em que as crianças precisam comer antes de entrar em aula, há uma oferta de uma bebida láctea, mais um pão ou biscoito; e, em casos assim de emergência que aconteça algum problema na unidade que impossibilite a confecção da alimentação, existe uma merenda que chamamos de especial ou seca, que é leite UHT mais biscoitos, que vêm em embalagem individualizada, rolinho também individualizado, que não precisa de manipulação.

Atendemos também cardápios para crianças com necessidades especiais, dentro do princípio da equidade: crianças com diabetes ou com doenças celíacas, intolerância à lactose, alergia a proteínas do leite de vaca e algumas dislipidemias, também sempre através de um laudo médico, que é encaminhado para o Departamento, e existem cardápios que são diferenciados para essas crianças.

Uma outra questão que o FNDE preconiza: sempre que nos cardápios formos introduzir um alimento que seja novo, que aquela criança não conheça ainda, temos a obrigatoriedade de executar um teste de aceitabilidade: tem de sair a campo junto com as crianças, fazendo medições para verificar se essa aceitabilidade desse alimento está em torno de 90%. Então, isso é com relação ao cardápio. Um outro princípio nosso, que tentamos atender, é a refeição segura. Então, que acontece?

A Resolução 38 fala, através desse capítulo, a questão da aquisição desses alimentos: de serem comprados apenas através de licitação pública, baseado na legislação vigente, tanto da Anvisa como do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e cabe à entidade executora também garantir a aquisição de alimentos de qualidade, bem como o transporte, estocagem, preparo e manuseio com adequadas condições higiênicas e sanitárias até o seu consumo pelos alunos atendidos pelo programa.

Então, uma grande preocupação nossa é a questão da boa especificação do edital de compra desse alimento. Por aí, já começamos a garantir essa questão do alimento segundo. O objeto de licitação é extremamente detalhado, com descrição do alimento, com todas as características gerais, sensoriais, físico-químicas, microscópicas e microbiológicas, que são pertinentes e devem constar da legislação.

Há também a questão de todo o rendimento desse alimento, quanto que esperamos que ele renda; as questões de embalagem, que estão todas especificadas no edital; e a rotulagem. Mais todos esses documentos de habilitação técnica: o fornecedor tem de entregar os certificados de vistoria, boas práticas de fabricação. Inclusive, depois, estamos inserindo um item para o colega do Greenpeace que fala dessa rastreabilidade. Precisamos depois discutir isso, em cima da legislação ambiental, para aquisição da carne da merenda. E do produto, ficha técnica, certificado de registros e laudo bromatológico de todos os alimentos que são adquiridos pelo departamento. Fora isso, também podem ter visitas técnicas da equipe lá do Departamento.

Nós temos engenheiros agrônomos, médicos veterinários e nutricionistas que vão conhecer as instalações dessas fábricas e vão observar se têm todos esses quesitos: o manual de boas práticas, os processos de fabricação, controle de pragas e assim por diante. Depois, a empresa que é vencedora do certame licitatório, que atualmente é feito através da modalidade de pregão, entrega essa amostra que é feita na nossa cozinha experimental, na qual os nutricionistas degustam para ver se realmente ele é um produto com um bom padrão sensorial.

Há todo um protocolo, há uma ficha que os nutricionistas avaliam, desconhecendo quem é o fornecedor desse produto e, em cima disso, se ele der um produto de regular para bom, ele é adquirido pelo departamento. Ações que temos, então, para assegurar a produção de alimentos seguros. Além da aquisição, temos visitas a unidades educacionais, os treinamentos de confecção de material informativo às unidades. Então, o nosso alimento foi comprado e, daí, temos a outra etapa do trabalho. E há também o site do DME, que fornece uma série de informações à população e à clientela nossa atendida. Toda a questão da das nossas visitas, dos nossos treinamentos, com relação à higiene dos alimentos é pautada em cima da

Portaria 1.210 da Secretaria de Saúde, que rege todas as etapas necessárias de procedimentos higiênico-sanitários, desde a compra, preparo, armazenamento, pré-preparo e distribuição desses alimentos.

Então, nós nos pautamos através dessa portaria. Há uma equipe de profissionais nutricionistas que fazem visitas às unidades, com o objetivo de acompanhar, supervisionar e orientar o desenvolvimento de programa para a elaboração desses alimentos.

Elas saem em visita em cima de um protocolo higiênico-sanitário, que elas verificam condições do manipulador, da estocagem, do pré-preparo e do preparo. Isto gera relatórios de avaliação dos procedimentos nas unidades. Temos os cursos e treinamentos que são oferecidos à nossa rede para os manipuladores, para os professores e diretores das unidades escolares.

Esse é um trabalho bem focado no meu Setor, é o setor que faz esses treinamentos esses cursos. Para isso, todas as receitas, todos os alimentos que são adquiridos pelo Departamento, eles geram receitas que são informativos técnicos para as unidades saberem como preparar, como diluir, como armazenar, qual é o per capita correto. São informativos, aí no caso, a questão da variedade das frutas, legumes e verduras, quanto que elas iriam receber. É um modelo. E ali, com relação ao pão integral, qual seria o per capita e tudo mais. Isso também está disponível no nosso site.

A confecção dos manuais, baseado também em cima Portaria 1.210, com relação a toda a questão da manipulação. Temos esse guia de qualidade para a unidade saber o que nós compramos para ela avaliar no momento que chegam esses alimentos, as frutas, legumes e verduras; avaliar se realmente a qualidade daquele alimento está de acordo com o que nós compramos. Ela tem todo dever, a obrigação de estar recusando, se não vier a contento.

Tem os critérios estabelecidos nesse guia de qualidade, que também está disponível no site e as unidades também receberam. E fazemos folders com o objetivo também de estar orientando tanto os professores como os pais sobre a importância da ingestão de frutas, legumes e verduras, de peixe e de Fórmula Láctea Infantil, que também as unidades recebem através do Leve-Leite - as crianças com menos de um ano. E temos o site.

Ele foi criado também pelo nosso setor, dentro do Departamento, que traz uma série de informações acessíveis a toda a comunidade. E uma grande preocupação nossa e a questão da formação de hábitos alimentares saudáveis. Então, voltando à Resolução 38, ela diz: da importância da educação nutricional e alimentar, em conjunto com informativos que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, estado de saúde e qualidade de vida do indivíduo; e também cita a Portaria Interministerial 1.010, que é uma portaria extremamente interessante, que todas as nutricionistas adoram, que realmente fala sobre a importância da promoção da alimentação saudável nas escolas e define todos os pontos que devem ser trabalhados com relação a isso.

Ações que nós temos dentro do Departamento: introdução de alimentos saudáveis e as ações que nós temos de educação nutricional, envolvendo toda a comunidade escolar. Então, temos um trabalho basicamente que começou de 2005 para cá, quando começamos a focar bem nessa questão; a introdução de Fórmulas Lácteas - isso é um ganho no programa: é um alimento extremamente interessante para as crianças que fazem parte do CEI. Nós temos uma orientação para a importância do aleitamento materno com essas crianças que ficam nos CEIs, menores de seis meses.

Mas a essas crianças que estão impossibilitadas de receber aleitamento materno o DME fornece a Fórmula Láctea, que é um leite modificado para ficar o mais próximo possível do leite materno, que teve a modificação dos nutrientes para melhorar a absorção, enriquecido com ferro e uma série de outros nutrientes.

Então, até seis meses, eles recebem a Fórmula Láctea 1; e, a partir dos seis meses, a Fórmula Láctea Infantil 2, tanto no desenvolvimento do programa, como também no programa "Leve-Leite". A introdução: nossos pães e biscoitos são integrais, a granola faz parte do cardápio e barras de cereal.

Restrição dos alimentos ricos em gordura trans e gorduras saturadas: retiramos os biscoitos recheados e waffers por conta da gordura trans, eles não fazem mais parte do nosso cardápio. Introduzimos os biscoitos integrais e estabelecemos parâmetros nos editais de licitação com relação a gorduras totais, saturadas e trans, zero trans para margarinas, biscoitos e queijos processados, esses são pontos importantes.

Reduzimos os teores de cloreto de sódio, estabelecemos isso nos editais e os fornecedores têm de se adequar a isso. Seguimos toda a legislação que apresenta restrições a corantes e a conservantes prejudiciais às crianças e aumentamos de forma considerável a oferta das frutas, legumes e verduras.

O FNDE por meio de Resolução menciona que as crianças deveriam receber, no mínimo, três porções por semana. Temos uma oferta maior. Nos cardápios de lanche, essas crianças recebem, no mínimo, duas frutas e mais um suco natural durante a semana. No cardápio de refeição, quatro a cinco vezes por semana, quase todos os dias, temos de sobremesa fruta e uma fonte de verdura, uma hortaliça, um feculento dentro do cardápio.

As crianças da CEI que, passam a maior parte do tempo conosco, dez horas, recebem, considerando todas as refeições, frutas, 15 vezes por semana e legumes, 12 vezes por semana no cardápio. Essa atitude é, extremamente, importante, e sabemos que uma alimentação saudável tem de contemplar esses alimentos. Contamos, também, com projetos de educação nutricional. Um projeto nosso importante é o "Nutrir, educar, alimentando idéias", em parceria com a Diretoria de orientação técnica da Secretaria de Educação, em que propomos aos professores que dêem um curso presencial, por adesão, no qual toda a comunidade é convocada, as escolas se inscrevem, com o objetivo de se repensar os tempos e espaços destinados à alimentação.

Percebemos, principalmente em relação ao Imef, que mesmo com todo o cuidado em relação à alimentação, tem o cachorro-quente na porta da escola e a criança, às vezes, não valoriza o que recebe ou traz salgadinhos e refrigerantes. Sabemos que a escola tem de “transpirar” um ambiente educativo e a alimentação faz parte dessa questão. A comunidade é chamada para repensarmos esses tempos e espaços destinados à alimentação e tentarmos incorporar esse tema da alimentação dentro do projeto político-pedagógico da unidade.

A escola tem de transpirar educação e a alimentação é fundamental. Nesse curso contávamos com um coordenador pedagógico; a merendeira, na Prefeitura o agente escolar é o manipulador de alimentos e um representante de pais de alunos. Sempre era elaborado um projeto que nos era encaminhado, para avaliarmos e acompanhar. Temos algumas fotos desse curso, trabalhávamos com a questão de pirâmide, dinâmicas. Os pais juntamente com os professores iam para a oficina culinária, aprendiam a mexer com os alimentos e depois, a proposta era voltar à unidade e inserir essas questões dentro do desenvolvimento. Fazíamos oficinas culinárias com as crianças, aprendendo a fazer bolo de abobrinha, atividades e desafios físicos, mas ao final tinham de reconhecer quais frutas foram utilizadas. O trabalho é realizado dentro dessa concepção. Com os pais, um pai ensinando ofício, nutricionista dando palestra, oficina culinária com os pais.

Esse é um projeto bem interessante desenvolvido por nós. Agradeço a atenção de vocês. Espero ter esclarecido um pouco de como funciona o programa, lógico que ele é muito maior, mas tentamos resumir. Acho que deu para todos se situarem com relação a isso. Muito obrigada.” O Senhor Presidente Roberto Tripoli concedeu a palavra ao jornalista Arthur Barreto e em seguida procedeu-se a um debate de idéias sobre a viabilidade da adoção da dieta vegetariana na merenda escolar.

Transcrevemos abaixo alguns trechos do debate: “...Sou editor da Revista Clínica Veterinária. Prezado Vereador, entreguei o documento à Comissão, mas é uma publicação do Ministério da Saúde, de 2005, intitulado Guia Alimentar para a População Brasileira. Esse livro trata, em uma página, sobre alimentação vegetariana e o Ministério reconhece-a como saudável, desde que seguida com critérios nutricionais, selecionando os itens que devem fazer parte da dieta.

O Presidente Roberto Tripoli: “...Minha pergunta é direcionada ao Dr. Eric, onde estamos errando ou de que forma poderemos introduzir no Município, algumas propostas. Dessa discussão, levaremos os resultados ao Poder Executivo para vermos o que se pode fazer. Volto a dizer e cito como exemplo o tempo em que estive na Índia trabalhando em meditação. Éramos 300 pessoas, cinco de cada país, todo mundo chegou lá “meio autoridade”, porque um representava o Bill Clinton, outro não sei quem e tal. Formaram um grupo e deram três palavras para discutirmos. As palavras eram: aprender, reaprender e desaprender. Bem interessante. Desaprender é tudo aquilo que outras gerações nos passaram, que colocamos na cabeça como sendo real. A criança quando toma o leite, não sabe que ele vem da vaca, a maioria não sabe. Levo muita criança ao sítio, elas não sabem que a laranja vem do pé, pega no supermercado e acha que vem de lá.

Da mesma forma quando os pais nos dizem que a cor azul é bonita, ficamos com aquilo na mente, o azul é bonito e depois de certa idade, temos de refletir sobre o assunto. Muitas vezes chegamos à conclusão que a minha cor preferida é a amarela e não o azul. Existe uma cultura, como a “farra do boi”, começou na Ilha dos Açores, veio para o Brasil, foi para Florianópolis e o brasileiro detonava o boi e tal. A “caça à raposa” que terminou na Inglaterra, era uma cultura antiga. São culturas que têm de mudar com todos os personagens envolvidos no processo.

Aqui se encontram presente um médico, um nutricionista, o Prefeito colocou em exercício essa questão e as nutricionistas que realizaram uma apresentação. Começo perguntando, Dr. Eric, o que devemos modificar com relação a tudo que foi mencionado. Discutiremos com todos a respeito disso. Pelo seu conhecimento de causa e levando em consideração sua apresentação, qual a sua sugestão. O Município não é pequeno, são 1,6 milhões de refeições por dia. De que forma, Dr. Eric, o senhor, que representa uma entidade, uma associação acha que o Município deveria caminhar? Onde podemos melhorar? “

Dr. Eric Slywitch: “...Penso muito na prática. A culinária vegetariana é muito desconhecida. Temos várias receitas de bolos, pães, em que não entram ovos, não adicionamos leite e conseguimos a mesma consistência de formulação em que esses ingredientes são utilizados. Uma das possibilidades seria a elaboração de algumas receitas que possam ser multiplicadas, nesse sentido. Outro ponto que acho interessante é que utilizamos o alimento integral como um pão ou uma massa, achando que ele é integral, mas, muitas vezes, é composto por 10% de farinha integral e 90% de farinha branca. Então, existem possibilidades de se incrementar mais o uso dos integrais, em termos de saúde seria uma medida bastante importante.

Não sei como, hoje, é utilizada a quantidade de carne nas refeições. A quantidade é algo que poderíamos avaliar acerca da possibilidade de redução. Então, se a idéia é a de se retirar, pode-se fazer os dados para retirar. Porém, se isso não for viável, dentro da forma de elaboração, pelo menos uma redução ao máximo, porque, pelo que estamos vendo, em termos ambientais e de saúde isso só traz benefícios.

Então, são formas que vejo, inicialmente, de melhorar ou de modificar, um pouco, digamos até de vegetanizar mais o cardápio. A Sociedade Vegetariana se põe à disposição para orientações nesse sentido, para um trabalho em conjunto, em parceria, para que os dois lados possam se fortalecer. Há condições plenas de alimentar uma criança sem nenhum derivado animal, inclusive sem queijo, sem leite e sem ovo. E, é claro, que isso exige uma adaptação da alimentação fornecida hoje para que se possa oferecer tudo que se faz necessário para uma criança. A literatura científica mostra isso. Tenho vários pacientes nestas condições, que têm um crescimento normal, um desenvolvimento adequado. Então, sim. É viável esse tipo de abordagem desde que com os ajustes necessários. E economicamente tende a ser até mais barato em diversos sentidos. Não temos dados oficiais, mas coordenei, em um hospital em São Paulo, todo o setor de nutrição, claro que, com uma nutricionista responsável pela parte da cozinha, porque sou médico e essa parte é atribuição da nutricionista.

E fizemos um trabalho de modificação do tipo de dieta no hospital e constatamos que tivemos uma redução de custos de cerca de 30% quando retirávamos a carne do cardápio, e isso mantendo o mesmo aporte calórico, protéico e nutritivo na alimentação. Então, isso é viável. E, se pensarmos que o principal substituto da carne é o feijão, que é um alimento mais barato, conseqüentemente os custos se reduzem. A proteína animal não é necessária para a saúde. Não há nenhum estudo atual que mostre que, realmente, ela seja necessária. Muito pelo contrário. Então, é possível ficar só com a proteína vegetal para a manutenção da saúde.”

Presidente Roberto Trípoli: “...As representantes Laura, Cristina e a Marisa concordam? Acham que é possível reduzir a carne? Ou não, por que não reduzir a carne?”

A Senhora Laura da Silva: “...Realmente, através do Guia Alimentar, sabemos que uma dieta, quando bem balanceada e com as atenções em cima dos nutrientes que o senhor mesmo apontou, realmente, temos dados de que ela não seja uma dieta que traga grandes problemas de deficiência.

A grande questão nossa, enquanto um programa tão grande de alimentação pública, é que trabalhamos com uma clientela extremamente diversificada. Sabemos, através de N trabalhos, que é importante quando o indivíduo vai seguir uma dieta vegetariana – por N razões: de estilo de vida, de todas as crenças que existem sobre a alimentação vegetariana – ele, geralmente, tem um acompanhamento individualizado. Com o que nos preocupamos, enquanto um programa desse porte, é como vamos garantir que aquela criança nossa, que não sabemos como está se alimentando em sua casa, como ela atenderá a todos esses nutrientes.

Podemos garantir o período de permanência que ela está nas unidades e que é, no caso: as crianças que ficam de 4 a 5 horas – 30% das necessidades; as creches, que são as CEIs, e temos essa criança, realmente, por mais tempo, é uma clientela mais tranqüila de trabalhar.

Mas é muito difícil para um programa do nosso porte, monitorarmos o restante da dieta dessa criança. Se, de repente, é vitamina B12, o zinco, o ferro, o cálcio, como isso estará na alimentação dessa criança. Trabalhamos com um milhão e seiscentas mil refeições/dia e, realmente, é muito difícil para um programa desses.

Acho que existem atitudes saudáveis e que sabemos que são o incremento dos grãos integrais, das frutas, legumes e hortaliças. Também sabemos que alguns estudos mostram que, às vezes, o próprio aumento da oferta dos alimentos saudáveis diminui consideravelmente alguns índices que foram mostrados por um aumento muito excessivo de carne. O Guia Alimentar preconiza uma porção de carne ao dia. Ele não censura, nem recomenda isso. Então, dentro do programa, atendemos a toda essa legislação que temos de seguir. Como nutricionista, em um consultório, é totalmente diferente. Posso ter uma conduta com relação ao meu paciente com dieta vegetariana. Em um programa do porte do nosso, acredito ser muito difícil.”

Presidente Roberto Trípoli: *“...E se fizéssemos um piloto, um projeto-piloto, em um bairro, em uma região? Porque, em todas essas mudanças de cultura, não podemos radicalizar.”*

Laura da Silva: *“...Acho que essas discussões podem ser levadas para nossa Secretaria. Estamos abertos a todas essas questões. Isso é interessante. Em cima de uma metodologia específica podemos estar levando isso para o Secretário.”*

O Senhor Eric Slywitch: *“...Vejo assim: a elaboração de uma dieta vegetariana não tem uma complicação. O único nutriente de que precisamos ter uma atenção maior, é a vitamina B12, e em alguns casos, principalmente quando os derivados animais não são utilizados.*

Então, a elaboração de uma dieta pode ser feita de tal forma que a criança receba todos os nutrientes, da mesma forma como foi feita hoje, nos moldes da carne. Setenta por cento dos meus pacientes, de consultório, são vegetarianos. Então, vivo isso no meu dia a dia.

Não vejo tanta dificuldade nesse sentido e, é claro, que se precisa de ajustes, de receitas para que a aceitação possa ser melhor porque, hoje em dia, essas pessoas vão elaborar um prato que não contém a carne, o queijo, o leite ou o ovo, por exemplo, é como se a pessoa não soubesse mais cozinhar. Então, acredito que montando uma cartilha, montando algum manual de receitas, consigamos, sim, elaborar um cardápio que atenda a essas necessidades, da mesma forma que, hoje, atende a essas crianças que comem carne. A B12 é, realmente, o nutriente mais importante que, talvez, em alguns casos, precise de alguma suplementação. Mas com um trabalho conjunto, acredito que dê para, realmente, se fazer sim.”

Presidente Roberto Trípoli: *“... Eric, elas colocaram aqui que não se sabe como essa criança vai se alimentar no fim de semana. Qual a interferência disso? Vamos supor, se essa criança se alimentar, na escola, com comida vegetariana, esse é um processo que vai demandar tempo. Quer dizer, ela terá a comida vegetariana na escola, e comerá carne em casa e, com o tempo, ela vai entendendo o processo. Mas o que interfere na saúde da criança se ela comer vegetariano e, no fim de semana, ela comer ovo ou carne?*

Dr. Eric Slywitch: *“...Em termos de choque orgânico, não tem nenhum. Não é porque ela deixou de comer carne a semana inteira e se comer carne no final de semana, que ela terá um desarranjo intestinal, ou algo nesse sentido. O que me preocupa é que temos dados do IBGE que mostram que 40% da população brasileira, por exemplo, está acima do peso. A adoção de hábitos mais vegetarianos tendem a regular um pouco melhor essa questão de peso e o fato de ela utilizar uma alimentação, em casa, que seja diferente do que a fornecida na escola, não traz impacto, no sentido de deixar algum nutriente em defasagem. Não vejo que isso traria algum grande impacto, porque, em casa, a criança seguirá o padrão que ela usa mesmo.*

Tivemos uma experiência em Ribeirão Preto, em uma escola pequena, onde fizemos um cardápio vegetariano. Então, essas crianças ficavam o período da manhã, e tinham o lanche e o almoço com o cardápio vegetariano.

E foi muito interessante o que tivemos, porque as crianças tinham toda essa educação e os pais começaram a se interessar também, porque as crianças chegavam em casa e pediam alimentos que os pais, muitas vezes, não conheciam. Então, isso, inclusive, melhorou o estado nutricional dos pais em casa, porque estimulou o uso de alimentos de origem vegetal. Portanto, vejo que a criança, nessa forma de aprendizado, poderia até levar para a casa outros ensinamentos que os pais não têm e estimular esse consumo. E não vejo nenhum impacto negativo no sentido de elas fazerem dieta vegetariana só no ambiente escolar.”

Presidente Roberto Trípoli: “...A informação que temos é que muita criança se alimenta só na escola. Não tem um número acerca dessa informação?”

Laura da Silva: “...Não necessariamente, mesmo porque as crianças ficam - tirando as crianças dos CEIs, que são as creches que ficam dez horas - das sete às cinco, ou das sete às dezoito e fazem alguma refeição em casa. Os outros alunos de EMEI e de EMEF, eles ficam de quatro a seis horas na unidade escolar, ou seja, impossível não comerem alguma coisa em casa, podem não ter acesso à uma alimentação adequada, mas provavelmente alguma coisa comem.

O que falamos sobre a alimentação vegetariana, de não termos o monitoramento, não é porque achamos que irá fazer mal, é lógico que não há problema da criança se alimentar com comida vegetariana na escola e depois, na casa dela, não comer.

É a questão de se monitorar todos os nutrientes no tempo que a criança está na unidade escolar. Sabemos que o brasileiro tem o hábito alimentar de comer poucas verduras e legumes e é nisso que estamos centrando forças no programa de alimentação escolar. É de tentar mudar o hábito do aluno, do brasileiro, e levar o hábito à casa de comer maiores quantidades de frutas, verduras e legumes. Esse é o nosso trabalho. Aumentamos muito a oferta, mas sabemos que aumentar a oferta não é suficiente, temos de fazer com que o aluno ingira esses alimentos. A idéia da cartilha, não só para a questão da alimentação vegetariana, mas também ensinar e ter novas receitas para verduras e legumes porque não é hábito. Esse é o nosso principal enfoque no momento.

É lógico que depois de estudos vocês podem levar a secretaria a idéia do piloto, do vegetariano, se for aceito não teria problema de trabalharmos com isso, mas acreditamos que tão importante quanto diminuirmos a carne, seria aumentar a oferta de frutas, verduras e legumes. Não adianta diminuir a carne e os alunos não comerem frutas, verduras, legumes e alimentos integrais e ter um problema na dieta que estou oferecendo na escola, ficará uma dieta de má qualidade. Não adianta somente ofertar, as crianças devem ingerir.”

Presidente Roberto Trípoli: “...O Governador José Serra proibiu as cantinas nas escolas. Não foi o Governador Serra?”

Laura da Silva: “...As escolas do Município de São Paulo não tem cantina. Na nossa opinião, é que isso é uma grande vantagem, é um ganho. Ter uma grande cantina numa unidade escolar você separa as crianças; não tenho dinheiro, vou comer a merenda escolar, tenho e vou comer um hambúrguer. As unidades da Prefeitura de São Paulo têm essa vantagem de nunca terem tido a cantina.”

O Presidente Roberto Tripoli concedeu a palavra ao Sr Vereador Gilberto Nataline:

“...Hoje, realmente, está sendo um dia bastante produtivo. Tudo o que está sendo dito, com certeza, iremos utilizar. O Capitão Lerner, o Prefeito, foi ajudante de ordens do Governador Montoro, então, vejam só a escola política que este homem se formou. Houve uma época que a mortalidade infantil ficou em zero em São Lourenço da Serra. O Sr. Márcio sugeriu várias coisas e acredito que possamos discutir com a Prefeitura e com a cidade de São Paulo algumas medidas que a comissão pode propor, como foi feita na questão da madeira.

As entidades, o Governo Municipal e o SindusCon fecharam um acordo para que São Paulo não compre mais madeira que não tenha certificado e, agora, o Secretário Graziano está estendendo para o Estado de São Paulo. O problema, agora, são os certificados falsos. O que o Sr. Márcio disse a respeito da carne, acredito que a comissão possa discutir uma articulação política para que isso seja feito, é uma sugestão que faço.

A questão da merenda foi abordada de maneira muito interessante, é difícil sabermos tudo o que acontece. Acredito que podemos ajudar nessa questão. Estou muito contente com o dia de hoje. Vamos usar bastante o que foi trazido pelos senhores no nosso relatório e na nossa articulação política junto ao Poder Executivo e a sociedade em geral. Aprendi muito hoje e sou médico, sou gastrocirurgião e estou no exercício da profissão, fiquei muito contente com o que aprendi aqui.”

Dr. Eric Slywitch: “...São bem pertinentes essas colocações, realmente abordam atividade física, todos os outros hábitos. Temos estudos, inclusive que eles filtram a questão dos hábitos atividade e focam só no consumo da carne. Inclusive em 2009, temos uma publicação bastante atual, que comparou, quem come pouca carne, média e muita carne. E mostrou, assim, que a relação cardiovascular, câncer, são proporcionais ao aumento do consumo.

E da mesma forma temos populações vegetarianas que não usam nada de carne, que principalmente depois de vinte anos de dieta vegetariana todos os tipos de cânceres são reduzidos. Existe uma lacuna na ciência que fala assim: olha, é só carne a responsável ou é toda mudança que é envolvida. Existe sim esse contexto. Mas também tem pessoas que falam que a carne por si só, ela sozinha, também aumenta esse risco. É interessante que nessa proposta de trabalho coletivo, é importante todo esse processo educacional que pelo que vocês apresentaram já existe no meio escolar. Isso é fundamental, isso se vai implicar direto padrões, estilos de vida, já está com esse suporte todo montado para esse tipo de adesão.”

O Senhor Presidente Roberto Tripoli ao encerrar a reunião solicitou a formação de dois grupos de estudos, com a participação de sua assessoria. O primeiro grupo em parceria com a entidade Greenpeace, para estudar um projeto de lei que proíba, por parte da administração direta e indireta do município de São Paulo a compra de carne produzida em regiões de desmatamento ilegal na Amazônia, reservas indígenas e/ou com utilização de trabalho infantil ou escravo. O segundo grupo de trabalho a ser formado em conjunto com nutricionistas responsáveis pela merenda escolar e com a participação do DR Eric Slywitch, deverá estudar e desenvolver um projeto piloto de merenda escolar vegetariana em uma determinada região do município, projeto este a ser apresentado aos Secretários da Educação e da Saúde.

11. Cavalos recolhidos no CCZ: até alimentos e medicamentos são bancados pela ONG Anjo dos Cavalos



O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli abre a reunião do dia 12 de agosto, cumprimentando a todos presentes, os vereadores membros da Comissão e o Deputado Estadual Feliciano Filho: *“...declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Estudos para a Avaliação da Coexistência de Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres, Nativos, Exóticos com a população humana e os reflexos na saúde pública e o meio ambiente à legislação pertinente da cidade de São Paulo. Hoje é a última reunião ordinária da Comissão.*

Depois passaremos a realizar reuniões internas para discutirmos e debatermos o relatório final apresentado pelo nobre Vereador Aurélio Miguel. Discutimos sobre os animais domésticos, domesticados, silvestres, silvestres e exóticos. Dentre os animais domesticados, ficou faltando a discussão sobre a questão dos cavalos.

Ouvimos todos os órgãos das áreas, municipal, estadual, federal e as entidades ambientalistas sempre presentes se manifestando e participando desses encontros. Hoje concluiremos o trabalho de 120 dias desta Comissão e já estou com saudades de vocês. Convidamos para participar desta reunião as Dras. Ana Cláudia Furlan Mori, Gerente do CCZ – Centro de Controle de Zoonoses, Cynthia Fonseca, Gestora da Organização Projeto Anjo dos Cavalos; o Dr. Alexandre de Moraes - é uma falha nossa, não era para convidar o Sr. Secretário Municipal de Transportes e sim a CET; os engenheiros José Luiz Nakama; Reinaldo Peres Rodrigues, representando o DSV. Estamos tentando contatar a Secretaria da CET para saber o que ocorreu, pois dos

convites feitos, tanto para os Governos Municipal, Estadual e Federal, todos estiveram presentes.

É a primeira vez que há a falta de um órgão municipal importante para esse debate no dia de hoje. Convido para iniciar os trabalhos, a Dra. Cynthia Fonseca para que faça uma apresentação sobre a questão dos cavalos. Quero lembrar que todo esse trabalho começou com a nossa falecida amiga Celina de quem não podemos esquecer, foi muito importante nesse processo todo. Com o falecimento de Celina, a Cynthia Fonseca começou a desenvolver esse projeto sobre a CET, a questão dos cavalos. Tem a palavra a Dra. Cynthia Fonseca.

A Sra. Cynthia Fonseca se apresenta e dá início a sua apresentação visual.

“Agradeço ao nobre Vereador Tripoli pela oportunidade de expormos o problema dos animais de grande porte nas ruas de São Paulo. Essas são fotos do que acontecem nas ruas de São Paulo com os cavalos soltos. Esse está revirando o lixo, sem condições de trabalharem em carroça, completamente mal atrelados. Isso é uma constante. É assim que recebemos os animais que são retirados de carroças lá no CCZ. Assumi o projeto em 2002, após o falecimento da Celina. Quer dizer, quando cheguei já estava tudo feito e não conseguiria realizar o meu trabalho se não fosse a Celina. Somente dou continuidade ao trabalho iniciado por ela.

Tudo começou com a Celina, que presenciou um leilão desses e ficou horrorizada, naquele momento perceberam que o leilão não poderia acontecer em área urbana e, desta forma, conseguiram segurar um lote de cavalos que estavam indo a leilão e ia acabar com o leilão do CCZ.

Foi neste momento que começou o nosso trabalho que, hoje, dou continuidade e que leva o nome Anjos dos Cavalos em homenagem à Celina e a tudo o que ela fez por eles. O leilão aconteceria até 1995; a Celina conseguiu acabar com o leilão e estabeleceu que os cavalos que não fossem resgatados por proprietários fossem doados para uma ONG filiada ao CPDA que pudesse dar um destino aos cavalos. A Celina também conseguiu exame de AIE sendo feito no CCZ; microchip (antes os cavalos eram marcados com ferro).

Ela conseguiu que a identificação fosse feita através de microchip; as baias dos cavalos foram reformadas no CCZ; os animais começaram a ser levados aos hospitais veterinários para recuperá-los. Até o seu falecimento, ela conseguiu lar para cerca de dois mil cavalos. O projeto possui algumas dificuldades, o transporte é uma delas que é no que mais gastamos, muitas vezes a pessoa aceita ficar com o cavalo, mas não quer ter o gasto com o transporte, que é cobrado por quilômetro rodado. Semana passada, levei três cavalos e um porquinho a Minas Gerais, e o transporte foi pago pela ONG...”

“...a internação: as faculdades cobram pelo tratamento e pelo estábulo. Conseguimos com a FMU que não cobre o estábulo e nem medicamentos. Até no começo deste ano, com a USP, pagávamos os custos de estábulo, medicamentos, todo o tratamento do animal” .



“O prognóstico do tratamento do animal é difícil, pois muitas vezes investimos muito e, no final, o cavalo pode acabar morrendo. Um dos problemas da ONG é o gasto, pois não temos como avaliar se o cavalo vai viver ou não e, às vezes, o cavalo fica internado por três ou quatro meses e acaba morrendo. A nova Lei 14.146, de autoria do Vereador Tripoli, impede a tração animal nas ruas de São Paulo. Estas são algumas fotos dos animais saindo do CCZ e deles já no campo.”

A Dra. Cynthia Fonseca apresentou um slide que identifica nos últimos anos a quantidade de animais recolhidos pelo Centro de Controle de Zoonoses, recuperados pelos proprietários e/ou encaminhados para aposentadoria pelo Projeto Anjo dos Cavalos que ela preside.

No período de 1996 até dezembro de 2006, o Projeto Anjos dos Cavalos – PAC já atendeu há mais de 3.000 animais, sendo:

	RESGATE	EUTANÁZIA	DOADOS	TOTAL
1996	48	25	280	353
1997	77	38	176	291
1998	43	23	220	286
1999	41	72	226	339
2000	28	76	203	307
2001	23	94	157	274
2002	21	92	120	233
2003	33	61	167	261
2004	15	67	156	238
2005	28	50	164	242
2006	19	25	145	189
até Ago/2007	05	13	113	131
TOTAL	381	636	2127	3144

() Dados fornecidos pelo CCZ-SP – Controle do Destino Final dos Equinos Apreendidos*

O Senhor Presidente Roberto Trípoli agradece a apresentação da Dra. Cynthia Fonseca sobre o trabalho importante prestado aos animais de grande porte, especialmente, os cavalos que são recolhidos por abandono ou maus-tratos na cidade, e imediatamente solicita que a Dra. Ana Cláudia Furlan Mori, atual gerente do Centro de Controle de Zoonoses faça a sua apresentação e informe o que está sendo feito pelos cavalos no CCZ.



Dra. Ana Claudia Mori, gerente de CCZ

A Dra. Ana Cláudia Furlan Mori se apresenta: “...bom dia a todos. Primeiro agradeço pelo convite. Estou no CCZ há menos de dois meses e esta é uma oportunidade para começarmos as discussões e entendermos a dinâmica que é complexa, importante e não temos como fugir. Essa é a realidade. O Centro de Controle de Zoonoses, criado em 1973, teve como premissa o trabalho para controle da raiva. Desde então vem sendo desenvolvida uma série de trabalhos com relação à saúde pública no controle de população de animais, de sinantrópicos, ambiental e, principalmente, na educação em saúde. O Centro de Controle de Zoonoses continua com a mesma estrutura física desde 1973, mas não com o mesmo trabalho. Existe, hoje, uma série de trabalhos extremamente importantes realizados pelo CCZ, como por exemplo, todos os exames para diagnóstico de dengue do Município de São Paulo são feitos lá...”



“...quanto aos diagnósticos de raiva do Estado, 50% são efetuados no CCZ. Alguns exames são exclusividade do laboratório do CCZ, como a avidéz para toxoplasmose, por exemplo, um diagnóstico importante para gestantes...” “...Um nome que não podemos nos esquecer é o de Celina Valentino. Ela começou um trabalho a partir do encerramento dos leilões, como dito, cartas marcadas, crueldade, animais voltando para os mesmos locais de onde foram retirados, com um destino tão cruel como o que teriam antes de qualquer intervenção. Mais do que isso, após o falecimento de Celina, o trabalho continua até hoje. Fiquei feliz o dia em que conheci a Dra. Cynthia, em saber que seria minha colega, veterinária daqui a pouco tempo e que vem realizando um trabalho importante dentro do CCZ.

Ela vem mostrando que é possível, mais do que resgate e recuperação, a parceria que tem dado certo, proporcionado algumas alternativas. Apesar das limitações, é importante saber que é possível fazer. E o trabalho que o CCZ realiza na remoção desses animais? Estamos falando de bovinos, eqüinos, muares e suínos. A própria legislação não permite a criação no Município. Esses animais são removidos dos locais onde são encontrados e levados ao CCZ. Do CCZ só saem após a realização dos exames para controle de sanidade desses animais. Para termos uma idéia, é só uma forma de mostrar o que temos de solicitação de vistoria zoo-sanitária em toda a cidade de São Paulo, de 2004 a 2009. Em 2008, temos 1319 solicitações feitas por algum problema na condição de criação desses animais. Em 2009, já são 722 solicitações. Verificamos que, ao longo dos anos, o trabalho vem se consolidando. A população está tendo ciência, informação do que é feito e tem quem faça. Talvez

conseguimos identificar, em algumas situações, 100% de atendimento, mas não é a realidade do Município. Nós estamos falando de, aproximadamente, 1.300 solicitações de remoção de grandes animas.”

SOLICITAÇÕES PARA REMOÇÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE

Situacao Ordem Servico	Motivo Conclusao	2008	2009	TOTAL
ATENDIDA	ANIMAL ENCAMINHADO PARA EUTANASIA	8	2	10
	ANIMAL INTERNADO	69	26	95
	ANIMAL NAO LOCALIZADO.	77	102	179
	ANIMAL NÃO REMOVIDO (RECUSA).	24	13	37
	ANIMAL REMOVIDO	22	13	35
	ATENDIDA EM OUTRO SAC DE MESMO ENDEREÇO	78	51	129
	ATENDIDA, MAS O ANIMAL JÁ FOI REMOVIDO	14	8	22
	ATENDIDO, MAS O ANIMAL VEIO A ÓBITO		8	8
	ATENDIDO, MAS O CCZ NÃO TROUXE O ANIMAL	44	14	58
	ENCAMINHADO PARA OBSERVAÇÃO DOMICILIAR	6	21	27
	EUTANÁSIA NO LOCAL	17	16	33
	OBSTRUÇÃO - ANIMAL NÃO REMOVIDO	9	2	11
	ORIENTAÇÕES AO PROPRIETÁRIO	5	2	7
	SOLICITAÇÃO IMPROCEDENTE.	8	10	18
Total		381	288	669
CANCELADA ANTES DA REMOÇÃO	ANIMAL EVADIU-SE	63	22	85
	ANIMAL INEXISTENTE.	1		1
	ANIMAL JÁ REMOVIDO	62	45	107
	ANIMAL VEIO A ÓBITO.	11	9	20
	ATENDIDA - ORIENTAÇÕES AO SOLICITANTE.	10	7	17
	CADASTRAMENTO IMPROCEDENTE.	76	78	154
	CANCELADA PELO SOLICITANTE.	23	16	39
	ENCAMINHADA PARA OBSERVAÇÃO DOMICILIAR	15	3	18
	ENDEREÇO NÃO LOCALIZADO.	1	1	2
	NÃO HOUVE CONTATO COM O SOLICITANTE	129	32	161
Total		391	213	604
PENDENTE	Não Concluído	1	28	29

SOLICITAÇÕES PARA REMOÇÃO DE GRANDES ANIMAIS

2008	Origem Ordem Servico	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
	BALCÃO			1	2		1	1			2	7
	EMAIL				1							1
	FAX						1					1
	OFÍCIO	1			1					1		3
	SAC	28	64	69	74	55	74	114	47	94	94	713
	TELEFONE	1	7	8	11	6	3	4	3	2	3	48
	Total OS	30	71	78	89	61	79	119	50	97	99	773

2009	Origem Ordem Servico	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	Total
	BALCÃO	2		1		2		1		6
	EMAIL						1			1
	FAX							2		2
	MEMORANDO	1		1						2
	SAC	92	117	79	51	36	57	60	4	496
	TELEFONE	1	1	2	3	4	3	8		22
	Total OS	96	118	83	54	42	61	71	4	529

“...se disser que, em 2008, tivemos mais de 17 mil solicitações para remoção de cães e gatos, concluiremos que é muita gente num esforço no mesmo desenho. É um esforço que não pode deixar de acontecer porque temos de ir atrás, saber o que está acontecendo e que não é efetivo, de fato. Quem poderia fazer alguma outra atividade, está buscando onde está a solicitação.”

Continua a Dra. Ana Cláudia: *“...Parceria é a palavra chave, nenhuma ação consegue ser eficaz e eficiente se for sozinha, uma tomada de decisão não significa, necessariamente, uma ação. Novamente, falo sobre a Cíntia e o Quintal de São Francisco que mostraram para nós que com os grandes animais é possível fazer isso.*

A Secretaria do Verde, da Educação, o Metrô, o Estado, estamos trabalhando todos os dias buscando, exatamente, alguma forma de viabilizar alguma ação e melhorar a condição não só da população, não só dos animais, mas quando falamos em saúde, estamos falando de todos. Saúde pública envolve controle de zoonoses que é de nossa responsabilidade, envolve bem-estar animal e bem-estar da população, esse é o nosso papel.

Sobe a recomposição de RH, fico contente em poder falar sobre isso. Hoje, 13h30min, teremos 84 médicos veterinários assumindo, fazendo a escolha de vagas dos candidatos aprovados em concurso público, no dia 10 foram 68 biólogos, desses profissionais médicos veterinários 24 são para o Centro de Controle de Zoonoses. Isso não significa solução milagrosa, mágica, ou que faremos, a partir do dia da posse desses profissionais, um mundo novo, mas significa que estamos investindo em gente, em contratação, em capacitação para buscar, de alguma forma, que essas parcerias sejam a forma viável de fazer um trabalho técnico e responsável. Somos todos profissionais de saúde, não poderíamos fazer isso de forma diferente. Obrigada.”

O Presidente Roberto Trípoli agradece e parabeniza a nova diretora do Centro de Controle de Zoonoses e chama para compor a mesa o Vereador de Jundiaí Julião que tem comparecido em algumas das reuniões da Comissão de Estudos, como também está montando uma comissão em Jundiaí. Anuncia a chegada do relator Vereador Aurélio Miguel e do Vereador Bispo Atílio Francisco. Comenta, o Senhor Presidente que a presença de um representante da CET na discussão do assunto desse dia seria importante, mas parece não estar presente. Anuncia que: *“...já liguei para o Sr. Secretário Alexandre de Moraes, mas não se encontra na Secretaria, falei com a secretária, não deram justificativa.*

É o primeiro órgão que falta, nesta comissão, em 120 dias. Estiveram presentes o Ibama, Polícia Federal, Ambiental, Município, Estado. Portanto, é a primeira vez em que há uma grande falha neste debate. Pergunto aos nossos colegas do DSV que, inclusive, colaboraram com a legislação que propus, o Sr. José Luis, o Sr. Reinaldo se há alguma apresentação em relação ao tema. Daremos início a um debate. As Dras. Ana Claudia e Cynthia expuseram muito bem a problemática dos animais de grande porte na cidade de São Paulo. Muitas pessoas já morreram nas ruas por causa dos cavalos no trânsito. O marido da Zulaiê Cobra Ribeiro chamou muito a atenção quando morreu naquele momento político, no fim dos anos 80, início dos 90. A Cynthia bem colocou que os cavalos estão no cimento, no asfalto. Através de

algumas falas da Cynthia do Projeto Anjo dos Cavalos em que diz: eu pago transportes, eu pago remédios, eu pago alimentação. Quando a Cynthia fala: “eu pago” é a entidade que paga, é a Cynthia que paga ou pega dinheiro do CCZ para pagar? Várias vezes percebi que disse: eu pago o transporte que é um problema, pois a pessoa quer receber, mas não quer pagá-lo. Então, quem paga?”

“Eu pago!” Afirma a Dra. Cynthia Fonseca.

Presidente: “...sei. Volto a dizer, como discutimos com o Ibama, é a mesma temática. Os animais são de responsabilidade do Estado, quer dizer os custos são responsabilidades do mesmo, tanto municipal, estadual ou federal. Não entendo como você paga, ou seja, é um dinheiro seu. A ONG, como disse, não possui voluntários.” “... Então, o transporte ... Quem sabe as ONGs se reúnem, porque o Município não comporta pagar transporte para outra cidade. Parece até interesse, mas a questão da alimentação, sim, cabe ao Município. Está faltando alimentação para os cavalos no Centro de Controle de Zoonoses?”

“Às vezes falta!” Responde a Dra. Cynthia Fonseca.

Após algumas perguntas cujas respostas se encontram, íntegras, nas notas taquigráficas, o Presidente Roberto Trípoli abre a palavra a quem dela quiser perguntar e responder: “...só peço que, antes de falarem, dêem seus nomes para a Taquigrafia. Depois realizaremos um estudo a respeito para saber quem se pronunciou e o que falou. Como são alimentados esses animais?”

A Senhora Ana Cláudia F. Mori responde: “...esses animais recebem ração, em média, dois quilos para cada animal por conta do estado em que chegam e também por falta de indicação para receberem além dessa cota. Recebem feno verde e, às vezes, capim picado. Hoje há uma compra aprovada de ração para eqüinos de 3.600kg já em fase de entrega.

O Presidente Roberto Trípoli questiona a Dra. Ana Cláudia se a questão de alimentação, ração, feno, capim não estão faltando no CCZ e se o alimento verde é entregue todos os dias? A Dra. Ana Cláudia afirma que um funcionário que faz essa tarefa e que não falta ração para os eqüinos.

A Dra. Sonia Peralli Fonseca, presidente do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e também dirige a ONG que é mantenedora do Projeto Anjo dos Cavalos, solicita ao Presidente Roberto Trípoli autorização para se manifestar e o Presidente oferece a palavra: “...como responsável da ONG, mantenedora da administração toda, é muito freqüente o problema da falta de alimentação dos animais. Começou com a Cynthia pessoalmente e quem paga sou eu, mãe dela. Posso dizer que as dificuldades só chegam e como a diretora está se responsabilizando quanto à comida, dizendo que não haverá mais problemas, espero que seja verdade. O animal precisa de capim, precisa de volumoso e a Cynthia só se queixa que não há quem vá buscar o capim. Em relação à ração também, nós compramos.”

A Dra. Sonia Sodrê Cardoso se apresenta no microfone: “...sou Sônia. Sou médica veterinária do Centro de Controle de Zoonoses.”

Nesse momento inicia uma rodada de perguntas e respostas entre o Presidente Vereador Roberto Trípoli e a Dra. Sonia Sodré, médica veterinária do Centro de Controle de Zoonoses.

Presidente: *“...veterinária do Centro de Controle de Zoonoses. A respeito do verde, vocês vão buscar aonde para os cavalos?”*

Sônia: *“...normalmente, ali perto da USP Leste, que tem uma área. Às vezes, São Miguel. Então, o funcionário sai às seis da manhã para pegar esse capim e entregar aos animais.”*

Presidente: *“...Sônia, o problema, então, é o funcionário ir buscar?”*

Sonia: *“...o problema é o funcionário.”*

Presidente: *“...quer dizer, é a diretora do Centro de Controle de Zoonoses liberar que o funcionário possa ir buscar.”*

Sonia: *“...exatamente!”*

Presidente: *“...porque se o funcionário não puder ir buscar, faltará verde?”*

Sonia: *“...mas já resolvemos não liberar. É que ele se aposentou. Então, teve um intermédio aí.”*

Presidente: *“...mas tem um outro funcionário, Sônia?”*

Sonia: *“...já estou com outro funcionário.”*

Presidente: *“...então, quer dizer, que não precisamos nos preocupar com o verde porque você tem um funcionário que vai buscar o verde.”*

Sonia: *“...sim. Pode ficar tranquilo.”*

Presidente: *“...muito bem. A ração. A ração, a Sônia Fonseca diz que, de vez em quando, tem de dar mesada para a filha e a filha gasta a mesada todinha comprando ração.”*

A resposta a esta última pergunta do Presidente quem respondeu foi a Dra. Sonia Fonseca, presidente da ONG que apóia o Projeto Anjo dos Cavalos: *“...É, E quando não, os recursos da ONG são usados. Mas temos de comprar, sim!”*

Novamente iniciam perguntas do Presidente para a gerente do CCZ e para sua assessora administrativa, Sra. Sandra Tavares sobre a compra de ração para os animais de grande porte. O Presidente Vereador Roberto Trípoli questiona sobre as atas de aquisições das rações e demais suprimentos para os animais alojados no CCZ. O Presidente fala sobre compras de emergência para que não falte alimento para os animais de grande porte e afirma que as ONGs não conseguem se manter nos seus projetos, menos ainda tendo de comprar para os animais do CCZ. Comenta ainda o Presidente que está se esforçando para que o Centro de Controle Zoonoses possa ter orçamento próprio a fim de resolver as necessidades iminentes

O Presidente Roberto Trípoli solicita do Sr. Marcos fazer um ofício requerendo as atas da solicitação da alimentação dos cavalos de 3500 quilos de ração. Gostaríamos de entender como é que funciona a COVISA nesse sentido.

O Presidente pergunta para a Dra. Cynthia Fonseca em relação aos medicamentos e a resposta foi: *“...a lista maior de medicamentos mando para o hospital veterinário. Assim que o cavalo é internado, eles ligam pedindo a lista de medicamentos. Agora...”*

“Quer dizer, a Cynthia manda um animal para a USP, para o Centro de Veterinária da USP, aí o Centro manda para a Cynthia: “Olha, vamos aplicar uma anestesia, vamos precisar disso, disso e disso”. E como é que você faz?” Pergunta o Presidente Vereador Roberto Trípoli.

A Sra. Cynthia Fonseca: “...Aí, ligo para a loja e a loja entrega e, depois, se paga à loja, o que falta no CCZ são medicamentos de primeiros socorros. Então, anti-inflamatório” “... mas, agora, a Dra. Ana Claudia acabou de dizer que assumiu um veterinário para equinos. Não é isso?”

A Dra. Ana Cláudia Mori: “...É! Duas vagas, na verdade, do quadro de veterinários para o Centro de Controle de Zoonoses são destinadas aos animais de grande porte.”

O Presidente Roberto Trípoli: “...Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel.”

O Vereador Aurélio Miguel: “...e nenhuma outra universidade se interessou? Porque tive uma reunião, na Covisa, com o Secretário, e a Anhembi Morumbi...”

A resposta da Dra. Ana Cláudia foi que a Faculdade Anhembi Morumbi não se manifestou e a UNISA também. Mas, também, todas elas têm problema de hospedagem.

O Vereador Aurélio Miguel: “...até porque vocês têm espaço físico para fazer...”

A Dra. Ana Cláudia Furlan Mori responde: “...na verdade, as informações que tenho é que a demanda de atendimento tem sido suprida pela FMU, nesse primeiro momento. E, agora, vamos voltar a buscar essas parceiras, essas outras universidades e ver de que forma a gente pode viabilizar esse atendimento.”

Vereador Aurélio Miguel: “...outra questão. Justamente essa questão da CET, do DSV, o próprio CCZ. Eu, mesmo, tive uma experiência há um ano e meio. Houve uma denúncia no Jaguaré, na Marginal, que havia vários cavalos ali puxando carroça. Fomos com a Assessoria Militar da Casa, pedimos que fosse policiamento – CET, DSV – e não foram. E pedimos para que viesse o transporte do CCZ. Também não veio. Ficou um clima ruim lá, porque é no meio da favela.

A Assessoria Militar até me tirou de perto, porque achou que poderia ficar um clima ruim, poderia haver um conflito e não conseguimos levar o animal, porque o CCZ não mandou o transporte. Gostaria de saber, a partir de agora, com a senhora à frente do CCZ, como é que vai oportunizar o transporte quando houver uma denúncia? Quando alguém estiver em qualquer lugar sabendo que tem um animal sofrendo maus tratos, fazendo o transporte proibido na cidade de São Paulo? Qual será a posição do CCZ? Porque eu, como Vereador, fui lá e não consegui. Imagine um cidadão comum que vai ligar e ninguém vai atender. Então, esse é um problema que temos na cidade de São Paulo. O Vereador não conseguiu. Imagine um cidadão comum.”

Dra. Ana Cláudia: “...na verdade, desconheço essa situação em particular, mas o que temos lá, hoje, é que toda solicitação de urgência é atendida.”

Vereador Aurélio Miguel: *“...mas em quanto tempo?”*

Dra. Ana Cláudia: *“...o prazo de urgência é de 24 horas. O que acontece é assim, se tiver uma viatura que faça a remoção de eqüinos na zona Leste com uma demanda para atender na zona Sul, por exemplo, preciso do tempo de deslocamento. Se ele for resgatar um animal, que volte ao CCZ, desembarque e vá até a zona Sul.”*

Vereador Aurélio Miguel: *“...geralmente, quantos animais têm, hoje? Pedido de animais grande porte, cavalos, por dia?”*

Dra. Ana Cláudia: *“...o número de solicitações de atendimento diário é de 3 a 4, que o caminhão tem de ir até o local.”*

Vereador Aurélio Miguel: *“...E só tem um caminhão?”*

Dra. Ana Cláudia: *“...são três caminhões. Temos outro problema também...”*

Vereador Aurélio Miguel: *“...então, tem algo errado aí. Ela colocou uma situação que já fico preocupado, eu, como fiscalizador do dinheiro público. Porque se tem 3 caminhões e só tem 2 agentes, tem alguma coisa errada. Estamos jogando dinheiro no lixo.”*

Dra. Ana Cláudia: *“...só queria complementar que existe uma outra situação que os caminhões não podem circular em dia de rodízio, nem na área máxima de restrição. Vários atendimentos não conseguimos realizar, de imediato, por conta de horário. Isso é uma realidade.”*

Vereador Aurélio Miguel: *“...mas está a serviço específico da Prefeitura ou ...”*

Dra. Ana Cláudia: *“...não! Não é permitido. Não foi liberado o rodízio de nossas viaturas, nem das Vans que fazem o resgate de pequenos animais.”*

P residente Roberto Trípoli: *“...isso é um requerimento ao Sr. Prefeito.”*

Dra. Ana Cláudia: *“...estamos solicitando essa liberação, mas, hoje, isso é um fato.”*

Presidente Roberto Trípoli: *“... vocês estão solicitando à Secretaria de Transportes?”*

Dra. Ana Cláudia: *“...sim. E já foi negado uma vez.”*

Vereador Aurélio Miguel: *“...qual é a capacidade de atendimento de solicitações por dia? Se tiverem dez pedidos de solicitação de transporte de cavalos, vocês dão conta?”*

Dra. Ana Cláudia: *“...depende da distância desses atendimentos. Todo esse tempo de demanda, tem de ser analisado, tem de ser considerado para podermos dizer quanto tempo que se demora para ir, voltar, recuperar e atravessar a cidade novamente. Estamos falando de São Paulo.”*

Vereador Aurélio Miguel: “...vocês mandam algum agente na frente ou não?”

Dra. Ana Cláudia: “...dependendo da situação vai a SUVIS do território, a própria equipe da Vigilância do território verificar qual é a situação. E ela traz, também, essa necessidade da urgência, se o problema ocorre ou não.”

Vereador Aurélio Miguel: “...como está a interface com o policiamento? Porque se não tiver CGM ou Polícia Militar, é um problema.”

Dra. Ana Cláudia: “...em algumas situações, precisamos de amparo policial.”

Vereador Aurélio Miguel: “... em todas as ocasiões vocês deveriam contar com um policial.”

Dra. Ana Cláudia: “...em algumas regiões, se entrarmos com policiamento é muito mais difícil trabalhar.”

Presidente Roberto Trípoli: “... – Mas a competência não seria da Secretaria de Transportes, uma vez que interfere no trânsito da Cidade? Quando tem um carro quebrado, a Secretaria de Transportes faz a remoção. O Centro de Controle de Zoonoses está localizado em Santana. Na zona Sul, tem o pessoal do trânsito com caminhões, viaturas. Não seria interessante que eles fizessem esse trabalho? O DSV quer se pronunciar?”

Senhor José Luiz Nakama: “ –sou do DSV. Retomarei uma colocação da Dra. Ana, com relação à autorização para circulação de rodízio e na zona máxima de restrição, cuidaremos pessoalmente para verificar o problema e tomar providências o mais rápido, porque é muito importante o trabalho do CCZ. Com relação ao transporte de animais, o “marronzinho” não tem o mesmo treinamento que o pessoal do CCZ. O foco principal da CET é fluidez e segurança do trânsito. Obviamente, quando existe um cavalo solto na via pública, a orientação dada ao “marronzinho” é que remova esse animal para um terreno baldio, algum local que não comprometa a segurança. O transporte tem de ser efetuado por pessoal especializado, no caso, o CCZ.”

O Presidente Vereador Roberto Trípoli, retoma e memoriza algumas falas da gerente do CCZ: “...pelo que entendi, temos três caminhões e dois funcionários – faltam mais. Tem a questão da contratação dos 60 biólogos e 80 veterinários. Concluirei a questão dos cavalos, quero partir para a dos domésticos e domesticados pelo projeto lançado pelo Sr. Prefeito...”

A Sra. Sandra Regina Tavares assessora da Dra. Ana Cláudia Mori se manifesta para esclarecer os processos de compra e a reorganização do sistema: “...com relação aos processos de compra, à reorganização, tem uma série de medicamentos que já haviam sido pedidos anteriormente e tivemos alguns problemas para concluí-los. Estão em andamento três licitações com itens de medicamentos, ainda faltam alguns específicos. Estamos nos ajustando.”

A Dra. Sônia Fonseca pede a palavra ao Presidente: “...quero enfatizar que, no momento, a situação é a seguinte: os animais são levados para as faculdades, no

*Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados,
Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a
Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo*

caso a FMU, os estudantes fazem o atendimento, mas os medicamentos são adquiridos e enviados pela ONG. Sempre foi assim, até quando havia veterinário que prestava socorro de imediato no CCZ, quem fornecia medicação era a ONG.”

“...A pergunta do Parlamento é a seguinte: quando que o CCZ terá remédios para atender os animais de grande porte que até agora são pagos pela sociedade civil organizada? Então, quando? Não preciso ouvir, porque já discutimos licitação e é possível fazer compra de emergência, não pode faltar. Quando poderemos ir ao CCZ e encontrar, pelo menos, aqueles remédios necessários, de primeira ordem? Pois não, diretora.” Pergunta o Presidente Vereador Roberto Trípoli.

A resposta da Dra. Ana Cláudia: “...Gostaria de esclarecer a informação de que os medicamentos não eram fornecidos pela FMU, estou tendo conhecimento agora. Não tinha a informação e o pessoal que trabalha com os animais, os veterinários, também não sabiam. Então, existe um desconhecimento a respeito dessa informação e, a partir disso teremos de tomar providências porque a única informação que tínhamos era de que a ração o CCZ fornecia; em relação aos medicamentos, em nenhum momento, tivemos a informação.

O Presidente Roberto complementa um posicionamento do Vereador Aurélio Miguel: “...Gostaria de complementar o que disse o Vereador Aurélio Miguel. Quando, por lei, a Câmara Municipal de São Paulo criou o centro que trata de animais silvestres no Parque Ibirapuera, o CEMA, o CRAS, enfim, com dotação orçamentária. O problema que temos com o CCZ, está presente a diretora do CCZ e vários assessores, e vocês não têm mesmo o que responder por que não têm conhecimento. Como vocês podem ter conhecimento se é a Covisa que cuida?

Como o Vereador Aurélio Miguel disse, mandei um requerimento à Secretaria de Finanças querendo saber quanto gasta e a resposta veio pela Covisa que compra muitas coisas. Gostaria de saber somente a respeito do CCZ e não temos esses dados. O maior problema é ter uma dotação orçamentária própria, claro que estamos caminhando. Penso que temos de trabalhar em conjunto. Só para a diretora do CCZ entender, a última reunião foi maravilhosa, trabalhamos sob alimentação com animais e o processo é para todos se ajudarem, sociedade civil, técnicos do CCZ, parlamento municipal e entidades somarem esforços para resolver os problemas. Já passamos a fase de críticas e críticas, precisamos resolver. Para resolver precisamos que a ONG nos diga as necessidades dos cavalos e que os senhores devem falar a respeito das dificuldades enfrentadas para podermos ajudar.

Vamos fazer o relatório final, depois faremos algumas blitzs. Então, tudo o que vocês estão falando será cobrado, iremos fiscalizar os atos de vocês, somos pagos para isso. Precisamos da verdade. Conseguimos separar a CCZ da questão da proteção animal. CCZ é ótima em controle de zoonoses, em relação à proteção animal, desculpem-me, não é a área da CCZ, não devem cuidar disso.

Penso que iremos requerer a ata de compra da Covisa, que a secretaria faça o requerimento e encaminhe à Covisa, tanto por esta comissão como pela Comissão de Finanças. A Sra. Diretora do CCZ gostaria de falar mais a respeito de cavalos? Pois não, senhora.”

No lugar da Dra. Ana Cláudia, a Dra. Elisabete Aparecida da Silva pede para responder as questões levantadas pelo Presidente Roberto Trípoli: *“...meu nome é Elisabete, sou médica veterinária do Centro de Controle de Zoonoses. Gostaria de falar a respeito da referência, acredito que o Município de São Paulo tem muito a avançar, a Câmara Municipal de São Paulo tem ajudado muito.*

É importante deixarmos claro o que é o bem-estar animal, o que é zoonoses, porque a questão do risco à saúde a CCZ é referência e é referência em questão de equinos, inclusive porque temos um atendimento 24 horas para situações de animais que estão soltos em vias públicas.

Então, se acontecer de haver um animal às três horas da manhã na Marginal, temos um veterinário para fazer o atendimento que vai ao local para remover o animal ou fazer a eutanásia se for o caso. Desconheço que exista esse trabalho em qualquer outra cidade no País. Penso que devemos saber quais são as dificuldades, enfrentá-las e para isso o papel dos Srs. Vereadores é fundamental, mas também devemos reconhecer o que existe e que somente acontece no Município de São Paulo.

O encaminhamento dado aos animais, por exemplo, na questão da doação só existe no Município de São Paulo. Não podemos somente criticar, temos de enxergar os lados positivos que conseguimos construir em parceria.”

Presidente Roberto Trípoli: *“...quero só comentar o que a “Bete” colocou a respeito de São Paulo. Devo lembrar que Curitiba está crescendo muito. Fui fazer uma palestra lá e o Sr. Prefeito estava lançando ... E dizer que não é qualquer cidade que tem orçamento de 29 bilhões. Dizem que São Paulo faz tudo, o interior ...e mais um bilhão que a CPI do IPTU conseguiu. Então, são 30 bilhões. É muito dinheiro. O Município possui cinco bilhões reservados. Somos da Comissão de Finanças, portanto há dinheiro. Depende da vontade política. Estive com o Sr. Prefeito no lançamento e algumas entidades também compareceram. A minha fala foi a seguinte: o último Prefeito que se posicionou em relação à proteção à fauna foi Jânio Quadros – aliás, foi Eloá Quadros, sua esposa. Não sei se há alguém aqui da época que se recorda, mas a D. Eloá se pronunciou porque não queria doação para experimentos.*

Depois parou. Todos os demais Prefeitos que vieram nunca mais se pronunciaram a respeito. Portanto, o Sr. Prefeito Gilberto Kassab foi o único que reuniu, falou e parece-me que está com boa vontade. É claro que a máquina é viciada, travada, depende desse tipo de discussão para podermos empurrá-la. Estou animado com o que pode acontecer.

Porém, repito que 29 bilhões não é qualquer cidade que possui. Dinheiro nós temos e depende da nossa vontade política. Pergunto se há algo mais a acrescentar na questão dos cavalos, pois quero abordar rapidamente o tema dos domésticos, domesticados. A Sra. Sonia Fonseca quer fazer mais alguma colocação em relação aos animais de grande porte, pois quero passar para o bem estar do animal, aproveitando a presença da diretora do CCZ.”

A Dra. Ana Cláudia precisando se ausentar solicita do Presidente Roberto Trípoli a oportunidade de despedir e agradecer: *“...eu gostaria de agradecer o convite. Acho que eu não dependo de convocação para estar aqui, porque acredito no trabalho que estamos fazendo. Creio que essa intervenção da Câmara Municipal é uma das formas mais importantes que temos para viabilizar todo o trabalho que se espera que o Centro de Controle de Zoonoses realize. Não estamos falando apenas de grandes animais, de pequenos animais; estamos falando de saúde pública, e estamos falando de todas as espécies – domésticos, silvestres, domesticados, seja o que for. Lamento não termos chegando a um consenso em relação à pauta de hoje, especificamente em relação aos horários. Por isso, peço desculpa pela saída. Mas, em qualquer momento, estaremos à disposição para voltar a conversar a respeito. É interesse do Centro de Controle de Zoonoses, mais do que qualquer um, ter uma situação, na cidade de São Paulo, melhor do que a que temos hoje.*

Apesar do desconhecimento, apesar da falta de informação, apesar de uma série de fatores que a população, como um todo, apresenta, eu acho que nós temos condições de fazer com que haja um entendimento melhor de tudo isso. Cavalos não é para ser encontrado maltratado na rua, cachorro não é para ser abandonado. Não precisamos continuar como campeões em doenças de Terceiro Mundo, com pessoas morrendo de tuberculose, e campeões no ranking mundial de hanseníase. Temos um papel muito importante nisso.

Então nos cabe, sim, discutir, em qualquer momento, não apenas com a Câmara Municipal, mas com a sociedade civil, com as ONGs, com as instituições de ensino. Então estaremos na próxima quarta-feira, com toda a certeza, com toda a disposição para continuar essa discussão e buscar as melhores soluções. Muito obrigada.”

O Senhor Presidente Roberto Trípoli encerra os trabalhos e agradece a presença dos presentes: *“...muito obrigado pela participação, pela presença, pela sensibilidade e pela vontade de resolver os problemas. Muito obrigado a todos os presentes, e até a próxima quarta-feira, às 9h, na reunião extraordinária da Comissão. Estão encerrados os trabalhos.”*

12. Lei que proíbe carroças nas ruas não é cumprida

O Senhor Presidente Vereador Roberto Trípoli abre os trabalhos da reunião do dia 19 de agosto. *“...– Declaro aberta a 15ª reunião da Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos e Domesticados, Silvestres, Nativos, Exóticos com a População Humana e os Reflexos na Saúde Pública e o Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo. Hoje, temos como convidados os Srs.: Leonardo Fisher Peçanha, Subsecretário da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais do Município do Rio de Janeiro, porém, até o momento, ainda não chegou; Marco Antônio “Totó”, da Secretaria Especial do Rio de Janeiro; Dra. Inês Soares Romano, sempre presente, Diretora da Covisa; Dra. Ana Cláudia Furlan Mori, Gerente do CCZ; Dra. Rita de Cássia Garcia, Coordenadora do*

Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo

Probem; Dulce Lutfalla, Engenheira do CET, e que na última reunião, infelizmente, não compareceu.

Recebi um telefonema do Secretário e do Secretário Adjunto do CET, informando que, na verdade, havia um funcionário do CET, mas ele não se apresentou. E o pessoal do DSV, a Sra. Regina Macedo, o Sr. Reinaldo, e o Sr. José Luiz Nakama, Arquiteto do DSV. Estão presentes, também, as Sras. Sônia Fonseca; Cynthia Fonseca Menezes. Temos a presença dos nobres Vereadores Aurélio Miguel, Relator desta Comissão e Gilberto Natalini; Deputado Feliciano. Na última reunião, paramos com essa falha do CET. Então, vamos retomar essa questão dos cavalos, primeiro, de forma rápida, porque temos muito trabalho para discutir com o CCZ a respeito dos domésticos e domesticados, e do Projeto que o Exmo. Prefeito lançou e que já está em vigor há dois meses. Cynthia, paramos na questão do CET, que não estava presente, e as dificuldades de transporte, e a fiscalização. Você quer se pronunciar um pouco e, depois, ouvimos o CET? Ou, primeiro ouvimos o CET e você entra?"

A Senhora Cynthia Fonseca Menezes se manifesta: "... – Queria, antes, me pronunciar sobre um mal entendido que ocorreu na última sessão, nobre Vereador, para deixar algumas coisas esclarecidas. Sou coordenadora do Projeto Anjo dos Cavalos. Surgiu um mal entendido. Quanto à Faculdade FMU - que trata, agora, dos cavalos do Centro de Controle de Zoonoses -, a Faculdade, realmente, recebe todos, sem cobrar, e algum medicamento foi doado pela Ong. Nunca ninguém da Faculdade me ligou exigindo que pagasse por algum medicamento gasto.

Entrej, sim, com medicamento lá, mas sempre de forma voluntária, achando necessário de colaborar com a faculdade, haja vista a boa vontade deles, agindo como protetores e cuidando dos animais no CCZ. Surgiu um mal entendido também, uma vez que a Presidente do Fórum alegava que era gasto o dinheiro, que ela é que controla o dinheiro com rações no Centro de Controle de Zoonoses e alguns desconheciam que entrava ração. Então, trouxe as notas gastas, só esse ano, pela ONG, e o destino, esses gastos, da Loja de Agropecuária, para onde são entregues. Quando vou lá, quando compro a ração e onde mando entregar. E trouxe, também, as notas da internação dos cavalos, na USP. Como foi dito aqui, a USP me cobra, sim: cobra-me internação, medicamento, Raio-X, tudo. Então, trouxe para os senhores que tiverem interesse em ver.

Finalizada a manifestação da Sra. Cynthia Fonseca o Presidente Roberto Trípoli anuncia a presença da Dra. Inês Soares Romano e oferece a palavra: "...agradeço, mais uma vez, o convite. Registro a importância desta Comissão de Estudos para o serviço público e para o crescimento da vigilância e das ações que, até hoje, são desenvolvidas pelo CCZ; a criação do Programa de Bem-Estar, também, que acabou acontecendo no meio desta Comissão de Estudos. Infelizmente, precisarei ausentar-me – o que já havia comentado com os nobres Vereadores – porque fui convocada, emergencialmente, para uma reunião. Temos uma epidemia de gripe suína na cidade – da Influenza A H1N1 – e têm algumas ações. Hoje, saiu no Diário Oficial, também, uma portaria intersecretarial estabelecendo recomendações para as gestantes.

Então, têm uma série de ações, de ordem prática, que precisamos adotar.

Enfim, estou saindo, mas estou deixando, mais ou menos, 15 técnicos nossos, entre gerentes, assistentes técnicos. A Dra. Regiane é minha assistente direta; a Lan é Gerente de Administração e Finanças; a Rita é a coordenadora do Programa de Bem-Estar; a Ana Cláudia, é Gerente do Centro de Controle de Zoonoses e a Sandra é a Assistente dela; e mais toda a equipe que os senhores já conhecem. Todos estão prontos para responder as perguntas. Teremos duas apresentações preparadas pela Ana Cláudia e pela Rita, que mostrarão, um pouco, o trabalho que está sendo desenvolvido e o quanto temos de fazer.

Enfim, agradeço e peço desculpas mais uma vez e estamos à disposição. Muito obrigada.

Em seguida o Presidente Roberto Trípoli se manifesta: “...em nome da Comissão, agradeço a Dra. por estar sempre presente a todas as reuniões. Aproveito para requerer as respostas. Fizemos vários requerimentos à Covisa. Conversei, até, com o Sr. Secretário do Governo porque, para que o nobre Vereador Aurélio Miguel possa fechar o relatório final, ele precisa dessas respostas. Os números estão muito...”

A resposta da Coordenadora da COVISA Dr. Inês para o Presidente Trípoli: “...recebi um último, agora, dia 13 – semana passada – e que, ontem, à noite, ainda estávamos repassando. Acredito que não temos pendências. Ana Cláudia, Rita, já foi tudo, né? Acho que não temos pendências. Talvez, não tenha chegado alguma coisa aqui. Mas não temos pendências de ofício lá, não?”

O Presidente Roberto Trípoli: “...Certo! Peço à Assessoria, então, que tire cópia de todos os requerimentos enviados ao Secretário de Governo e passe para a Diretora da Covisa. É que terminamos essa reunião e, a partir daí, o nobre Vereador Aurélio Miguel terá 15 dias, ou um mês, para poder fechar, e, sem essas informações, fica um vazio no espaço. Muito obrigado pela participação. Engenheira Dulce, conte para nós e não esconda nada, o que acontece com a CET e os cavalos e animais de grande porte? Como é que vocês estão com equipamento, caminhões? Tem a palavra, a Sra. Dulce.”

A Senhora Dulce Lutfalla: “... só fazendo um reparo, sou Arquiteta. Tivemos um mal entendido, na semana passada. O representante da CET não se pronunciou. Sabemos que o Presidente da CET também é o Secretário de Transportes. Por isso, houve esse mal entendido.

Como o Arquiteto Nakama colocou aqui, na semana passada, a Comissão da Secretaria de Transportes e da Secretaria de Saúde, não estava se reunindo. Então, os estudos estão sendo retomados agora. O Sr. Secretário está recompondo a Comissão e os estudos estão sendo retomados. É isso que tenho para dizer para o senhor neste momento.

O Presidente Roberto Trípoli faz perguntas para a arquiteta Dulce da CET que se referem aos dados da Secretaria dos Transportes sobre animais de grande porte recolhidos nas ruas da cidade que estejam em situação de abandono ou de maus-tratos. Solicita números e se as Secretarias estão trabalhando em conjunto no cumprimento da Lei Municipal.

A arquiteta Dulce responde que a Lei Municipal de autoria do Vereador Roberto Trípoli, 14.146/06 foi regulamentada por um Decreto que criou uma comissão e que essa comissão não estava com seus trabalhos em andamento, que as pessoas que participam da comissão estão afastadas da Secretaria de Transportes. O Presidente Trípoli questiona se ninguém foi indicado para a comissão e a arquiteta Dulce responde: *“...então, em nome da CET, tenho dificuldade para responder, porque a Secretaria de Transporte, que é a responsável, estava até aquele momento com o DSV. Agora o Secretário e Presidente da CET está recompondo essa Comissão, que vai retomar...”*

O Presidente Trípoli pergunta ao Senhor José Luiz Nakama se poderia ajudar com informações mais objetivas sobre a comissão que deveria estar trabalhando para o cumprimento a Lei e o Sr. José Nakama responde prontamente: *“...como a arquiteta Dulce estava dizendo, essa Comissão foi nomeada pelo Prefeito e há dois membros da área de transportes e dois da área da saúde. Parece-me que os dois membros da Saúde também já não fazem mais parte dos quadros da Prefeitura. No caso da funcionária dos Transportes, ela está em licença sem vencimentos. O Secretário já indicou a arquiteta Dulce para fazer parte dessa Comissão, e agora temos de encaminhar uma proposta para o Prefeito; ficará faltando apenas a proposta da Saúde.”*

A Dra. Ana Cláudia questionada sobre a formação da nova comissão e que a Secretaria da Saúde é membro, se pode esclarecer porque não estão trabalhando? A Dra. Ana Cláudia responde: *“... na verdade, tivemos conhecimento dessa composição na quarta-feira passada, quando nós, eu e o Engenheiro Nakama, identificamos que os dois integrantes da Comissão não estão mais no CCZ. Então, a princípio, a nossa sugestão para os novos integrantes da Comissão é de duas pessoas que hoje trabalham no CCZ. Agora, eu preciso também dessa informação e dessa aprovação da Covisa para indicá-los.”*

Presidente Roberto Trípoli: *“...sugiro a vocês que entrem em acordo com os Secretários devidos para que essa Comissão possa voltar a se reunir, porque, se o Relator não tiver informação do funcionamento dessa Comissão, ele vai ter de relatar que o Governo do Estado não tem interesse nenhum nisso. Não estou culpando vocês funcionários, só que foi feita uma nova legislação e não há a Comissão para nos fornecer dados e informações, por exemplos, de acidentes que ocorreram em São Paulo envolvendo animais de grande porte, sobre o número de apreensões, etc. Não sabemos das dificuldades que o DSV e que a CET enfrentam por conta de falta de dados. Quero ouvir agora a Dra. Sonia Fonseca mantenedora do Projeto Anjo dos Cavalos.”*

Dra. Sônia Fonseca: *“...ressalto que, pela Lei 14.146, os animais de maneira alguma podem transitar em zona urbana na cidade de São Paulo. No entanto, carroças são vistas transitando livremente da periferia para o Centro. Não se tem como recorrer, porque como uma pessoa pode deter uma carroça? Eu mesma já tive problemas deste tipo: coloquei meu carro na frente de uma carroça e houve confronto com o carroceiro; chamei o 190, que demorou a chegar. Enfim, penso que a Comissão tem de dar prioridade a esse tipo de problema.*

Em relação ao trânsito, para qualquer infração ou desacordo, existe punição. Agora, para carroceiro, o problema social sempre é lembrado e nada é feito. Até entendo que exista uma dificuldade de esclarecimento, mas, de qualquer forma, medidas punitivas devem ser tomadas, sim; alguma coisa deve ser feita para coibir isso. Sugiro que sejam feitas blitzes nos pontos estratégicos da periferia, de onde saem as carroças; enfim, alguma providência positiva tem de ser adotada.”

Manifesta-se o Vereador Aurélio Miguel: “...causa-me estranheza, porque foi criada uma Comissão que até hoje não se reuniu. Quer dizer, para que serve, então, essa Comissão? Esse fato só mostra o descaso que há em relação a esse assunto. Os senhores não são culpados, porque, na verdade, esta é a política do Governo: não há política alguma em relação ao assunto que estamos tratando. Então, temos de cobrar, Vereador Tripoli. Nós já colocamos recursos; então, temos de fiscalizar, porque é só dessa forma que eles entendem. Infelizmente, há os representantes da CET e da Covisa, mas eles nunca se reuniram, e dessa forma não se chega a lugar nenhum. Vamos fazer um requerimento para cobrar do Secretário do Transporte e do da Saúde explicações sobre o porquê de não estarem cumprindo o decreto do Prefeito.”

O Presidente Roberto Trípoli pede que a Dra. Rita de Cássia Garcia venha à frente para iniciar sua apresentação. *“...chegou o seu momento de apanhar um pouco aqui da proteção. Há um lugar na ponta, com o microfone, que começaremos a debater. Bom, vamos começar com uma apresentação, não? Há outra apresentação dos dados? Tem? Já está no ponto? Ouviremos a Secretaria, o CCZ, o PROBEM, e depois faremos um debate como costumamos fazer, por que há dois meses já foi feito o anúncio e parece que nem tudo está andando de acordo. Identifique-se e fique à vontade, da mesma forma como foi ontem, por favor.”*

13. CCZ: muitos números alarmantes sobre o abandono e novas promessas

A Dra. Rita de Cássia Garcia se apresenta, mas quem fala em nome do CCZ e do Programa de Bem-Estar Animal é a Dra. Ana Cláudia Furlan Mori que inicia sua apresentação: *“...bom dia a todos. Tentarei agora coordenar o microfone e controle, se alguma coisa falhar, peço desculpas. A Imagem exibida em tela de projeção. Para começar a falar um pouco sobre cães e gatos não só na cidade de São Paulo, mas a realidade que se vive hoje, acho importante falar um pouco sobre a relação homem-animal, homem-cão e gato, porque existe uma série de interferências, uma série de relações.*

Há a relação harmoniosa onde homens e animais convivem com benefícios da relação para os dois, há a relação da guarda irresponsável. Essa é uma realidade que nós verificamos todos os dias, animais que são deixados em parques, ruas, escolas,

em unidades de saúde, sem a responsabilidade do que vai acontecer com esses animais em seguida.

As relações onde não há respeito, onde os sentimentos envolvidos nem sempre são aquilo que nós gostaríamos que fosse. O que verificamos é o desrespeito, o ódio, animais maltratando animais, homens maltratando crianças, quer dizer, é uma situação conflituosa. Há algumas relações equivocadas, também, a tentativa de humanização dos animais é outro fator que compromete, cada um deve ter o seu papel. A relação de medo que independe da vontade, é uma questão que ultrapassa, mas que, de qualquer maneira acaba provocando acidentes e agressões. Essa pessoa com medo do animal solto na rua, que não tenha um proprietário, que não tenha alguém se responsabilizando por ele, também, acaba sendo agredido, acaba provocando alguma forma de acidente.

A indiferença, tanto faz o que está acontecendo no Planeta, se importa ou se não importa quem é ou como vive esse animal. Há algumas relações que preocupam, que é a questão do apego exagerado, algum sentimento de que fazer o melhor, tentar resgatar todos esses animais e esse limite acaba ficando tênue, até onde se pode ir? Às vezes há situações que ultrapassam esse limite. Isso aqui é uma fotografia de uma vistoria zoonosológica que fizemos, essa é uma realidade que encontramos em várias situações na Cidade.

E, de fato, quem pode intervir nessa relação? Em primeiro lugar é a sociedade civil que é quem identifica, quem vê antes de qualquer um e que, muitas vezes, também, propõe sugestões e soluções para muitos casos. Os protetores independentes, essas pessoas todas quando se juntam e compõem as ONGs, as OSCIPs e o Poder Público, com toda certeza, quando regulamenta leis, que normatizam, que faz com que algumas situações, como as que já foram apresentadas hoje, como deve e como não deve ser feito. Há o Poder Público atuando onde tem de atuar. As ações intersecretariais e intersetoriais, sem sombra de dúvida. Não se fala de um problema com uma solução simples, qualquer solução depende de todos esses setores envolvidos.

Não só entre secretarias, mas entre setor público, privado, entre a sociedade, entre as instituições todas. Quando falamos em parceria, falamos com as universidades, com os conselhos de classe, com associações de bairro, com todo mundo que acaba, de uma forma ou de outra, se envolvendo nisso. E das instituições legalmente constituídas, hoje o foco, é falarmos do que o Centro de Controle de Zoonoses vem fazendo.

Já falamos sobre isso na semana passada, mas é sempre importante falar do papel do CCZ, do papel da saúde pública, das ações de prevenção e controle de doenças, da educação, do controle ambiental. Em 73, quando foi criado, principalmente para trabalhar o controle da raiva, as ferramentas que existiam na época eram as que podiam ser utilizadas.

Havia uma realidade, uma doença acontecendo no Município e que precisava de medidas. Então, elas foram tomadas e o que se verifica é que, com o passar dos anos, as legislações vieram regulamentar algumas dessas situações. Então, em 87,

como já foi dito na semana passada, época do Governo do Sr. Jânio Quadros, foi onde começou a falar em preocupação com população de animais, em proteção. A Lei 10.309 regulamenta a criação de cães e gatos. Em 2001, muito tempo depois, volta a se falar sobre isso, e com a Lei 13.131, também começa a disciplinar essa criação.

Em 2001, a Portaria 4.550 institui o PSA – Programa de Saúde Animal, onde os pilares principais desse programa era um registro e identificação, a educação, a legislação, adoção e esterilização. A partir de 2001, o CCZ começa a fazer as castrações e os encaminhamentos para adoção desses animais. Em 2003, a Lei Estadual 11.531, estabelece as regras de segurança para posse e condução de animais nas ruas.

Começa a se falar em obrigatoriedade de guia, coleira e focinheira. Em 2004, a Lei Municipal 13.725, institui o Código Sanitário do Município que, novamente, entre todas as atribuições também regula essa situação. Em 2004, também, uma Lei Municipal que proíbe a entrega dos animais do CCZ, que são recolhidos para doação, a instituições de ensino e de pesquisas. Em 2007, a Lei Municipal, 14.483/07 regula a criação e comércio varejista de cães e gatos e, em 2008, a Lei Estadual 12.916, vem atuar de forma mais forte nesse aspecto do controle de reprodução de cães e gatos, onde se proíbe a eutanásia de animais sadios.

Temos, a partir dessa legislação, uma nova realidade, em cima dessa realidade todos os conflitos que foram gerados a partir daí, porque é o momento de reaprender. Mostramos um pouco o que é a atuação do CCZ. Uma das atividades é campanha de vacinação contra a raiva que é feita todos os anos, este ano ela terminou domingo passado, dia dezesseis, com um total de um milhão 103 mil e 530 animais vacinados e a campanha acabou sendo prorrogada até o dia 31 de agosto em nove postos fixos na cidade para tentar oferecer esse serviço a quem ainda não havia levado esses animais para serem vacinados. Acho que uma informação legal que a gente identifica aqui nesta história é o número de gatos vacinados. Ele vem num crescente, nós fizemos um trabalho forte na Supervisão de Vigilância e Saúde, na comunicação, enfatizando a necessidade de se vacinar gatos também, pois houve um crescimento nos três últimos anos, e se verifica que foi de 173 para, hoje, 221 mil gatos vacinados.

Na Educação existe o projeto “Para viver de bem com os bichos”, nós chamamos de PVDB, que é um projeto feito com as escolas, com os educadores. Na verdade o foco principal vem sendo as escolas municipais, mas também já com algumas participações de escolas estaduais e particulares, mas o que é importante frisar nisso aqui, hoje, é que 1724 escolas já participaram deste projeto há em média dois educadores trabalhando em cada uma destas instituições.

É uma adesão voluntária dessas escolas, não é um programa da Secretaria da Educação, não é um programa oficial das escolas. É um projeto que depende muito do empenho da equipe de educação do CCZ. Ele vem sendo desenvolvido e acreditamos que a melhoria da parceria possa trazer resultados mais efetivos ainda. A esterilização. De 2001 até 2008 foram castrados aproximadamente 170 mil animais.

A partir de dezembro de 2008 foram feitos novos contratos com clínicas veterinárias e novos convênios com algumas ONGs e a partir de alguns estudos de critérios epidemiológicos foram identificadas as áreas mais críticas da cidade. Foram levadas em consideração vários fatores como número de agressões, número de solicitações de remoção de animais, IDH e população e se chegou a esta identidade que não é desconhecida para ninguém, estamos falando que as áreas mais pobres do município são carentes de serviço e deste também. Essas áreas que estão identificadas em escuro são as áreas onde os mutirões estão acontecendo. De dezembro de 2008, já foram castrados em mutirões 9703 animais. O que conseguimos identificar? Hoje, até julho já são mais de 21 mil animais castrados por clínicas e por ONGs, nas ONGs os critérios definidos são estes critérios epidemiológicos que o CCZ faz a identificação das áreas e as ONGs vão até elas.

Anteriormente o trabalho era feito mais próximo das áreas onde as ONGs atuavam, mudando um pouco o perfil e as clínicas. Os proprietários vão até o CCZ, fazem o RGA gratuitamente e se cadastram, recebem uma guia e vão até uma das cinco clínicas contratadas para agendar a cirurgia. O que verificamos aqui é o perfil da população. Quem mais é castrado? Na cidade de São Paulo estamos falando de cães e, em cães, estamos falando de fêmeas. Existe uma questão cultural ainda muito forte, uma refratariedade(?) de se castrar machos. Isso é visível para todo mundo.

O que verificamos é que em dezembro, que foi o primeiro mês do convênio, foram feitas 627 castrações num total de investimentos de quase 40 mil reais. Em junho nós passamos a castrar 3126 animais num montante de 189 mil reais. O que significa que nesse mês de junho ele mostrou a capacidade praticamente total de atendimento destas instituições tanto ONGs quanto clínica nas capacidades dos contratos.

Em setembro sai o aditamento máximo permitido pela legislação de 25% para cada um destes contratos e convênios, respeitando sempre a capacidade operacional. Todos os parceiros foram consultados e identificados para saber se teriam capacidade de ampliar os serviços também neste montante.

Para setembro, estamos falando de 3900 animais aproximadamente, digo aproximadamente, porque estes números - estamos fazendo a conta em cima do perfil do que estamos castrando -, é por percentual de cão, de machos, de fêmeas, de gatos, porque os valores são diferentes, então, os valores aproximados estão aqui. Este aditamento do contrato e o edital, que já saiu para a clínica na semana passada, para ONG deve sair, se não saiu ainda hoje sai esta semana, acreditamos num acréscimo de 125% de capacidade operacional de castração de animais no município o que sealaria, então, num montante de 472 mil reais. Numa projeção de 12 meses estamos falando num investimento de cinco milhões e 670 mil reais. Solicitação de remoção. Acho que este é um ponto muito delicado porque aqui estamos mostrando as solicitações feitas via Saque, sistema de atendimento ao cidadão via telefone 156 ou página da Prefeitura, que é uma forma de registro destes números. Não significa que é a única via de solicitação, temos a solicitação de remoção judiciais por outras secretarias, via ofício, então, tem outras formas de entrada também. Quando falamos em Saque, animais soltos em via pública, este é um número muito alto. É importante a gente lembrar que uma solicitação não significa um animal.

Atuação do CCZ:

✓ Animais agressores / acidentados

Solicitações via SAC/156 para remoção de animais, 2004 a 2009*

Espécie	Assunto	Ano						total
		2004	2005	2006	2007	2008	2009*	
Cão	Solto em via pública	2356	12718	12986	13452	14701	6885	63098
	Agressivos / Agressores	2207	8295	7173	7499	9003	4351	38528
	Atropelado/Acidentado	534	2793	2824	3809	5962	3154	19076
	Invadiu o local	396	2166	2135	2301	2597	1208	10803
	Cão encontrado com RGA	84	330	141	162	78	47	842
Total		5577	26302	25259	27223	32341	15645	132347
Gato	Invadiu o local	170	659	628	701	965	455	3578
	Agressores	80	262	220	222	282	115	1181
	Atropelado/Acidentado	60	216	198	299	433	249	1455
	Gato encontrado com RGA	8	48	14	18	17	8	113
	Total		318	1185	1060	1240	1697	827

2009* Atualizado até Junho

Fonte: SAC/156



Nós recebemos solicitações de remoção onde na propriedade há 30, 40, 10. Este mês tivemos 54 animais removidos judicialmente de uma única propriedade. Esse número de solicitações é multiplicado por muito quando falamos de número de animais. O primeiro lugar na série histórica, 2009 até julho, quase sete mil solicitações de animais soltos em via pública, animais agressivos ou agressores, mais de quatro mil, atropelados mais de três mil. É evidente a origem de todo este problema: é abandono. Não dá para pensarmos em outra possibilidade, se não há abandono você diminui o número de agressões, acidentes, atropelamentos e necessidade de adoção. É um efeito cascata, não dá para pensar em outra ação se não for no começo do problema. Em gatos apesar de ser um número menor, temos também um número significativo. A diferença entre número de solicitações e atendimento na remoção - acho que isso é uma coisa importante - é um gargalo, uma dificuldade. Temos a remoção programada, recepção, os animais que chegam diretamente no CCZ e as remoções de urgência, os animais que invadiram uma escola, invadiram uma unidade, agrediram alguém, são várias entradas destes animais também. Em 2009 mais de 2500 cães e 500 gatos foram removidos.

Atuação do CCZ:

✓ Atendimentos de remoção de cães e gatos

ENTRADA		2004	2005	2006	2007	2008	2009*
		Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
CÃES	Remoção Programada	12039	7675	5430	6651	1763	644
	Recepção/Plantão	3637	2985	2955	3356	1984	974
	Remoção de Urgência	5421	4354	3799	5721	3067	925
	Total Cães	21097	15014	12184	15728	6814	2543
GATOS	Remoção Programada	460	779	625	602	842	399
	Recepção/Plantão	536	288	296	219	82	74
	Remoção de Urgência	344	68	93	200	172	30
	Total Gatos	1340	1135	1014	1021	1096	503

Dados até julho/2009

Fonte: SMS/COVISA/CCZ

Capacidade de alojamento

	tipo	nº de animais
Canil	individual	134
	coletivo	380
	total	514
Gatil	observação	10
	adoção	30
	total	40



O que significa isso? Significa um problema muito sério. Quando falamos de capacidade de alojamento, número de canis disponíveis que temos no CCZ, não chega a 660. O que acabamos vendo, o destino dos animais, é que entram dois mil e quinhentos a três mil e sai para a adoção 300 cães ou gatos. Esses animais só vão sair do CCZ pela adoção, pelo advento natural da morte, por algum motivo de doença ou por eutanásia. É um funil, temos um estreitamento muito grande, uma diferença muito grande de entrada e saída. E o que acontece? Temos de pensar em como atender isso e esta é uma dificuldade muito séria e alguma coisa muito próxima do que acontece quando vemos as reportagens dos PSs, o médico tendo que fazer a opção por quem vai ser atendido, quem vai ficar na maca ou no corredor, na espera, por que é isso que acontece. A gente não tem como atender toda a demanda de solicitação. O que a gente faz, na verdade, é priorização de risco, é o animal que agride, que invade, tentando preservar a vida destas pessoas, esses animais que precisam ir para a observação, então, precisamos dos canis individuais para isso. Quando falamos de canil individual, são 134 canis. Se olharmos os números de solicitações de animais agressores que deveriam passar por observação, acaba gerando uma demanda reprimida altíssima e isso é realidade.

Atuação do CCZ:

✓ Vistorias Zoonosológicas

Solicitações de vistorias recebidas, 2004 a 2009*, segundo Coordenadoria Regional de Saúde do Município de São Paulo.

Coordenadorias	2009*	2008	2007	2006	2005	2004	total
Centro oeste	758	978	901	784	702	104	4227
Leste	1873	2460	2347	1931	1527	248	10386
Norte	1349	1745	1776	1682	1475	193	8220
Sudeste	780	884	951	902	701	111	4329
Sul	1145	1282	1355	1077	909	156	5924
Total	5905	7351	7330	6376	5314	812	33088

*Dados até julho 2009

Fonte: SAC/ 156



Vistorias ou sanitárias. Recebemos solicitações de vistorias ou sanitárias para cães e gatos não somente no CCZ, isso já é uma atividade descentralizada, então, as 25 supervisões de vigilância em saúde também realizam esta atividade e quando da necessidade o CCZ atua junto, os veterinários do setor de vistoria acompanham e dão o respaldo nessas vistorias.

Aqui nós estamos falando de vistorias por maus-tratos, por condições inadequadas, por falta de higiene, por excesso de população, há uma série de fatores. Em 2009 ocorreram quase seis mil solicitações de vistoria, destas a Leste possui quase dois, então, é bastante compatível esse número com a necessidade identificada quando se realizam os mutirões, são as áreas que são populosas, não somente com pessoas, mas também em relação aos animais.

Qual é o cenário que enfrentamos atualmente? Seria muito simplista falar que se resume a um slide, seria simplista falar que a solução também está num outro slide, que é só copiar e colar e ir colocando resposta embaixo de cada linha. Eu acho que é bem mais que isso.




A realidade é que há uma alta demanda de animais para remoção, e os números estão aí. O grande número de animais abandonados nas ruas a cada dia fica mais evidente, todo mundo tem essa clareza. Esses animais estão entrando nas estações de metrô, nas estações de ônibus; estão invadindo os parques, as pessoas acabam alimentando-os e aí eles acabam ficando, formando matilhas, e acabam agredindo. É uma agressão de matilha, como todos sabem, é muito mais séria do que uma agressão individual. A problemática de se ter uma matilha dentro de um parque onde há animais silvestres, preservação de fauna, é complicada. Não são ações que serão resolvidas de uma hora para outra, porque temos demanda todos os dias. Há dificuldades de ressocialização, muitas vezes, desses animais.

Atuação do CCZ:

✓ Destino dos cães e gatos que chegam ao CCZ

DESTINAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	
CÃES	EUTANÁSIA	17985	7261	10544	14020	5295	1828
	RESGATE	540	390	676	842	227	62
	ADOÇÃO/DOAÇÃO	537	531	431	398	551	303
	ÓBITO	371	312	236	224	204	132
	Total Cães	19433	8494	11887	15484	6277	2325
GATOS	EUTANÁSIA	622	463	364	393	215	77
	RESGATE	68	60	63	30	33	8
	ADOÇÃO/DOAÇÃO	300	313	490	383	532	319
	ÓBITO	56	115	142	123	59	32
	Total Gatos	1046	951	1059	929	839	436

Fonte: SMS/COVISA/CCZ



Então, a Lei Estadual de 2008 dispõe que apenas os animais agressores que não tiverem condições de serem ressocializados podem ser “eutanasiados”. Essa é uma grande dificuldade, porque o número de animais é muito grande, então tem de ser feita uma avaliação de todos, e nem todos acabam passando por nós, não temos essa capacidade de atendimento. Vários colegas que estão presentes sempre perguntam “você gosta de pit bull?”, “você tem algum problema com pit bull?”, porque todo mundo tem. Havia um pit bull que foi adotado recentemente e, a meu ver, ele tinha um problema seriíssimo de comportamento, pois tinha certeza de que era um poodle, então, quando alguém brincava com ele, já se jogava e virava a barriga para cima. Quer dizer, é estigma, mas existem animais agressores e agressivos sim, que não são somente pit bulls. Sempre digo: se tem dente, então pode morder, pode agredir, principalmente em uma situação de fome, de estresse. Esse número de animais é grande, há baixa procura de adoção. Os números estão mostrando que menos de 10% dos animais que entram, acabam tendo como destino a adoção, apesar de todos os esforços que vêm sendo feitos. Alguns colegas que trabalham conosco no trabalho voluntário sabem que o perfil do animal a ser adotado nem sempre é compatível com o perfil do adotante. Quando recebemos filhotes bonitinhos, peludinhos, é fácil, ele é adotado muito rápido; se for semelhante a alguma raça bonitinha, ele sai logo. E todos os outros que temos lá? Eles ficam. Há animais que estão no CCZ há mais de um ano. É um desafio de cuidar desses animais, e houve uma mudança brusca, abrupta, em abril de 2008. Antes disso, o destino dos animais era outro, o tempo de permanência era outro, o alojamento era outro. A capacidade de alojamento limitada faz com que tudo seja muito mais difícil do que gostaríamos que fosse. E aí temos de falar em possibilidades, porque acreditamos que soluções podem ser criadas. Então, foi lançado o Probem – Programa de Bem Estar Animal. A Dra. Rita detalhará mais esse programa em seguida. A origem da maioria desses problemas é o abandono, então saiu uma campanha na mídia de incentivo ao não-abandono, e ainda está circulando, e estamos nos esforçando para que realmente esse seja o mote do trabalho: o não abandono; o aumento da capacidade da esterilização gratuita, com o aditamento de contratos, novos editais.

Cenário Atual do CCZ:

- ✓ Alta demanda da população para remoção de cães agressivos/agressores, em especial nas áreas de risco como escolas, hospitais, parques etc;
- ✓ Grande número de animais abandonados em toda cidade;
- ✓ Remoção de cães e gatos por ordem judicial;
- ✓ Locais de aglomeração de pessoas como estações de metrô, rodoviária, parques com grande nº de cães abandonados e presença de condições propiciantes;
- ✓ Dificuldade de ressocialização de animais agressores/agressivos;
- ✓ Baixa procura pela adoção;
- ✓ Perfil dos animais para adoção incompatível com o perfil desejado pela maioria das pessoas;
- ✓ Desafio de cuidar dos animais alojados (alojamento, alimentação, medicamentos, manejo etc).
- ✓ Capacidade de alojamento limitada.



Sobre a efetivação de profissionais, houve a primeira chamada para o concurso de biólogos e médicos veterinários. Ainda há algumas áreas em aberto, nem todas as Subprefeituras foram escolhidas, então, haverá nova chamada. Das 84 vagas disponíveis, 15 ainda estão abertas.

E também ficamos muito felizes porque na semana passada saiu o edital autorizando a contratação de 1,5 mil agentes de apoio e de zoonoses. Essa foi a demanda que trouxemos aqui, quando isso ainda não tinha acontecido. A obra de um dos laboratórios já está em andamento. A reforma do Lab-Fauna também já está prevista com término para dezembro, se não me engano, e tem mais para frente. A adequação dos canis e gatis é uma dificuldade muito grande.

A idéia era que começássemos a trabalhar na adequação dos canis individuais, tentando transformar cada dois canis em um, mas 134 canis estão com animal dentro e não se pode quebrar uma parede de um canil com animal dentro, não há possibilidade de reformar um local sem tirar o animal de lá. Se ninguém conseguir um alojamento, um outro destino, ou se alguém pudesse fazer a adoção, enfim, porque hoje não conseguimos atender nem a urgência.

Então, como reformar se tem cachorro lá dentro? Existe uma ala onde há uma área construída com um alambrado, e o que estamos conseguindo fazer não é solução, mas é possibilidade: os animais dos canis individuais vão saindo para essa área de solários de 30 a 40 minutos por dia, mas são poucos os animais que podem sair diariamente. Já conseguimos com a verba de adiantamento a solicitação do material de construção para ampliação dessa área e a divisão. Então haverá pelo menos quatro solários, para que esses animais possam sair pelo menos com mais frequência.

Não é a melhor solução, mas haverá animais por mais tempo exercitando-se e tomando sol, porque ainda não conseguimos encontrar uma forma de reformar os canis. Também haverá a contratação de um consultor, um especialista em

comportamento animal, que fará um trabalho junto ao CCZ. O Probem já está dando andamento nesse processo.

A construção do núcleo central do Probem na área do CCZ também já está em andamento. O redimensionamento do sistema de telefonia já está resolvido. No ano passado, houve um problema muito sério: o CCZ ficou praticamente incomunicável, pois havia apenas cinco ou seis linhas telefônicas para a instituição inteira. Hoje isso já está resolvido. Para a área de informática, também já foram comprados equipamentos de tecnologia.

O trabalho voluntário é um grande passo nessa nova etapa do Centro de Controle de Zoonoses. Ele começou numa disparada e hoje estamos apreendendo a readequar as coisas da melhor forma para os voluntários, para o CCZ e para os animais, porque para tudo tem de haver regra, e para o trabalho voluntário não é diferente.

Já fomos premiados pelo trabalho voluntário nos serviços de saúde na cidade de São Paulo na categoria inovação. O CCZ começou um trabalho que acredito ser bastante sério, que ainda tem muito a desenvolver. O trabalho do banho e tosa com a natureza em forma vem dando uma qualidade de vida para esses animais, vem tentando trabalhar a melhoria dos animais para adoção. Os profissionais vão ao CCZ nas sextas e nos sábados e esses animais acabam sendo mais bem apresentados, eles acabam sendo manipulados com mais frequência, recebendo esse carinho e a facilidade do contato com as pessoas fora do CCZ. Então é muito forte a presença e o sentimento de todos os que trabalham lá.

A feira externa de adoção: já tivemos um primeiro piloto também com a natureza em forma num desenho que foi feito para expressar como era a melhor maneira de operacionalizar isso, porque existem vários desenhos para essas feiras, mas esse foi o primeiro em que os animais saem do CCZ no sábado de manhã e não retornam, eles ficam no Casarão da Paulista até serem adotados, o que é um benefício muito grande para esses animais.

Isso vem acontecendo há quatro semanas e vem dando muito certo. Há um outro formato também já sendo desenhado. Quer dizer, as propostas estão aparecendo e estamos tentando trabalhar com elas. É muito rico questionar “como fazer?”. A Dra. Rita trouxe a demanda da ONG para fazer a feira, nós sentamos com a feira e viabilizamos o operacional: quem entra, quem sai, quando sai, quem transporta, quem carrega, que dia pega, que dia identifica, que documento leva. Ficou tudo ajustado, porque foi sentado, foi discutido, foi visto, e isso funciona.

É piloto, é pequeno? Sim, mas se tivermos que fazer isso, já está pronto. Educação permanente em serviço é outra preocupação nossa. Já falei bastante sobre isso, mas a realidade hoje é outra dentro do CCZ: há animais que estão lá e não sairão, a não ser que seja por adoção ou por outros critérios que já foram ditos.

Então, eles terão de permanecer lá e deverão ter uma qualidade de vida, necessitarão de atendimento. Portanto, estamos trabalhando na capacitação desses novos profissionais, para que priorizem o bem estar animal, porque mais do que pensar, temos de agir. Esse deve ser o conceito de cada um dos profissionais que

trabalham lá dentro. O nosso esforço diário é para que não haja um grupo a favor, um grupo contra, estamos tentando trabalhar um conceito para todos. A dificuldade existirá sempre, essa é a realidade. Foram 35 anos fazendo diferente. Nenhuma mudança é simples, é rápida, mas estamos aqui para provar que ela é possível. Foi um orgulho para quem estava presente realizar esse trabalho. Foi gostoso receber a premiação por algo que está apenas começando e sabemos que tem muito a corrigir. Está aqui, vale e é possível.

Processos em andamento:

✓ **Obras/Reformas**

Obras/Reformas	Processo	Valor	Posição	Previsão
Ampliação do LabZoo	2008.0.219.036-3	475.665,64	Em curso	Término em Set 09
Reforma LabFauna	2009.0.154.857-6	147.261,92	Reserva de Recurso	Término em Dez 09
Núcleo Probem	2009.0.160.480-8	2.326.523,06	Correção do Decreto de Emenda Parlamentar	Término 2010
CCZ's Regionais	PPA 2010-2013	10.000.000,00	1/ano (2.500.000,00)	




Quanto aos processos, é importante dizer que estamos fazendo um trabalho muito forte com relação à logística dos processos de trabalho, de compra, que envolvem toda a estrutura do Centro de Controle de Zoonoses, da Coordenação de Vigilância em Saúde. Quanto à compra de medicamentos, - desculpem se não souber corretamente as terminologias dos processos – observamos que os processos estão em andamento.

Processos em andamento:

✓ **Medicamentos**

PRODUTOS	PROCESSO	POSIÇÃO
Metronidazol	2009.0.067.180-3	ENTREGUE 17/04
Acepromazina 0,2	2009.0.116.604-5	ENTREGUE
Associação de Sulfametazol+Trimetropina	2009.0.138.620-7	ENTREGUE
Itraconazol	2009.0.138.611-8	ENTREGUE
Doxiciclina	2009.0.137.307-5-0	PROBLEMA ATA DE RP
Tiopental	2009.0.157.376-7	ENTREGUE
Clordrato de Petidina	2009.0.186.613-7	ENTREGUE
Medicamentos veterinários diversos	2009.0.230.249-0	AGUARDANDO RESERVA
Mebendazol	em autuação	Ata de RP



Quanto à doxiciclina houve um problema na Ata de registro de preço, RP. É um problema fiscal com a empresa que estava apresentando o preço. Já existe outra empresa para participar da comercialização dessa Ata. Vários medicamentos estão aguardando reserva, principalmente, endo e ecto parasiticidas. Na alimentação, temos ração para cães, adulto e filhote, já empenhado. São 24.300 quilos que serão entregues de forma fracionada e uma compra que garanta a ração desses animais, até o final do ano.

Processos em andamento:

✓ Alimentação

Produto	CMM	Processo	Posição Compra
Ração cães adultos	4.000 Kg	Ata de R.P.	Empenhado / 24.300 kg
Ração cães filhotes	240 Kg	Ata de R.P.	Empenhado/ 1440 kg
Ração úmida cães	63 lt	Proc.2009.0.161.745-4	Em fase de agendamento P.E.
Ração gatos adultos	200 Kg	Proc.2009.0.161.745-4	Em fase de agendamento P.E.
Ração gatos filhotes	60 Kg	Proc.2009.0.161.745-4	Em fase de agendamento P.E.
Ração úmida gatos	56 lt	Proc.2009.0.161.745-4	Em fase de agendamento P.E.
Ração para equinos	300 Kg	Proc. 2009.0.062.067-2	Empenhado/Aguardando entrega
Feno	1.200 frd	Proc. 2009.0.222.770-6	Entrega parcelada



Processos em andamento:

✓ Centros cirúrgicos descentralizados

Máquinas de tosa e pentes	2009.0.213.368-0	Homologado 08/08
Instrumentais cirúrgicos	2009.0.228.571-4	Aguardando descongelamento
Aspirador	2009.0.210.915-0	Homologado 31/07
Laringoscópio	2009.0.219.651-7	Homologado 12/08
Balança eletrônica	2009.0.221.063-3	Homologado 14/08
Mobiliário médico hospitalar	2009.0.218.096-3	Aguardando descongelamento
Ganchos/calhas/cobertor eletr.	2009.0.221.055-2	Aguardando reserva
Ressuscitador	2009.0.219.617-7	Homologado 12/08
Canis/gafis modulares	2009.0.210.849-9	Edital para aprovação



A Dra. Ana Cláudia finaliza sua apresentação: “...trata-se dos centros cirúrgicos descentralizados, das obras e das reformas. Esse é o nosso esforço, construir uma história melhor do que vem sendo escrita. Obrigada.”

O Senhor Presidente Roberto Trípoli agrade a presença e a explanação da Dra. Ana Cláudia e faz algumas observações: *“...muito obrigado, Dra. Ana. Depois dessa ampla campanha publicitária, nas principais televisões, aliás, muito positiva. É a primeira vez em que o Estado se pronuncia a respeito de proteção animal. Quero saber do retorno dessa campanha. As denúncias, por intermédio do nº 156, aumentaram? Existe algum retorno sobre a campanha feita? A campanha publicitária, muito bem dirigida, teve um retorno? A campanha foi muito forte. Qual o retorno da campanha, em termos efetivos, no CCZ?”*

A Dra. Ana Cláudia: *“..nós tivemos vários tipos de retorno. O primeiro foi que, pela primeira vez, tive a oportunidade de ver a população nos parabenizando pela ação, pelo princípio da campanha. Tivemos várias adoções feitas no CCZ, de pessoas que identificaram, no site do Probem, os animais da campanha. Isso os levou até o CCZ para adotarem um animal.”*

O Senhor Presidente questiona se a Dra. Ana trouxe números e a Dra. Ana afirma ser ainda muito cedo para medir os chamados e os resultados. O Presidente também faz observações ao site do Probem que é pouco “alimentado” ou seja, pouco atualizado. Comenta que existem poucas fotos de animais para adoção. A Dra. Ana responde que o site está sendo revisado, mas que a Dra. Rita de Cássia Garcia poderia falar um pouco mais sobre o assunto.

Dra. Rita Garcia: *“...Bom dia. Sou coordenadora do Probem. O conteúdo está sendo feito, pelos Probem e CCZ. Quem administrará a alimentação do site será o Probem. Na segunda-feira teremos uma reunião para fechar o conteúdo. Na semana que vem, o que está errado, já estará fora do ar e com a alimentação do restante já concluída, a partir da semana que vem.”*

Presidente Roberto Trípoli: *“...a Sra. Rita de Cássia Garcia foi contratada para realizar um trabalho na Prefeitura, no Probem. A senhora vai continuar ou será um trabalho com curto prazo de tempo? Seu trabalho será apenas de conclusão do site, depois virá outra pessoa? A senhora é responsável pelo projeto e continuará a sê-lo, é isso?”*

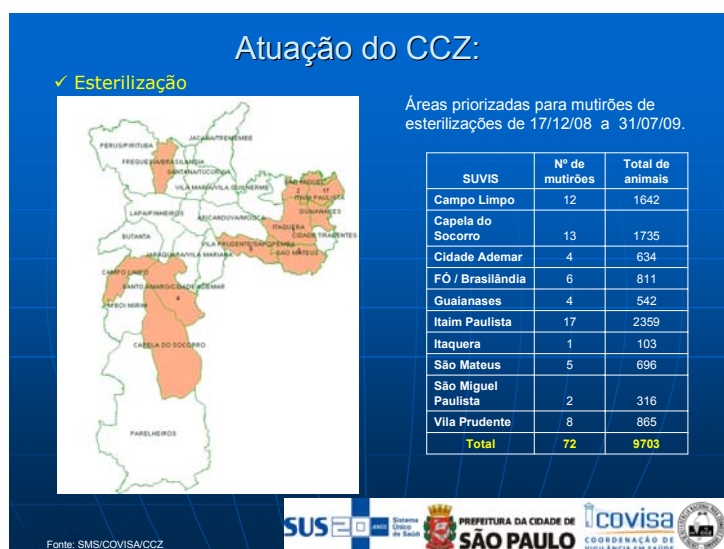
Tendo resposta positiva da Dra. Rita Garcia o Presidente Trípoli faz pergunta dirigida a Dra. Ana Cláudia e COVISA: *“... a contratação dos veterinários e biólogos, anunciado pela Secretária de Saúde; o lançamento do Probem; aconteceu a escolha das vagas na semana passada? Foram preenchidas as 82 vagas para veterinários e as 67 para biólogos?”*

“...das 84 vagas disponíveis, 15 ainda não foram preenchidas. A escolha de vagas se deu no dia 12, e os interessados têm 15 dias para assumir nas unidades. No CCZ já tem um, nas Suvis encontrei alguns que estão assumindo, mas eles têm 15 dias para isso. Depois, é feita nova chamada para disponibilizar as 15 vagas em aberto.”

O Senhor Presidente Trípoli questiona sobre um milhão de reais colocado no orçamento desse ano de 2009 por emenda de sua autoria. Deseja saber se está destina mesmo a construção do Centro de Bem-Estar Animal no terreno do CCZ e a Dra. Ana Cláudia responde dizendo que a Sra. Lan Hee Suh responderia ao Presidente especificamente sobre o assunto.

A Sra. Lan Hee Suh: “... bom dia, meu nome é Lan, Gerente de Administração e Finanças da Covisa. Em relação às reformas do recurso da emenda no valor de um milhão, inclusive, suplementado através do Decreto nº 50.771, será destinado integralmente para a construção do núcleo. É um projeto executivo já de 2007 e um projeto de reforma, agora propiciado com este recurso...”

O Presidente comenta com a Dra. Ana Cláudia sobre: “...o Secretário da Saúde, Sr. Januário Montone anunciou que passaria de 40.000 para 100.000 castrações/ano. Foi a apresentação que a senhora também colocou? Muito bem. E os convênios com as ONGs? Temos cinco, parece-me que só temos duas ONGs hoje credenciadas para fazer esse trabalho? A Dra. Ana Cláudia afirma que o Edital de chamamento das ONGs e Clínicas para fazerem parte do Programa de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos: “...saiu hoje. Se não saiu hoje, sai ainda essa semana. Já foi encaminhado. Falta a publicação.



O Presidente Trípoli afirma para a Dra. Ana Cláudia que tudo está gravado e taquigrafado e que a Comissão, os Vereadores vão acompanhar o processo e espera que os prazos sejam cumpridos: “...está indo para a Taquigrafia. Vamos acompanhar passo a passo. Salas cirúrgicas da Suvis. Trabalhamos esse assunto há quatro anos, quando chamamos todos os Subprefeitos, para que cada Subprefeitura possuísse uma pequena clínica para trabalhar, ajudar umas que eram antigas. Ficou acertado uma sala cirúrgica na Cidade Ademar que estava construída e servia como almoxarifado. Construíram na Subprefeitura da Cidade Ademar, um pedido nosso, uma pequena clínica, pronta para inaugurar, faltavam os equipamentos. Reunimo-nos com a Covisa e disseram que os equipamentos estavam sendo comprados, os veterinários estão vindo e, no fim, virou um depósito de material.

A Dra. Ana Cláudia se manifesta: “...quando parei a apresentação do slide, ia mostrar exatamente isso. O processo de compra que está correndo para os equipamentos, mobiliário dos centros cirúrgicos para três unidades. Provavelmente Cidade Ademar, Perus e São Matheus.”

O Senhor Presidente Trípoli abre a palavra para a Sra. Rejane Calixto Gonçalves representante de COVISA: *“... Rejane, representante da Covisa. A documentação exigida no edital é a que se exige para que uma clínica ou entidade funcione normalmente. É o que já está na legislação.”*

Presidente Roberto Trípoli: *“...Quem é responsável pela fiscalização no CCZ?”*

Apresenta-se o Sr. Álvaro: *“...Bom dia a todos. Meu nome é Álvaro, sou médico veterinário do CCZ e trabalho na subgerência de vistoria zoonosológica.”*

Pergunta o Presidente Trípoli: *“...Sr. Álvaro, o que está acontecendo com a nova legislação, o não cumprimento da nova legislação em termos da fiscalização? Eu vou citar exemplo: do comércio de animais. Nós fizemos, junto com Covisa, Subprefeitura, CET, Conselho de Medicina Veterinária, (ininteligível), associação, juntamos um grupo e saímos e só conseguimos ver dois pets, os dois pets estavam irregulares, um pouca coisa, outro mais forte, que foi fechado e tal. O segundo... . O primeiro foi mais leve, que foi na Rua Estados Unidos. O segundo, totalmente irregular, constatado por fiscais da Covisa, da Subprefeitura, que não tinha nem alvará de funcionamento. Ele continua aberto, vendendo, sem castrar e fazendo propaganda contra nós, inclusive ele dá um CD, uma coisa mais pessoal comigo, quem sabe; mas está lá funcionando...” “... Eu não estou especificando nenhum caso. Eu estou dizendo que tem uma nova lei e não está sendo cumprida em toda a cidade de São Paulo.*

Eu vou dizer um outro caso para o senhor. Em Pinheiros tem aquela loja grande, aquele pet shop perto do Ceasa, a Cobasi. Indo naquela Avenida do Parque Villa-Lobos, conforme entra à direita, fim de semana, domingo, todos os carros parados... A CET está presente ainda? A CET foi embora? (Pausa) Vou ligar para o Secretário, porque nunca vi. Ele vem e vai embora. Então, os carros estão em cima da calçada - uma irregularidade. Estão dentro das gaiolas, saúde pública e estão lá. Denúncias eu tenho aqui, eu passo para os senhores. Eu tenho aqui da Comissão, que veio denúncia direto. Continua lá funcionando.”

O Senhor Álvaro: *“...É, então, na verdade, aí seria aquela caracterização do comércio clandestino na via pública, que até existe a previsão no decreto que regulamentou a Lei 14.483, que a atuação aí no caso seria da... a coibição desse tipo de comércio, a fiscalização é a cargo das subprefeituras e o apoio na questão do CCZ seria numa possível apreensão de animais. Então aí já é uma responsabilidade que não é lá do meu setor, a fiscalização propriamente dita desse tipo de comércio.”*

Interrompe o Presidente Trípoli: *“...Desculpe. Existe mau trato de animais, os cachorros estão numa gaiola pequena, sem alimentação, debaixo de sol. Isso é Saúde pública e isso é CCZ.”*

O Senhor Álvaro: *“...Sim, tudo bem, concordo!”*

Presidente Roberto Trípoli: *“...Então o senhor concorda. Eu quero saber como é que está a fiscalização, porque até agora, das denúncias que nós mandamos... Nós saímos com os Vereadores, com todas essas entidades que eu falei, fomos só a dois locais e os dois locais estavam totalmente irregulares e continuam irregulares. Fora*

toda a cidade de São Paulo que está... Eu cito aqui, vou passar para a Diretora do CCZ, denúncias de venda de animais em várias praças. Mas isso é visível. Fora os pet shops, que competem a vocês também?”

O Senhor Álvaro: *“...Então, várias denúncias, pelo menos no momento das vistorias não procediam, não existia a comercialização. Nas que a situação estava irregular foi lavrado o procedimento administrativo normal, que são a lavratura de auto de infração e depois imposição de penalidades em cima dessas irregularidades e em cima desse auto de infração que foi lavrado no primeiro momento.”*

Presidente Roberto Trípoli: *“...Eu estou dizendo de um bairro onde mora o Governador do Estado, onde mora o Secretário de Transportes; eu estou dizendo Pinheiros. Ali é visível, não é escondido, está lá todos os domingos.”*

O Senhor Álvaro: *“...Na via pública?”*

Presidente Roberto Trípoli: *“...Todo mundo sabe aqui que está lá. Tem matéria nos jornais, tem denúncia, é visível. Na Bandeirantes também tem, é visível, está lá direto. Nós estamos tentando fazer uma reunião aqui para resolver.*

A questão da fiscalização não está funcionando, tanto da Subprefeitura como da CET como do Centro de Controle de Zoonoses. A lei está aí e não está funcionando. Todos os pets continuam e ainda - desculpem a expressão - tirando sarro nosso. Estão no You Tube com um material dizendo que eu sou metido a besta, sou fiscal fajuto, que eu estive lá, tirando sarro. E continuam vendendo. Vocês foram lá, tiraram... Nós fomos, acompanhamos, tiramos os animais, até foram doados para algumas... Continua funcionando.

Então, o senhor tem que dizer para nós o seguinte: o que falta? Falta equipamento? Falta pessoal? Falta carro? Falta vontade política? Porque o próximo passo... Eu tenho orientado... Quer ver, eu tenho uma testemunha... Cadê a protetora que me procurou há pouco, que eu pedi para ir no Ministério Público, foi, teve um resultado ótimo? Não está presente agora?”

14. PROBEM é tema de debate novamente: mais promessas

Dra. Rita Garcia: *“...Eu só queria complementar isso e depois a gente pode escolher alguns slides. Então existe um edital, uma proposta que a gente trabalhou alguns meses em cima, que é estar contratando canis, nesse serviço de manutenção dos animais, não só manutenção dos animais, mas a reabilitação deles, para que eles tenham uma seqüência de uma adoção consciente e compatível.”*

Continua a Dra. Rita Garcia, que apresentou o Decreto 50.706/2009, que instituiu o PROBEM – Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal e criou o Núcleo de Proteção e Bem-Estar Animal: *“...Eu só fiz uma introdução da portaria, do decreto e*

das funções do Probem. Só para ter bem claro, é principalmente da área de atuação e da área de intersecção com o Centro de Controle de Zoonose e o núcleo que já foi falado, que está em processo de construção e no organograma, que provavelmente vai estar pronto daqui 12 meses. O registro de identificação.

Pode passar esses dos objetivos. Já está sendo feita uma conta de 50 mil, que vai ser usada para os animais do CCZ, os adotados e os animais que já estão também no convênio da castração. Foi feita uma proposta do Probem para o Plano Municipal de Saúde, para a gente estar microchipando, fazendo campanha para 60% da população canina em três anos, o controle da reprodução, a Dra. Ana já falou da questão das cem mil cirurgias, a partir de 2010 a gente estaria trabalhando com uma porcentagem de 6% da população total animal, ou, então, se a gente pensar em priorizar as fêmeas, que é uma realidade mesmo, a gente priorizar as fêmeas, principalmente acima de um ano e menor de sete anos, a gente poderia estar alcançando uma porcentagem de 8% a mais das fêmeas com essas cem mil. Isso já foi falado.

Pode passar. A tentativa também da gente estar aumentando o número de clínicas e hospitais veterinários contratados, estimulando a participação deles até mesmo por um contato direto. A questão da saúde animal, que também está no decreto, que tem ações voltadas para o CCZ em relação à minimização do impacto de danos. Então houve um aumento dos voluntários, de quatro para 22, a implantação da caminhada, que ela não é apenas o momento do animal esticar as pernas, mas é o momento que a gente pode entender um pouco melhor do comportamento daquele animal e se ele está pronto para adoção ou não.

A gente está nesse processo que eu acabei de falar, de terminar esse edital da contratação dos canis e agora a gente vai estar começando esse projeto de adoção orientada, porque não adianta apenas a gente fazer um rodízio muito forte da adoção dos animais do CCZ, a gente precisa fazer com que essas adoções tenham compatibilidade da família com o animal, porque, caso contrário, esse animal vai voltar para a rua.

Esse projeto tem três etnólogos trabalhando em cima e outros voluntários. Vão ser feitas as avaliações dos animais, a gente vai fazer um projeto piloto com 30 animais, vão ser aplicados testes, esses animais vão ser classificados e depois conhecer essas famílias, tentar fazer o casamento e acompanhar essa adoção para esse projeto inicial. A parte de educação. Houve um processo já de curso de medicina veterinária do coletivo, que é uma nova área na medicina veterinária, que já é desenvolvida em outros países que tem a realidade de abrigo em cada esquina. Então, cinco veterinários do CCZ já passaram por essa introdução desse curso. Ainda vai ter um curso de formação de oficiais de controle animal para os veterinários novos, agora em novembro ou dezembro, que já está sendo estudado.

E a capacitação dos novos veterinários em curto prazo, que vai montar pelos temas relacionados ao bem-estar, manejo etnológico e a medicina veterinária do coletivo. Uma outra proposta em longo prazo, porque a medicina veterinária do coletivo, é muito ampla, ela envolve desde a clínica e cirurgia de animais, até, por exemplo, a

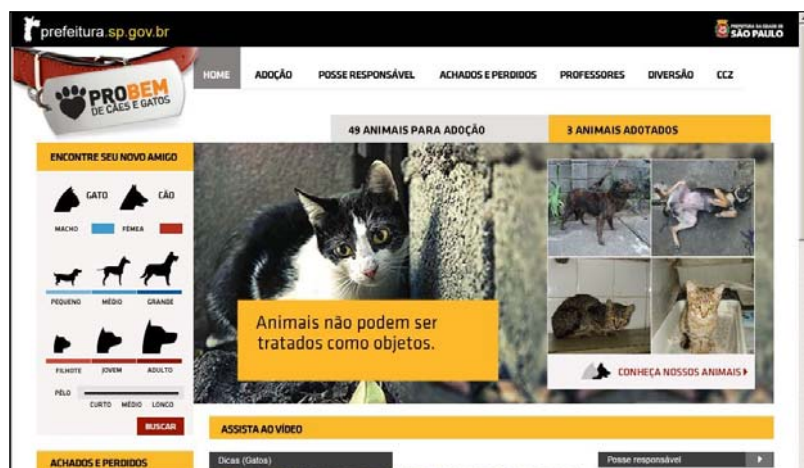
medicina veterinária forense, que é uma área também que precisa ser mais investida em termos de capacitação.

Em relação à educação nas escolas, então, além do PVBB, o que pode ser pensado. Nós temos como incluir no currículo escolar esse assunto. Então precisaria estar sendo pensado um lobby junto ao Governo Federal de incluir nos parâmetros curriculares. Em nível municipal as orientações curriculares já foram publicadas em 2007. O que pode ser feito? Elaborar materiais e colocar disponível no site da biblioteca da Secretaria Municipal de Educação, que é um sítio onde os professores se alimentam de informação para estarem montando suas aulas, enfim, fazerem temas transversais em relação aos assuntos que têm que ser dados.

Então, a Secretaria possui, dentro dessas diretorias, representantes de saúde. A gente vai estar entrando em contato com esses representantes de saúde para ver a possibilidade de estar incluindo o tema de uma outra maneira. A intenção de dar um curso a distância para os professores, uma vez que eles não podem sair, deixar a escola para estar fazendo curso, eles não têm uma liberação do ponto, eles não ganham ponto para isso. Então fica bem complexo.

O Plano de Metas está em discussão no momento. Então é um convite a todos que estão aqui, amanhã vai ter uma reunião das 15h às 18h na Secretaria da Educação, precisa se inscrever nesse e-mail, o debate é “Educação no Plano de Metas no Plano Plurianual do município de São Paulo” e acharia importante ter mais pessoas também envolvidas. Ou eu, ou a Noemia, do Probem, vai estar participando.

Esse Plano de Educação para a cidade de São Paulo está prevendo uma grande discussão em maio para finalização e vai encaminhado depois aqui para a Câmara e Assembléia. Então, só para estarem atentos para incluir o tema. Talvez a proposta fosse não incluir apenas o tema de guarda responsável, mas incluir o tema dos animais dentro do grande tema meio ambiente; ou seja, para ser vendido o pacote meio ambiente e não o pacote de cães, gatos, cavalos ou animais silvestres. Penso que a nossa fala nesses locais deveria incluir o meio ambiente de uma maneira mais forte. Então, para a campanha de divulgação, o site está tendo todo seu conteúdo refeito.



Em outras ações do Probem, estamos trabalhando juntamente com o CCZ nas questões de animais abandonados. Nessa foto, à direita, a Dra. Leda, com todas as protetoras, alimenta animais abandonados. À esquerda, uma reunião no Parque do Carmo com os responsáveis pela limpeza, a Guarda, os comerciantes que vendem os churrasquinhos, o CCZ e o Depav.

Está entrando uma pessoa especialista em comportamento animal para nos dar uma assessoria em adoção compatível. Estamos planejando também um projeto de anti abandono, que é para prevenir o abandono. Inicialmente, pensamos em resgatar essas famílias que ligam para o 156, para mudar o script do 156, porque hoje não se faz o registro de quem não quer mais o animal. Com esse registro, poderíamos ir atrás dessas pessoas e depois de uma triagem inicial dessas famílias por telefone, seriam desencadeadas visitas no intuito de tentar entender por que elas querem abandonar o animal e orientações para tentar coibir isso.

Também vai haver um aumento do número de funcionários do Probem, com mais dois veterinários efetivos e o apoio da Dra. Noemia, veterinária do Centro de Controle de Zoonoses. Aproveito para agradecer todos os voluntários, porque sem eles seria realmente muito difícil. Obrigada.”

A Dra. Ângela Branco pede autorização para se manifestar e lhe autorizado pelo Presidente Trípoli: “...A Dra. Rita comentou sobre a atuação em outros fóruns. Então, como informe, digo que a ONG Pró-Animal esteve no encontro da Agenda 21 da região Sul de São Paulo – são sete Subprefeituras –, e lá conseguimos aprovar uma moção em nome do movimento de proteção e defesa animal, em que cada Subprefeitura solicita que seja construído na sua região uma unidade de castração animal e que na região Sul haja uma unidade descentralizada. Então, já temos essa moção aprovada, que será entregue para a Saúde.

Em relação aos animais silvestres, numa fala do tenente sobre os animais silvestres e centros de manejo de animais silvestres, ele disse que o projeto foi pensado numa área imprópria, ou seja, num parque estadual. Informo, então, que o projeto conceitual já dizia que os Cemas já seriam implantados no Parque Estadual Alberto Löefgren, o Horto Florestal, e que foi aprovado pelo Consema – Conselho Estadual do Meio Ambiente. Na época, esse projeto estava a cargo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, cujo Secretário era o Sr. Ricardo Tripoli, e fazia parte de um programa de proteção e defesa da fauna silvestre do Governo do Estado de São Paulo. Além de ter sido aprovado pelo Consema, o projeto foi submetido a órgão de saúde para que fosse especificado onde ele seria implantado.

Era um projeto bastante complexo e entre suas estruturas estava um hospital-escola. O hospital-escola, a quarentena e a internação foram aprovados, sendo, assim, implantados. Na fase de implantação, houve uma denúncia para o Ministério Público de que esse centro levaria doença para a unidade de conservação, que a avaliou. Na época, o Ministério Público averiguou e constatou que fora uma denúncia anônima e improcedente.

Para completar, esse projeto fazia parte de um programa e era acompanhado diretamente pela Polícia Ambiental, na figura do Capitão Nomura e Coronel João Neli, então Comandante. Então, a informação de que o projeto estava dentro de uma área irregular é totalmente improcedente, tanto que sua primeira fase foi implantada e só não foi dada continuidade ao que foi idealizado porque não houve interesse. Mas hoje é uma estrutura da Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Era esse o esclarecimento. Obrigada.”

O Presidente Vereador Roberto Trípoli retoma a palavra e finaliza a reunião: “...A todos digo que estou muito feliz por esta última reunião, porque, apesar de eu militar há muito anos nessa causa, aprendi muito com todos vocês de todas as áreas, apesar de constatar que ainda há muito o que fazer. Penso que o Prefeito de São Paulo deu o primeiro passo, porque é a primeira vez que S.Exa. se posiciona a respeito.

Espero que todos, Poder Executivo, Poder Legislativo, protetores e sociedade civil, unamos esforços para resolver esse problema. Espero também que a Covisa responda rapidamente a todos os requerimentos, porque o nobre Vereador Aurélio Miguel tem de fazer o relatório e, discutindo isso com ele, chegamos à conclusão de que no relatório relataremos o que cada um falou, o que cada órgão do Governo falou e nós, parlamentares, chegaremos a uma conclusão, ou seja, num texto em separado.

Mas constarão do texto, sim, as explanações da Rita, do Ibama e do Greenpeace; enfim todo esse material constará do relatório e só depois escreveremos a conclusão e decidiremos de que forma o Poder Legislativo pode fiscalizar o Poder Executivo. O nobre Vereador Aurélio há pouco estava dizendo que precisamos fazer outras reuniões. Faremos, sim, mas não serão públicas. Faremos reuniões com o CCZ, com o Secretário e com o Prefeito para podermos chegar a uma conclusão. Agradeço a todos a presença, porque sem vocês não teríamos conseguido avançar o pouco que já avançamos.

Digo pouco porque até agora nenhum dos Prefeitos teve essa iniciativa. Na época do Prefeito Jânio Quadros, por parte do Poder Executivo, a Dona Eloá foi a primeira a falar sobre experimentos com animais e doação de animais. Depois disso parou. Vieram Luiza Erundina, Mário Covas e outros. Agora, pela primeira vez, estamos aqui numa reunião com o Poder Executivo, Poder Legislativo e sociedade civil, sem muita briga e procurando resolver de fato o problema. É como o Deputado Feliciano Filho disse: o Governo não age, ele reage. Quer dizer, não adianta sair daqui pensando que a questão foi resolvida, temos de continuar. Espero que o projeto do nobre Vereador Atílio Francisco, uma proposta de uma Comissão Permanente de Proteção Animal, se materialize, porque seria uma oportunidade interessante de, uma vez por semana, discutirmos a questão. Independentemente disso, nós Vereadores, principalmente este Vereador e o nobre Vereador Aurélio Miguel, vamos continuar esse trabalho. Se não der para ser uma Comissão Permanente, que façamos reunião do mandato, convidamos todo o pessoal – porque são convidados e não convocados – para podermos discutir e melhorar a situação.

A explanação da Nina Rosa foi muito feliz, e é o que todos nós pensamos. Penso que vamos resolver essa questão na hora em que nossa sociedade não mais ver o animal como um produto, porque ele é um ser vivo como nós, que tem de ser respeitado como todos os outros. Não sei se o Deputado Feliciano estava presente no dia da alimentação natural, mas foi importante, porque estiveram aqui nutricionistas. Então, estamos passando por um processo de reflexão e de mudança de cultura. Por exemplo, a caça à raposa vigorava até pouco tempo na Inglaterra; agora está proibida.

Esse tipo de cultura precisa acabar, mas alterar culturas demanda tempo. Peço, então, que todos vocês nos ajudem a resolver essa questão, porque antigamente, com a Lei 5.197, toda pessoa que maltratava, perseguia ou caçava um animal silvestre estava sujeita a uma pena de 2 a 5 anos de reclusão e era crime inafiançável.

O Mauro se reuniu com o movimento e sugeriu falar de apreensão, porque apreendíamos os animais e levávamos para o Parque Ecológico do Tietê, que também era subordinado ao DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica, mas não tinha nada a ver. O Labruna, que cuidava dos animais lá, era um voluntário, e a comida quem fornecia às vezes era o Ceasa. Depois surgiu o Circo Legal Não Tem Animal. Imaginem 2500 leões, 500 cavalos.

Quer dizer, tínhamos de pensar na lei, mas tivemos de pensar também o que fazer com eles, que precisavam de um lar, de uma fazenda. O mesmo ocorre com os cachorros. A minha vontade era já há um mês ter chamado todo o policiamento e a Subprefeitura até a Cobasi, loja contra quem há um monte de denúncias.

Mas eu pensei bem, porque se aqueles animais fossem apreendidos, o que faríamos com eles? Por isso peço a ajuda de vocês para tentar encontrar uma maneira de resolver esse problema. Muito obrigado a todos. (Palmas)

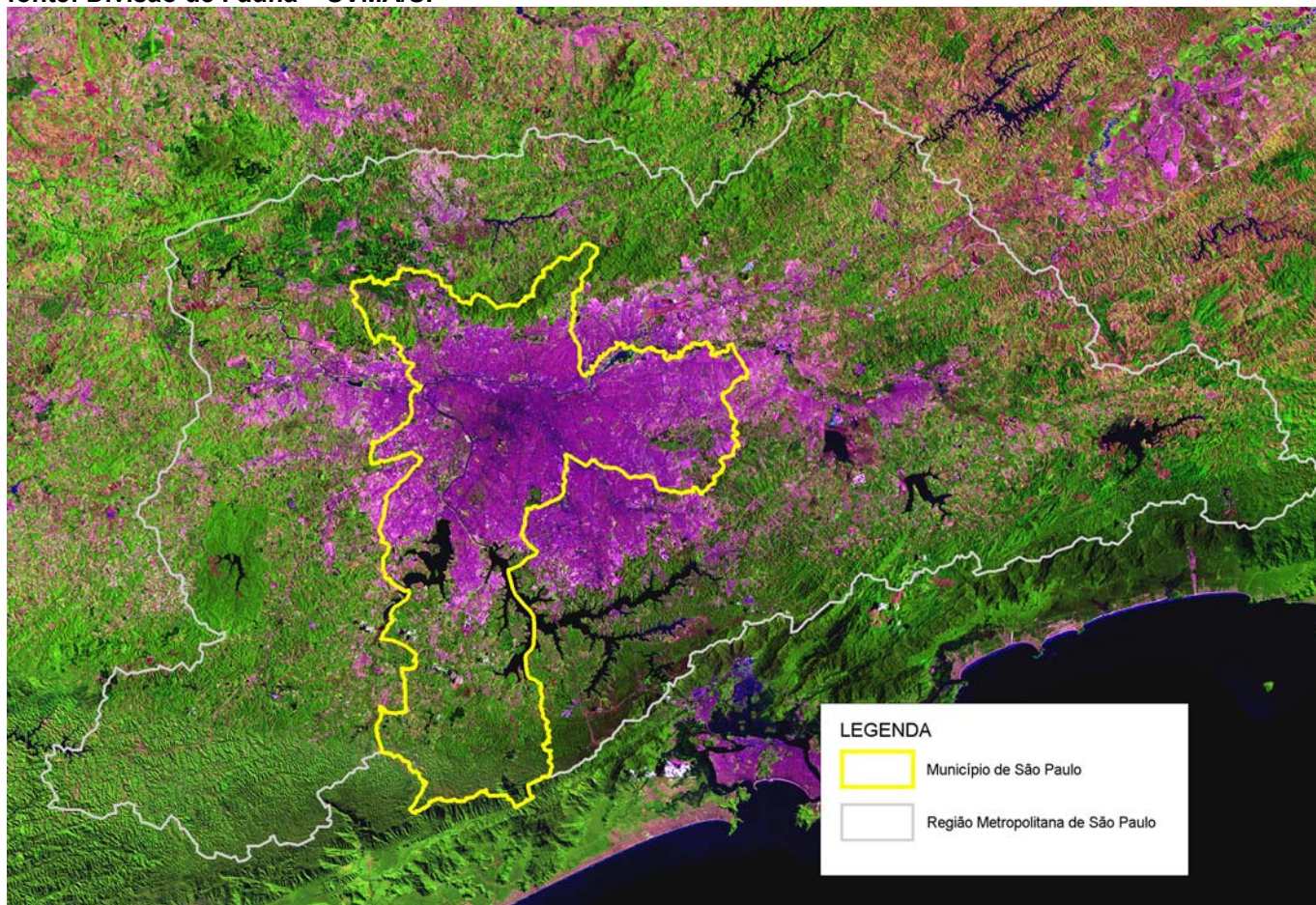
Capítulo II

SILVESTRES NATIVOS E EXÓTICOS

Animais Silvestres na cidade de São Paulo

“A vida sobrevivente, em meio a desmatamentos, ao avanço descontrolado da cidade, captura, caça, cativeiro ilegal, tráfico, comércio (legalizado ou não)”

fonte: Divisão de Fauna – SVMA/SP



A impressionante mancha urbana do Município de São Paulo é um retrato evidente das dificuldades enfrentadas pela Administração Municipal, Poder Legislativo, Judiciário, sociedade civil organizada e por todos os outros segmentos da população que tentam

proteger e preservar a vida silvestre nesta megalópole. A área construída e degradada ocupa 79% do território, originalmente íntegro.

1. A Divisão de Fauna

Órgão pioneiro no País salva e preserva silvestres na cidade de concreto. Mas, as ameaças são cada dia maiores.

São Paulo é o Município brasileiro pioneiro no trato de sua fauna silvestre, possuindo uma Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre (Divisão de Fauna), subordinada ao Depave - Departamento de Parques e de Áreas Verdes, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Esta Divisão, sediada no Parque do Ibirapuera, conta com um Cras (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e um Cetas (Centro de Triagem de Animais Silvestres, responsável pela destinação dos animais atendidos), instalados no Parque Anhanguera. O Cras e o Cetas foram criados oficialmente através da lei municipal 12.055/96.

Conforme a Diretora da Divisão de Fauna, médica veterinária Vilma Clarice Geraldi, o órgão recebe, trata e destina animais silvestres e tem como objetivos a proteção, preservação e conservação da fauna silvestre do Município, atendendo ainda muitos espécimes provenientes da região metropolitana. A unidade é responsável também pelo mapeamento e levantamento da biodiversidade, gerando o Inventário de Fauna da Cidade de São Paulo, atualizado periodicamente. E agora a Divisão deve incluir nesse inventário a ictiofauna (peixes) existente nos lagos dos parques e também os animais sinantrópicos (aqueles com estreito convívio com o ser humano, mas indesejáveis, como baratas e ratos). Em sua estrutura técnica, a Divisão conta com as seções:

- Clínica (exames clínicos e laboratoriais, tratamentos clínicos e cirúrgicos)
- Biologia (identificação das espécies, inventário de fauna, monitoramento)
- Medicina Veterinária Preventiva (cuida dos animais dos acervos dos Parques Municipais, como os cisnes).



Além disso, existem os Setores de Informação, Estatística e Planejamento, onde são realizados os registros e consolidação de dados, cursos, palestras, visitas monitoradas e produzidos materiais para treinamento e divulgação. Por último, os Centros de Reabilitação e Triagem de Animais Silvestres, onde aves, répteis, mamíferos são cuidados e reabilitados, visando a volta para a Natureza. Aqueles que sobrevivem, mas não tem condições de viver livremente são destinados a zoológicos, criadores conservacionistas e outros, autorizados pelo Ibama.

DE VÍTIMAS A “INVASORES”

A Divisão de Fauna tem seu foco nos animais de vida livre, sobretudo do Município. Atende animais feridos pela ação da população humana (desmatamentos, queimadas, atropelamentos, mutilações devido às linhas de pipa com cerol, ferimentos causados por eletrochoque, entre outros agravos), filhotes caídos de ninhos, e também os doentes. Às vezes, não consegue atender animais provenientes de apreensões, com exceção dos feridos que têm prioridade.

Os choques elétricos vitimam muitas preguiças e primatas, principalmente na região da Cantareira, e todos os resgatados são atendidos na Divisão de Fauna, alguns sobrevivem com mutilações.



Também atende animais provenientes da captura ilegal e do tráfico, bem como aqueles considerados “invasores” – normalmente gambás, bugios, sagüis que entram em residências construídas muito próximas de áreas de mata nativa. Ou fogem desesperados depois de terem seu habitat desmatado ou queimado.

EFICIÊNCIA E TÉCNICA, DEVOLVENDO VIDAS PARA A NATUREZA



Os números da Divisão de Fauna mostram a importância do serviço, bem como o acerto de existir um organismo especialmente constituído para cuidar da fauna silvestre do Município.

De 1 de janeiro de 1992 a 8 de maio de 2009, a Divisão de Fauna atendeu a 36.950 animais, sendo 32.155 silvestres nativos. Destes, conseguiram voltar à vida livre 15.839 animais (49%). Os animais silvestres atendidos pertenciam a 480 espécies – 320 espécies de aves, 74 espécies de mamíferos; 54 espécies de répteis; 32 de outras espécies (anfíbios, peixes, invertebrados).

O inventário de fauna da cidade registra 416 espécies, -- segundo Vilma Geraldi, o número superior relativo às espécies atendidas explica-se pelo recebimento de silvestres de outras regiões (sobretudo em casos de apreensões).

Do total de silvestres que deram entrada na Divisão desde 1991, 12.391 (39%) foram encaminhados pelas polícias e outras instituições oficiais. Outros 19.516 (61%) provem de parques ou entregues pela população. Os animais de parques pertencem ao acervo público (cisnes, gansos, patos, marrecos, todos microchipados e identificados) e representam 3% do atendimento da Divisão de Fauna.

**Tabela 1 - Total de animais recebidos na Divisão de Fauna entre 01/01/1992 e 08/05/2009.
Fonte: Sisfauna/SVMA/PMSP - São Paulo, 2009.**

Classes	Animais Recebidos	Exóticos		Domésticos		Silvestres	
		N	%	N	%	N	%
AVES	27.353	981	4%	1.645	6%	24.727	90%
MAMÍFEROS	7.035	2	0%	1.536	22%	5.497	78%
RÉPTEIS	2.260	420	19%	0	0%	1.840	81%
OUTRAS*	302	211	70%	0	0%	91	30%
Total	36.950	1.614	4%	3.181	9%	32.155	87%

* - anfíbios, peixes e insetos

Tabela 2 – Destino dos animais silvestres recebidos na Divisão de Fauna entre 01/01/1992 e 08/05/2009.

Fonte: Sisfauna/SVMA/PMSP - São Paulo, 2009.

Classes	Animais Silvestres Recebidos	Destino							
		Soltura ¹		Cativeiro		Mortos ²		Outros ³	
		N	%	N	%	N	%	N	%
AVES	24.727	13.025	53%	1.621	7%	7.853	32%	2.228	9%
MAMÍFEROS	5.497	2.273	41%	583	11%	2.397	44%	244	4%
RÉPTEIS	1.840	515	28%	614	33%	624	34%	87	5%
Outras*	91	26	29%	21	23%	29	32%	15	16%
Total	32.155	15.839	49%	2.839	9%	10.903	34%	2.574	8%

* - anfíbios, peixes e insetos

1 - animais soltos ou repatriados

2 - óbitos, eutanásia e animais recebidos mortos

3 - animais internados, em reabilitação, aguardando destinação, fuga, furto etc.

Alguns municípios criam silvestres comprados em pet shops ou de locais não identificados, e depois desistem deles. São animais de reabilitação bastante complicada, quando não impossível. Denúncias de maus-tratos e animais silvestres em cativeiro, a Divisão não atende, repassa para a Polícia Ambiental.

E diante da degradação das matas nativas, cada dia é mais complexa a tarefa de conseguir áreas de soltura para animais silvestres com ocorrência na região, eventualmente recuperados pelo Cras. Todos os parques estão registrados no Ibama como áreas de soltura, e os técnicos buscam permanentemente novos espaços onde eventualmente silvestres possam ser libertados, depois de recuperados.



Viveiros de reabilitação no Cras / Parque Anhanguera



Tucano-de-bico-verde voltando “para casa”

NÃO EXISTE EQUIPE DE RESGATE

O encaminhamento de silvestres para a Divisão de Fauna, segundo a Diretora Vilma Geraldi, é feito pelas Polícias, principalmente a Militar Ambiental, além da Polícia Civil e da Guarda Civil Metropolitana (GCM Ambiental), além dos Bombeiros e Ibama. Cidadãos também costumam encaminhar animais vitimados. A Divisão de Fauna não possui uma equipe, veículo e equipamentos exclusivos para o resgate de silvestres vitimados.

Por outro lado, é comum que pessoas recorram ao órgão solicitando socorro para filhotes de aves que julgam caídos dos ninhos, mas estão num processo natural de aprendizagem de voo e sobrevivência alimentar, monitorados pela mãe. É o caso de sabiás e bem-te-vis. Nestas situações, a pessoa é orientada a deixar a natureza agir, de preferência não mexendo no filhote de ave.

ABANDONO DE DOMÉSTICOS E SILVESTRES: SÉRIOS AGRAVOS AO MEIO AMBIENTE



A Diretora da Divisão de Fauna apresenta dados preocupantes em relação à intensificação do abandono de cães e gatos nos Parques da cidade.

Em 2007, 50% dos parques possuíam cães e gatos abandonados; em meados de 2009, esse percentual subiu para 68%. Em 2007, 22 por cento dos parques não apresentavam ocorrências significativas de abandono desses animais domésticos; em 2009, somente em 11% somente dos parques municipais não existe ocorrência significativa do abandono de cães e gatos.

Geraldi lembrou que desde abril de 2008, está em vigor a Lei Estadual que proíbe o sacrifício de cães e gatos nos CCZs e órgãos congêneres em todas as cidades de São Paulo. Na Capital, foi sentido um aumento do número de animais abandonados, principalmente porque o Centro de Controle de Zoonoses tem restringido fortemente a captura, já que os canis e gatis estão lotados.

Nos parques e outras áreas verdes, a presença de cães e gatos abandonados por proprietários irresponsáveis e procriando sem controle vem provocando queixas e denúncias de usuários e preocupando a Divisão de Fauna, devido aos agravos para a fauna silvestre.

A diretora da Divisão explica que os gatos caçam principalmente filhotes de aves e comem ovos. Se os filhotes são poupados nos ninhos, acabam capturados na fase em que estão aprendendo a voar e sobreviver sozinhos – em um período de vida os filhotes permanecem no nível do solo, aprendendo a voar e se alimentar, sob a supervisão da mãe, tornando-se presas extremamente vulneráveis. Quanto aos cães, crescem os registros da formação de matilhas e ataques sérios a várias espécies de silvestres, como os veados constantemente vitimados no Parque Anhanguera e no Carmo. Existem queixas também relativas a humanos feridos por cães em parques, principalmente no Parque do Carmo.



veado atacado por caes na Cantareira precisou ser sacrificado

O abandono de animais domésticos, segundo Vilma Clarice Geraldi, é estimulado com a ocorrência de pessoas que, sensibilizadas pela situação dos animais, sobretudo gatos, oferecem farto suprimento de ração e água. No entanto – frisa a veterinária – os animais permanecem procriando sem controle; são vítimas de maus-tratos – espancamentos, mutilações por queimadura – e estão sujeitos a contrair doenças, bem como a transmitir doenças para outros animais e humanos frequentadores dos parques.

Geraldi reitera que todos os parques da cidade são registrados como áreas de soltura de animais silvestres, o que – legalmente – impede a permanência de animais domésticos em vida livre.

Vilma Geraldi alerta para o fato de o vírus da raiva estar circulante no município e gatos mantidos em parques correm risco de serem contaminados, por morcegos por exemplo. O perigo é real. Vilma reafirma o problema dos ataques a munícipes por cães que formaram matilhas em parques, num fim de semana foram três ataques no parque do Carmo; em geral quando o cidadão faz um B.O. quem figura como réu é o administrador do Parque que se vê impossibilitado de agir porque não tem como retirar os animais e o CCZ não vem fazendo isso.

PROTETORES DEFENDEM CUIDADOS PARA DOMÉSTICOS

Houve muitos protestos por parte de representantes da proteção animal, muitos dos quais defendem a permanência dos domésticos nos parques, alegando que eles são parte do meio ambiente da cidade, e que todos os silvestres tem inimigos naturais e caçam e são caçados. Entre os protetores que defendem esta idéia estão Lito Fernandes, do Projeto Natureza em Forma; e Carlos Rosolen, da PEA.

A idéia de alguns protetores, como Nelson Bertarelo, do Projeto Bicho no Parque, é que os domésticos sejam mantidos adequadamente; e se forem retirados, que se crie um organismo parecido com o Depave-3, voltado a domésticos, que seriam retirados, tratados, colocados para adoção.

O Poder Público não tem apresentado soluções, há a pressão sobre o ambiente e sobre os silvestres, mas o CCZ não consegue responder adequadamente e os animais não podem ser simplesmente eliminados (lei estadual proíbe o sacrifício de cães e gatos sadios). Então o CCZ não recolhe, mas a pressão aumenta. O poder público não está oferecendo uma resposta adequada ao assunto.

Já a Dra. Ângela Branco, uma das idealizadoras da Divisão de Fauna, na década de 90 e ex-diretora do órgão, explica que os domésticos não fazem parte da cadeia natural mais, e em vida livre além de sofrerem muito, causam mais desequilíbrio ambiental e prejudicam, sim, a fauna silvestre. Os domésticos devem estar sob o cuidado de famílias humanas, não são mais preparados para viver em vida livre, não fazem mais parte de nenhuma cadeia alimentar. Quando caçam ou se alimentam de ovos, causam graves prejuízos. Também podem transmitir zoonoses.

SILVESTRES “PETS” TAMBÉM SÃO JOGADOS FORA

Outro agravo ambiental nos parques e áreas verdes é a soltura indevida de animais silvestres exóticos ou nativos provenientes de outras regiões e que não tem ocorrência em São Paulo, como várias sub-espécies de sagüis e muitos cágados exóticos (tigres d’água), bastante agressivos e que competem com os cágados nativos.



Estes animais, quando conseguem prosperar em vida livre, acabam competindo com os nativos, causando forte desequilíbrio ambiental (sagüis, por exemplo, alimentam-se de ovos de várias espécies de aves). Além disso, sobretudo no caso dos primatas, muitos são provenientes de cativeiros domésticos, e aproximam-se facilmente das pessoas.

Alguns frequentadores de áreas nas quais se registra a presença de sagüis e outros primatas oriundos de cativeiros domésticos (e, portanto, acessíveis à aproximação de humanos) oferecem alimentos aos animais, provocando uma proximidade perigosa tanto para os animais como para os humanos (facilmente uma pessoa pode transmitir, por exemplo, herpes para primatas, uma doença fatal para eles). E sobretudo as crianças podem ser vítimas de mordeduras. Vilma lembra que os sagüis vivem em topos de árvores, e sendo mamíferos podem facilmente se contaminar pelo vírus da raiva, freqüente em morcegos espalhados pela cidade.

EDUCANDO PARA O NÃO ABANDONO

A Divisão de Fauna realiza ações educativas em todos os parques e outras áreas verdes, alertando a população para que não abandone cães e gatos e nem silvestres nesses locais. Os usuários dos parques também recebem esclarecimentos sobre a inadequação de oferecer alimentos destinados a humanos para os silvestres de vida livre e para os animais pertencentes aos acervos dos parques – como os cisnes e biguás.

São fornecidos alimentos diariamente a todos os animais de seu acerto – as compras totalizam três toneladas de ração e uma tonelada de folhas, mensalmente. Alimentos inadequados podem causar intoxicações nos silvestres e levá-los a óbito.



UM “MAR DE GENTE” E A COMPLEXA MUDANÇA CULTURAL

A Umapaz – Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, através do DEA Departamento de Educação Ambiental, desenvolve ações educativas com equipes de funcionários públicos, inclusive a Guarda Civil Metropolitana, e também atividades em parques e praças.

No entanto, diretora da Umapaz e responsável pelo DEA, Rose Marie Inojosa, admite que tal atuação precisa ser mais abrangente e contínua, até porque questões relativas à vida animal envolvem mudança de cultura “e isso não se faz de forma imediata na sociedade”.

Inojosa, observa que “medidas de controle e fiscalização são importantes para casos isolados, deveriam servir para os desvios e não para o geral. O geral é uma torneira aberta, existem os costumes, as pessoas foram ampliando a criação e venda de animais domésticos e, às vezes, de animais silvestres, e escolhe o parque para levá-

los. Alegam que os animais não estão bem em casa, mas ficarão bem lá. Realmente é uma questão de esclarecimento. É necessário mesmo tolerância zero”.

Há três anos, a Umapaz/DEA está se trabalhando com a educação de agentes comunitários de saúde, também educando para questões que envolvem o convívio com animais. Cinco mil deles já passaram por treinamento. “A questão dos animais, que é a comunidade da vida, nos envolve a todos. Somos todos partícipes dessa comunidade e devemos respeitá-la mutuamente, respeito entre os humanos e todos os seres que fazem parte dela. Nos processos de educação ambiental, incluímos sempre a questão do respeito a todos os seres, inclusive dos animais silvestres, domésticos e do trato diferente de cada um deles e como agir. Trabalhamos com esses 5 mil agentes, que vão de porta em porta, de casa em casa, levam essa informação para as famílias, explicam a necessidade de castrar o seu animal doméstico, cuidá-lo e não abandoná-lo”.

Além dos agentes de saúde, segundo Rose Inojosa, foram treinados 800 coordenadores pedagógicos de escolas, outro público cujo potencial de multiplicação é muito grande. “Com os coordenadores pedagógicos, percebemos que o Programa Para Viver de Bem com os Bichos, levou informações importantes”. Existe algum trabalho, ainda de pequena monta, também com a Guarda Civil Metropolitana, mas Inojosa reconhece que “ainda é pouco para uma cidade do tamanho de São Paulo”.

Nos 53 parques, 4.500 praças e nas APAs, o DEA também realiza algumas ações de conscientização. Mas, segundo Rose, “como diz o Guimarães Rosa: *é tanta gente que dá susto de ver*. Assim, tudo isso precisa ser feito mais, sabemos disso. Mas a gente precisa fechar essa torneira. A torneira está aberta pelos costumes, então precisamos de mais informação para a população, para transformar”.

“E sabemos – prossegue Rose -- que a transformação é lenta. A torneira está aberta por algumas dificuldades da legislação aplicada ou alguma falta de legislação. A torneira é aberta pela mídia, que não trata, também, tem a mídia que trata da forma adequada e tem a mídia que trata de forma inadequada, incentivando às vezes de forma indireta e, às vezes, sem a percepção disso, atitudes que não são boas. Alguém lembrou de uma novela que tem um primata e já tivemos isso com outros animais, teve uma época que achávamos iguanas por todo lado, nos parques”.

Rose Inojosa, observa que “é um problema de todos nós. O Poder Público, tanto o Legislativo quanto o Executivo, porque o governo - somos todos nós, é a sociedade que escolhe – então estamos fazendo coisas e essas coisas ainda significam pouco. Quanto mais conseguirmos nos aproximar – Legislativo, Executivo, a sociedade e as Organizações Não Governamentais – enfim, um trabalho mais articulado, mais próximo, talvez consigamos um alcance maior”.

“Mas acho que não será mais rápido, porque mudar cultura, não pode ter interrupção, não podemos parar esse trabalho, precisa intensificar e não parar, porque mudar cultura realmente demora. Ainda arranhamos esse território”, observa Rose.

2. ONGs revelam a barbárie que atinge a fauna silvestre: tráfico, comércio (legal e ilegal), cativeiro doméstico, desmatamentos, falta de políticas públicas, uso em circos...



Ouvidos pela Comissão de Estudos, os representantes das ONGs SOS FAUNA (Marcelo Pavlenko, coordenador), PRÓ-ANIMAL (Dra. Angela Maria Branco, coordenadora técnica), ASSOCIAÇÃO MATA CILIAR (Dra. Cristina Harumi) e PROJETO MUCKY (Lívia Botar, presidente) foram enfáticos ao afirmar que o comércio legalizado de animais silvestres não coíbe a retirada ilegal de espécimes na Natureza; e, portanto, não reduz o tráfico, um crime organizado e extremamente rentável no País.

Todos os representantes de ONGs expuseram os gravíssimos prejuízos do tráfico de silvestres para a fauna e para o meio ambiente. Eles afirmam, em uníssono, que os órgãos oficiais, principalmente o Ibama, não conseguem fiscalizar o comércio

legalizado e, portanto, a criação e venda de animais silvestres deveria ser radicalmente proibida no País inteiro.

Além disso, frisam que a existência de criadouros comerciais legalizados acaba servindo como forma de “esquentar” animais do tráfico. Marcelo Pavlenco diz não ter dúvidas de que os grandes carregamentos de filhotes de papagaios com um ou dois dias de vida servem para abastecer o comércio dito legalizado. Os animais quando bem jovens podem ser anilhados e passam a ser “legais”.

E, mesmo que a fiscalização não fosse precária e quase inexistente, como é na cidade de São Paulo, a maior do País, não existem formulas absolutamente eficazes de comprovar a origem da maioria das espécies nativas largamente comercializadas em pet shops e até pela internet. Criadores afirmam que exames de DNA são possíveis, mas sabe-se que eles existem para um numero mínimo de espécies (para duas espécies de araras, uma de tucano, cinco de passeriformes).

Por outro lado, muita gente que se fascina por silvestres, inclusive pelo excesso de propaganda direta e indireta nas mídias tradicionais, descobre que não tem como pagar os altos preços cobrados no comércio legalizado. A saída é recorrer ao tráfico.



A soltura indevida é outro problema – tem gente que compra, por exemplo, um primata (em geral, sagüi ou macaco prego), com poucos meses e, quando o animal fica sexualmente adulto torna-se arreadio e agressivo. Algumas pessoas imaginam que um sagüi pode viver livre dentro de casa, mas eles são extremamente curiosos e capazes de andar por cima de móveis, subir em cortinas, janelas, escadarias, quebrando enfeites ou até se ferindo gravemente, ao subir em fogões ou grelhas. Além disso, a urina tem cheiro forte.

Todos esses fatores geram abandono, e ao resolver se livrar de um sagüi a pessoa imagina que a solução é soltá-lo em um parque ou praça. Começam aí novos problemas, tanto para o animal como para o ambiente.

Se mantidos anos a fio em cativeiro, muitos animais silvestres sofrem problemas graves de saúde, devido a recintos impróprios ou alimentação inadequada. O Projeto Mucky foi idealizado quando Lívia Botar, em 1985, salvou um sagüi que tinha um pedaço de corda entranhado em seu abdome, depois de anos de contenção inadequada. Exemplos como este são inúmeros.

O dirigente do SOS FAUNA também conta casos absurdos, como o de papagaios que são alimentados com leite e fubá, além de muita semente de girassol, alimentos totalmente inadequados – uma ave não pode tomar leite e oferecer excesso de semente de girassol para um papagaio é como alimentar um bebê com quilos de chocolate.

**ANIMAL TIRADO DE SEU HABITAT
É UM DRAMA – PARA ELE, PARA O AMBIENTE,
PARA A ESPÉCIE E PARA OS TÉCNICOS QUE
TENTAM REABILITÁ-LO**

Pavlenko, Harumi, Botar e Branco acreditam no combate ao tráfico, acreditam na possibilidade de reabilitar animais retirados do tráfico, mas todos afirmam que a repressão, a educação, o trabalho social deve ser intenso nas áreas de retirada. E quando os animais são retirados e recuperados pelas Polícias ou pelo Ibama, deve ser devolvido o mais rápido possível. O Ibama, muitas vezes, não consegue conter a retirada, mas consegue burocratizar de tal forma o trabalho dos técnicos que tentam recuperar os silvestres que estes acabam perdidos para a Natureza.

Mas ONGs que atuam como verdadeiros braços do Governo, suprindo a falta de pessoal, de equipamentos, de equipes, de veículos que deveriam ser usados na repressão à captura, caça, tráfico, vivem em situações-limite – sem qualquer ajuda financeira oficial e ainda pressionadas pelo excesso de exigências do Ibama. Além disso, algumas ONGs, como o SOS Fauna, acabam realizando até trabalho de “inteligência” tentando dismantelar redes de tráfico.

Com uma dificuldade adicional: a lei 5.197/67 tratava a captura ilegal como crime inafiançável, com pena de até cinco anos de prisão. A Lei de Crimes Ambientais, 9.605/98 revogou este artigo. Ninguém mais vai para a cadeia por traficar animais, não existe o crime do tráfico tipificado e a retirada de animais da natureza não é mais um crime inafiançável.

Traficantes conhecidos, que jogam no mercado paulistano 2 a 3 mil animais a cada carregamento, quando detidos, livram-se facilmente. A saída encontrada por alguns delegados da Polícia Civil é tentar enquadrar esses bandidos em formação de quadrilha, só assim conhecem o gosto de uma cela.

Outro grave problema apontado pelos dirigentes e técnicos de ONGs que atuam na área da fauna silvestre é a falta de conhecimento de muitos técnicos, a absoluta falta de diálogo entre os diferentes órgãos, a falta de ações conjuntas. É uma cidade que, ainda, fecha os olhos para as famosas “feiras do rolo” onde nos bolsos, bolsas, portamalas de carros centenas e até milhares de silvestres são vendidos ou trocados, à luz do dia.

2.1.SOS FAUNA

Animais Silvestres: bastidores do tráfico e o drama da destinação

MARCELO PAVLENCO ROCHA



Marcelo Pavlenco, que trabalha há 25 anos combatendo o tráfico, explica:

“Antes, a lei 5.197/67 estabelecia que era crime inafiançável retirar animais da natureza sem autorização. Isso servia como freio para os traficantes. A lei de crimes ambientais 9.605/98 mudou isso. O crime não é mais inafiançável e as penas são pequenas, substituídas por penas alternativas. Ninguém vai para a cadeia por violentar a Natureza retirando animais ilegalmente dos ecossistemas. Ninguém vai para a cadeia por vender esses animais. E a repressão é mínima, pelo tamanho do problema. A SOS FAUNA tem conseguido, em parceria com a Polícia Civil, prisões no

Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo
RELATÓRIO FINAL / MARÇO - 2010

Estado de São Paulo e também em outros Estados, mas usando um verdadeiro subterfúgio: formação de quadrilha”.

Marcelo citou traficantes que são velhos conhecidos, como o “Pezão”, que deve trazer por mês perto de 2 mil animais para São Paulo. Citou ainda os conhecidos irmãos EMINALDO ÂNGELO DE MELO E ERIVALDO ANGELA DE MELO, traficantes, que no máximo já passaram três meses presos, mas continuam em plena atividade.

“A média de animais silvestres que o “Pezão” traz à Vila Mara, zona Leste, mensalmente, oscila em torno de 3.500 a 4.500 bichos. É uma carga por mês. E isso acontece desde que a feira existe - de 1988 ou 1989, uma coisa assim. Atualmente ele esta preso na Bahia por formação de quadrilha, mas não por ferir a lei de crimes ambientais”, diz Marcelo.

O ambientalista apontou lugares conhecidos na cidade, feiras do rolo, onde silvestres são vendidos abertamente, sem que o Poder Público faça um trabalho eficaz de repressão, fora algumas blitzes, em geral da Polícia Civil em parceria com a ONG. E Pavlenco denuncia: “é estranho vermos em São Paulo, a segunda ou terceira cidade do mundo, mais de quinze “feiras do rolo” operando, vendendo animais silvestres abertamente, e numa boa. Está certo que é a polícia que tem de controlar as “feiras do rolo”, mas a Prefeitura não tem conhecimento de que nas feiras do rolo se vende vida selvagem e produto de crime? A Prefeitura tinha de ter esse conhecimento e não é de agora, mas de anos atrás!”



Outra medida sugerida por Pavlenco é uma fiscalização mais rígida das empresas de ônibus que cobrem o País e também transportadoras com frotas de caminhões, pois veículos de empresas conhecidas envolvem-se com o tráfico, como o Rápido 900, “e até caminhões dos Correios, pela rede do crime organizado de tráfico de animais”.

DEPOIS DA APREENSÃO, NOVOS DRAMAS

Pavlenco também explicou que em muitas apreensões feitas pela Polícia Ambiental os animais morrem, quando técnicos da ONG não auxiliam. Muitas vezes os bichos passam horas em viaturas fechadas, sob extremo calor. “O mínimo, é falta de conhecimento, é falta de comunicação, é falta de sentar para conversar. É não se pode atribuir o problema à instituição porque há gente fantástica dentro do Ibama, dentro da Prefeitura de São Paulo, dentro da Polícia Ambiental. O problema é que tem gente que anda com o nariz muito empinado e não quer escutar o que você fala, falta comunicação”, observa Marcelo.



Ainda segundo o dirigente da SOS FAUNA, “pior, quando ocorrem grandes apreensões, os mais prejudicados são os animais, que em geral não recebem socorro imediato, levando a maioria a óbito ou penalizando as instituições envolvidas, que se vêm, por exemplo com centenas de filhotes de papagaios nas mãos, animais que precisam ser alimentados de hora em hora. A ausência de primeiros socorros mata muito mais do que o tráfico”. Segundo Marcelo, “claro que o traficante é responsável pelo crime de retirada da natureza, pelos prejuízos ambientais, pelo desequilíbrio, mas a maioria sabe tratar dos animais, o que nem sempre é verdade depois da apreensão, pois não existem técnicos preparados nas policias para esses socorros”.

E depois da apreensão? Aí, começa o drama da destinação”. Para amenizar esse problema, Pavlenco sugere que a Divisão de Fauna possa ter um plantão nos fins de semana, período em que ocorre a maior parte das apreensões. Os técnicos atuariam no processo, salvando mais animais. Pior é que também o Ibama, sediado na Alameda Tietê, permanece fechado nos finais de semana.



Além disso, há os denominados “bichos bons” e “bichos ruins”, revela Marcelo. “Quando você tem psitacídeos – que são araras, papagaios, araras-jubas, tucanos etc -, todo criador quer receber. Apreendam 10 araras-azuis, ou 10 tucanos-tocos, ou 1.000 coleirinhas para ver o que acontece: ninguém quer. Essas coisas têm de vir a público. Todo mundo quer receber “bicho bom”. Galo-de-campina, quem quer? Ninguém. Ninguém quer pássaro-preto, ninguém quer tico-tico. Se apreendemos 20 bicudos, aparece um monte de gente querendo. Você não tem como provar, mas deve existir toda uma estrutura de gente que não joga no nosso time e que, infelizmente, canaliza esses encaminhamentos de bicho para aqui, para acolá”.

DEVOLVER BICHO É OUTRA DIFICULDADE: TECNICAMENTE COMPLEXO, E CARO DEMAIS

Pavlenco afirma que no período de agosto a outubro, explode o tráfico. “Devem entrar em São Paulo, no mínimo, por baixo, de cinco a seis mil filhotes de papagaio. O que se vai apreender disso? Talvez, 200, sei lá, 300, 400 não mais do que isso. E o que fazer com os papagaios? Nós estamos com quase 150 papagaios no SOS FAUNA, inclusive, no início de 2007 tínhamos verba para a soltura de sessenta e poucos filhotes, no Mato Grosso do Sul, com a pessoa cedendo a fazenda para que fizéssemos a soltura. E a soltura, claro, com construção de recinto, estudo de área, ambientação, e tudo mais. E temos uma verba da UPS, multinacional que nos ajuda, de dez mil dólares para fazer isso. Nós tínhamos até o final de fevereiro para apresentar à UPS o projeto, só que a empresa pediu um aval do Ibama do Mato

Grosso do Sul. Conversando com o Ibama de São Paulo, falaram que precisava cadastrar a tal fazenda como área de soltura. Conversei com o Ibama de Mato Grosso do Sul para cadastrar a fazenda e eles falaram que não sabiam como cadastrar como área de soltura, sendo que eles mesmos exigem. Falaram que iam consultar São Paulo e Brasília. Isso foi em fevereiro de 2007 e até hoje não me responderam, e nós perdemos os dez mil dólares e os papagaios estão presos”.

Marcelo continua sua denúncia relativa à morosidade e ineficiência dos órgãos governamentais. “Esses bichos só chegaram aqui porque o Estado Brasileiro falhou. Porque não tem fiscalização, porque não tem educação, estamos cheios de problemas. Esses bichos não eram para estar aqui, para dar o abacaxi para a gente resolver. Propus para o Vincent Kurt Lo, analista ambiental do Ibama, anteontem, vamos pegarmos 200 pássaros pretos e levá-los a Descalvado. Disse para irmos rápido, a fila deve andar. Pedi para ver o que existia no Depave, no Parque Ecológico do Tietê, estou com dois veículos e me comprometi a levar. A gente leva lá para Descalvado. As coisas têm de andar. Não adianta receber um monte de bichos e deixar tudo em cativeiro.

O Ibama nasceu em fevereiro de 1989, mas animais silvestres foram levados de volta à Bahia para soltura, somente em 2004, por conta de uma parceria do SOS FAUNA com o *Animal Planet*. Toda a documentação foi feita com auxílio do Depave. Depois, começaram a levar bichos de volta, via aérea, dependendo da TAM. A própria *Animal Discovery* colocou a TAM no documentário para ver se TAM poderia contribuir”, conta Pavlenco.

“Depois, avaliei e percebi que podemos usar o transporte terrestre também. É questão de conhecer cada espécie, e conseguir um transporte com condições, com climatização, controle da umidade do ar. Galos-de-campina, por exemplo, se colocados juntos, podem ficar 5 ou 6 dias, antes de se adaptarem à mudança de ambiente e começarem a brigar. Quer, dizer, dá para fazer o transporte terrestre. O que não dá é para os bichos ficarem acumulados em cativeiro. Atualmente conseguiria levar mil bichos de volta para o Nordeste a cada 15 dias, não fosse toda a burocracia”.

O IBAMA ESTABELECE PROTOCOLOS QUASE IMPOSSÍVEIS DE SEREM CUMPRIDOS

Sobre a burocracia citada por Pavlenco, a Diretora da Divisão de Fauna, Dra. Vilma Geraldi, explicou: “existem protocolos que devemos seguir e alguns que são obrigatórios para o Ibama. Nem todo protocolo, exames que o Ibama gostaria que se fizesse, são possíveis de serem feitos. Não há laboratório que faça alguns exames determinados pela Instrução Normativa 179. Quando falamos em fazer a análise genética dos animais, dependemos hoje de instituições de ensino e pesquisa, como a USP, que façam, que tenham profissionais, que tenham uma linha de pesquisa para determinadas espécies. Existem laboratórios que trabalham com exames de animais silvestres. Temos que adquirir os serviços por licitação. E nem sempre com êxito”.

Ainda conforme Geraldi, “pedimos para Universidades, falamos com a Unisa, com a Unibam, com a UPS, falamos para laboratórios para que compareçam à licitação. Quando abriu a licitação publicada em *Diário Oficial*, compareceu uma única empresa, e demos graças a Deus, porque, senão, nós não teríamos nem essa empresa”. Questionada sobre o nome da empresa, Geraldi respondeu que é o IVI - Instituto Veterinário de Imagem que trabalha com imagem e trabalha com exames de laboratórios.

E detalhou mais as dificuldades relativas não somente ao manejo, mas aos exames específicos para animais silvestre, inclusive aqueles exigidos pelo Ibama. “Alguns laboratórios, quando você fala pesquisa genética: para algumas espécies, nós temos alguns pesquisadores dentro da Universidade de São Paulo, que têm uma linha de pesquisa para algumas espécies. Mas, se a gente pensar que só o Município de São Paulo tem 416 espécies oficialmente reconhecidas, o que custa caro é a fração do DNA, é fracionar, é aquele *prime* do DNA”.

CRIADOUROS COMERCIAIS

Quanto aos criadouros comerciais, Pavlenko afirma que nos últimos tempos as apreensões de filhotes de aves são intensas, filhotes que provavelmente tem como destino os criadouros. “Quem rouba ovo, eventualmente, pode ser para tráfico internacional. Não aqui. Estes bichos também, o fato de eles serem novos apontam para uma possibilidade de serem inseridos dentro de criadores comerciais para saírem como bichos legalizados. Porque hoje um papagaio no tráfico custa 150 reais. Se ele sai de um criadouro comercial, sai por 2.000, 2.500 ou 3.000 reais, depende de onde se localiza a loja.

Segundo Pavlenko, atualmente é muito difícil comprar um papagaio ilegalmente na periferia de São Paulo. “Os caras se conscientizaram e não pegam mais filhotes? Não, é porque os bichos estão indo por outra via porque é muito melhor vender papagaio por dois mil, dois mil e quinhentos reais do que por cento e cinquenta reais. Outro fato interessante é com as araras, não vemos mais araras. Há 15 anos, víamos araras constantemente, e filhotes. Depois da portaria legalizando os criadores comerciais não se apreende mais filhotes. Será que os traficantes se conscientizaram? Claro que não, é porque os bichos estão indo por outros caminhos. E araras estamos falando em seis, sete mil reais”.

Outro aspecto considerado absurdo na regularização do comércio de animais silvestres, segundo Pavlenko, é a possibilidade de criadores comerciais retirarem animais da natureza para serem transformados em matrizes, e mais absurdo ainda, a possibilidade de obter esses animais oriundos de apreensões, oriundos do tráfico portanto, e que são oficialmente destinados para se transformarem em reprodutores. Marcelo se exalta e chega a classificar tal prática de “nojenta e repugnante”.

Diz Marcelo: “Sim porque os bichos que estavam na ilegalidade com o traficante são “lavados”, são legalizados pelo próprio Ibama e tudo legalmente. E o criadouro recebe tudo na faixa. Depois, a partir da segunda geração, teoricamente a partir da segunda geração, começa a vender filhotes”.

Neste ponto, alerta que isso acontece até com tucanos, encaminhados legalmente para criadouros, que vão comercializar filhotes depois. “Podem consultar a comunidade científica, pois eu não tenho conhecimento, mas é muito difícil a reprodução de tucanos em cativeiro. E então, começa a vender os tucanos e o que temos de fazer? Você desconfia que esses tucanos possam ser do tráfico e teria de pedir o exame de DNA, e o Ibama sabe disso”, afirma.

“O criador – prossegue Marcelo - afirma que o filhote de tucano do casal “x” e “y”, basta comprovar, e por que não pedem? Porque seria dar um tiro no próprio pé, seria como perceber que a legislação que foi feita, há oito ou nove anos, na verdade, fomentou o tráfico. Fora os bichos que provavelmente entram, via criadores comerciais, para saírem como bichos legalizados”. Marcelo cita ainda a reprodução, que ele considera difícil, de beija-flores e pica-paus-benedito.

Ângela Branco, coordenadora técnica da Pró-Animal, ouvinte da palestra de Pavlenco, completou informando: “o Ibama é muito rigoroso quando ele conversa com as instituições – quando conversa com o Marcelo Pavlenco, com a SOS Fauna, quando conversa com o DEPAVE 3. Agora, finge que não vê o problema, que é monstruoso, e que a ele compete. Quer dizer, os órgãos administrativos, de fiscalização, não conversam. Há essa confusão toda. Os animais desaparecem no processo de apreensão. Basta olhar os números. Pergunte para onde foram os animais apreendidos. Soltos? Mas soltos como? De que espécie eram? Onde foram soltos? Quais critérios adotam? Não existe nada disso. “Não, eles foram depositados em CETAs”. Que CETAs? E estão vivos nos CETAs? Quais são esses animais?”

“Então, quando se pega o fio da meada – diz a pesquisadora - e vai se tentar chegar ao final, percebe-se que, realmente, os animais são esquentados nesse processo. A maioria some, outros realimentam o tráfico, enquanto outros são legalizados. E até o conceito de criadouros conservacionistas se perdeu. A maioria hoje são criadouros comerciais. O interesse era comercializar. Era criar para fins de comercialização”.

Branco, que durante anos dirigiu a Divisão de Fauna do Município, denunciou a gravidade da situação: “Já temos dados de animais vendidos em *pet shop*, os quais são comprados em outro estado e o Ibama tem dificuldade de checar a legalidade desse animal. Eles são vendidos em *pet shop*, e foram adquiridos no comércio ilegal. Inclusive, notas fiscais obtidas junto a algumas *pet shops* provam que animais estão sendo vendidos por 15 mil reais, tendo sido adquiridos por 100 reais – atestado em nota fiscal. Isso é de imensa gravidade. E São Paulo tem essas informações”.

FALTA COMUNICAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

A falta de comunicação entre instituições, talvez, seja a coisa mais grave que aconteça. “Cobranças temos demais, sim. Cobranças e nenhum auxílio financeiro. O SOS Fauna até hoje não ganhou um grão de aliste de organismos governamentais. Mas o que eu acho mais grave é essa falta de comunicação. Temos que sentar pra conversar. A falta de esclarecimento e de comunicação gera até a má interpretação da lei. É o caso da chamada entrega voluntária de animais silvestres. No Decreto 3.179, que agora foi para 6.514, está escrito que no caso da entrega voluntária, a

pessoa não responderá criminalmente. Mas deve pagar multa sim. Só que o Ibama e a Florestal não cobram nada, só recebem.

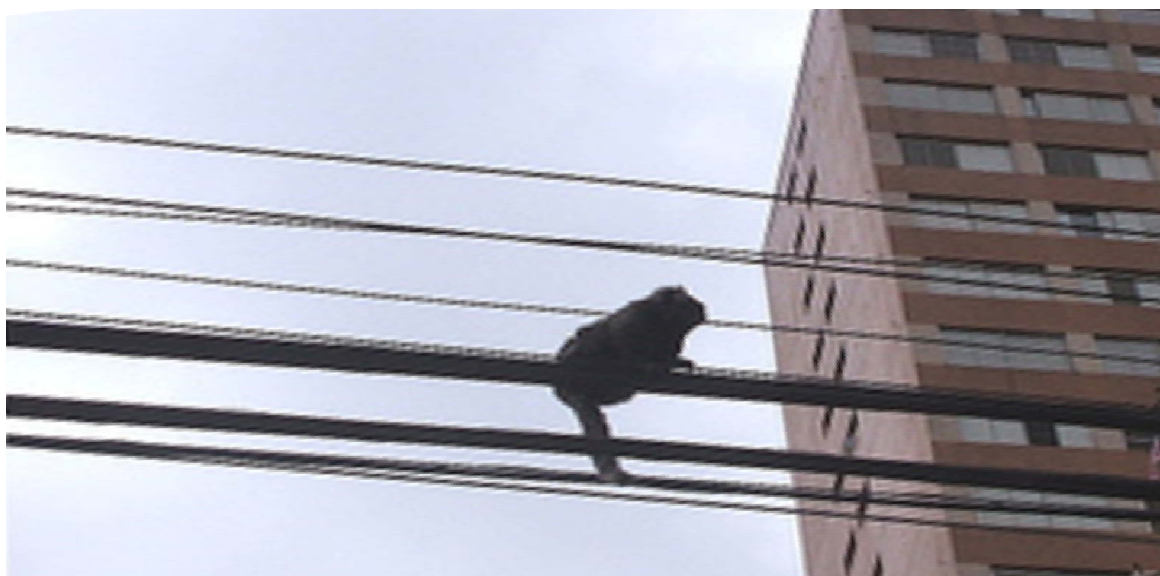
Marcelo observa também que muito se fala em Educação Ambiental para populações na área da Caatinga – e observa que em faz esse discurso não conhece a área. Também discurso relativo a educar adultos que possuem silvestres é algo tendente ao fracasso. “Conheço o Pernambuco de ponta a ponta, conheço boa parte da Bahia, parte do Ceará e a Paraíba quase toda. Não dá, de forma alguma, para alguém aqui falar em Educação Ambiental sem conhecer o problema lá. É muito mais fácil ganhar 400 reais por mês vendendo passarinho do que pegar no cabo da enxada e o problema é que não adianta implementar programas de Educação Ambiental lá. Tem que se discutir inclusão social, não adianta um monte de cartazes pregados, tem que discutir a situação local. E trabalhar muito as crianças lá e aqui principalmente. Aqui onde está o dinheiro para comprar”.

SOS FAUNA – www.sosfauna.org

2.2. PROJETO MUCKY

A inadequação de primatas como pets e os impactos nas áreas urbanas

LÍVIA BOTAR



A ASSOCIAÇÃO MUCKY DE PROTEÇÃO AOS PRIMATAS, ONG conhecida como Projeto Mucky, foi idealizada pela publicitária LÍVIA BOTAR quando ela salvou um sagüi das mãos de um bêbado, no Bairro do Limão, em São Paulo, em 1985. O pequeno primata tinha uma corda entranhada no abdômen. Ele não tinha pelos, a

cintura era da grossura de um dedo humano, e um dos testículos ficava acima da corda o outro abaixo.

Buscando salvá-lo, Lívia iniciou contatos com pesquisadores, veterinários, universidades. Mucky foi salvo e inspirou Lívia a criar um projeto de proteção e preservação de pequenos primatas, centrado principalmente naqueles retirados do tráfico ou que sofrem em cativeiros domésticos.



Depois de Mucky vieram centenas deles, a maioria mutilada pelo convívio com humanos ou devido à expansão urbana. O Projeto Mucky tem sede própria em Itu e é mantido sem qualquer contribuição governamental, nem do Ibama que encaminha sagüis e outros animais para o local. A ONG já atendeu 800 pequenos primatas. As altas despesas são cobertas sempre às expensas de seus dirigentes ou de eventuais colaboradores, pessoas físicas e jurídicas, sem qualquer ajuda do Ibama. Segundo Lívia, ainda é freqüente a chegada de pequenos primatas, sobretudo da Capital e Grande São Paulo, que viviam de forma inadequada e em grande sofrimento, em cativeiros domésticos inadequados.

Segundo Lívia, “a expansão urbana desordenada e sem preocupação ambiental também faz muitas vítimas. E mesmo os animais que ainda conseguem se manter em vida livre, estão literalmente “espremidos” pela expansão urbana, as invasões de áreas por moradias de baixa renda ou os grandes e ricos condomínios. Os pequenos grupos que restam acabam “invadindo” casas e também sofrem com a falta de troca genética (os cruzamentos entre indivíduos da mesma família acarretam problemas para os animais)”.

“As empresas destroem a mata, condomínios são construídos com muros altos e que alcançam centenas de metros de comprimento, não se pensa em corredores de

fauna, em áreas de escape ou passagem para os animais. Os primatas são curiosos, e precisam se alimentar e alimentar seus filhotes. Assim invadem casas dos humanos que invadiram a mata. Mas os “invasores” são os animais”, diz Livia, pintando um quadro bastante preocupante para a fauna silvestre.

Além disso, segundo Livia, também não se investe em educação ambiental, as famílias humanas, as crianças não conhecem a fauna local. “As famílias deixam seus cães soltos causando estragos para os silvestres que habitam a mata remanescente”, acrescenta.

MUITA TÉCNICA, MUITOS GASTOS, UM TRABALHO INTENSO E NÃO RECONHECIDO

Ao descrever as atividades do Projeto Mucky, Livia faz um panorama da complexidade envolvida no trato de animais silvestres vitimados por ações humanas (como o desmatamento, construção de grandes condomínios, caça, apanha ilegal) ou aqueles comercializados “legalmente” e depois abandonados, a maioria com problemas físicos e psicológicos.

O projeto Mucky tem instalações próprias, enfermaria, cozinha, recintos. Cada primata tem uma exigência alimentar, uma dieta específica, principalmente os acidentados e doentes. Além disso, todos exigem manejo e cuidados especiais. Livia mostrou sagüis que, feridos e paralisados, voltaram a andar depois de muita dedicação e trabalho técnico, inclusive com sessões de hidromassagem.



A ONG também faz trabalhos de conscientização com crianças e jovens e apresenta em congressos trabalhos científicos relativos ao manejo dos primatas que atende, cirurgias, estudos de comportamento. Estudos que, segundo Livia, dispensam o possível uso de animais saudáveis, em laboratórios, pois os casos do Mucky são gravíssimos e reais.

O COMPLEXO MANEJO DOS PEQUENOS PRIMATAS

Hoje, o Projeto só recebe animais em situação, absolutamente, de risco. Além de muito complexo, manter os sagüis é muito caro. Não existe destinação de verbas públicas, para animais que deveriam estar sob os cuidados do Estado. “Todo o processo requer altos investimentos, em todos os sentidos, não somente financeiro, mas humano, de extrema dedicação, além das especificidades técnicas”, explica.

Lívia Botar explica: “são em média de quatro a cinco refeições por dia, entre elas temos suplementos alimentares – muito caros – uma das coisas mais caras é a alimentação de primatas. Os sagüis são bichos com necessidades nutricionais muito especiais e específicas. Entre o intervalo das refeições recebem maçã, figo, mamão, uva passa, castanha e damasco. Tudo é batido no liquidificador e colocado no prato para ser distribuído.

Além disso, é necessário um trabalho de enriquecimento ambiental, porque além de ser um bicho que tem necessidades especiais, é um bicho difícil, enjoa rapidamente do alimento oferecido e precisa ter uma série de desafios no viveiro.

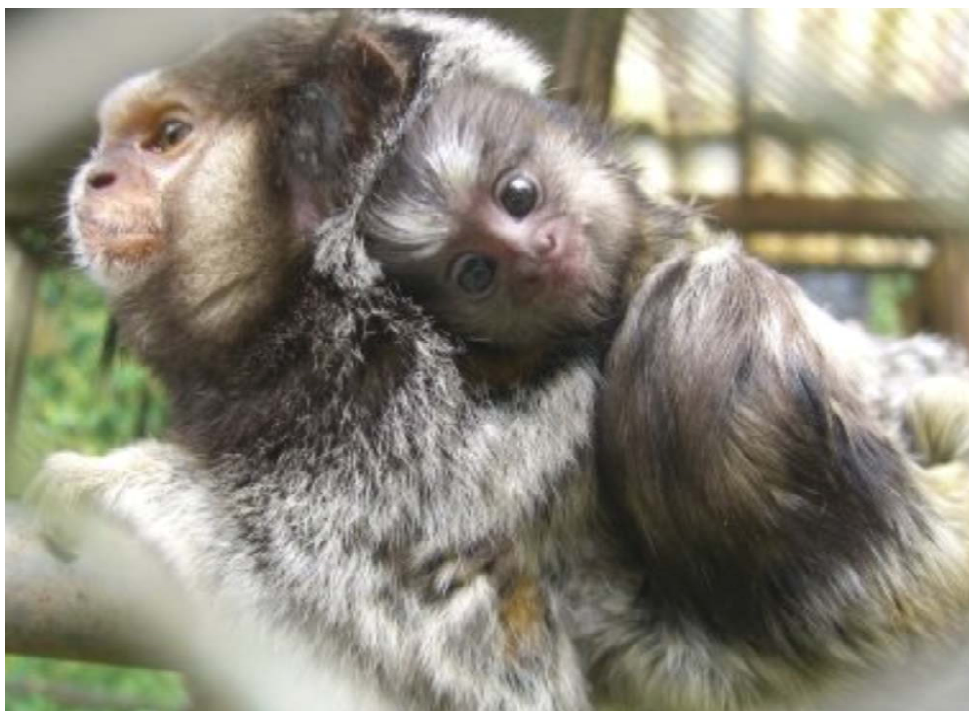


E o Projeto desenvolve complexos trabalhos de recuperação de animais mutilados e feridos. O local abriga, por exemplo, uma macaquinha que usa uma órtese e que depois de muito tratamento, consegue escalar galhos de árvore dentro de seu viveiro. Outros sagüis também usam equipamentos específicos que ajudam em sua recuperação. Alguns aparelhos foram construídos com ajuda de técnicos da Unicamp, outros foram feitos artesanalmente dentro do próprio Projeto Mucky e são objeto de trabalhos científicos.

Os técnicos do Mucky desenvolveram até tratamentos com hidroterapia para os sagüis, bem como sessões de massagem. Outra técnica dominada é a vasectomia. Os sagüis não podem ser castrados, pois tem um complexo arranjo familiar e comportamental, onde os hormônios dos machos são importantes. A vasectomia é fundamental principalmente para que híbridos não se reproduzam mais.

Exibindo os muitos casos de sagüis mutilados e gravemente feridos recebidos pelo Projeto Mucky, Livia frisou várias vezes: “quero que todos entendam que esses primatas não podem realmente ser *pets*, aliás, nenhum animal silvestre deve ser *pet*. Os primatas sofrem muito com desnutrição, descalcificação. Para que possamos colocar de pé um animal, que chega semimorto às nossas mãos, é um trabalho bastante árduo e doloroso para o animal. Muitos precisam reaprender a se movimentar, a andar, e até a se alimentar sozinhos novamente”.

A VIOLÊNCIA E A CRUELDADE QUE ENVOLVEM OS SILVESTRES “DE ESTIMAÇÃO”



Os relatos de Livia Botar impressionam:

“As pessoas pegam esses animais como *pets* e o que acontece? O dente do sagui, por natureza, rasga e perfura. Quando ele atinge a maturidade sexual, esse animal será seletivo em relação às pessoas que ele gosta e não gosta. Ele é extremamente possessivo e ciumento. São animais que vivem em sociedade, então, não tendo outro da mesma espécie, o sagui escolhe um humano e vai se considerar “dono” dessa pessoa, ou seja, será o companheiro. Esse animal morde e o que é feito? O dente dele é cortado. Não raramente recebemos animais, provenientes do tráfico legal ou ilegal, com os dentes cortados com alicates ou outras ferramentas. Recebemos um sagui que não conseguia fechar a boquinha, tudo machucado, inflamado”.

Mordidas também geram muita violência contra os sagüis, que se não tem os dentes quebrados, decepados, são atirados na parede pelo humano ferido. Há também quem deixe o sagui livre dentro da casa. “Temos uma fêmea que caiu dentro de uma

churrasqueira e teve 50 por cento do corpo queimado. Sobreviveu, mas perdeu uma perna, um bracinho e um olho”.

Em cativeiros domésticos, as fêmeas de sagüi também sofrem muitos problemas para parir, pois adquirem deformidades nos quadris, devido à desnutrição. “Nos 24 anos do Projeto Mucky, só conseguimos salvar uma fêmea e seu filhote nessas condições; a cesariana foi um sucesso, o que é raríssimo por causa das péssimas condições dos animais vindos de casas de humanos”, explica Lívia. Mas muitos outros chegam ao Projeto com graves seqüelas por desnutrição, não somente as fêmeas. As pessoas não tem a mínima idéia de como alimentar um silvestre, nem um primata, observa a coordenadora do Projeto Mucky. Temos um caso que a macaquinha era tão desnutrida que não conseguia subir em lugar nenhum, e a proprietária achava super normal, até que pisou nela metade do corpinho foi dilacerado.

Outro grave problema é como medicar esses animais. A maioria dos veterinários não sabe, ninguém sabe. Como tê-los em casa, então? Recebemos um proveniente de uma clínica veterinária de Campinas com a cauda amputada, mas também com a mãozinha enfaixada de uma forma que o levou a uma septicemia. Chegou quase morto.

“São tantos os exemplos. Temos o Bil, que foi comprado em um pet shop e se acidentou na casa, e a fratura não foi tratada adequadamente. Ele perdeu boa parte do fêmur, tinha muita dor e se mordida, dilacerando mais ainda a perna. Temos outro com a mãozinha amputada. Veio de uma apreensão; fazia parte de um grupo que foi jogado dentro de uma caixa de madeira pelo traficante que fechou a tampa apressadamente prendendo e destruindo a mãozinha”.



Lívia conta que o Projeto Mucky também recebe muitos filhotes de primatas, inclusive bugios, muitos que tiveram as mães mortas por traficantes. Nesse sentido comenta que, mesmo no comércio dito legal, o que se faz com os filhotes é “absurdo”.

Segundo ela, “as pessoas acham que os criadouros comerciais fazem tudo certinho, mas os sagüis mamam aproximadamente até um mês e meio, dois, e são retirados dos pais, o que é uma enorme agressão, porque você corta toda aquela relação social estabelecida que vai trazer para um bicho conforto não apenas físico, mas equilíbrio emocional. É a mesma coisa que tirarem um filho nosso, humano, e vender”.

SAGÜIS HÍBRIDOS, ANIMAIS “DE LUGAR NENHUM”

Um dos dramas que atingem os sagüis é o hibridismo. Devido ao tráfico ou ao comércio sem controle efetivo, sagüis de subespécies diversas, de várias regiões do País, acabam convivendo e cruzando, quando soltos na natureza sem critérios. “O sagui híbrido está praticamente presente em todos os Municípios. É uma espécie de lugar nenhum, quando pensamos em translocar esses animais, ou mudá-los de área, ou em reintegração, pergunto: onde vamos colocar estes animais? E o pior: sagui híbrido procria e muito e é preciso fazer controle populacional, através da vasectomia. E mais grave ainda, os híbridos apresentam doenças específicas e provavelmente carregam zoonoses específicas, ainda nem estudadas”.

Além desse problema, os sagüis são um dos focos das ocorrências de “invasões” de residências humanas. Ora, o grande sonho de muitos humanos é ser “ecológico” construindo uma casa no meio da mata, ou na beira dela. Para construir condomínios, derrubamos as árvores, derrubamos o habitat de dezenas ou centenas de espécies. O habitat dos sagüis. Muitas são casas assépticas, repletas de mármore, vidros, absurdamente limpas. É o ser humano se excluindo do ambiente, e dizendo que é parte dele. E de repente quando temos a presença de um animal, que entra na casa porque inicialmente invadimos a casa dele, o deixamos sem espaço e sem alimentos, nós nos apavoramos, nos enraivecemos, chamamos a Polícia Ambiental, quando não matamos a criatura. E a Polícia vem e pedimos que o animal seja levado embora de seu habitat.

“Dane-se o destino desse animal ou então, dane-se também toda a cadeia familiar e ecológica às quais ele pertence. Nós, realmente, não sabemos como lidar com isso. Por este motivo, coloco o conhecimento das espécies como um ponto prioritário, ou seja, estamos lidando com questões de educação. Aí entram as políticas públicas e a educação ambiental específica, que se não existem deveriam existir. E para isso os órgãos todos precisam se comunicar: Ibama, órgãos municipais, estaduais, federais.

PROJETO MUCKY - ASSOCIAÇÃO MUCKY DE PROTEÇÃO AOS PRIMATAS
www.projetomucky.com.br

2.3. ASSOCIAÇÃO MATA CILIAR

A importância da conservação ambiental na preservação da fauna e da vida humana

Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo
 RELATÓRIO FINAL / MARÇO - 2010

DRA. CRISTINA HARUMI

A médica veterinária Cristina Harumi Adania é coordenadora de Fauna da Associação Mata Ciliar, e pesquisadora de comportamento e fisiologia animal. A associação foi fundada em 1988, e como o próprio nome diz, tinha como objetivo trabalhar com a preservação e recuperação de matas ciliares. Segundo Harumi, “trabalhando com a mata ciliar, percebemos que água, conservação, matas ciliares eram atuações que dependiam de um trabalho não somente com a flora, mas também com fauna, educação, extensão rural – que é muito importante – para que conseguíssemos o real objetivo da conservação. No início, fazíamos grandes encontros, simpósios. Depois percebemos que precisávamos de experiências práticas porque não tínhamos respostas para as perguntas que fazíamos e precisávamos dessas respostas para efetivar os trabalhos de conservação.

A Associação Mata Ciliar possui várias coordenadorias: de Flora, Extensão Rural, Educação Ambiental e de Fauna. Na Coordenadoria de Fauna, são dois programas: o CRAS – Centro de Reabilitação de Animais Selvagens - e o outro um criadouro científico – Centro de Felinos Brasileiros. A Mata Ciliar recebe muitos animais da Capital, mantém uma média de 250 animais, metade deles, felinos. No Cras, os animais chegam muito debilitados, e perto de 40 por cento morrem.

A Associação, o Cras e o criadouro científico de felinos localizam-se em Jundiaí, na APA da Serra do Japi, que é um verdadeiro cinturão verde para São Paulo, e considerada reserva da biosfera pela UNESCO. “É uma mata atlântica com características de uma mata atlântica do interior, ela não é úmida, mais de interior indo a direção do cerrado. É uma mata de transição entre a mata atlântica e o cerrado. Temos diversas características em relação à fauna e flora. A proposta inicial da associação era receber os animais que vinham, principalmente, da região que faz parte da Serra do Japi que vai até Barueri, essa macroregião. Só que o que temos visto e recebido são animais de todo o Estado, o que complica a nossa situação porque temos de nos preocupar muito e gastar muita energia também com os animais destinados”.

FELINOS PERDENDO SEUS TERRITÓRIOS

Sobre o criadouro científico, o trabalho central é com espécies ameaçadas, é realizado um trabalho de conservação em cativeiro. Na verdade, todos os felinos brasileiros estão ameaçados de extinção, em graus diferentes. Harumi explica que a conservação em cativeiro é uma ferramenta para a conservação, juntamente com reprodução em cativeiro para a manutenção de um banco genético. Um banco genético que envolve inúmeras instituições, em vários países. São estratégias traçadas inclusive pela IUCN e pelo Ibama.

Trabalhar com os felinos também exige altos investimentos e com uma dificuldade adicional: os grandes felinos exigem áreas muito extensas para sua sobrevivência, o

que se torna quase impossível com o alto índice de fragmentação das matas remanescentes.

Segundo Harumi, “se é um animal recém capturado e se perdeu, uma possibilidade é você monitorar esse animal através de um rádio-colar e aí, você pode continuar a monitorar esse bicho: se ele sobreviveu ou não, se ele não está se alimentando ou alguma coisa assim, você recapturá-lo. Mas tudo isso, investe-se muito dinheiro, gente, ferramentas, equipamentos... O custo é altíssimo.

Quando falamos em felinos, estamos falando sobre topo de cadeia. Os felinos são especialistas em captura de presas vivas, e são muito “territorialistas”. Um único macho de onça pintada precisa de 50 quilômetros quadrados para viver, com boa oferta de alimento, abrigo. Existe onça pintada que precisa de 100 quilômetros quadrados; no Pantanal já se registrou onça em 127 quilômetros quadrados. O macho nunca sobrepõe território com outro macho, senão o que acontece é a competição.

Onde tem onça, é considerado local onde ainda temos qualidade de meio ambiente. Por quê? Justamente, porque a onça é topo de cadeia e com qualquer fragmentação, qualquer desmatamento, a área sendo derrubada, as primeiras a sofrer são as onças. Porque elas precisam daquilo, é a área delas, é a área de vida que é muito grande. Topo de cadeia. Se a onça está ali em determinado ambiente, ainda é possível salvar aquele ambiente, existe ainda certa qualidade de vida. Por ser topo de cadeia, ainda existe toda a pirâmide embaixo dela.

São animais de hábitos solitários. Numa determinada idade quem cuida é só a mãe, que amamenta e ensina a caçar, a se defender. Numa determinada idade esses animais devem se dispersar e, nessa dispersão, eles vão parar numa garagem, num quintal de uma casa, como aconteceu e aí a gente tem que levar para cativeiro ou você pode soltar? É muito mais complicado, porque se você pega aquela onça e solta no mesmo lugar é possível? Muitas vezes não, porque já não existe área para ela. Outras vezes você pega aquela onça e quer translocar ou soltar na Serra do Japi para que ela não vá para cativeiro, de repente, você está soltando e condenando essa onça à morte, pela confecção por outros animais que já existem ali. Ou, de repente, você solta um animal que por ter tido contato muito próximo, você pode estar, inclusive, transmitindo muitas doenças.

Em São Paulo, por incrível que pareça, encontramos felinos ainda. Há um mês fomos chamados para atender dois felinos – duas onças pardas – encontradas na cidade. Em São Paulo, ainda, encontramos onça parda. Uma onça parda foi atropelada há duas semanas na região de Bragança Paulista. O que será que está acontecendo? A história é a mesma: a ocupação das poucas áreas verdes, das poucas áreas protegidas que temos.

As áreas próximas acabam valorizadas para a construção de condomínios, loteamentos e assim por diante. Muitos condomínios englobam trechos de áreas verdes, valorizando o empreendimento. Cercam tudo, em nome de uma segurança que nem existe. E de repente era uma área importante como corredor entre dois fragmentos florestais, comprometendo a passagem da fauna.

Outro drama são os muros. O animal começa a andar, andar, andar rente ao muro e, no final, encontra uma estrada. Fatalmente acabará atropelado. Aquele muro, de repente, também impede que os bichos tenham acesso à água, porque todo condomínio tem um lago lindo, imenso, mas o bicho fica sem acesso a ele.

Mais do que nunca, segundo a médica veterinária especialista em felinos, é preciso potencializar áreas para a manutenção dessas espécies em vida livre, inclusive na cidade de São Paulo e arredores, como na Cantareira. Isso requer estudos prévios. Outra possibilidade é o reflorestamento, aumentando as áreas de proteção ambiental.

CRESCEM OS AGRAVOS PARA TODOS OS SILVESTRES

Até o ano passado recebíamos uma média de três animais por dia, o que para a nossa estrutura é muito. Hoje, recebemos quatro ou cinco animais por dia. Os animais chegam por diversos motivos já mencionados, principalmente pela fragmentação de habitat, o problema das queimadas, comércio, tráfico, caça – em menor escala -, acidentes – atropelamentos. Um bom exemplo são os bugios, cada dia é maior o número deles que chega em nosso Cras. Essa espécie está em extinção, não consegue mais viver por causa da fragmentação de seu habitat. Essa fragmentação, segundo a cientista, dificulta as trocas genéticas. Os animais não trocam mais genes entre si, predomina a consaguinidade e a biodiversidade genética das espécies vai se perdendo. Não somente bugios, mas todas as espécies estão sofrendo com isso.

E mesmo nas áreas onde teoricamente a mata está preservada, a situação é delicada. “Se observarmos a Serra da Cantareira, a Serra do Japi ou outras florestas vemos uma massa maciça de árvores, mas, na verdade, sabemos que estão completamente fragmentadas. Vemos isso muito bem num vôo noturno que nos possibilita ver as luzes dos loteamentos, a ocupação das áreas é muito grande”. Harumi explica que muitos animais acabam feridos ou atropelados quando saem do grupo original para formar novos grupos, obedecendo ao comportamento natural da espécie. Como a mata não tem continuidade, são atropelados, feridos, capturados. É fundamental trabalhar na conservação de áreas e Harumi sugere que São Paulo proteja fortemente os 20 por cento que ainda restam de matas nativas, mesmo que seja com o sistema de Reservas Municipais.

Harumi faz um alerta: “Hoje se debate muito os circos, o fim dos animais em circos. Mas temos outro projeto de lei muito perigoso, que modifica o Código Florestal. Diminuir as áreas de matas ciliares de 100 – 50 metros, dependendo da largura do rio, para 10, 20, 5, isso é um absurdo”.

“Não preciso nem falar que é um absurdo para os animais. É um absurdo para a nossa própria sobrevivência”, enfatiza a médica veterinária. “Acho que falar sobre áreas protegidas é uma questão não de sobrevivência dos animais, somente, é uma questão da sobrevivência dos animais para a nossa própria sobrevivência. É este ciclo que temos que entender”.

Harumi lembra ainda os agravos sofridos por outras espécies, como cachorros do mato e lobos-guará, que intoxicam-se com venenos de rato ou agrotóxicos. Isso acontece também com bugios. Isso porque as áreas de cultivo cada dia mais chegam até a floresta, muitas culturas invadem a área de mata. E as casas de humanos também, pessoas que constroem galinheiros ou criam outros animais, atraindo as onças. Os bugios são atraídos por frutos ou alimentos das casas. E os animais acabam dizimados, são situações que poderíamos estudar, minimizar as conseqüências.

COMÉRCIO ACARRETA SOLTURAS INDISCRIMINADAS

Outro grande problema que temos diz respeito ao comércio de animais. Neste momento, não falamos somente da falta de destinação dos animais – não temos locais para destinar os bichos -, mas também do tempo que gastamos para encontrar o destino para eles e o dinheiro reabilitando e tratando.

A soltura indiscriminada também é muito grave. Hoje é possível comprar sagüis, levar à casa, criar, só que todos que trabalham nesta área sabem que amanhã, na primeira mordida que o sagui der, acabará solto em qualquer lugar. Temos problemas muito graves com a soltura indiscriminada. Na Serra do Japi encontramos o sagui *Callithrix aurita*, muito ameaçado, uma espécie endêmica e que por competição de comida, abrigo, perde para algumas espécies que vêm principalmente da Bahia, que são traficados, são comercializados e acabam abandonados. Como eles vem de uma região de ambiente mais agressivo, na Mata Atlântica prosperam facilmente, ganham na competição com os sagüis daqui. Os “aurita” estão sendo dizimados”.

Temos um estudo de vida livre em diversas áreas no Estado e vimos que, cada vez mais, espécies exóticas vem aumentando suas populações indiscriminadamente. Harumi explica que não são espécies de outros países, mas de outras regiões do País, como sagüis da Bahia, ratão do banhado, javalis. Então, é necessário um controle maior em relação a isso.

INTERESSES ACIMA DA PRESERVAÇÃO, O DESABAFO

Por fim, Harumi faz um desabafo, alertando para o perigo de os interesses, sejam eles quais forem, continuarem acima da preservação e da conservação dos animais silvestres.

“Existe uma revolta muito grande porque estamos cansados, não temos mais tempo para discutir sem uma ação efetiva. Qual é a proposta efetiva do Ibama, do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais? Não consigo me orientar nos objetivos do Ibama. Não consigo perceber o Ibama como uma instituição. O que eu consigo é enxergar várias pessoas trabalhando nessa instituição e cada pessoa trabalha de um jeito, tem uma visão diferente. Tenho vários amigos dentro do Ibama, mas também várias pessoas que eu não gosto dentro dessa organização, mas o que percebemos é que os interesses falam mais alto.

“Comércio de animais? Nós nem tínhamos de estar discutindo, essa é a verdade, porque há 20 anos isso era uma coisa absurda, e estamos vendo as consequências. O que discuto hoje é qual o papel que faço dentro disso tudo: receber sagui de tráfico de bicho? Eu não vou receber de forma alguma. E aí o Ibama chega e me dá um ultimato. A revolta é muito grande e acredito que todo mundo que está nesta ponta da linha está na mesma situação e nos perguntamos hoje: qual é a nossa saída, qual é a saída dos animais? E quando falo a nossa saída, não sou eu que estou cuidando de um criadouro, falo de todos, até dos que cuidam de domésticos”, diz Cristina encerrando com uma pergunta crucial: “Qual é a solução para que possamos ver um futuro para todos nós?”

ASSOCIAÇÃO MATA CILIAR – www.mataciliar.org.br

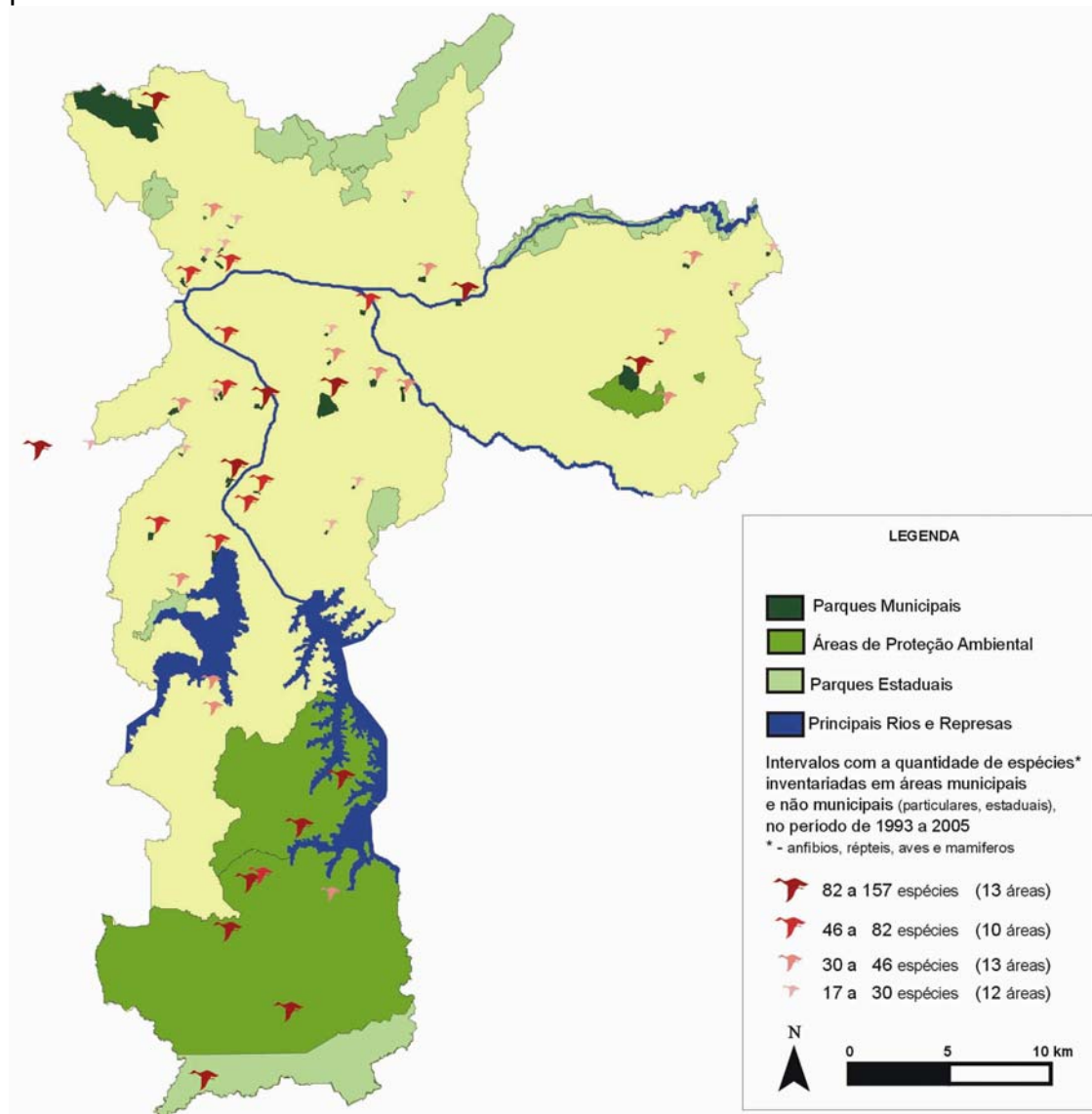
2.4. PRÓ-ANIMAL – União pela Conscientização Ambiental e Preservação da Vida

A Questão Animal no Ambiente Urbano – Fauna Silvestre e a Saúde Ambiental

Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo
RELATÓRIO FINAL / MARÇO - 2010

DRA. ANGELA MARIA BRANCO

A médica veterinária Angela Maria Branco, coordenadora técnica da Pró-Animal, foi a idealizadora da Divisão de Fauna da cidade e durante alguns anos, diretora do órgão. Branco abordou a fundamental contribuição da fauna nativa para o equilíbrio e a saúde ambiental. Frisou que a fauna de São Paulo ainda é rica – o inventário oficial de fauna soma 429 espécies – 58 mamíferos, 285 aves, 37 répteis, 40 anfíbios, 9 peixes.



O mapa apresentado é o resultado de 13 anos compilados pela Divisão, com levantamentos em parques municipais, estaduais e outras áreas verdes da cidade; o último resultado foi publicado em 2006. O símbolo de uma ave, dependendo do tamanho, mostra maior ou menor diversidade de espécies inventariadas na área. A ave que aparece fora dos limites do território é referente ao Parque CEMUCAN, que é administrado por São Paulo, mas localiza-se no município de Cotia. Branco frisa que, conforme Vilma Geraldini já havia demonstrado,

Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo
RELATÓRIO FINAL / MARÇO - 2010

São Paulo ainda tem grandes remanescentes de mata, sobretudo na Cantareira, que precisam ser urgentemente preservados. A cidade ainda tem onça parda, mas não existem pesquisas sequer para saber quantos indivíduos dessa espécie encontram-se em vida livre. E frisou que, conforme Cristina Harumi, da Mata Ciliar, explicou, onças são topo de cadeia alimentar, quer dizer, se existem em uma área é porque a área ainda está preservada – em São Paulo, uma área bastante restrita e que pode se perder inteiramente.

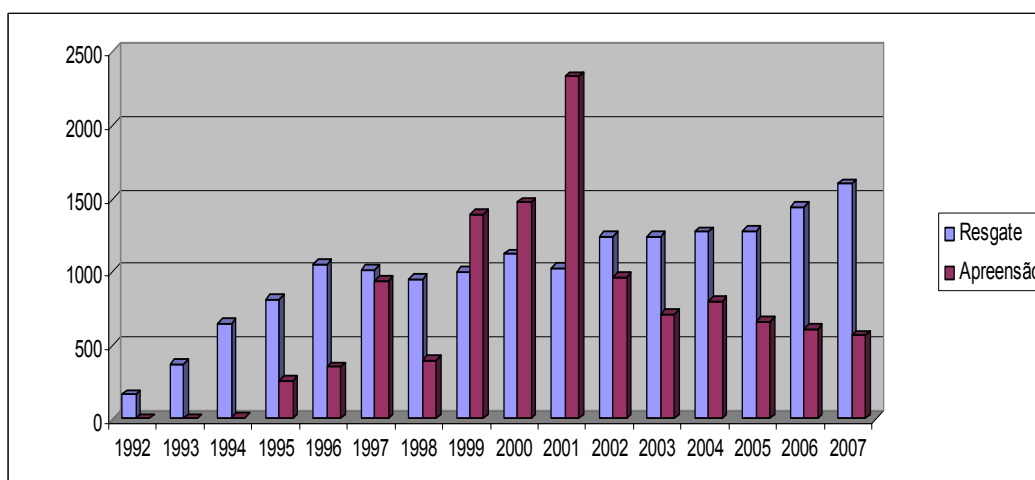
Ao abordar este inventário, Branco mostrou quanto é fundamental o trabalho da Divisão de Fauna, inclusive para produzir indicativos da saúde ambiental.

Esta Divisão devolve à natureza 50 por cento dos animais atendidos, conforme a atual Diretora, Dra. Vilma Clarice Geraldi, já havia demonstrado. Atende a fauna da cidade, mas também acaba socorrendo animais vítimas do tráfico de silvestres. A fauna local vem sendo largamente vitimada pela pressão humana (pressão antrópica): atropelamentos, eletrocuções, animais atacados por cães em áreas onde deveriam estar protegidos, pássaros que caem dos ninhos em meio à cidade.

Lembrou ainda dos chamados “invasores”, que na verdade tiveram seu ambiente invadido por humanos, principalmente com a expansão dos condomínios de luxo.

Esses animais vitimados, quando chegam às mãos do Poder Público, muitos tem condições de ser recuperados e reintegrados à natureza, pois são animais que ocorrem na cidade. Já aquele outro grupo de animais apreendidos, já é um grupo muito mais difícil, muito complexa a destinação e mostrando que é uma ação de polícia. Combater comércio ilegal é ação de polícia, ação de inteligência, então, é bastante complexa a ação que envolve esses silvestres.

Branco fez uma análise detalhada da entrada de animais silvestres nativos na Divisão de Fauna nos últimos anos, apontando tendências. A análise abrangeu 27.779 animais, sendo 16.269 resgatados e 11.510 apreendidos.



No período de janeiro de 1992 a dezembro de 2007, o que a pesquisa aponta é que apenas dentre os silvestres foram apreendidos 27.779 animais, onde 41.4% eram geralmente aqueles animais apreendidos pelos órgãos de fiscalização: Ibama, Polícia Ambiental, que deposita estes animais. Já os demais, enquadrados na categoria resgatados, são desde aqueles animais que o particular encontra e entrega na divisão, mas também que o corpo de bombeiros entrega, que o Centro de Controle de Zoonose entrega, que são os animais vitimados.

Olhando este gráfico, percebemos que a Divisão começa com a missão de atender a fauna do município de São Paulo, justamente para não virar um centro de triagem, um depósito de animais. Então, era muito tímido o atendimento de animais apreendidos pelo comércio ilegal. Chega um momento que começa quase a se equiparar frente a uma demanda mesmo muito grande de atendimento destes animais. Agora no ano de 1999, 2000, 2001 tem uma inversão total. O que isso sinaliza, é justamente a aplicação da lei de crimes ambientais.

Aí os órgãos de fiscalização não tinham para onde mandar, então, em outras instituições que atendem silvestres também houve um “boom” de atendimento e depois parece que a lei de crimes ambientais também foi sendo deixada em desuso, as pessoas não aplicando ela devidamente e, novamente, começa a cair o número até porque não é a missão, vamos assim dizer, do serviço da Prefeitura de São Paulo, resolver o problema de tráfico porque este é um problema de inteligência, de polícia, do órgão federal, do órgão estadual também. No entanto, o número de animais vitimados continua crescendo e sinaliza que os animais continuam sendo impactados.

E o que aconteceu com os animais atendidos em todo o período? Conforme os dados oficiais, dos 27.779, como boa parte eram da cidade ou região, muitos conseguiram ser reintegrados: de 50.9% puderam ser devolvidos à natureza. Mas, chama a atenção o alto índice de óbitos, ou seja, os animais que chegam, principalmente, do comércio ilegal ou também da própria cidade, eles vem num estado de saúde que é muito difícil de recuperar. Então, a grande maioria, quase 34% de animais que deram entrada neste período foi a óbito. E, vejam, eles estão sendo atendidos por um serviço criado para isso, com técnicos especializados nisso, que fazem de tudo para tentar salvar e, mesmo assim, com altíssimo índice de mortalidade. Depois tem outros destinos, mas o que chama a atenção é o fato de 9.9% terem ido para cativeiros, ou seja, animais que não têm chances de serem reintegrados. Esses animais que também sobreviveram, uma parte deles são encaminhados para cativeiro. E cativeiro é um criadouro conservacionistas, um zoológico, sempre com algum critério do melhor destino para esse animal.

E o que tem a ver animal e saúde ambiental? Eu tenho participado de muitas discussões sobre saúde ambiental, que é a área que eu defendi o mestrado, muito interessante porque os elementos tratados geralmente são: ar, água e tudo sob a ótica da doença. As pessoas estão falando sobre a doença do ar: o índice de poluição, de mortalidade e quando é água a questão da sanidade, poluição e a questão animal, para mim, ela pode ser vista sob a ótica mesmo da saúde ambiental, ou seja, se eu tenho um ambiente saudável, eu tenho animais. Portanto, a fauna é um indicador de qualidade ambiental. Quanto maior a diversidade, melhor a saúde

ambiental. Por isso eu defendo muito esta questão de a gente discutir saúde ambiental com uma ótica de olhar para sua flora e fauna que são altamente dependentes. E o que acontece com os animais, na verdade, estamos observando que há uma perda constante de habitat que causa uma série de problemas para os animais.

A perda de habitat é o pior fator que compromete os animais e a saúde do meio ambiente. Ele gera desequilíbrio no ambiente, os animais são obrigados a conviver com outras espécies. Vocês imaginem que os animais silvestres gostem de conviver com a nossa espécie? Eles são obrigados, eles acabam tendo que conviver com os seres humanos porque o espaço a ele reservado hoje a cada dia diminui e o pior que pode ocorrer para os animais frente à perda de habitat é a extinção. E nós já temos exemplos clássicos de espécie que foram extintas por essa pressão. Então, o que mais promove a extinção da espécie é a perda de habitat.

Com relação à questão de saúde ainda, temos que estar atentos para a questão de transmissão de doenças e zoonoses. E, aqui eu destaco que um estudo que fez um apanhado das doenças que ocorrem nos animais e podem comprometer a população humana tem cerca de 180 doenças listadas. E sempre gosto de trabalhar com o exemplo da raiva, raiva por quê? Raiva é letal. E as pessoas imaginam que a raiva está longe de São Paulo, não. E agora também é uma reflexão para as pessoas que, às vezes, insistem que parque municipal é um local para a manutenção de gato e cão. É importante lembrar que em 1997, um morcego recolhido no Parque Trianon pela Divisão de Fauna deu positivo para raiva; isso em 1997, parque Trianon, o parque da Av. Paulista, depois houve outros exemplos na Av. Paulista.

Este caso demandou uma grande energia tanto dos técnicos da divisão de fauna, quanto dos centros de controle de zoonoses para poder sanear essa situação. Fazer uma vigilância ambiental nesse espaço por conta desse episódio, desse achado que é bastante complexo, envolve uma série de procedimentos, que envolve inclusive os animais silvestres, no caso, no parque Trianon tinha o sagui. Os saguis tiveram que ser todos removidos na ocasião, foram todos tirados do parque. Porque você não sabe se aquele sagui teve algum contato com esse morcego positivo para raiva.

Só este assunto daria uma palestra. Introdução no meio de espécies invasoras, dia 22 último, 22 de maio, foi comemorado o dia internacional da diversidade biológica e o tema deste ano é justamente espécies invasoras. Espécies invasoras têm tomado muito tempo e preocupado muitas autoridades, porque espécies invasoras significa risco: risco de doença, risco para o meio, significa perda econômica. A Lívia, do Projeto Mucky, bem abordou a questão dos saguis híbridos.

E aí temos a questão da soltura e fuga. A fuga é acidental, por mais que as pessoas digam: “não, mas eu vou controlar a minha criação, os meus animais” a fuga ocorre. E a soltura é aquela intencional e nós temos vários casos de soltura; aqui foi destacado também o exemplo de uma píton encontrada em Jundiaí. Mas aqui, no Parque Buenos Aires, a Divisão de Fauna já resgatou uma cobra americana, a cobra do milho (). Animais assim já foram resgatados em São Paulo, tem vários históricos, basta puxar o histórico e vocês vão ver que realmente tem uma série de espécies que podem ser consideradas invasoras e podem comprometer a saúde dos animais e a

saúde do meio. Aqui eu vou abordar esta questão que está tão em pauta: se o animal silvestre deve ou não ser tido como um animal de estimação. Há 27 anos eu profissionalmente trabalhava com cinco boas razões para as pessoas não terem animal silvestre como animal de estimação, hoje, eu permito acrescentar mais dois itens.

O primeiro que nós sempre trabalhávamos era a questão da ilegalidade, não pode, a lei proíbe. Outro argumento, e nós já falávamos há vinte e tantos anos, é que, na verdade, você ter um animal de estimação, ele é um incentivo ao comércio ilegal, uma medida que as pessoas querem, tem demanda, vai ter o comércio obviamente e é um comércio ilegal. Maus tratos, aprendi com o nosso procurador de justiça, que é o ato com intenção de dolo, quando tem dolo. Só que têm muitos maus-tratos que não são por dolo, e sim por erro de manejo; as pessoas não estão maltratando os animais, veja, aquela pessoa que cuida errado, ela não está maltratando porque ela quis, é porque ela não sabe, ela ignora, mas são maus-tratos. E, aí nós temos muitos erros de manejo, que é o grande problema. Aqueles exemplos que a Livia Botar, do Mucky, mostrou, boa parte ali são maus-tratos mesmo porque acorrentam o animal, prendem ele pela cintura e alguns são erro de manejo, erro nutricional, as pessoas não sabem nem o que dar para um sagui comer. E aí gera uma série de problemas. Erros de manejo ocorrem em instituições que deveriam não ter nenhum erro, por exemplo, os zoológicos. Se nós formos ao zoológico, vamos ver animais com as patas todas lesadas, animais deformados, animais com desvio comportamental então, nem se fala. O cativeiro por si só é uma condição de maus tratos. Risco para a diversidade biológica. Quando se retira um animal da mata e ele é levado para um apartamento, toda a vida livre da área está sendo comprometida, está ocorrendo desequilíbrio, risco para a diversidade biológica.

Um outro bom motivo para não ter um animal silvestre de estimação é risco de doenças e aí digo para a população humana também. Você está comprando um animal, o vírus da raiva pode estar encubado num primata durante um ano. Então, quem diz que aquele animal que você comprou, que, às vezes, pode até pensar que foi criado comercialmente, teoricamente, o animal tem ali a sua anilha, o seu microchip, mas esse animal, a procedência não foi o comércio legal.

Marcelo Pavlenco, do SOS Fauna, mostrou uma foto muito representativa de papagaios de um dia de vida, que podem ser levados para um criadouro, e anilhados como se tivessem nascido lá. E não adianta falar na realização de testes de DNA, que são caros, sofisticados, complicados. Então, quando você compra um animal desses, você pode até imaginar que ele tem uma origem legal e, muitas vezes, não é origem legal.

Hoje, também menciono muito a questão da perda de habitat natural devido ao avanço da agricultura. Olha que contra-senso e as pessoas dizem que gostam do animal, ela quer um papagaio porque ela gosta do animal. O papagaio vive lá feliz na natureza, desempenhando o seu papel biológico e a natureza preservada. Aí as pessoas querem tirar esse papagaio e querem levar para seus apartamentos porque querem conviver com o papagaio aí à medida que você tira o papagaio e leva para seu apartamento, você tem de produzir mais grãos para alimentar aquele papagaio, quer dizer, além de tirar o papagaio, promovendo desequilíbrio você ajuda a

aumentar mais ainda o desmatamento, pois áreas de mata nativa vão virar campos de cultura, onde será plantado mais milho, girassol, mais soja para a ração do animal. Então, é um contra-senso. Esse fator também tem de ser levado em consideração.

Cito, ainda, o gravíssimo drama do abandono de animais domésticos, cães e gatos. Hoje, é um problema praticamente sem solução, estão buscando as soluções. Um problema que pode ser agravado pelo fato de mais e mais pessoas optarem pelos pets silvestres. O pior é que esses pets silvestres também acabarão abandonados. E quando a pessoa quer se desfazer de um papagaio ou sagüi ou arara, ela pensa “puxa, mas é uma ave, é um silvestre. Sabe o que eu vou fazer, soltar num parque e ele vai viver feliz para o resto da vida”. A maioria morre, não sabe viver em vida livre, mas os que sobrevivem, como já se demonstrou fartamente aqui, vão significar outros riscos ambientais.

Sintetizando a questão dos animais e da saúde ambiental, podemos dizer que hoje, no Brasil, do ponto de vista legal, educativo, ético e humanitário, nós estamos vivendo um retrocesso, inclusive com a mídia incentivando as pessoas a terem papagaios, jabutis e até chimpanzés em casa. Branco frisou ainda que atualmente são fortes as pressões para se liberar o comércio de praticamente todos os silvestres. Os ambientalistas e defensores da fauna devem estar atentos e, principalmente, munidos de muita informação técnica.

Branco frisou também que o Estado deveria cuidar mais dos silvestres. São Paulo é uma exceção, com sua Divisão de Fauna. O ônus para as ONGs que fazem esse trabalho é imenso, todas tem graves problemas financeiros. Isso porque o trabalho é altamente técnico, financeiramente custoso, a estrutura exigida é complexa.

Segundo Angela Branco, a relação da fauna com a saúde ambiental pode ser medida pela perda de habitat e a extinção de espécies, pelas zoonoses, pela ocorrência de espécies invasoras. A relação da fauna com a saúde ambiental é estreita, apesar da maioria dos órgãos oficiais de meio ambiente terem desconsiderado tais aspectos durante anos. A presença de animais silvestres no meio, sem dúvida, é indicador da qualidade ambiental, afirma Angela.

Neste aspecto propõe soluções:

Preservação de remanescentes florestais e ampliação do sistema de áreas verdes;

Restauração ambiental em áreas de preservação permanente ocupadas;

Criação de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) e de reservas legais;

Pagamento por serviços ambientais;

Arborização urbana com espécies nativas e atrativas

para a fauna;

Criação de Unidades de Conservação;

Medidas compensatórias e mitigadoras voltadas diretamente para a fauna;

Realização de inventário faunístico e adoção de medidas de controle.

Sobre as propostas relativas especificamente à preservação da fauna silvestre, Angela Branco relacionou:

Restrições ao comércio de animais silvestres;

Divulgação e implementação da Carta do I Fórum Pró-Vida Animal em Meio Urbano. São Paulo, 29/09/2000.

Assimilação das experiências da Cidade de São Paulo na formulação e implementação de políticas públicas das esferas nacional e estadual, relacionadas à questões de saúde ambiental, com enfoque na questão animal.

Implantação da Agenda Laranja Paulistana – Proposta como Instrumento de planejamento e gestão da fauna (nativa, exótica, doméstica) com Plano de Ação.

PRÓ-ANIMAL - www.pro-animal.org.br

2.5. GAP-Brasil (Proteção aos Grandes Primatas)

O sofrimento e a dor dos grandes primatas e de outros exóticos comprova a inadequação do uso de animais em circos

Selma Mandruca, a advogada presidente do GAP-Brasil (Proteção aos Grandes Primatas), evidenciou a total inadequação do uso de animais em circos e outros espetáculos, ao expor todo o sofrimento de dezenas de chimpanzés retirados desses estabelecimentos e também de zoológicos pelo projeto GAP. Um santuário que, depois de anos salvando e abrigando chimpanzés, também acabou recebendo outros animais silvestres exóticos retirados de circos, como leões.

O GAP é um movimento internacional (The Great Ape Project) cujo objetivo maior é lutar pela extensão dos direitos básicos à vida, liberdade e não-tortura aos grandes primatas não humanos - Chimpanzés, Gorilas, Orangotangos e Bonobos, nossos parentes mais próximos no mundo animal. O Projeto GAP-Brasil começou suas atividades em 2000 e atualmente conta com quatro santuários afiliados que abrigam em sua maioria animais resgatados de maus-tratos e condições inadequadas de vida em circos, espetáculos e zoológicos. O GAP Brasil é a sede do projeto internacional, em função do trabalho de destaque com chimpanzés desenvolvido no país. O GAP internacional é atualmente presidido pelo Dr. Pedro Ynterian, fundador do projeto no Brasil.

Ynterian envolveu-se com o projeto ao perceber que o pequeno chimpanzé que criava como pet não poderia ser um bicho de estimação. Selma começou da mesma forma. “Achamos que podíamos ter em casa um chipanzé, como um animal de estimação, é o grande erro. Só aí quando a gente percebe que aquele animalzinho que está ali muito semelhante a uma pessoa, que o que você ensina para o seu filho você ensina para ele, ele aprende basicamente da mesma forma, até três ou quatro anos. E você vê que depois disso ele vai se tornar um ser incontrolável, seja pela força ou pelos instintos que ele vai desenvolver, nós percebemos que estávamos com um grande abacaxi nas mãos e ao invés de abandonar, devolver para um circo, entregar para um zoológico, resolvemos nos aprofundar nesta questão e assim o Dr. Pedro começou um contato com o movimento do GAP internacional, que hoje tem como presidente de honra o filósofo australiano Peter Singer”.

“Vimos a importância dos chipanzés, o quanto eles nos traziam da própria história do ser humano no desenvolvimento da humanidade; é um dos nossos parentes mais próximos; recentemente os cientistas estão discutindo a proximidade do Orangotango também na linha de evolução com os seres humanos e vendo isso, começou-se então a defender os grandes primatas aqui no Brasil. Só que, por não ser um animal nativo, ele está onde? Ele está basicamente em circos e em alguns zoológicos. Hoje, nós praticamente erradicamos a presença deles nos circos, já estão sob nossos cuidados a grande maioria desses primatas e os outros estão, principalmente, nas mãos de zoológicos”, explica Mandruca.

Salvando chimpanzés, o GAP acabou envolvendo-se também com a dor e o sofrimento de leões e outros animais abusados nos circos. “Apesar de o foco do projeto GAP ser a proteção dos grandes primatas, os santuários de resgate de animais afiliados ao GAP perceberam que não podiam fechar os olhos para esta questão dos outros animais. Então, hoje, o santuário de Sorocaba, que é de propriedade do Dr. Pedro Ynterian, se equipou para receber outros animais resgatados de circos e também de alguns zoológicos que não tem condições de cuidar deles”.

MAUS-TRATOS, INSEGURANÇA, ZONÓSES. NADA FAVORECE CIRCOS COM ANIMAIS.



O uso de animais selvagens em circos envolve não somente o sofrimento dos bichos, mas também a segurança e a saúde pública. Conforme Mandruca:

1. MAUS-TRATOS – “Alguns circos podem até oferecer boa alimentação, mas bem-estar animal envolve muito mais do que comer bem; envolve principalmente a possibilidade de o animal poder externar o seu comportamento natural. Obviamente que isso também não é 100% conseguido num zoológico ou num mantenedor ou num santuário de resgate, mas fica muito mais perto do ideal do que um animal que viaja enjaulado quase que semanalmente por quilômetros e quilômetros. Cometer o crime ambiental de maus-tratos envolve também manter um animal acorrentado, numa jaula, adestrá-lo abrigando-o a trabalhar; é uma questão muito maior e tenho percebido que a gente tem evoluído um pouco nisso, principalmente, em relação aos profissionais que na grande maioria são médicos veterinários que vão dar, vão fornecer os laudos de que se aquele animal está ou não em situação de maus-tratos. A coisa de cinco anos atrás, você oferecia uma denúncia, pedia uma fiscalização num circo que entrava na cidade, vinham três, quatro, veterinários e forneciam um laudo de que o animal não estava sofrendo maus tratos, quando na verdade a gente sabia que os maus-tratos estavam ali e não dava para se conformar como um profissional que se prestava a dizer que boa alimentação estava resolvendo a questão dos maus tratos.

Hoje, até o Poder Judiciário já está se manifestando no sentido de entender que a própria exposição ao ridículo, aquela chacota do chipanzé vestindo roupinha, fazendo gracinha dentro de um espetáculo, já é um ato de abuso e de maus tratos que está previsto na lei. Eu acho até que nós somos um país privilegiado por termos a lei de crimes ambientais que prevê o crime de maus tratos e o que nos falta é tão somente que as pessoas que vão verificar e constatar isso entendam que é para fazer aplicar a lei. Maltratar, mantendo numa jaula, adestrando para o trabalho forçado é maltratar

animal, é crime ambiental. E essa questão está latente no circo. O circo pela sua própria definição de expor os animais a este trabalho forçado, está maltratando os animais”.

2. SEGURANÇA PÚBLICA – esta questão, segundo Selma, começou a ser abordada somente depois daquele acidente com o menino que foi morto pelos leões do circo VOSTOK, mas que acho que acabou ficando um pouco isolada a questão da segurança é muito maior que isso. “Ano passado nós tivemos a oportunidade de apoiar o Ibama numa ação de apreensão de animais de um grande circo que estava em Brasília que era praticamente um zoológico itinerante. Para vocês terem uma idéia eram quatro elefantes, um rinoceronte, um hipopótamo, duas girafas, lhamas, camelos, pôneis, zebra.

O circo fugiu com os elefantes, rinocerontes e hipopótamos, mas ao cruzarem a fronteira do Mato Grosso do Sul foram todos apreendidos e levados provisoriamente para um quartel da cavalaria da Polícia Militar. Os responsáveis pelo circo convenceram as autoridades que os animais deveriam andar um pouco, fora das carretas, sabendo que ninguém mais conseguiria colocá-los de volta. De madrugada, alguns fugiram e sorte que a área era grande e era madrugada. Poderia ter havido uma tragédia pois não há no Brasil droga capaz de anestésiar, em estado de emergência, um animal de grande porte como um elefante.

Então, eu acho que as cidades estão despreparadas e não têm o conhecimento do tamanho do risco que é receber um circo com animais de grande porte. Não só um leão que é um felino carnívoro, e nós imaginamos que ele vai atacar pessoas, mas um elefante grande, parece meigo, parece dócil, mas a gente sabe que se ele escapar e correr ele vai passar por cima do que tiver na frente dele. Ele leva parede, ele leva árvore, ele leva poste e leva pessoas que estiverem ali no caminho. E não existe, então, meio de contenção. Itens de segurança que são imprescindíveis para um registro de zoológico, para um registro de um mantenedouro, de um santuário de resgate, um circo não pode proporcionar pela sua condição itinerante.

Você não consegue dentro de um circo fazer com que haja recintos adequados, corredores de segurança, cambiamento, todas as exigências técnicas que o Ibama como órgão fiscalizador federal para este tipo de animal, porque a competência de fiscalizar é do Ibama, toda aquela normativa que ele impõe à sociedade a quem quiser manter este animal é impossível de ser feita num circo. Então, a gente não precisa esperar de acontecer um acidente, de a criança se aproximar da jaula, morrer para ver isso.

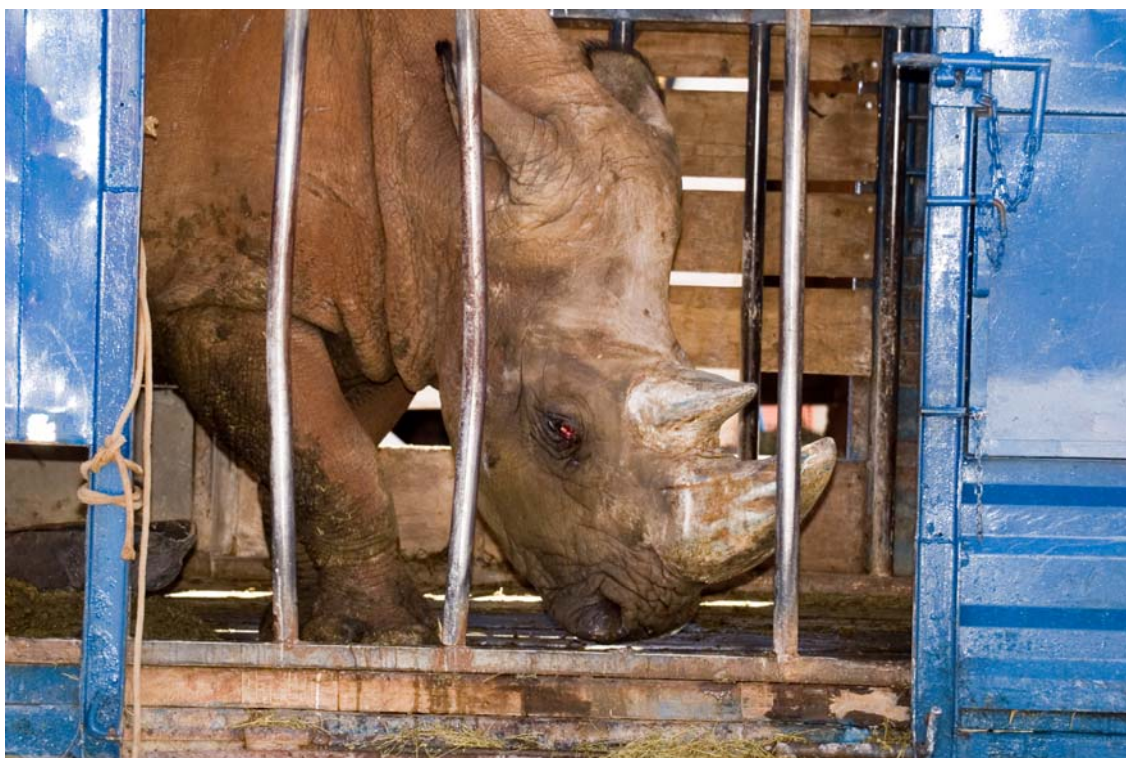
Não é só uma questão dos recintos estarem em condições precárias – e que é o que mais vemos. É fácil, às vezes, virmos aqui e apontarmos circos que estão fazendo dinheiro para comer no dia. Obviamente, esse circo não terá condição de manter uma jaula, manter um recinto, manter um animal bem alimentado, com uma jaula segura. Esses pequenos representam um risco maior. Mas, mesmo aqueles que se dizem aptos a ter os animais, por serem mais ricos, por terem mais dinheiro, também não têm condições – ainda que tenham dinheiro – de dar, ao animal e à sociedade, a

segurança necessária. Então, a questão da segurança, tanto quanto os maus tratos, também é muito importante.

3. SAÚDE PÚBLICA - Muitos animais podem transmitir doenças ao homem e também pegar doenças dos homens – os primatas principalmente. Essa questão ganhou espaço. E dependendo da espécie que o circo mantém o perigo também se estende a outros animais. No caso da apreensão dos animais de Brasília, quando eles foram para Mato Grosso do Sul, e depois da tentativa de fuga, resolveram alojá-los em um parque de exposições agropecuárias de Campo Grande. Mas, a direção do parque impediu que os pôneis e outros animais com cascos bipartidos fossem descarregados porque não apresentavam a vacina contra febre aftosa e não tinham controle de anemia infecciosa equina.

Segundo Selma, “o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados têm o dever de fazer essa fiscalização agropecuária. Mas ela já é tão difícil de ser feita no gado que está controlado para pecuária, imaginem, então, em uma atividade itinerante, como é o caso dos circos”.

A advogada lembrou às ONGs a importância de argumentar sobre a inadequação de se manter animais em circos sob esses três aspectos, não somente a questão do sofrimento dos animais, para fortalecer a luta.



Esse era o rinoceronte do Le Cirque, portador de doença crônica nos olhos e com o chifre todo danificado de tanto se debater.



A girafa do Le Cirque vivia debaixo dessa marquise de lona, onde não podia esticar o pescoço. Então, para esticar o pescoço, ela punha-o para fora da marquise. No momento da fiscalização, os tratadores correram e retiraram os cabrestos, que deveriam estar há uns dez anos, pela profundidade das marcas. Magrinha, acho que dá para perceber a condição física dela nessa foto. E era um dos animais mais bem tratados do circo.

LEIS MUNICIPAIS SÃO IMPORTANTES

Selma Mandruca frisou que apesar da lei federal que deve ser aprovada, leis municipais proibindo que circos apresentem animais são importantes, vão desestimulando a prática. “O Ibama não tem condições de fazer esse controle em todo o Brasil. Então, se cada município tiver a sua lei, cada município estará muito mais protegido e o trabalho, principalmente das organizações não governamentais, terá um resultado mais efetivo, o que beneficiará a toda a sociedade, que vai, não só livrar os animais dos maus tratos, mas, também vai proteger a própria saúde e segurança da sociedade.”

DESTINAÇÃO: SANTUÁRIOS FUNDAMENTAIS

Como alternativa à questão dos animais, vejo nos santuários de resgate de fauna, a alternativa mais viável e justa para a destinação desses animais retirados dos circos. Toda a sociedade deve se mobilizar para ajudar. E o que devemos exigir do Poder Público, sim, é o apoio aos mantenedores, aos santuários, principalmente àqueles sem finalidade lucrativa. Porque, o que temos ouvido, de uma forma muito crítica da parte dos circos, é que os animais estão sendo apreendidos e entregues a proprietários particulares – principalmente zoológicos particulares. E, realmente, essa é uma questão muito delicada, porque, embora os protetores de animais vejam-nos como sujeitos de direito em nossa legislação, não é isso o que ocorre de fato. Hoje, de fato, eles são objeto de direito e são propriedade, e são patrimônio. Infelizmente, não vejo dessa forma, mas as coisas são assim. Então, enquanto a lei assim

dispuser, teremos de cumprir. Se, hoje, é propriedade e patrimônio do circo, também é injusto se tirar do circo para dar para um particular explorar comercialmente esse animal. Então, por isso que vejo os santuários de resgate como uma alternativa justa de destinação a esses animais. E, aí, os santuários e as Ongs exigirem do Poder Público o apoio, principalmente criando menos burocracia, para quem não busca lucro com os animais.

O Projeto GAP está com 79 chimpanzés. Talvez existam ainda três ou quatro em circos desconhecidos pelo projeto. Em zôos, uns 100, e alguns estabelecimentos pretendem enviar os animais para o GAP. Chimpanzés isolados vivem muito mal, segundo ela, podem chegar à morte por estresse e solidão. Foi o caso do Alemão, que foi de Americana para Sorocaba e acabou morrendo. No Zoo de São Paulo tem um grupo vindo de Portugal onde não eram mantidos em boas condições. Aqui, estão relativamente bem, apesar de o GAP não concordar com esta exposição. Hoje, a internet, a tv a cabo e os canais direcionados principalmente a mostrar a vida animal tiram essa necessidade dessa exposição excessiva no zoológico. Então, os melhores e mais modernos zoológicos estão direcionando suas atividades para aquela função social do zoológico, que é de entreter a população, sim, mas também de: receber animais do tráfico; educar as crianças; fazer, com mais assiduidade e força, essa educação ambiental. Infelizmente, em alguns estabelecimentos o que se vê ainda é uma coleção de bichos. Nem imaginam expor um animal mutilado pelo tráfico.

PROJETO GAP-Brasil – www.greatapeproject.org/pt-BR

3. Fiscalização dos agravos à fauna em grandes obras deixa a desejar

Os agravos à fauna provocados por grandes obras, principalmente pelo Rodoanel, foram o foco de vários debates na Comissão de Estudos. O que percebeu foi um grande desencontro de informações. Além disso, ficou evidente quanto é complexa a situação de uma obra que foi licenciada e é fiscalizada pelo próprio responsável pelo empreendimento – o Estado.

A Divisão de Fauna admitiu uma participação mínima nos fortes agravos que atingiram a fauna silvestre nas regiões do Rodoanel. Como as obras foram licenciadas pelo Estado, o Município não fiscalizou e nem acompanha os serviços. Alguns animais vitimados foram atendidos pelo órgão municipal, mas nota-se que não existe um controle efetivo do total da fauna atingida.

Vilma Clarice Geraldi afirma que foram exigidos do empreendedor estudos de flora e de fauna e garantias ou assistência aos animais eventualmente vitimados. E foi solicitada a presença de veterinários, veículos para remoção dos animais, pequenas clínicas móveis, uma área para atendimento emergencial dos animais. E eles providenciaram.

A Dersa foi obrigada a contratar equipes para atender a fauna, mas o Município parece não ter condições de avaliar o atendimento. Quanto ao levantamento de fauna, a diretora garante que foi realizado com critérios técnicos, sob a responsabilidade do Museu de Zoolongia da USP, uma instituição especialista em colecionar exemplares mortos. Os técnicos especialistas em fauna do Município conheceram este levantamento somente através de uma apresentação realizada pelo Museu de Zoologia.

Denúncias de jornais deram conta que silvestres foram resgatados precariamente, sendo levados inclusive para clínicas veterinárias particulares. No trecho Oeste, ocorreram muitos problemas com grupos de bugios; no trecho Sul, crescem as denúncias – a Divisão de Fauna recebeu somente 146 silvestres da área atualmente em obra, dos quais 104 vieram a óbito.

Questionada pelo vereador Roberto Tripoli, presidente da Comissão de Estudos, a respeito de quem acompanhou a situação in loco, Vilma revelou que não houve este acompanhamento por parte de nenhum técnico da Divisão de Fauna. Luiza Barros interferiu afirmando: “deve ter sido o órgão estadual, que foi o licenciador”, acrescentando que quem licencia faz a fiscalização do cumprimento das exigências da licença ambiental de instalação. Neste sentido, não houve maiores esclarecimentos a respeito das reais medidas mitigadoras dos prejuízos e nem sobre uma possível interferência fiscalizatória de outros órgãos para amenizar o fato de, nas obras do Rodoanel, o Estado figurar como executor, licenciador e fiscalizar das obras.

Vilma Geraldi admite que “o Rodoanel, se trouxe benefícios para a cidade, acarretou grandes prejuízos para a fauna silvestre”. Segundo ela, no trecho Sul, a compensação será feita com a aquisição de áreas para quatro grandes parques. Mas ainda se estuda como fazer a travessia de fauna – foram construídas passagens subterrâneas, mas o trânsito de primatas ainda preocupa.

DESENCONTRO DE INFORMAÇÕES

Regina Luiza de Barros, arquiteta da Prefeitura e Diretora do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental (Decont), responsável por licenciamento ambiental e pela fiscalização ambiental na cidade, explica que o órgão atua também aplicando a lei de crimes ambientais, inclusive em relação a agravos contra a fauna.

No entanto, não existiu essa atuação em relação ao Rodoanel. Segundo Regina Barros, o licenciamento ambiental do Rodoanel não foi feito pela Secretaria do Verde, porque é obra de impacto regional, tendo ficado sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Mesmo assim, o órgão Estadual é obrigado a consultar o Município por onde passa a obra e, segundo Regina de Barros, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente criou uma comissão interdepartamental para discutir possíveis contribuições. Depave e Decont estavam representados neste grupo e ajudaram a avaliar o EIA-RIMA.

Já o Ibama posicionou-se sobre os agravos à fauna provocados pelas obras do Rodoanel, classificando o licenciamento de “confuso”. Jury Seino, analista ambiental

do Ibama-SP, revelou que aplicou multas devido às perdas de animais no trecho Sul do Rodoanel e fez uma grave constatação: “muitas vezes o Ibama é chamado a licenciar o manejo de fauna já em andamento. No caso do Rodoanel, o órgão licenciador, Secretaria de Meio Ambiente do Estado, é quem deveria analisar também a questão da fauna, mas não o fez”.

E Jury, ao ser questionada sobre o processo pelo presidente da Comissão, Vereador Roberto Tripoli (PV), frisou que houve somente o que classifica de “alguma participação do Ibama; no entanto quem emitiu a licença ambiental foi a Secretaria Estadual”. E tentou explicar melhor: “as propostas do empreendedor são analisadas, o órgão licenciador solicita alguma retificação, melhoria dos estudos, selecionam uma das áreas e emite a licença com as condicionantes. Então, o empreendedor deve executar a obra dentro de certas premissas, incluindo a questão da fauna”. E completou: “se o licenciamento é nosso, é nossa premissa fazer o acompanhamento, porque é nossa obrigação fazê-lo”.

O presidente da Comissão insistiu em saber se o Ibama não fiscalizou possíveis prejuízos à fauna silvestre nas áreas das obras do Rodoanel. “Não. No caso do Rodoanel, não, porque não estamos licenciando a obra como um todo; a parte de fauna, não licenciamos”.

VISTORIAS, SOMENTE EM DENÚNCIAS

Ainda segundo a analista ambiental do Ibama, Jury Seino:

“Essa parte de controle do cumprimento das condicionantes do licenciamento é uma atividade prevista pelo órgão licenciador, portanto, quem faz o licenciamento é o Estado. O Ibama tem acompanhado, nesse caso, a autorização que ele concedeu para manejo de fauna dentro das diretrizes previstas no licenciamento estadual, que é acompanhada pelo órgão por meio dos relatórios periódicos que o empreendedor nos apresenta sobre o manejo. E se há algum problema, fazemos vistorias no local e às vezes até com autuação se houver irregularidade. Mas o Ibama não vai fazer o acompanhamento de um licenciamento de um nível estadual ou municipal simplesmente porque existe a questão de fauna envolvida. O acompanhamento do licenciamento é competência do órgão licenciador. É claro que, supletivamente, o órgão federal pode ser requisitado e pode agir”

Quanto às possíveis compensações ambientais, por conta dos impactos provocados pelo Rodoanel, Jury esclareceu:

“Não houve discussão dessa compensação com o Ibama. O Ibama apenas emitiu, quando solicitado, as autorizações para manejo, dentro das previsões do licenciamento no Estado. Agora, com relação à autuação, é importante deixar claro que agora, uma vez que o empreendedor foi autuado – inclusive recentemente foi editada uma nova norma da legislação – a legislação prevê também a possibilidade de conversão da multa aplicada em recuperação ambiental caso o autuado tenha

interesse nisso. É claro que, nesse momento, se o autuado mostrar interesse em fazer essa conversão, pode-se direcionar isso – e nesse caso é o Ibama que vai avaliar isso – para conversão e recuperação ambiental na área”.

Antonio Ganme, também analista ambiental do Ibama-SP, fez uma observação a respeito das novas regras relativas à conversão de multa:

“Há um risco muito sério nisso, porque a lei prevê que o indivíduo infrator pagará as penalidades independentemente da obrigação de reparado o dano ambiental. O que vi na sede do Ibama, em Brasília, onde estava lotado até recentemente, é que muita gente está transformando essa conversão de multa em reparação de dano ambiental, que já é uma obrigação do indivíduo, do infrator. Há, então, um risco de que essa conversão acabe aliviando a multa, aliviando a reparação”.

4. Ibama demonstra dificuldade de reprimir o comércio ilegal e constada: legalização não vem combatendo o trafico de silvestres



A analista ambiental Jury Patrícia Mendes Sênior, da Divisão de Fauna e Recursos Pesqueiros do Ibama-SP, explicou todas as formas legais admitidas de manejo de silvestres (nativos e exóticos) em cativeiro, conforme as Instruções Normativas 169/08 e 01/03:

1. MANTENEDORES DE FAUNA (NATIVA OU EXÓTICA)
2. CRIADOURO COMERCIAL DE FAUNA (NATIVA OU EXÓTICA)
3. ZOOLOGICOS (A, B, C)
4. CRIADOR AMADORISTA DE PASSERIFORMES
5. CENTROS DE TRIAGEM (CETAS)
6. CENTROS DE REABILITAÇÃO (CRAS)
7. CRIADOURO CIENTÍFICO COM FINALIDADE DE PESQUISA
8. CRIADOURO CIENTÍFICO COM FINALIDADE DE CONSERVAÇÃO
9. ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE FAUNA SILVESTRE
10. ABATEDOURO E FRIGORÍFICO DE FAUNA SILVESTRE

Na cidade de São Paulo existem 11 criadores comerciais, 20 conservacionistas, 49 comerciantes de animais vivos, 20 comerciantes de subprodutos e 3 estabelecimentos enquadrados como zoológicos.

Jury admitiu que o Ibama, até bem pouco tempo, não fiscalizava in loco as lojas que vendem silvestres; licenciava os estabelecimentos mediante um processo burocrático de troca de documentos. Agora, as pet shops e outros estabelecimentos passam por uma vistoria antes da comercialização ser autorizada. Mas, o Ibama só volta ao local

no futuro, se houver denúncia relativa aos animais comercializados. Caso contrário, o estabelecimento presta contas através de relatórios semestrais. O município não participa dessa fiscalização e Jury acredita que tais atos, inclusive o licenciamento, deveriam ser feitos localmente. Questionada se essa falta de fiscalização habitual, poderia facilitar possíveis irregularidades, como o “esquentamento” de animais do tráfico em estabelecimentos regularizados, Jury admitiu que sim.

Jury enfatiza que os Municípios deveriam absorver a fiscalização do varejo de venda de silvestres, desde que tenham estrutura de fiscalização, como é o caso de São Paulo. “O Ibama na Capital tem 12 fiscais. Poderíamos somar esforços, otimizaríamos tanto a equipe de que dispõem o Estado, o Município e Federação para controlar a atividade. Não existe nada que impeça o Município de executar essa atividade de fiscalização no tocante aos silvestres”. Questionada se isso não seria um repassar de problemas, a analista ambiental reagiu: “É importante deixar claro que o Ibama é um órgão de amplitude federal, que deve ajudar a implementar o Sisnama corretamente. Nós estamos trabalhando no sentido de capacitar, não é e empurrar”.

O Dr. Marcellus Dias Peres, Procurador Federal do Ibama, esclarece: “O poder de polícia ambiental pode ser exercido pelo Ibama, inobstante não ser essa a atribuição legal – primordial, digamos –, porque o poder de polícia é exercido pelo Ibama supletivamente. A Lei 6.938 determina que o Ibama seria o executor da política ambiental. A fiscalização, também chamada de poder de polícia, e muitos confundem. Anteriormente, cobrou-se do Ibama em relação a crime ambiental”.

“O Ibama – prossegue Peres -- não tem competência criminal. Crime ambiental é competência da polícia civil e militar. A titularidade da ação criminal, aliás, é do Ministério Público – todos sabemos disso. Então qualquer um que presenciar um crime ambiental, volto a repetir, denuncie à polícia, pois não é uma atribuição do Ibama – o Ibama autua por infrações administrativas. Crime ambiental é coisa de polícia. Pode chamar a polícia – civil, militar”.

“Via de regra, as infrações administrativas são quase idênticas aos crimes ambientais” – esclarece o Procurador Federal. “O Artigo 70 da Lei 9.605, que dá o mote, o gancho para as infrações administrativas, que foram criadas não por lei, mas por decreto, uma norma infralegal que, basicamente, copiou os crimes ambientais. Agora, são infrações administrativas, é a chamada responsabilidade administrativa. O Ibama vem e autua. Nesses autos em que se monta um processo para abrir a ampla defesa para o autuado, qual é a competência do Ibama? Ele dá a notícia de uma eventual ocorrência de um crime. A quem ele dá essa notícia? Ao Ministério Público, para que sejam tomadas providências”.

“Então, falando de responsabilidade ambiental, a Constituição Federal impõe ao poder público, em todos os seus níveis, e não apenas ao federal. Por isso, a União não tem mais obrigação do que o Município. Não há uma obrigação, uma imposição maior para a União e menor para os municípios. Essa fiscalização que muito é cobrada do Ibama, pode e deve ser feita também pelos municípios. Assim, o município tem de ser responsável, tem de criar o seu órgão, autuar, aplicar multa. Então, quando é cobrado do Ibama que ele não fiscaliza pet shops, é preciso mudar essa concepção geral de que somente o Ibama é responsável”.

“A União criou sua autarquia ambiental e vem cumprindo, bem ou mal, e tem uma boa imagem perante a opinião pública. Agora, o município também é responsável, ele precisa criar seu órgão e tudo o que o Ibama faz, do poder de polícia ambiental, pode ser exercido pelos municípios também”, conclui.

CRIADORES AMADORISTAS, DESENCONTRO DE INFORMAÇÕES

Quanto aos chamados criadores amadoristas de passeriformes, que são registrados e monitorados através do sistema denominado SISPASS, Jury apresentou o seguinte balanço:

Total de Criadores Amadoristas de Passeriformes no Município São Paulo		
TOTAL	ANO VALIDADE	LICENÇA SITUAÇÃO
8	2009	Cancelada
548	2009	Pendente
5634	2009	Regular
25	2009	Suspensa
6.215	criadores	
Total de Passeriformes Município de São Paulo		102.773 aves

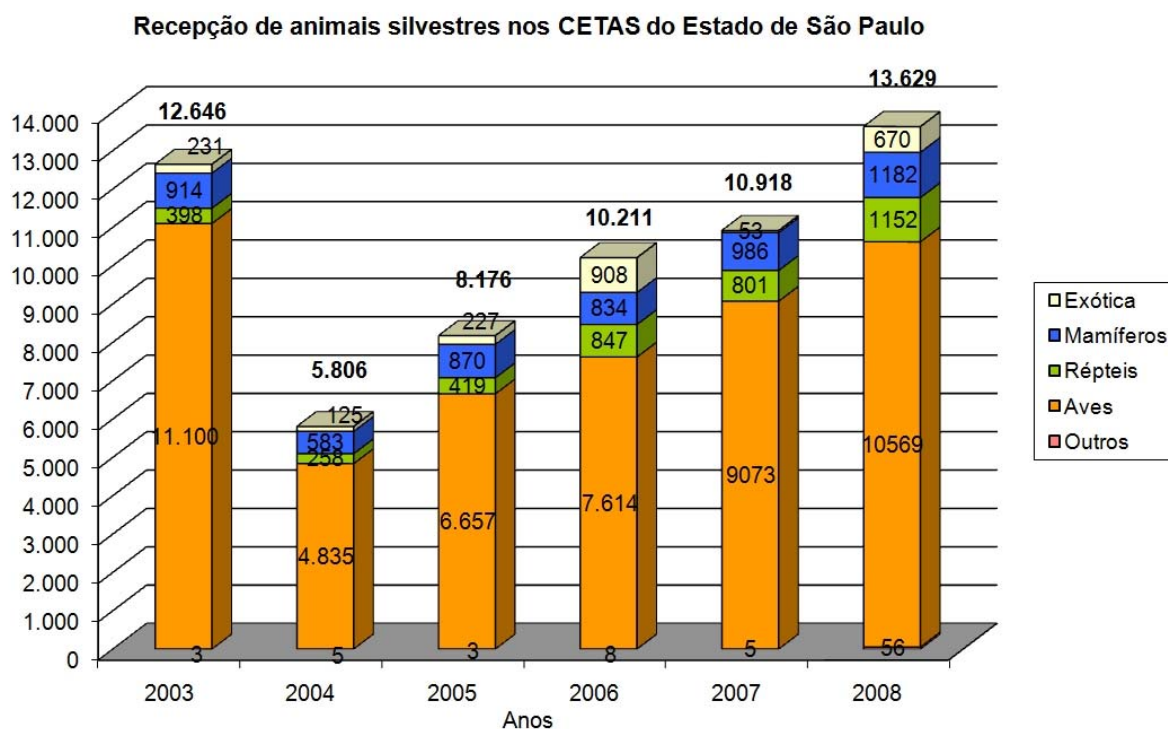
O balanço causou estranheza, pois há cerca de 2 anos calculava-se um número muito maior de passeriformes (as pequenas aves silvestres), nas mãos dos amadoristas, até porque havia mais criadores. Vejamos, em 2007, registrava-se 6.215 criadores regularizados; 2.217 licenças pendentes; 1.367 suspensas por não pagamento; e 46 canceladas. Outro detalhe que o Ibama não esclarece devidamente é o que é feito com as aves que estão nas mãos de criadores que não se regularizam. O Ibama abriu um período para o recadastramento de todos os criadores amadoristas, mas não ficou claro qual o procedimento em relação àqueles que não buscassem esta regularização, se deveriam entregar as aves, por exemplo.

Sabe-se, ainda, que vem aumentando novamente o número de pedidos de registro de criadores amadoristas, cerca de 1.200 por mês. Mas, Jury nada esclareceu sobre isso.

Já o Procurador Federal do Ibama, Marcelus Dias Peres, revela dados alarmantes sobre irregularidades nesse setor que deveria ser “amadorista”. “Minha experiência como Procurador do Ibama, principalmente em passeriformes, cujos criadores são

amadores, aponta para um grande comércio ilegal de animais. Há pássaros vendidos por R\$ 80 mil. Quer dizer, são criadores amadores e, quando a fiscalização é feita, acho que em quase em 100% são constatadas irregularidades. Não estou falando em nome do Ibama, mas articularmente, acho que deveria ser proibido”.

APREENSÕES CRESCEM VERTIGINOSAMENTE.



Os números mostrados por Jury, relativos à recepção de animais silvestres nos CETAS do Estado de São Paulo são preocupantes: é crescente o número de silvestres tirados das mãos de traficantes ou da população. Os números citados pela analista ambiental, relativos ao total de apreensões são ainda mais preocupantes: em 2005, 30 mil; em 2006, 35 mil; em 2007, 45 mil animais silvestres. Um sintoma de que o tráfico não vem recrudescendo como sempre justificaram os técnicos que defendem a criação comercial como forma de reduzir a apanha e vendas ilegais. Os números da recepção de silvestres evidenciam que, de 2004 para 2008, essa quantia praticamente triplicou, passando de 5.806 animais para 13.629 silvestres.

Isso sem contar os silvestres socorridos, por exemplo, por ONGs, como SOS FAUNA, Projeto Mucky, Rancho dos Gnomos, Mata Ciliar e pela Divisão de Fauna de São Paulo, bem como aqueles que acabam sendo deixados nas mãos dos infratores pela própria Polícia Ambiental que não tem para onde encaminhá-los.

PARA MINIMIZAR A BARBÁRIE, O IBAMA FAZ UMA CAMPANHA NACIONAL

Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo
RELATÓRIO FINAL / MARÇO - 2010

Jury mostrou cartazes da campanha nacional que pretende sensibilizar a população para que não compre silvestres provenientes do tráfico. Na campanha, o IBAMA tenta mostrar o alto índice de óbitos dos silvestres retirados na natureza por traficantes e divulga o número de sua Linha Verde – 0800 61 8080 para que as pessoas denunciem a venda e apanha ilegal de espécimes de nossa fauna.



IBAMA RETRATA A BARBÁRIE CONTRA A FAUNA

O analista ambiental Antonio Ganme, do Ibama-SP, que até recentemente atuava em Brasília, fez uma extensa e esclarecedora palestra, fornecendo dados que associam, de forma inegável, o tráfico a formas legalizadas de posse de animais silvestres, como é o caso dos criadores amadoristas de passeriformes.



Ganme começou definindo tráfico, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: Comércio, negócio, tráfego; negócio indecoroso. “A prática envolve não somente a captura e venda de animais vivos, mas dentes, peles, garras e outras partes”, disse.

Os animais vivos em geral destinam-se a colecionadores particulares e zoológicos, mas também podem ser comprados por laboratórios (o chamado tráfico para fins científicos, que inclui insetos, cobras, rãs, aranhas).

“Grande parcela do tráfico tem como destino o uso dos animais como bichos de estimação (pets) ou para os chamados criadores amadoristas de passeriformes. Essa categoria -- segundo o analista ambiental -- foi criada para não colocar na ilegalidade um imenso número de passarinhos, mas deveria ser uma categoria estanque, fechada, até que todas as criações terminassem naturalmente. Mas foi instituído o SISPASS e vários problemas hoje são detectados apontando para forte influência do tráfico”.

Ganme garante: “Os números das apreensões e do SISPASS evidenciam isso. Os animais mais traficados são justamente os mais criados pela categoria, ou seja curió, trinca-ferro, canário-da-terra e coleirinho. Perto de 50 por cento das apreensões de tráfico referem-se a estas espécies de passeriformes; numa apreensão de 755 pássaros em Juiz de Fora, esse índice chegou a 77,8 % dos indivíduos distribuídos nessas quatro espécies”.

AMADORISTAS COLECIONAM IRREGULARIDADES



Segundo Ganme, “a fiscalização dos criadores amadoristas tem encontrado uma série de fraudes: a venda de direitos, adulteração de anilhas, falsificação de anilhas, as espécies dos animais que estão na gaiola não correspondem ao que foi citado na relação pelo criador, a idade do espécime que não corresponde à declarada na relação. Curiosamente, temos detectado no sistema espécimes que vivem mais do que se é possível.

Além disso, detectamos solicitação de anilhas e número superior de filhotes obtidos. Infelizmente, em todas as operações de fiscalização de criadores eu encontrei ilegalidades sendo cometidas”, denunciou o analista do Ibama-SP.

“Notamos – prossegue Ganme - a incompatibilidade entre o número de nascimentos e o número de matrizes. Estamos identificando anilhamento de filhotes nos ninhos de animais silvestres, e encontramos depósitos de animais de criadores aguardando o recebimento de anilhas e inclusão no Sispass de forma irregular. Detectamos anilhas falsificadas e alargadas, que passam pelo pé da ave já adulta.”



Outra revelação assustadora: “a fábrica que produz anilhas para o Ibama foi flagrada fazendo duplês delas. O escritório nosso em São Paulo encontrou anilhas verdadeiras, fabricadas, entregues pelo Ibama com a mesma numeração. Isso é falsificação de selo pblico, de documento público, um crime que vai além do crime ambiental”.

FRAUDES EM TODO O SISTEMA E A DIFICULDADE DE FISCALIZAR



A rede do tráfico é imensa, espalhada pelo Brasil, pelas estradas, fronteiras, em beiras de rodovias, em caminhões, ônibus, carros particulares. “Na documentação, são utilizados documentos legais para encobrir produtos ilegais (por exemplo, um guia de transporte de peixes encobre o transporte de outros animais); ou são utilizados documentos falsos, como guias da CITES, GTAs, autorizações do Ibama falsificadas. Nas fronteiras, os circos “multiplicam” animais usando a documentação existente”, esclarece Ganme.

“E os animais do tráfico são “legalizados”, com esses documentos, com anilhamento ilegal, licença de transporte fraudada, documento de depósito (TAD) sem prazo de validade, uso do fiel depositário e do termo de depósito doméstico provisório, autorizações e decisões judiciais contestáveis, entre tantas outras fraudes. E assim traficantes famosos, como o “Pezão” vão colecionando sucessos sem que ninguém consiga prendê-los por muito tempo e nem retirá-los de vez de circulação. “Pezão” ainda consegue trazer entre 2 mil e 3 mil animais por mês para São Paulo”, revela o analista ambiental do Ibama.

Ganme afirma que para combater esses crimes é necessário um trabalho coordenado que envolva:

- Educação/Divulgação
- Alterações legislativas
- Inteligência
- Parcerias
- Operações
- Investigativas/encoberta e ostensivas



Mas também é preciso mexer na legislação federal:

- Rever ética e ecologicamente vários artigos de diversas leis;
- Tipificação do Tráfico;
- Inclusão dos peixes ornamentais no ordenamento de fauna;
- Aumentar as penas;

OS ANIMAIS SOFREM CRUELDADES SEM LIMITE E A NATUREZA ACUMULA PREJUÍZOS INCALCULÁVEIS



Levando em consideração a retirada de um papagaio de seu habitat, o analista ambiental faz um raciocínio primoroso da gravidade deste gesto, aparentemente de pouca importância, por se tratar de um único indivíduo.

- Se um papagaio pode viver 70 anos...
- Se a partir dos dois anos ele começaria a produzir 4 filhotes por ano...
- Se cada filhote também pudesse se reproduzir...
- Depois de apenas 34 anos, o impacto da retirada de um único papagaio da floresta será a diminuição direta de mais de **4.394.112.253.952** indivíduos...
- Sem falar em variabilidade genética...
- Quantas árvores deixarão de nascer?
- Quanta água não será armazenada no solo?

UMA CONCLUSÃO ASSUSTADORA



“Ao comprar um silvestre, o consumidor está contribuindo definitivamente para o extermínio de inúmeras espécies, inclusive a própria, devido ao esgotamento dos recursos hídricos e aquecimento global” – enfatiza Ganme.

PARA O IBAMA, FALTA TUDO. APREENSÕES DESENCADEIAM UM DRAMA PARA OS ANIMAIS

O analista demonstra, claramente, a falta de estrutura, de verbas, de pessoal, que atinge o Ibama, com graves prejuízos para a fauna, e também contribuindo para que as infrações não sejam coibidas a contento:

“Eu não posso liberar uma operação de fiscalização que irá certamente apreender, principalmente animais de grande porte ou animais em grande quantidade, sem antes fazer todo um planejamento, porque sei que senão irei ficar todos na mão. O Cetas está lotado, não tem condições, o zoológico também não tem como receber”.

“Os Cetas deveriam ter mais espaço, mais recursos e mais servidores, para poder reabilitar melhor os animais para a reintrodução e a soltura. E é um fato, tanto que freqüentemente a gente demora muito, sou muito cobrado. As pessoas que fazem denúncia, por exemplo, às vezes o próprio Ministério Público: você recebeu a denúncia, por que ainda não fez a ação? Porque eu ainda não tive condição de juntar os recursos todos para montar aquela operação, que para mim, é uma verdadeira guerra, para poder apreender e destinar adequadamente esses animais, para não acontecer de animal ficar amontoado e morrendo no Cetas ou onde seja. É uma dificuldade e infelizmente, todos os anos - este ano já aconteceu - o orçamento acaba

sendo contingenciado e os recursos que tinha previsto desse montante, caem lá para baixo, esse é um fato.”, diz Ganme.

O contingente de fiscais também é irrisório. “Hoje, teoricamente, o Ibama tem 47 no Estado de São Paulo, considerando que muitos agentes de fiscalização atuam em outras situações: são chefes de escritório, trabalham na Divisão de Fauna, tem outras atividades. Na superintendência, aqui em São Paulo, disponho hoje, no total, incluindo esses agentes que estão em outras divisões, de 12 agentes de fiscalização. E isso diante do aumento vertiginoso do tráfico e do número de animais em situação irregular”.

Ganme deu um exemplo da morosidade até na obtenção de recursos ou aumento de pessoal, situação que ocorre em todo o País, inclusive no Ibama federal. “Quando construção da segunda pista do Aeroporto de Brasília, a Infraero teve de construir um novo Cetas, do Ibama, como forma de compensação. Realmente a Infraero demorou muito, mas construiu. Mas cadê os recursos para manutenção? Faltam alimentos, servidores... E quando se fala em contratar novos servidores, por concurso, o Ministério do Planejamento puxa o freio, não deixa”.

VERBAS PARA ONGs QUE CUIDAM E REABILITAM SILVESTRES

Quanto à possibilidade de repasse de verbas para ONGs que se encarregam de cuidar dos animais silvestres tirados do tráfico ou de maus-tratos, como o SOS FAUNA ou Mucky, os representantes do Ibama afirmaram que não existem instrumentos para determinar financiamento direto a criadores e mantenedores. Se há essa intenção, pressão e necessidade por parte da sociedade, em se fazer um financiamento direto para quem auxilie na recepção, a chamada terceirização da pós-apreensão, seria interessante que isso fosse determinado na legislação, para que, de fato, isso acontecesse, conforme explicou a Procuradora Federal Dra. Rie Kawasaki.

Rie completa: “infelizmente não existe um destaque, um destaque orçamentário para ser destinado a criadouros ou não existe sequer, criadouros públicos. Então, não existe uma previsão ou não tem como a gente esperar uma regularidade em relação à destinação. Então, a gente acaba dependendo dessas situações casuísticas, acontecem ao acaso, não é? Se houver um TAC, ótimo, existe um recurso para a destinação dos animais, caso contrário, não. Poderia haver um pouco mais de regularidade, até porque recentemente foi editada uma Instrução Normativa do Ibama, a 14, deste ano, prevendo a conversão ou regulamentando a conversão de multas, o que já está previsto no Decreto 6.514. O que pode ser feito? Esses recursos das multas, ao invés de serem destinadas para os cofres do tesouro nacional, irem para esses projetos”.

LEGALMENTE, O MUNICÍPIO PODE LEGISLAR E FISCALIZAR

A Procuradora do IBAMA-SP, Rie Kawasaki, embasou legalmente sua exposição, dando ênfase a todos os mecanismos que permitem aos Municípios exercerem seu poder de polícia nas infrações contra a fauna.

Segundo Rie, “os municípios podem legislar em matéria ambiental, eles têm essa prerrogativa da Constituição, desde que, claro, observem as normas trazidas, ditadas pela União e Estados. Os municípios poderão regulamentar, isto é, editar normas infralegais, estabelecer padrões e normas técnicas em relação à fauna desde que em concordância com aquelas, ou seja, a lei municipal não pode extrapolar as normas editadas pela União e pelos Estados. Isso significa que as normas municipais precisam ser mais restritas ou mais protetivas em relação ao meio ambiente. Os municípios também não podem extrapolar, isto é, só podem prever matérias relacionadas às peculiaridades locais, ou seja, ainda que possam legislar sobre fauna, eles precisam se ater às especificidades do próprio município: uma lei municipal em que o município irá prever os ciclos de infração ambiental, ou seja, as condutas, ações, omissões, comportamentos que caracterizam a infração ambiental.

O município deverá editar sua própria lei prevendo as condutas e as respectivas sanções, ou seja, a multa, o valor da multa, as hipóteses de apreensão, o embargo. Essa lei municipal também precisa definir o procedimento da lavratura do Auto de Infração e o de instauração de processo administrativo, ou seja, precisa definir as fases instrutórias e decisórias, precisa oportunizar defesa para o autuado. Tudo isso precisa estar bem detalhado nessa lei municipal, inclusive o órgão ambiental municipal competente para autuar, ou seja, a própria lei precisa apontar qual o órgão que irá fazer a autuação e a fiscalização. Via de regra, são as Guardas Municipais que existem hoje, apesar de boa parte das existentes não estarem atuando por falta dessa previsão legal, por falta de uma lei municipal.

Por exemplo, a Guarda Municipal que já existe pode exercer esses atos de fiscalização, só precisa da lei apontando que essa Guarda Municipal é competente para autuar. Então, é necessário que uma lei municipal diga isso de uma forma específica e clara.

Além disso, essa lei municipal precisa definir as normas de competência para julgamento tanto do Auto de Infração como do recurso. A própria lei municipal precisa definir quem é a autoridade competente. A lei municipal precisa ainda prever a criação de formulários próprios de Auto de Infração do município e os termos de embargo.

E é necessária a implantação de centros de triagem e quarentena de animais silvestres apreendidos, ou seja, não basta apenas autuar, precisa também prever como vai ser feita a destinação dos animais apreendidos. Outro aspecto fundamental, frisou Rie, é a observância de prazos para se recorrer de multas e a criação de Fundo Municipal do Meio Ambiente.

A exposição da Procuradora Rie evidenciou que o Município de São Paulo tem todas as condições de assumir a fiscalização sobre sua fauna, é um dos poucos do País, senão o único a possuir inclusive um Cetas municipal, além de já ter seu Fundo de Meio Ambiente.

CRIADORES MANIFESTAM-SE: “CRIAÇÃO LEGALIZADA REDUZ O TRAFICO”

Depois de todas as exposições dos analistas ambientais e fiscais do Ibama-SP e dos Procuradores Federais do órgão, criadores de animais presentes na Audiência da reunião manifestaram-se defendendo suas atividades:

O engenheiro agrônomo, David Dinhani Junior, integrante do Cbras, consórcio de criadores de psitacídeos garantiu: “proibir a venda de animais silvestres na cidade de São Paulo é tapar o sol com a peneira. Precisamos valorizar a vida com a educação ambiental. Não temos uma política de educação ambiental no Brasil em que prevaleça o poder da vida. Primeiro, os criadores - estou falando de psitacídeos – se juntaram em vinte e poucos criadores sérios e hoje quem compra um animal legalizado, criado em cativeiro é uma pessoa de alto poder aquisitivo. Se for proibida a venda no Município de São Paulo, o comprador vai para Campinas ou Rio de Janeiro, pega o seu avião, compra o animal numa grande capital e volta para São Paulo”

Em sua manifestação, Dinhani acabou admitindo a força do tráfico e a atração dos baixos preços dos silvestres vendidos ilegalmente, quando se compara aos preços do comércio considerado legalizado: “a maior parte dos animais silvestres em cativeiro é adquirida por via ilegal, é a pessoa que compra um papagaio por 100, 200 reais na favela do Morumbi ou de Heliópolis e o tem em casa. Todo mundo sabe que ele tem um papagaio ou uma maritaca em casa por 200 reais. A maior parte dos consumidores de animais silvestres não vai a um *pet shop* da Marginal ou no Morumbi comprar uma arara de 4 mil reais ou um papagaio de 2 mil reais. Ele não vai comprar. Quem compra é a pessoa que paga 100 reais num papagaio ou 200, 500 reais numa arara”

Afirmou ainda: “você tem criadores sérios e criadores não sérios, assim como existem criadores e comerciantes, de qualquer objeto como copos ou tênis, sérios e não sérios. Outro serviço que prestamos junto com o Ibama e com a sociedade é manter esses animais em cativeiro. Todas as matrizes que formaram os criadores, hoje em São Paulo, são animais vindos do Ibama, legalizados, ou seja, o Ibama não tem condições de absorver esses animais, então os mantemos e o fruto que tiramos desse criadouro é simplesmente manter essas aves em cativeiro. O custo – vocês sabem - é caríssimo” Outro serviço que prestamos é a preservação de certas espécies, por exemplo, curiós, se hoje não tivesse criação em cativeiro, provavelmente, ele estaria extinto. A ararajuba é uma outra espécie, se não tivesse criação em cativeiro, provavelmente, estaria extinta”.

Outro criador de psitacídeos, Ivan Salies, completou: “desde a abertura do meu criadouro até hoje, nós recolhemos - que o Ibama nos encaminhou, de apreensão - 650 aves. Esse é o meu criadouro, um pequeno criadouro, que tem somente 60 casais. Foram 650 aves que foram recolhidas, que foram tratadas, que foram reabilitadas e, com a autorização do Ibama, encaminhadas a outros criadouros. Foram para áreas de soltura, foram para outros criadouros, foram para zoológicos”

5. Polícias revelam crescimento do tráfico, admitem falta de ações conjuntas e dificuldades operacionais

5.1. Polícia Militar Ambiental demonstra crescimento do tráfico e das apreensões de animais silvestres

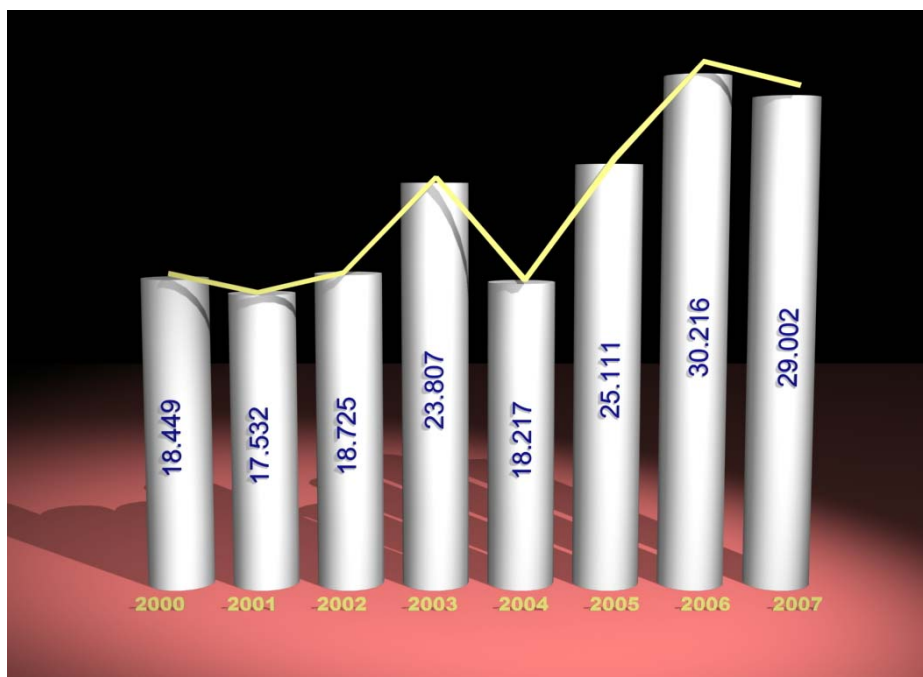
CAPITÃO MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO



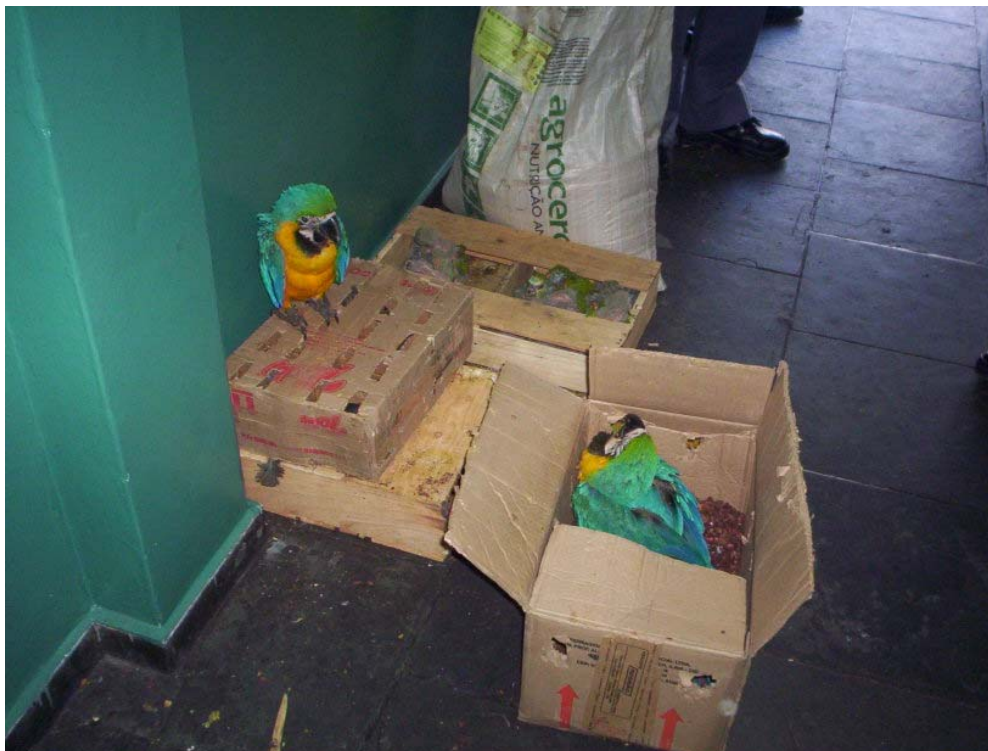
O capitão Marcelo Robis Francisco Nassaro, da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, demonstrou à Comissão de Estudos que o tráfico de animais silvestres vem crescendo no Estado, principalmente em São Paulo e Grande São Paulo.

Como membro do Policiamento Ambiental há 20 anos e responsável pelo controle dos dados estatísticos do tráfico de animais no Estado há 10 anos, além de conselheiro do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), onde ocupa a vice-presidência da Câmara Técnica de Biodiversidade; conselheiro do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente), membro do Projeto Estratégico Fauna Silvestre e do Programa de Proteção à Fauna Silvestre, ambos afetos à Secretaria de Meio Ambiente do Estado, o capitão Robis procurou demonstrar que a atuação da Ambiental paulista é bastante abrangente e eficiente, mas, se não houver o mesmo tipo de trabalho nas origens do problema, nos Estados do Nordeste sobretudo, de onde é retirada da natureza a maioria dos animais traficados, os resultados nunca serão totalmente eficientes.

“A situação é muitíssimo grave, e exige uma política nacional, uma preocupação nacional, porque o tráfico ultrapassa divisas. O estado pode se fortalecer totalmente, mas se o outro não o fizer, não adianta nada. Então tem que haver uma política nacional. E educação ambiental para todos, enfocando a importância dos animais silvestres para a manutenção da biodiversidade nacional. No caso de São Paulo, esta educação, conforme o Capitão, é para que as pessoas se conscientizem e não queiram ter animais silvestres, pois os animais são traficados porque as pessoas querem tê-los e pagam por isso. Não adianta, segundo o Capitão Robis, construir uma rede de centros de recepção aqui; a política, ele frisa o tempo todo, tem que ser nacional.



E os dados da Ambiental não deixam dúvidas: o tráfico está crescendo. Em 2006, foram 30 mil animais apreendidos; em 2007, 29 mil, e à época parecia um sinal de redução do tráfico de animais no Estado, a primeira redução em 9 anos. Ocorre que os dados mais atuais indicam que o número saltou, em 2008, para 32.147 animais. Não houve redução.



Segundo o Capitão, a Polícia Militar Ambiental atua na proteção ao meio ambiente desde 1949, quando ainda como Força Pública possuía um setor de proteção ao meio ambiente. Além dos crimes contra a fauna, a corporação age nos desmatamentos, mineração, pesca, crimes de poluição, soltura de balões e ainda realiza o patrulhamento rural, coibindo inclusive ocorrências que envolvem moradores de fazendas.

Há no estado de São Paulo 2.500 Policiais Militares Ambientais, distribuídos em 117 bases. E, segundo o Capitão Robis, é continua a promoção de cursos de capacitação na área de fauna, inclusive com a produção de manuais que auxiliam os policiais a identificarem silvestres. Deu como exemplo, uma ocorrência onde exista dúvida se é um canário-da-terra ou um canário-do-reino. O primeiro é um animal da fauna silvestre nacional, a sua manutenção depende de licença do órgão ambiental; se for canário-do-reino, silvestre exótico, só resta observar aspectos de bem-estar animal.

Outra grande preocupação é a produção de dados estatísticos e também a promoção de educação ambiental – em 2008, foram distribuídos 12 mil unidades do quebra-cabeça para crianças das escolas públicas da periferia onde é maior o número de ocorrências de tráfico de animais. Todos os programas de educação ambiental atingem anualmente, garante o Capitão, um milhão de pessoas.

Trabalhando para coibir o tráfico, a Ambiental realiza bloqueios policiais – 10 mil em 2008. “Entendemos que, na nossa missão de coibir tráfico de animais, devemos preservar a ordem pública, artigo 144, da Constituição Federal, e os crimes contra a fauna quebram a ordem pública, exigem ação imediata do Estado. Além disso, entendemos que, como compomos o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Estadual de Meio Ambiente, temos obrigação de agir.”

O Capitão reafirmou ainda a associação que existe entre o tráfico de animais silvestres e outros crimes, como tráfico de entorpecentes e de armas. E citou outras ações humanas que atingem drasticamente a fauna silvestre como desmatamentos e queimadas. Quanto ao tráfico, frisou o aspecto dos maus-tratos, que levam a óbito, segundo o Capitão Robis, 70 por cento dos animais.

MAIS COBIÇADOS, MAIS TRAFICADOS

Para quem estuda o tráfico é um dado interessante sobre quais são as espécies mais apreendidas pelo Policiamento Ambiental, da Polícia Militar. Percebam que, via de regra, 97% dos animais são passeriformes, os demais são mamíferos e répteis. Nos últimos 10 anos sempre são, em primeiro lugar, canário-da-terra, coleirinha e pizarro. Às vezes reveza o pizarro em segundo e coleirinha em terceiro, mas sempre os três são os campeões do tráfico no Estado: canário-da-terra, coleirinha, e trinca ferro. O número de animais é grotesco, é muito bicho, principalmente passeriforme.



Uma comparação do ano de 2006 para 2007, em 2008 temos idêntica seqüência: canário-da-terra, coleirinha e pizarro. Este mapa não está atualizado, mas está muito

parecido, este é o *ranking* das cidades onde tivemos o maior número de apreensões: São Paulo, Guarulhos, Carapicuíba. A região metropolitana de São Paulo é onde há o maior número de animais apreendidos há dez anos. E a média é de 7, 8, 9 mil animais. A região contribui com 50% dos animais apreendidos no Estado, e o restante está distribuído nas demais regiões.

Nesse caso, São Paulo, Guarulhos, Carapicuíba, Osasco, Praia Grande, Barueri, Mogi das Cruzes, Jundiaí, Cotia, Guarujá, Itapevi e por aí fora.

Normalmente, fazemos esse mapa para tentar entender por onde entram os animais – se é mais perto de divisas, de fronteiras de outros estados. Enfim, o que favorece o tráfico. Chamamos esse mapa de “mapa de tendência”.

A LEI É BRANDA

Rápido comentário a respeito da lei: não existe o crime de tráfico de animais, traficar animais não é um tipo penal, não encontramos “traficar animais”, mas encontramos condutas que a população acabou conhecendo como tráfico. Mas as condutas estão todas aí: matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécies, impedir a procriação da fauna, modificar, exportar peles para o exterior. Portanto, não há o crime de tráfico de animais, há condutas associadas que fazem com que entendamos que isso seja o tráfico de animais. Normalmente é o transporte com maus tratos, o que as pessoas entendem como tráfico, sempre em grande quantidade.

Interessante ressaltar é a penalidade, tradicionalmente crimes contra a fauna têm penas de seis meses a um ano de detenção, em razão deste tamanho de pena, é abrangida por outra lei, a 9.099, Lei dos Crimes de Menor Potencial Ofensivo que oferece, àquele que está sendo flagrado pela polícia, inúmeras condições de não ter restrição de liberdade pagando uma cesta básica. Por vezes, o pessoal da mídia nos liga dizendo que tem gente vendendo tartaruga no Bom Retiro, eu mesmo já prendi aquela pessoa três vezes, se ele está lá ainda é porque compensa.

Esses são dados de autos de infração lavrados de 2000 a 2007, 2.758 autos de infração ambiental. Termos circunstanciados 1.695, como a pessoa está sujeita à Lei 9.099, raramente passa pelo estresse do flagrante. A Polícia Ambiental elabora o Termo Circunstanciado, que é um relatório encaminhado para o Judiciário, se a pessoa concordar em comparecer em juízo nem é conduzida ao Distrito.

COMO CUIDAR E DESTINAR?

DESTINAÇÃO	QTDE	%
MORTOS DURANTE APREENSÃO	261	0,9%
PARQUES E ZOOLOGICOS MUNICIPAIS	2.516	8,7%
AVES/ANIMAIS DEPOSITADOS COM AUTUADO E CRIADOUROS CONSERVACIONISTAS	17.421	60,2%
SOLTOS	8.758	30,2%
TOTAL	29.002	100%

Aqui, há um quadro superimportante, pois trata da destinação de animais: o que o policiamento ambiental da Polícia Militar faz com os animais apreendidos. Por óbvio, está escrito em norma. Mas é importante que os senhores saibam o que fazemos com os animais em termos de porcentagem.

Mortos durante apreensão: 261. Ou seja, é pequena a quantidade de óbitos. Mas sabemos que quando depositamos os animais, eles ainda estão em alto nível de estresse, e uma grande porcentagem deles vêm a óbito – não nas nossas mãos, mas nas mãos de quem os recebeu: normalmente, zoológicos, centros de recepção e destinação de animais. Mas não é culpa dessas pessoas; ao contrário, o animal atinge um determinado nível estresse, pois veio de algum outro local, passou por sacola, etc. Quando chega às mãos do veterinário, muitas vezes nada mais pode ser feito.

Parques zoológicos municipais: 8,7%, que equivale a 2.516.

Aves depositadas com o próprio autuado – acontece – e criadores conservacionistas, hoje chamados de mantenedores: 17 mil, o que corresponde a 60%.

Animais soltos: 30%.

Quando àqueles que são soltos, é importante ressaltar que os nossos estudos indicam que 80% desses animais, apesar de endêmicos no Estado de São Paulo, não são capturados aqui. E esse é o grande embate, porque a gente acaba ficando na “política do enxuga gelo”. Se os outros estados não tiveram a mesma preocupação que o Estado de São Paulo tem para coibir o seu tráfico, não adianta, pois só vamos apreender o que foi capturado em outro estado. Oitenta por cento dos animais não

são capturados no Estado de São Paulo. Em média, 20% é capturado no próprio Estado de São Paulo. Como é que eu tenho esse indicativo?

Porque o policiamento ambiental apenas solta o animal, no momento de sua apreensão, no caso de ele ter sido capturado em ambiente natural – ou seja, em atividade de caça. Suponhamos que eu peguei o José saindo com uma gaiola, e eu sei que aquele animal é da região. Se observo que o animal está bem, já solto ali mesmo. Se esse animal for pego na cidade, ele não é solto.

Falei em 30%. Nesse ano de 2007, alguma coisa aconteceu, porque tivemos um aumento de atividade de caça no Estado de São Paulo. Mas, no ano de 2008, já verificamos que o número caiu novamente para 20%, que é uma média que vem se mantendo há uns 10 anos.

DESTINAÇÃO E A LEI

O que uma autoridade deve fazer em caso de apreensão de animal? As regras estão prevista na Lei de Crimes Ambientais, no Decreto 6.514. Antes dele, havia o Decreto nº 3.179. E agora há uma resolução do Conama, cujo número é 384/2006, que disciplina esse tipo de atividade.

Como regra, há a previsão de retorno imediato à natureza quando é apreendido em ambiente natural. Fora esse caso, o animal é levado para um cativeiro – zoológicos, fundações e entidades assemelhadas. Há, também, programas de soltura, depois do cativeiro: reintrodução, revigoramento ou experimentação; instituições de pesquisa ou didática; e guarda doméstica provisória. Hoje, no Estado de São Paulo, esta regra da Resolução do Conama, de número 384/2006, não é aplicada.

A guarda doméstica provisória, em tese, seria o seguinte: a pessoa que quisesse ter um animal como depositária, colocaria seu nome numa lista pública, oficial, e seriam observadas as condições para a guarda. Havendo apreensão, e sendo possível, depois de uma análise de patologias, etc., essa pessoa receberia o animal. Quem já tem o animal, que é o caso da dona Maria, que tem o papagaio há 40 anos, pode também, desde que respeite o limite de dois animais.

Só que há um problema na própria resolução: o fato de ela se candidatar a permanecer com aquele animal não inibe a adoção de providências penais e administrativas contra ela, que será autuada e responderá a um processo. Logo, ninguém vai fazer prova contra si mesmo, afirmando-nos que deseja ficar com o animal. Raramente. Aliás, não recebi nenhum pedido durante todo esse tempo. Então é uma norma bem intencionada, mas que não é eficaz por conta disso.

AS PROPOSTAS DA AMBIENTAL

Educação ambiental em massa para que as pessoas não queiram ter silvestres.

Alteração das penas para os crimes contra a fauna silvestre, com a criação de tipo penal específico para o tráfico de animais silvestres, pois atualmente as penas brandas favorecem e incentivam quem quer se manter na ilegalidade, capturando e vendendo silvestres.

Composição entre todos os entes da Federação para adoção de políticas públicas únicas e claras voltadas ao combate ao tráfico de animais.

Enfoque de fiscalização aos estados fornecedores, construção de centros de recepção e destinação nos estados recebedores.

O Capitão, ao responder questões dos vereadores, admitiu que não existe um sistema de informações únicos entre as várias instituições que combatem o tráfico, o que dificulta um panorama abrangente da situação.

Por fim, frisou a importância dos Municípios e Estados assumirem certas obrigações que atualmente ficam como Ibama, que não tem fiscais, como por exemplo o cadastramento de atividades. O Estado de São Paulo criou o CADFAUNA, que cadastra todas as atividades que utilizam fauna silvestre no Estado, e também fiscaliza. Em um ano de funcionamento, foram identificados 400 zoológicos, enquanto o Ibama tinha uma lista de 30 somente. O CADFAUNA está sob a responsabilidade de Paulo Bressan, diretor presidente da Fundação Parque Zoológico e responsável pelo Projeto Estratégico de Fauna do Governo do Estado.

5.2. Guarda Metropolitana Ambiental admite falta total de estrutura atuar efetivamente com fauna silvestre

A Inspetora Castro, coordenadora da Coordenadoria de Programa de Proteção Ambiental da Guarda Civil Metropolitana, admitiu que sua corporação “não tem estrutura para acompanharmos esta questão da fauna e da flora, ou seja, a apreensão de animais. Ultimamente temos nos ocupado mais com a questão de ocupações irregulares no que diz respeito ao desfazimento e descongelamento das áreas de proteção ambiental e áreas de interesse ambiental. Até porque o ponto crucial disso tudo é que realmente não temos estrutura: viaturas, gaiolas adequadas, veterinários. Claro que temos projetos para isso. Pretendemos realizar cursos de educação ambiental, alguns já realizamos com a Polícia Militar, e também aconteceu um curso, promovido pelo Butantã, sobre animais peçonhentos. Mas neste momento todos os cursos abordam a atuação específica na questão das ocupações irregulares”.

Não existem sequer equipamentos apropriados para a eventual captura e manejo de silvestres. As ações da Guarda Civil Metropolitana Ambiental em relação aos silvestres são pontuais, realizadas por alguns membros do efetivo. Dependem muito mais de boa vontade. Um exemplo foi oferecido pelo Inspetor Maia, para quem “a atuação da Guarda Ambiental reduziu em muito a atuação de caçadores na APA Capivari-Monos e no Parque do Curucutu, que fica ao lado. Os homens fazem um trabalho de patrulha, a pé, nas trilhas. Um trabalho preventivo precioso”.

Ele garante que a caça e apanha ilegal de silvestres foi bastante reduzida na Zona Sul da Cidade. Mas a GCM não tem números para analisar essa percepção. Na região existem 61 GCMs, mas atuando diariamente, devido a escalas, 23. A diretora da Divisão de Fauna do Município, Vilma Geraldi, confirmou que “a atuação da guarda reduziu as ocorrências de denúncias de tráfico e de animais silvestres mantidos em cativeiro doméstico ilegalmente”. Mas também não apresenta números. Até porque eventuais ocorrências da GCM são relatadas para a Operação Defesa das Águas, e não para o Ibama ou para o Depave. Geraldi informou que depois de cinco anos de atuação, a GCM Ambiental não recebeu nenhum treinamento específico para manejo de fauna silvestre.

A corporação não conta, em seu efetivo, com biólogos nem médicos veterinários. A inspetora Neide informa que no próximo concurso público para a Guarda Civil Metropolitana, parte dos selecionados serão destinados à Guarda Ambiental. Então, eles terão curso específico de formação.

INSPETOR DENUNCIA: DE QUE ADIANTAM POLÍTICAS, SE O PODER PÚBLICO NÃO FAZ O MÍNIMO?

O inspetor da Guarda Civil Metropolitana e Chefe da Inspeção Regional de Perus, Gilberto Carneiro de Almeida, na platéia, fez sérias denúncias:

“O trabalho, um planejamento estratégico voltado a políticas de preservação ambiental de ordem local para nacional é o caminho, sem dúvida nenhuma, e, se necessário, deve estar amparado e respaldado por normatizações, mais uma vez, penais. Ouvindo as exposições, percebi que, na minha área, estou vivendo fora da realidade do município de São Paulo. Por quê? Porque aqui há normatizações voltadas a essas condutas micros para a preservação ambiental. Talvez não tenho sido bem entendida por alguns colegas aqui presentes essa questão, mas a política hoje vigente e efetivada, por meio do nosso Secretário Municipal de Segurança Urbana, está na preservação da água, porque sem ela, não há vida.

Diante da dificuldade que temos, guardas municipais ambientais, quanto aos aspectos estrutural e de meios, atuamos somente à margem do problema, relacionado à água. Então, colocamo-nos à margem da água, para dizer às pessoas que não tenham a conscientização necessária da preservação ambiental para pararem aqui e não irem além. Caso contrário, elas acabarão com tudo. É isso que a Guarda Municipal faz hoje, diante de uma política municipal. É nesse sentido a nossa atuação. Não no sentido de um terreno estar sendo invadido ou não. Nossa preocupação não é essa. Nossa preocupação é avançarem além do limite. Isso já prejudicou e vem prejudicando muito essa questão não só da qualidade, mas muito mais especificamente à quantidade da água. É um problema extremamente delicado.

Dentro das normatizações já existentes e que poderiam estar compondo esse planejamento estratégico a ser elaborado, há as coordenações criadas oficialmente, em relação às operações em defesa da água. Participo em todas às segundas-feiras, às 15 horas, de reuniões de coordenação em defesa da água.

Nelas, discutimos como serão as ações a serem praticadas por esse grupo de trabalho que a Guarda Municipal Ambiental, por força de uma normatização municipal, compõe, e que também por força de uma normatização municipal a Polícia Civil e a Polícia Militar Ambiental também deveriam compor. Por força dessa mesma normatização, os Srs. Subprefeitos também deveriam compor. O que já vi e voltei a perceber de março para cá? Que não vejo a presença da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Militar Ambiental e muito raramente a presença de subprefeitos.

Então, nós estamos discutindo aqui, querendo discutir a formação de comissões para discutir políticas; meu Deus, que políticas? Se nós, enquanto Poder Público, sequer estamos tendo a conscientização de fazer o mínimo, como eu vou querer cobrar o macro se sequer o mínimo eu participo?”

5.3. Polícia Civil: atuação pontual

A Comissão de Estudos ouviu um dos raros delegados da Polícia Civil que atua de forma mais incisiva no combate ao tráfico de animais silvestres, em geral, em parceria com a ONG SOS FAUNA. Trata-se do Dr. Jair Barbosa Ortiz, delegado responsável pela atuação operacional da Polícia Civil na 7ª Delegacia Seccional, da zona Leste. Ele explicou que está “formando um grupo de policiais, voltado a atender essa demanda de Crimes Ambientais, em especial esse problema relacionado ao tráfico de animais. Nos últimos cinco meses, nós fizemos 11 apreensões e prisões em flagrante, relacionadas a crime ambiental dessa natureza”.

Dr. Jair fez uma explanação elucidativa sobre a grade dificuldade enfrentada, na hora de lidar com crimes ambientais envolvendo fauna, tanto no âmbito municipal como estadual. “A legislação que trata especificamente disso - e que me parece que é a mais eficaz para tratar dessa matéria - é a legislação penal, portanto, federal”.

“Tenho procurado conversar com as pessoas que acabam sendo presas pela minha equipe e todas elas são unânimes em afirmar o por quê de continuarem trabalhando, vivendo dessa forma, utilizando o tráfico animal como forma de renda. Todos dizem o seguinte: “Porque nós não somos presos”. A legislação ambiental não prevê pena privativa de liberdade em estado flagrancial para quem é pego nessas condições.

“Vou dar um exemplo: na zona Leste, temos uma espécie de feira que eu conheci recentemente, até porque estou há pouco tempo na zona Leste. O local chama-se Aquário de Itaquera. Nós fizemos uma incursão nessa feira e apreendemos cerca de 400 aves e outros animais, além dessas aves: tartarugas e até uma cobra nós apreendemos nessa ocasião. Todavia, embora seja feito o registro policial dessas ocorrências, a apreensão dos animais e o respectivo encaminhamento para - no caso em particular desse assunto em que estou tocando - a SOS Fauna, as pessoas que são autuadas nessas condições, após assinar uma documentação na delegacia, são, a rigor, liberadas”, conta o delegado.

“Então – prossegue o Dr. Jair Ortiz -- o sujeito não sente o efeito imediato da lei penal, enfim, não sente a contundência da lei penal sobre a sua atividade. Esse me parece ser um dos principais problemas envolvendo essa matéria. Temos procurado alternativas para solucionar esse tipo de problema. Por exemplo, no caso do Aquário, lá da zona Leste: eu fiz uma prisão em flagrante lá, efetivamente. Eu usei a legislação penal - não a legislação penal ambiental, mas a legislação penal regular, prevista no Código Penal, que é a da formação de quadrilha, porque era realmente um grupo de pessoas praticando diversos crimes ambientais, não um só. E, neste caso, eu os autuei em flagrante, por formação de quadrilha: eles se juntavam em um grupo de cinco pessoas e reiteradamente nós filmamos isso, nós observamos isso, que eles compareciam àquele local para fazer a venda de animais - tartarugas, iguanas, pássaros”. Ainda segundo o delegado, esta é uma saída, não facilmente buscada por todos que atuam na repressão ao tráfico, pois é preciso amearhar provas da formação de quadrilha, para realmente conseguir punir os infratores. “Eles foram presos pela legislação penal regular, ordinária, não pela legislação penal ambiental”.

Questionado sobre a sanção neste caso, Dr. Ortiz explica: “A sanção é grave, é pena de reclusão mesmo”. E o delegado foi incisivo: “A pena privativa de liberdade me parece que, nesses casos, embora seja discutível de que seja eficaz no que diz respeito à educação e à diminuição do crime, é bastante interessante. A pena por formação de quadrilha é uma pena bastante alta. Não me recordo agora exatamente qual o mínimo e o máximo dessa pena, mas é coisa entre quatro e 12 anos, quatro e dez anos de reclusão. A Justiça, ao tomar conhecimento desse flagrante especificamente, não relaxou o flagrante, ou seja, ele não foi considerado um flagrantes irregular, ilegal; foi considerado um flagrante regular, um flagrante legal”.

No entanto, o juiz não enxergou da mesma forma, não manteve o rigor pretendido contra tais infratores: “o juiz que apreciou o caso – contou Ortiz - entendeu que seria o caso de colocar em liberdade provisória os presos; ou seja, eles vão continuar respondendo pelo crime em liberdade. Mas houve diminuição, porque, além de fazer o trabalho de prisão nesse caso específico, além de fazer a atuação policial nessa feira da zona Leste – que é uma coisa realmente escandalosa, absurda em termos de maus tratos aos animais -, procurei, na ocasião, levar a imprensa para participar desse trabalho. E não com a finalidade de aparecer na televisão ou coisa do gênero, mas simplesmente de mostrar a atuação policial imaginando que a veiculação desse tipo de ação pode, sim, dar a entender, àqueles que estão focados nessa área, que a polícia atua, que a polícia vai, que a polícia prende. De certa forma, parece-me que isso pode surtir resultado bastante positivo”.

Ainda mostrando a importância de conscientizar a população sobre a gravidade do tráfico de silvestres, o Delegado observou: “Se continuarmos fazendo trabalhos e apresentando-os à imprensa – e quando digo nós, refiro-me à Polícia Civil, à Polícia Militar, à Guarda Civil Metropolitana -, se continuarmos atuando e demonstrando isso à população – seja pela mídia escrita ou pela televisão -, isso terá um efeito bastante didático. Então, continuamos atuando nesse sentido”

A respeito disso, o Tenente Robis, da Polícia Militar Ambiental, esclareceu que:

“Numa ocorrência tradicional de tráfico de animais, em que a Polícia Militar, por atribuição, não faz atividade de Polícia Judiciária, não é investigativa – pois essa é uma atribuição privativa da Polícia Civil -, nós normalmente não conseguimos encontrar o meandro para bando ou quadrilha”.

O delegado Ortiz faz um esclarecimento sobre como deveria ser o procedimento em todas as Delegacias, em se tratando de silvestres: “quando uma ocorrência policial nos é apresentada na delegacia de polícia, entendo que à autoridade policial, ao delegado de polícia cabe verificar não só o que está sendo apresentado como fato principal, mas também verificar se há circunstâncias outras ligadas àquele fato aparentemente principal que podem levar à autuação mais gravosa daquele sujeito que está sendo apresentado”

“E Ortiz exemplifica: “cumpri um mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça, representei por busca e apreensão à Justiça o que chamo de uma pseudoassociação, registrada como associação de proteção aos pássaros, sediada em uma cidade da Grande São Paulo. A desconfiança que levou a essa representação e, portanto, à busca e apreensão era de que os sujeitos estavam produzindo documentação falsa e até anilhas falsificadas para dar ares de legalidade a animais traficados, capturados da natureza. Ao fazer essa busca e apreensão, encontramos lá materiais realmente falsificados – anilhas e outras coisas – e uma série de pássaros que estavam totalmente irregulares, que seriam anilhados irregularmente para serem vendidos como regulares. Dentre todos os documentos que nos foram apresentados pelo sujeito para dizer que a entidade dele era regular, era legalizada, havia uma série de documentos do Ibama falsificados”.

Prosseguindo, o delegado exemplifica como muitas vezes um traficante de animais silvestres pode ser pego, não pelo tráfico, pois esse crime não existe na lei penal, mas de outras formas: “Autuei esse sujeito em flagrante, mas o fiz pelo uso de documentos falsos. Esse uso de documentos falsificados para tentar dar ares de legalidade à sua atividade por si só considerarei como crime previsto no Código Penal. Nesse caso, saímos da legislação ambiental, voltamos para a legislação ordinária penal, e ele foi autuado em flagrante pelo crime previsto no artigo 304 do Código Penal Brasileiro. Nesse caso, a Justiça também não relaxou o flagrante, ele foi considerado regular pela Justiça, e o sujeito vai ser processado por esse crime”

O delegado frisou que estes exemplos são da atuação da 7ª Seccional, mas que “nada obsta que a Polícia Civil de um modo geral seja instada a agir dessa forma, pois há pessoas dentro da Polícia Civil, sim, interessadas no combate a esse tipo de modalidade criminosa. O Secretário de Segurança precisa saber disso. Talvez não seja o foco principal, porque a Polícia traz consigo essa cultura de que os crimes mais graves estariam compostos – e de fato são – pelos homicídios, latrocínios, roubos, pelos patrimoniais de um modo geral e os contra a vida. Então, se o senhor observar hoje quais os crimes sobre os quais a Polícia realmente foca toda sua atenção, vai constatar que a maioria é de crimes contra a vida e contra o patrimônio. Porém, não podemos deixar simplesmente esquecidos os demais crimes, aqueles que não fazem parte desse rol de crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Há necessidade, sim, de uma política de conscientização, de direcionamento do trabalho também para o crime ambiental. Isso é o que existe. Se abriremos o Código Penal e procurarmos crimes contra a vida, vamos encontrar somente crimes relacionados a homens. Em nenhum artigo do Código Penal, vamos encontrar crimes contra a vida animal sendo tratados igualmente. Talvez seja uma falha na Legislação Penal. Eu, particularmente, gostaria que houvesse um artigo relacionado à matança de animais no mesmo capítulo que trata sobre crimes contra a vida. Ocorre que não acontece isso, tecnicamente falando.

“Foi criado há cerca de um mês um departamento na Polícia Civil que traz, em sua estrutura, uma delegacia de crimes ambientais. Ainda não há divulgação disso, ainda não se sabe qual o resultado que isso vai trazer. Será de crimes ambientais de modo geral: poluição, agressões ao meio ambiente etc e ficará sediada numa unidade central de São Paulo, portanto haverá mesmo dificuldade de que pessoas principalmente da periferia tenham acesso à sua estrutura. Cada região de São Paulo hoje possui uma Delegacia Seccional de Polícia, totalizando oito unidades. O que tenho particularmente pregado é que, se cada uma dessas unidades seccionais tiver, na sua estrutura, uma unidade própria para atender aos casos de crimes ambientais, isso já facilitaria bastante o atendimento ao público. É exatamente isso o que estamos fazendo na 7ª Delegacia Seccional. A unidade da qual eu cuido, junto à sede da Delegacia Seccional de Polícia, tem procurado fazer esse trabalho de atendimento ao público de um modo geral - atuações nossas e da própria Polícia Militar, que tem sido muito parceira na região. Atender às demandas de crimes ambientais nas sedes das Delegacias Seccionais é um projeto que temos, que espero venha a funcionar. Acredito que possa auxiliar bastante.

Por fim o delegado fez coro a uma antiga reivindicação de ambientalistas: “me parece de extrema importância que a legislação penal ambiental seja revista no que diz respeito aos crimes ambientais. Essa facilidade com que o sujeito vai para casa depois de praticar um crime ambiental deixa de mãos atadas tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar, enfim, o Poder Público que atua em face do crime ambiental. Por conta da facilidade com que se libera a pessoa, com que é tratada a matéria, parece que contribui para a continuidade do crime ambiental”.

Frisou ainda quanto é fundamental todos os poderes envolverem-se na questão: “gestões do Poder Legislativo Federal e debates como este, com a participação de representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, seriam de suma importância. Porque tudo que nós fazemos na delegacia, tudo que a Polícia Militar faz na rua, em última análise, vai ser apreciado pelo Ministério Público, como titular da ação penal, que vai dizer que vai pedir a punição do sujeito por tal crime. O Judiciário, por sua vez, vai decidir a ação penal condenando ou absolvendo o sujeito. Então, o engajamento do Poder Público não pode se limitar à atuação policial, ele teria de seguir até o Poder Judiciário para que o Poder Judiciário também se voltasse a isso”.

“Particularmente, conheço alguns membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que têm muito interesse na questão ambiental e que poderiam, portanto, ser convidados, não só para opinar, mas também para apresentar soluções, criando grupos com a participação de policiais, do Ministério Público e da Justiça que possa

atuar efetivamente em face dessa modalidade criminosa, porque, se continuarmos atuando e no Ministério Público ou no Judiciário houver algum tipo de abrandamento, a punição se enfraquece de tal forma que a o crime passa a compensar e ser notório para quem o pratica.”

DELEGADA NOTICIA QUE ESTRUTURA ESTÁ SENDO AMPLIADA

A Dra. Márcia Janotti, Delegada de Polícia, representante da Delegacia do Meio Ambiente, praticamente não ofereceu esclarecimentos, pois acabara de mudar de setor. Mas explicou que:

“Sou lotada na Diretoria do Decap, que é o nosso Departamento. Na prática, até ontem, às 18 horas, eu estava no grupo de meio ambiente. Nós éramos um grupo especial de investigação contra os crimes de meio ambiente. O grupo vem antes de um setor, de uma seção e de uma delegacia. Então, nós éramos algo absolutamente restrito. Esse grupo é sito na Rua Marquês de Paranaguá, 4º Distrito, fundos, cujo titular é o Dr. Rui Barros. Eu sou uma de suas assistentes e a coordenadora do Grupo Sul, Cidade Dutra.

Por que foi criado o Grupo Sul? Por causa da Operação Defesa das Águas. O nosso foco eram os mananciais, a água e o solo. Atuamos praticamente nada em relação aos animais, tanto é que havia no grupo, até ontem, eu, um escrivão de polícia, três investigadores e uma viatura. Então, vocês vejam o tamanho e a estrutura mínima que nós tínhamos. Existiu uma Portaria do nosso Diretor, Dr. Aldo Galiano, que orientava que as ocorrências ambientais lavradas na cidade de São Paulo deveriam ser imediatamente encaminhadas ao grupo. Às vezes isso acontecia, às vezes, não. Vejam as operações que o colega fez (referindo se ao Dr. Ortiz). Nem todos têm a boa vontade do colega”.

Mas garantiu: “há tanta preocupação nossa, institucional da Polícia Civil, em nível governamental, que no dia 21 de maio foi criado o DPPC, em que um grupo passou a ser uma divisão com três delegacias ambientais. Ainda não sabemos onde esse prédio será instalado; provavelmente no centro de São Paulo. Então, serão três delegacias: a primeira será a Delegacia de Meio Ambiente; a segunda será a Delegacia de Meio Ambiente voltada para o trabalho, meio ambiente do trabalho; e a terceira será voltada às relações de trabalho. Isso já está em nível governamental, já foi criado e agora vamos esperar a formação efetiva disso e, apesar de nem o Dr. Rui Barros nem eu já não estarmos mais no Meio Ambiente, nós estaremos nesse grupo cuidando da parte de saúde pública. Então, toda essa estrutura já foi montada. Ainda bem, porque esperamos dois anos para ter uma estrutura e agora ela foi criada”

CIDADÃOS QUEIXAM DE DESCASO NO ATENDIMENTO

Houve queixas de cidadãos e ONGs, incomodados com a demora excessiva no atendimento ou até mesmo desprezo à maioria das denúncias que envolvem animais ou ameaças à fauna, em todas as instituições – polícia civil, polícia militar ambiental, guarda civil metropolitana, entre outras. Nina Rosa Jacob, dirigente do Instituto Nina

Rosa, revelou inclusive que muitas pessoas chegam ao Instituto encaminhadas pelos atendentes do 190, em casos de denúncias que envolvem animais.

O Dr. Jairo Ortiz frisou que é importante que os vereadores se manifestem oficialmente solicitando ao Secretário de Segurança Pública do Estado e ao Comando da Polícia Ambiental mecanismos mais adequados de atendimento a questões que envolvem a vida animal.

Foram fornecidos alguns telefones de contato, em casos de denúncias:

DISK AMBIENTE da Secretaria do Meio Ambiente do Estado – 0800 113560

Polícia Ambiental – 190 ou 0800 555190

Delegacia do Meio Ambiente / Rua Marquês de Paranaguá / Consolação – 3214-6553

Coordenadoria de Proteção Ambiental da Polícia Civil – 3396-5929

6. Fim da comercialização: Lista Zero, já!

Em vários momentos, durante os debates e palestras sobre a questão dos animais silvestres na maior cidade do País, surgiu a proposta de se proibir a comercialização de silvestres nativos e exóticos no Município, por lei.

A polêmica foi grande, mas, com exceção dos criadores, o apoio a esta idéia foi total.

Além disso, discutiu-se a lista que o Ibama deve divulgar, da lista de espécies silvestres passíveis de criação para comercialização como pets (animais de estimação). A analista ambiental do Ibama-SP, Jury Seino, esclareceu que atualmente não existe, na prática, limitação para a comercialização de silvestres. Durante anos, a liberação ou não de um criadouro era determinada pelo Ibama de cada estado. Em 2007, o Conama editou uma resolução nova, estabelecendo critérios para a definição de uma lista de animais silvestres passíveis de comercialização para serem usados como “pets”. E, segundo Seino, esta resolução determinou que o Ibama deveria editar tal lista. Abriu-se uma consulta nacional, com grandes debates, e até hoje a lista não foi editada.

Conforme vários históricos mostrados por técnicos e ambientalistas durante as reuniões da Comissão de Estudos, existe uma forte oposição de áreas técnicas, de ONGs que defendem a vida animal e a biodiversidade no País, à elaboração de tal lista. A força econômica dos criadouros e da indústria que produz ração e equipamentos para esses “pets” é imensa, mas a área técnica e o movimento em defesa da vida tem esperança de conseguir a LISTA ZERO, e também a revisão desta decisão do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Aventa-se a possibilidade de contestar a situação atual da lei que permite a criação de silvestres, uma lei de 42 anos atrás – 5.197/67. Técnicos e ambientalistas acreditam que este instrumento legal destinou-se a regular a criação comercial de algumas poucas espécies para consumo de carne, pele, couro e outros subprodutos, que vinham sendo dizimados na natureza, como algumas espécies de jacarés, na Amazônia.

Posteriormente, a mesma lei acabou sendo usada para justificar a criação de silvestres e difundir a cultura do “silvestre pet”, como se animais selvagens pudessem se transformar da noite para o dia em animais de estimação. Nos últimos 15 anos explodiu o número de pet shops e muitos acabaram buscando a diferenciação e se licenciando para vender silvestres.

A seguir posicionamentos sobre a LISTA ZERO e a possibilidade de São Paulo proibir o comércio de silvestres para uso como pets:

LÍVIA BOTAR, coordenadora do Projeto Mucky:

Lívia Botar, coordenadora do Projeto Mucky, observa que “mesmo que seja legal, a criação e comercialização de silvestres como “pets” é imoral. Não temos o direito de fazer isso. Eles sofrem, são mutilados, vivem uma vida infernal num cativeiro doméstico. O homem não pode mais imaginar-se como o centro do mundo e da Natureza”.

A ambientalista é incisiva: “permitir que animais silvestres sejam vendidos é deseducar, é desconstruir uma base de valores, É focar tudo na posse, no ter - eu quero, eu tenho, eu posso, eu compro. E aí você se percebe no meio de uma situação em que a humanidade está vivendo – tsunamis, vendavais, aquecimento global, uma série de coisas, um caos do qual não sairemos enquanto não nos conscientizarmos o quanto essa cadeia, essa rede, afeta o ser humano.

Enquanto as pessoas não sofrerem isso em massa, não haverá uma mudança de mentalidade nesse sentido. Temos a obrigação de proibir que esses animais sejam vendidos”.

Além da extrema crueldade e da violência que em geral vitima primatas mantidos em cativeiro doméstico, até pela falta de conhecimento sobre comportamento e alimentação, Lívia cita o grave problema das zoonoses, que vitima os animais e também humanos. “Nós normalmente transmitimos uma série de doenças para esses animais que, juntos com outros da mesma espécie contaminarão esses outros animais e vira uma enorme bagunça. Ninguém mais sabe quem é o agente transmissor e estamos expostos a zoonoses de doenças ainda desconhecidas porque muitos desses animais apresentam doenças próprias da espécie que não conhecemos e nós passamos uma série de doenças a eles. Acho que esse é um foco muito importante no trabalho e na avaliação em relação à questão dos animais silvestres como *pets*. Não sabemos, estamos no escuro”.

MARCELO PAVLENCO, presidente da ONG SOS FAUNA:

E Marcelo Pavlenco faz uma grave reflexão: “não é possível ensinar para as crianças que vão herdar esse Planeta tão destruído que a vida silvestre deve ser preservada, mostrando para essa criança aves condenadas a viver em minúsculas gaiolas”.

“Quando uma pessoa compra uma arara e coloca em casa, está imprimindo em seu filho uma cultura retrógrada, de que é bonito possuir um bicho que deveria viver na natureza; que é bonito ter esse bicho sob o cárcere, preso, afirma Pavlenco.. É algo estúpido. Qual é a graça, como aparece no programa da Ana Maria Braga alguns criadores comerciais aqui, acolá, fazendo propaganda? Não tem graça isso. Trata-se de um problema de educação também. É estranho, de repente, seu filho pode perguntar: “por que ele está preso, por que na natureza estão soltos e aqui está preso?”. Não sei, mas para mim, é uma doença ou algo semelhante”.

DRA. CRISTINA HARUMI, Coordenadora Técnica da ASSOCIAÇÃO MATA CILIAR, e especialista em felinos silvestres:

Harumi posiciona-se forma incisiva: “sou completamente contra o comércio de qualquer tipo de animal silvestre, completamente contra. Porque desde que se começou o comércio dito “legal” desses animais, a gente tem percebido que as pessoas querem ter esses silvestres, infelizmente. Então, o processo de educação é muito mais lento do que o processo econômico, obviamente. E as pessoas que vendem e as que compram esses animais não têm consciência, não se preocupam com conservação, não foram educadas para isso. E também não pensam que tipo de alimento deve ser oferecido, que tipo de abrigo... Não percebem que esses animais não podem ser soltos. Já capturamos uma iguana, espécie exótica, dentro da área da Mata Ciliar (área da Serra do Japi), e um bombeiro nos entregou uma píton, de três metros, muito brava, encontrada em uma praça de Jundiaí”.

E uma lamentável constatação: “os animais passaram a ser objeto de *status* também, por exemplo, se você tem um quadro valioso, o outro quer ter um quadro mais valioso ainda. Se você tem um sagüi, o outro irá querer outro primata mais raro; outro tem um papagaio e a outra pessoa quer uma arara ou outro animal muito mais ameaçado. Tem gente que paga muito dinheiro para ter um panda no quintal, não é? Então, eu acho que passa a ser objeto, inclusive de *status*, poder e barganha, mesmo. Eu acho que eu sou mais do que você porque eu tenho um panda ou porque eu tenho uma onça, um leão no meu quintal. Acho que isso não pode acontecer, de forma alguma. E a gente está abrindo espaço, justamente para isso”.

Comércio de animais selvagens, do jeito que está e se continuar, eu sei que todos os Centros de Reabilitação que estão recebendo até agora, muitos deles, que ainda acreditam um pouquinho que tem uma luz ali, irão desistir. Eu não recebo mais, outras pessoas, eu sei que não irão receber. Nós iremos pegar esses bichos e infelizmente, iremos para a porta do Ibama e olha: está aqui. Porque até então eu trabalhei pensando que tinha uma parceria com os órgãos, não é isso? A gente tem de direcionar nossos trabalhos de acordo com o que o Governo quer, com o que as

instituições internacionais, o ICM – Instituto Chico Mendes e etc dizem a respeito da conservação das espécies e da biodiversidade.

Ainda falando a respeito de por que não manter animais silvestres em cativeiro doméstico, Harumi ofereceu exemplos práticos: “tecnicamente, eu posso ter muitos papagaios em várias casas e, vamos supor, todos bem tratados. Só que os papagaios vivem em grupos, naturalmente. Esses papagaios, você não sabe se é um macho ou uma fêmea porque eles têm os órgãos sexuais internos, então você não sabe. Esses papagaios vivem isolados nas casas, se estão isolados não irão se reproduzir. Você tem muito papagaio dentro de casa, só que na natureza esse bicho está ameaçado. E podemos falar de tantos outros, de animais que nem conhecemos direito, que não conseguem sobreviver fora da floresta ou não conseguem sobreviver quando aquela determinada planta que lhes serve de alimento ou abrigo não existe mais... Então, tecnicamente, você ter no quintal, não significa que está salvando a espécie. E se você não tem pessoas para fiscalizar, quem garante que esses animais também não podem estar vindo da natureza?”

Harumi fundamenta sua posição também citando os maus-tratos a que são submetidos os silvestres em cativeiro doméstico. “Temos por volta de 20, 30 papagaios na Associação Mata Ciliar que são impossibilitados de soltura porque foram criados com arroz e feijão, macarrão e não têm condições e muitos deles doentes. Chegaram com osteodistrofia, há um papagaio completamente pelado, não tem uma pena, não tem nada, por quê? Por falta do que fazer ou por algum *stress* maior, um cachorro, alguma coisa que não seria do comportamento normal dele. Começa a se bicar, tira as próprias penas e começa com alguns vícios que não se consegue tirar. Como veterinária chego a me sentir sem competência. É um absurdo”.

“Tem gente que age com violência contra os papagaios também, traumatizando-os, diz Harumi. A bicada dessa ave dói e dói muito, e tem gente que ao ser bicada joga o animal contra a parede. Acabei de receber um papagaio com enfisema subcutâneo, é uma doença causada por traumatismo e de difícil cura. São vários os casos. Existem zoonoses muito graves inclusive de pessoas que morreram; conheci um tratador no interior de São Paulo, cuidando de aves que chegaram de tráfico, com aquela aproximação, morreu com psitacose”.

Os vereadores também questionaram Cristina Harumi sobre a presença de um chimpanzé em uma novela da Rede Globo. “Tecnicamente falando, não pode, não poderia acontecer uma coisa dessa. Primeiro é o exemplo, sugerindo que este animal pode conviver com uma família humana normalmente, e que é muito interessante ter um. Outro problema é o comportamento do chimpanzé; ele é muito perigoso. Ele muda repentinamente. E sente ciúmes. Pode dilacerar uma pessoa, num ataque de ciúmes. Um veterinário de um zoológico estava passeando com um deles, parou para ajudar no manejo de outro animal. Quando voltou, o chimpanzé cheiro a mão e mordeu, decepando dois dedos. Outro perigo são as doenças. Os chimpanzés são 99% parecidos com os humanos, geneticamente. Então, a questão das zoonoses é muito grave, algumas que até desconhecemos. E não somente para o humano, é ao contrário também, precisamos proteger o animal”.

DRA. ANGELA MARIA BRANCO, médica veterinária, especialista em fauna silvestre, coordenadora técnica da ONG PRÓ-ANIMAL:

A médica veterinária Dra. Angela Branco afirma que a Lei 5.197/67, que embasa a liberação de espécies silvestres para a criação comercial, e estipula que o governo deve estimular esta atividade, destinou-se a regularizar a criação e comércio de animais para retirada de carne e couro, como jacarés.

Segundo Branco, “na época, não existiam pet shops, não existia essa mídia toda vendendo a idéia de que é possível ter um tucano, uma arara, um bugio dentro de casa, numa gaiola, no meio da sala. Com a evolução da legislação ambiental, com a nova Constituição, nos parece impossível que o Poder Público Federal continue se respaldando em uma lei de 42 anos atrás, para liberar cada vez mais espécies visando o comércio, como se animais silvestres realmente pudessem se transformar em bichos de estimação”

“Há mais de 20 anos, eu e outros técnicos temos alertado para os prejuízos à fauna silvestre, ao meio ambiente, aos biomas, causados por tal medida. Isso além dos perigos para a saúde humana, pois boa parte das zoonoses potencialmente transmitidas por silvestres ainda é desconhecida”.

A médica veterinária prevê: “daqui a alguns anos, provavelmente, estaremos discutindo o destino dos animais silvestres *pet*. E o pior é que já existe esse problema. O Ibama não conseguiu combater o tráfico; regularizou a criação de silvestres, mas também não consegue controlar os criadouros. O Ibope já fez uma consulta para a população brasileira e a maioria dos entrevistados não aceitou animais silvestres como bichos de estimação. Daí, resolveram fazer a consulta pública sobre a lista. E as ONGs, os especialistas, ambientalistas, técnicos do próprio Ibama não concordam, defendem a lista zero, enquanto pressões enormes continuam sendo feitas para que silvestres possam ser transformados em “pets”. As mídias estão participando dessa pressão, vendendo novamente a velha balela de que o comércio legal coíbe o tráfico e vai continuar coibindo. Não vai coibir, só vai favorecer quem faz o comércio ilegal. Só vai favorecer quem usa de animal silvestre de maneira ilícita A Câmara Municipal de São Paulo deve posicionar-se”.

DRA. SELMA MANDRUCAL, advogada, presidente do GAP-BRASIL:

A advogada Selma Mandruca, presidente do GAP-Brasil, defende uma lei que proíba o comércio de silvestres na Capital de São Paulo. Uma lei que marque posição dos ambientalistas e defensores da vida animal contra a barbárie que violenta os silvestres, sejam eles nativos ou exóticos. “Acho fundamental a proibição da venda de animais silvestres na Capital”- frisa Mandruca. “A venda de animais silvestres passa por questões maiores, principalmente a do tráfico e também envolve a saúde pública, e eu acho que nenhum município, por mais rico que seja, tem hoje condições de fazer fiscalização adequada. Particularmente, sou uma pessoa que não gosta do termo proibir; sempre acho que temos de usar o termo proibição com muita parcimônia, principalmente numa democracia. Mas, diante dos problemas maiores que o comércio de animais pode trazer – já que envolve também a questão do circo e envolve a

questão do tráfico –, a manutenção de animais na cidade de São Paulo, a venda principalmente, se permitida em *pet shops*, envolve a questão de saúde pública e eu acho que, no momento, tem de ser proibida com uma única alternativa válida e efetiva para se impedir um problema maior”. Selma sugeriu ainda a ampliação do Cetas e do Cras da cidade, para colaborar mais na apreensão de silvestres.

DRA. VILMA CLARICE GERALDI, médica veterinária, diretora da Divisão de Fauna do Município de São Paulo:

Além dos dirigentes de ONGs, também a Diretora da Divisão de Fauna do Município, Dra. Vilma Clarice Geraldi, posicionou-se contra qualquer lista de espécies silvestres passíveis de criação e comercialização como “animais de estimação”. Quando da consulta pública feita pelo Ibama, há pouco mais de um ano, a responsável pela Divisão de Fauna (Depave-3) realizou consultas a todos os seus técnicos, e o tema foi debatido durante vários dias. O órgão posicionou-se “contra a autorização para criar qualquer tipo de animal em cativeiro”.

Questionada por que, Vilma explicou: “se você, hoje, adquire uma arara, essa arara vai viver bem tratada durante muitos anos; às vezes, nem tão bem tratada. Mas a vida das pessoas muda, as condições mudam. E um dia essa arara vai voltar, e não vai ter destinação. Aliás, uma das solicitações que mais recebemos são de pessoas que nos dizem: “Meu pai tinha um papagaio; ele morreu e eu não tenho o que fazer com o papagaio”. Então, um dia, vai cair no colo do Estado. E uma arara, um papagaio, um animal desse tipo, não tem que estar dentro da casa de ninguém. Fica impossível devolvê-lo à natureza. Eu, pessoalmente, e a Divisão, posicionamo-nos assim”.

Quanto a uma provável lei proibindo o comércio de silvestres na cidade de São Paulo, Vilma Geraldi posicionou-se favoravelmente. “O Governo Federal dá algumas normas, o estado pode trabalhar restringindo essas normas, e o compete ao Município estipular o que ele quer, ou não, dentro do seu espaço físico, dentro dos seus limites. Então o Município pode resolver que não vai comercializar animais silvestres e para isso vai criar uma lei. Obviamente, haverá embates. Mas, na minha opinião, o Município, deve sim bater firme no que diz respeito à educação, à formação de opinião. Qual o objetivo de ter animal silvestre? Tê-los como *pet*? Com tanto cachorro e gato precisando ser adotado, domesticados já há tantos anos, não tem cabimento...”

DELEGADO DR. JAIR BARBOSA ORTIZ:

O Delegado Jair Ortiz, da Sétima Seccional da Polícia Civil, defendeu o fim do comércio regular de animais silvestres, que poderia começar com uma lei municipal, na cidade de São Paulo: “entendo que a proibição, sim, por meio de lei municipal, do comércio de animais, nessas casas regulares de vendas de ração, de animais, teria uma eficácia bastante razoável, porque boa parte dos animais - temos observado isso - que são comercializados, a princípio, ali estão em condição aparentemente regular, mas eles derivam de situações absolutamente irregulares”.

E lembrou que: “no caso desta apreensão que fizemos num município aqui de São Paulo, em que o sujeito capturava animais e os anilhava, forçava a colocação de anilhas, até anilhas falsas, e esses animais eram vendidos posteriormente, de forma regular, em casas que comercializam animais dessa natureza. Se fosse proibido esse comércio, o Município se encarregaria de multar os estabelecimentos que insistissem em vender. E nós focaríamos o trabalho de combate a essa modalidade criminosa ao sujeito que estivesse efetivamente traficando, de algum meio, o animal”.

CHIMPANZÉ NA NOVELA É CONDENÁVEL

Os estímulos que as mídias oferecem, induzindo pessoas a manterem animais silvestres em cativeiro doméstico também foram condenados. Inclusive o caso do chimpanzé que a Globo exibe em uma novela.

Selma Mandruca, do PROJETO GAP, contou que a Rede Globo tentou usar chimpanzés de santuários sem sucesso. Depois, procurou dois chimpanzés que são objeto de denúncias no Ministério Público Federal, por terem sido usados em comerciais de televisão de forma abusiva – Catarina, que havia sido usada em um comercial do UOL (denúncia que tramita desde 2003) e Jimmy, de propriedade de Gilberto Miranda, usado em comercial da Embratel, e também denunciado pelo GAP.

A emissora foi chamada para uma conversa e o GAP mostrou a inadequação de usar um chimpanzé como animal de estimação. Mas, segundo Selma Mandruca, a Globo mostrou-se intransigente e conseguiu a chimpanzé Kate, do Beto Carrero World. Ela pertence ao Parque Beto Carrero e foi transferida legalmente, com autorização do Ibama, para o zoológico do Rio de Janeiro, onde ela está hospedada temporariamente, sendo utilizada para a novela.

Nós somos contra essa utilização; mas, como isso aconteceu de um fato consumado – já está lá e o Ibama já autorizou -, ao invés de criar uma guerra, nós chamamos a Globo e falamos assim: “Já que vocês já colocaram, vocês vão precisar tirar. E como mostrar isso? Vocês começaram bem, mostrando que ela fugiu de um circo porque estava sendo maltratada”.

A gente sabe – e esta é a história do Dr. Pedro e a minha – que ter um chimpanzé em casa não dá certo. Você não pode viver com um chimpanzé sob pena de isso acabar ocasionando sérios e graves acidentes. Um chimpanzé tem um entendimento muito próximo ao do ser humano, mas não tem os freios sociais que nós temos. Se eu sentir ciúmes do meu marido, eu tenho de me controlar; se um chimpanzé sentir ciúmes de mim, ele mata a pessoa de quem ele sente ciúmes.

Então, estamos tentando mostrar isso à Globo. Já estamos tendo com eles vários contatos para que eles dêem uma destinação adequada para mostrar para a sociedade que não se pode ter um animal silvestre ou um animal exótico selvagem como *pet*, ainda que ele seja domesticado. Você não domestica definitivamente um chimpanzé, você o humaniza até certo ponto.

Até o momento, a Globo tem efetivamente cumprido com essa idéia de mostrar isso à sociedade por meio da novela, e isso ela o faz em várias novelas, abordando vários temas sociais. Estamos entendendo que, até o momento, ela está conseguindo cumprir esse objetivo e vai dar o passo seguinte, que é o de mostrar que esse chimpanzé não pode ser devolvido ao circo.

E, ela, infelizmente, não pode ser devolvida para a natureza, porque é humanizada, não integra um grupo. Porque um chimpanzé não é como um tigre, que vive sozinho, não vive em grupo. Você não tem como integrar o chimpanzé na África, não tem como pegá-la aqui e fazer com que ela perca essa humanização, como você, às vezes, se faz com um passarinho de gaiola. Você às vezes pega aquele passarinho de gaiola e tem sucesso em fazê-lo voltar à natureza. Com o chimpanzé, isso é impossível.

O que tem de ser mostrado nessa novela? Que o circo não é o lugar ideal, muito menos a casa do artista, pois isso pode gerar acidentes. E, aí, passar à fase seguinte, que é mostrar à população toda – que já viu a chimpanzé lá, isso é fato consumado – que ela tem de voltar para um santuário de resgate, eventualmente para um zoológico, embora o Projeto GAP, especificamente, tenha uma posição contrária à exposição de grandes primatas em zoológicos. Temos estudos comprovando que eles sofrem um grau de estresse até maior na exposição em zoológico do que se estivessem no circo, porque eles são capazes de entender o que o público está fazendo com eles: ridicularizando, jogando comida, “Chico, grita”, “Chico, bate”. O primata é capaz de entender isso, o que causa um grau de estresse e de desvio comportamental muito maior do que no próprio circo.

E Selma voltou a frisar a importância de os veterinários fornecerem laudos comprovando que certas situações, como expor animais ao ridículo, podem ser caracterizar maus-tratos e esses profissionais nem sempre conseguem compreender isso.

7. Criadores comerciais de silvestres desqualificam afirmações do Ibama e defendem incentivo oficial para suas atividades



Proprietários de criatórios comerciais de animais silvestres nativos e exóticos e seus representantes defenderam suas atividades, enfaticamente, em audiência da Comissão de Estudos, garantindo que a criação e venda de silvestres é uma atividade onde o lucro é um item de menor importância. Os criadores o fazem como hobby, mas, sobretudo, para defender e preservar a rica fauna brasileira.

Em uníssono, queixaram-se do Ibama e teceram severas críticas aos técnicos que, segundo eles, enganam até os parlamentos ao afirmar que o comércio legalizado não combate o tráfico e até estimula o comércio ilegal. Dizem que o Ibama impõe aos criatórios legalizados um emaranhado de obrigações burocráticas e dificuldades, com suas portarias e instruções normativas.

Além disso, segundo eles, como o órgão federal que licencia essas atividades não tem fiscais em número suficiente para combater o tráfico de animais silvestres, acaba concentrando sua atividade fiscalizatória somente sobre os estabelecimentos devidamente registrados e legalizados.

A falta de definição sobre a lista de espécies silvestres passíveis de criação e comercialização, que é objeto de um impasse há quase dois anos, vem prejudicando este segmento econômico – garantem seus representantes. Mesmo assim, eles não vão desistir e garantem que o Brasil, para não caminhar na contramão da história, das tendências mundiais e até dos postulados contidos em convenções internacionais e na própria Constituição brasileira deve incentivar a criação e venda legalizadas.

Os criadores de silvestres, sejam amadoristas (de passeriformes) ou comerciais, apontam sua atividade como a única forma segura de preservar as espécies mais visadas pelo tráfico de animais silvestres, e que são justamente as mais desejadas pela população como “animais de estimação”.

Garantem que o comércio não estimula a captura e venda ilegais, em nenhum sentido, contrariando inclusive o que o Ibama declarou abertamente ao participar de audiência da Comissão de Estudos. E quando os criadores citam incentivos, incluem a necessidade do Governo investir oficialmente nesta atividade, incentivando financeiramente os criatórios, com verbas e isenções, por exemplo.

Alguns criadores legalizados afirmam que é praticamente impossível cometer falcatruas, outros dizem que documentos podem ser falsificados, até pelo excesso deles. Mas garantem que como tem endereço fixo e são obrigados a prestar contas de tudo ao Ibama, acabam mais penalizados do que os traficantes.

Também rechaçaram fortemente uma das propostas surgidas nas discussões da Comissão de Estudos, de proibir o comércio de silvestres na cidade de São Paulo, principalmente para chamar a atenção do País para a fragilidade da fauna silvestre. A medida também poderia servir para educar e conscientizar a população, a respeito da urgência de modificar o arraigado comportamento de vastos segmentos da população brasileira, que tentam transformar animais silvestres em bichos de estimação (pets), uma prática que em geral implica em maus-tratos para os animais e riscos para a saúde humana e para o ambiente, em casos de fuga e introdução da espécie em ambiente onde ela não é endêmica.

O advogado e também criador de passeriformes em Minas Gerais, Allan Helber de Oliveira, em sua exposição onde apresentou o que considera um vasto embasamento legal para a manutenção da criação e do comércio de espécies silvestres, chegou a posicionar-se de forma considerada ofensiva pelos vereadores membros da Comissão de Estudos.

Aparentemente desconsiderando o poder de legislar sobre questões locais, bem como a influência e a força do maior parlamento Municipal do País, o advogado criador de aves garantiu que *“A criação não tem a menor possibilidade de ser proibida. Se porventura a Câmara Municipal de São Paulo, o Estado de São Paulo, o Estado de Minas Gerais, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, qualquer parlamento, inclusive a Câmara Federal, o Senado, resolver discutir e aprovar lei que proíba a criação, as bancas de advocacia ficarão muito animadas com o mercado que surgirá”*.



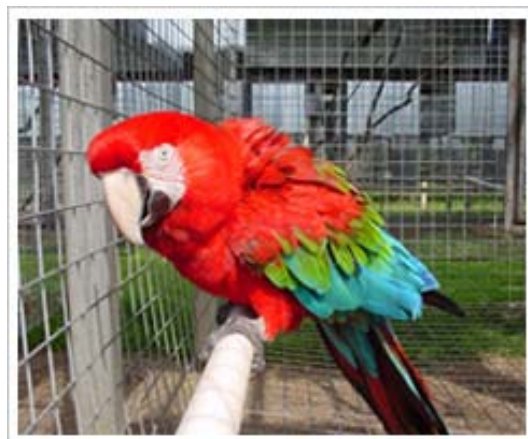
David Dinhani Junior, diretor financeiro do CBRAS – Consórcio Brasileiro de Criatórios de Aves Silvestres e Exóticas, explicou que a entidade foi fundada em julho de 2008, como objetivo de congregar os criadores interessados em manejo, reprodução de animais, especialmente os psitacídeos silvestres em cativeiro e em liberdade. É uma sociedade sem fins lucrativos e reúne 25 criatórios de aves da fauna nativa e exótica, todos licenciados pelo Ibama, bem como profissionais especializados no segmento de criação e manejo de espécies - biólogos, veterinários, engenheiros agrônomos, zootecnistas. Os criadores são médicos, dentistas, empresários.

Nós investimos em equipamentos, em formação, em conhecimento e dinheiro para que todas essas aves sejam estudadas, criadas e reproduzidas, da melhor forma possível em cativeiro. Com o estudo da biologia dessas aves em cativeiro, nós podemos dar grandes subsídios ao estudo dessas aves em vida silvestre, como já ocorreu com várias espécies. Existe todo o apoio técnico científico, afirma Dinhani, e o Consórcio possui estatuto.



Conforme o estatuto, O Consórcio tem por finalidades: a) congregar criatórios de aves, da fauna silvestre e exótica de referência no Brasil e profissionais com experiência e notória especialidade nas áreas de manejo e conservação dessas espécies, em cativeiro ou em vida livre, tendo como objetivo comum à conservação e a utilização sustentável dos recursos da avifauna silvestre e da avifauna exótica; b) defender, incentivar e fomentar a atividade de criação, manejo, conservação em cativeiro e em vida livre das espécies de aves da fauna silvestre e exótica, bem como o uso econômico sustentável e a comercialização legal dos espécimes produzidos nos criatórios, para atender os mais diversos mercados; c) incentivar, suportar e servir como disseminador da troca de informações e experiências entre os membros, carreando essa experiência e as informações acumuladas para a formação de um acervo de conhecimento técnico-científico disponível a todos os membros.

A entidade também possui um Código de Conduta e de Princípios Éticos onde consta: “Deseja ser reconhecida como uma entidade sólida e confiável, consciente de sua responsabilidade social e que obtém seus resultados de forma íntegra, justa, legal e transparente. Para tanto, todas as suas ações devem ser, sempre, pautadas pela integridade, confiança e lealdade, bem como pelo respeito e valorização ao meio ambiente”. Além disso, segundo o documento, o Cbras, no desempenho de suas atividades, estimula seus associados, a desenvolver um ambiente de trabalho saudável e equilibrado para todos, de acordo com princípios éticos, tais como: transparência; equidade; responsabilidade; integridade; respeito ao ser humano e ao meio ambiente; respeito à legislação/regulamentação.



Observando os princípios éticos, foi instituído um Código de Conduta Mandatório, que prevê total atendimento às diretrizes do Ibama; uso de anilha ou microchip e até mesmo “fornecer aos compradores instruções escritas sobre o trato, alimentação, tipo de alojamento e bem estar em geral além de informação sobre a espécie”.

No Código bastante detalhado, ainda existe uma lista de condutas a serem encorajadas: “Nunca vender aves para pessoas antiéticas ou que possam vender para um comprador não qualificado; fornecer ao comprador informações atinentes ao temperamento e trato necessário para a ave, a fim de assegurar que a sua presença se encaixe com o estilo de vida do comprador e sua família; redigir um documento definindo as condições da venda; fazer o acompanhamento pós venda para assegurar que a ave esteja em perfeita ordem e o comprador satisfeito; nunca vender a não profissionais filhotes que não estejam completamente desmamados”.

Dinhani frisou várias vezes o quanto é predatório o tráfico ilegal de animais. E salientou: “além de criarmos, reproduzirmos, estudarmos e darmos subsídio para a Biologia e de manejo e reprodução em cativeiro nós damos suporte ao Ibama também em caso de tráfico ilegal de animais silvestres”.

A “CONTRIBUIÇÃO CÍVICA DOS CRIATÓRIOS” AO EVITAR A EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES MANEJADAS



Stanislaw Szaniecki, médico humano, proprietário do criatório Rostan e membro do Conselho Administrativo do CBRAS – Consórcio Brasileiro de Criatórios de Aves Silvestres e Exóticas, afirmou que a motivação dos empresários que decidem-se a montar um criatório é fundamentalmente o interesse em preservar a Natureza. Szaniecki falou inclusive em “contribuição cívica” desses empreendedores e garante que a fauna silvestre só será preservada e salva da extinção, se o Ibama incentivar a criação comercial, além de combater fortemente o tráfico. Inclusive, segundo ele, o estímulo aos criatórios é uma das atitudes fundamentais no combate ao tráfico.

Quanto à destinação de animais oriundos de apreensões, que transformam-se em matrizes nos criatórios, o médico explicou que na verdade isso é um favor que os empreendimentos fazem para o Ibama, pois em geral os animais estão bastante comprometidos. Além disso, não podem ser vendidos, no máximo, servem para a reprodução. Como os outros criadores comerciais de silvestres, ele também não esclareceu como se daria uma possível contribuição destes empreendimentos no processo de soltar animais oriundos de nascimentos em cativeiro, o que brecharia o processo de extinção de algumas espécies. Acompanhe os posicionamentos do Dr. Stanislaw:

CRIATÓRIO - “um criatório não é apenas um conjunto de gaiolas no fundo do quintal e que exige toda uma aparelhagem, toda uma preparação. Esta preparação começa com projeto e vocês ficariam talvez surpresos de pensar que um projeto de um criatório atualmente leva tanto tempo, com tantas minúcias, desde a direção dos ventos, do sol, topografia, análise de água e tantos requisitos que são corretamente exigidos pelo Ibama que um criatório hoje para ser registrado leva não menos talvez que dois anos ou mais. fazer



REGRAS - É necessário que haja regras claras, que haja regras que protejam quem vai investir não só recursos, mas, sobretudo, o empenho, a emoção e a contribuição cívica.

EQUIPE ESPECIALIZADA - Para começar o fundamental é ter uma equipe, um plantel. A equipe não é feita apenas de funcionários que fazem limpeza ou arrazoamento, ela começa pelo responsável técnico, com responsabilidade legal e conhecimento especializado e que vai formar essa equipe, até simples tratadores, mas que conheçam os detalhes do manejo, da higiene, todos os cuidados necessários.

BANCO GENÉTICO E EDUCAÇÃO – Os criatórios oferecem ao Instituto Chico Mendes, a formação de plantéis de conhecimento, para que se faça *study books*. Esses são melhores métodos para se preservar o banco genético. Não estamos vendendo, estamos doando não só animais, mas também o conhecimento e os técnicos que temos, além do sucesso que alguns criatórios já têm, na criação sistemática de espécies ameaçadas. Somos a favor da Educação Ambiental e temos colaborado com ela, com visitas e convites, desde com pequenas crianças até doutorandos, escrevendo suas teses.

IBAMA E O PLANTEL – “o Ibama recebe animais de apreensões de ações fiscalizadoras e tem então o problema de o que fazer com esses animais. Não poderia simplesmente soltá-los muito longe do seu local de origem causando embaraço tecnicamente que são conhecidos no meio ambiente. Também não poderia destinar-lhes ao zoológico. O zoológico não tem tanto espaço para repetir e receber mais e mais animais das mesmas espécies. O Ibama criou um sistema agradável que são os centros de triagem, os Cetas. Esse sistema merece ser respeitado, porém a meu ver não tem dado soluções completas. É muito grande a mortalidade nos Cetas

e são muito pequenas as verbas para mantê-los. E, uma das formas possíveis de destinar esses animais seria doá-los aos criatórios, houvesse criatórios suficientes - e suficientemente amplos - o que também não é o caso. Não é o caso porque os criatórios não têm sido estimulados a se desenvolver, tem havido uma série de debates onde se avalia qual a utilidade dos criatórios, qual é a sua função e qual é eventualmente algum aspecto negativo. Dizer que os animais que o Ibama doa aos criatórios vão ser revendidos é incorreto, esses animais para começar em grande participação são animais mutilados, animais mal nutridos, animais que não têm condições nem imediatas e talvez nunca venham a ter condições de serem reprodutores. A função dos criatórios nestes casos é muito mais de amparar humanitariamente estas aves que jamais renderão fruto qualquer. Os poucos animais que interessam ao criatório jamais poderão ser revendidos. Eles integram o corpo chamado de matrizes e esse plantel matriz não pode ser vendido. Somente os filhotes nascidos em cativeiro é que poderiam ser vendidos. No caso de espécies ameaçadas, somente a segunda geração. Isso significa, por exemplo, que um papagaio comum que reproduz aos quatro anos. Um amazona brasiliense só pode ser vendido segundo filhote, se tudo for bem, daqui a oito anos. Se for uma arara azul, se tudo for normalmente daqui a 14 anos. Vejam, portanto, que o interesse dos criatórios não é receber esses animais de apreensão; acho que a maior parte dos criatórios estabelecidos simplesmente não quer receber animais.



A SOLUÇÃO PARA O TRÁFICO - A meu ver a solução seria estimular os criatórios a produzir mais e a combater desta forma o tráfico. O grande objetivo é o combate ao tráfico. O tráfico que depreda a nossa natureza é o tráfico que estimula toda a série de ilícitos, além de ser uma atitude desumana que violenta nossos sentimentos pessoais. Nós queremos apoiar toda e qualquer iniciativa seja Legislativa, Executiva, Policial que faça o combate ao tráfico. Os criatórios não existem porque alguém gosta de criar algum animal. Quem inicia deve ter a certeza de poder continuar.

IDEOLOGIA, NÃO REALIDADE - Existe uma formulação ideológica contra o comércio de animais. Eu gostaria de salientar que não é essa a tendência mundial; em todos ou quase todos países desenvolvidos, este comércio é estimulado como a principal forma de combate ao tráfico. Existem tratados internacionais já tradicionais, amplos, com mais de cento e tantos países que aderiram estes tratados, inclusive, o Brasil temos signatários, portanto, não se pode dizer proíbo, aprovo, mas deve se levar em conta o que existe realmente já de compromissos firmados tanto aqui internamente. A partir da própria Constituição e da Lei de Fauna existem direitos e normas a serem respeitados e não é correto generalizar dizendo: vamos proibir tudo.

ILÍCITOS - Ouvi dizer que existem criatórios que já cometeram alguns ilícitos e eu acho que provavelmente é verdade. Mas, existem bons e maus juízes, bons e maus médicos, bons e maus advogados, bons e maus criatórios, boas e más ONGs. Existe o bom e o mau em toda a comunidade. Eu acho que a fiscalização deveria ser a mais ampla, a mais severa, as punições as mais duras e que fossem aplicadas. Não acho que se deva apenas seguir bandeiras como que a gente ouve, tão simpáticas. Querem adotar, como símbolo da liberdade, a Gaiola Zero, para não haver mais animais aprisionados. Se todos criatórios abrissem suas gaiolas, o que aconteceria? Uma tremenda mortandade. Se eu soltar um animal recuperado de uma apreensão, inválido, e, às vezes, sem capacidade de se orientar, num ambiente diferente, ele certamente vai morrer logo, pois não sabe sequer procurar comida e bebida. Também não sabe reconhecer predadores e esconderijos. Então, não demoraria três ou quatro dias para morrer. O mais grave seria se soltássemos indiscriminadamente os filhotes nascidos em cativeiro, que nunca tiveram oportunidade de fazerem suas experiências, orientando-se ou fugirem de seus predadores. Se eles fossem soltos, não durariam mais do que dois dias.

GAIOLA ZERO EQUIVALE A GENOCÍDIO - A Gaiola Zero simboliza um desejo legítimo, humano, bonito, carinhoso, caridoso, mas cruel. Determinaria o genocídio de todos os animais que há em cativeiro. É necessário distinguirmos, de um lado, o combate ao tráfico, uma coisa ilícita; e, de outro lado, a atividade positiva e contributiva de criatórios. Frisou ainda que o País corre o risco de suas espécies passarem a ser criadas no Exterior, como é o caso de algumas que já não existem mais por aqui.



Cruel e dolorosa realidade do morticínio causado pelo inescrupuloso tráfico.



Desrespeito à vida e ao equilíbrio ambiental a ser combatido de modo firme e permanente

COMERCIO LEGALIZADO NÃO ESTIMULA TRAFICO – Podem dizer que o preço elevado dos criatórios é que estimularia o tráfico. Isso não é verdade. O traficante não tem funcionários com carteira assinada. O criatório só tem funcionários com carteira assinada. O traficante não emprega funcionários especializados que precisamos, como biólogos e veterinários. O traficante não paga imposto, não tem instalações e nem perdas com maquinários. Qualquer produto pirata, seja CD, cigarro ou licor, sempre será mais barato do que o produto legal, onde estão embutidas todas as taxas, que, no Brasil, não são baixas. O preço mais elevado do criatório não significa rentabilidade. Muitos poucos criatórios têm algum lucro, depois de oito ou dez anos. Não culpem os criatórios pelos preços. Incentive-os, dando-lhes economia de escala e até algumas isenções, se for o caso. Criatórios estimulam uma série de atividades que pagam impostos. Criatórios consomem ração, medicamentos e necessitam de serviços de laboratório. Eles são promotores de outras atividades de serviços. Se não existissem, não somente no aspecto de *pet shops*, mas em vários outros setores, inclusive industriais, seria reduzida a arrecadação de impostos. Somos a favor da fiscalização e de tudo aquilo que traga prosperidade e preservação ao meio ambiente.

IBAMA EXIGE UM NÚMERO IMENSO DE DOCUMENTOS, RELATÓRIOS, LICENÇAS. ASSIM É FEITA A MAIOR PARTE DA FISCALIZAÇÃO DOS CRIATÓRIOS DE SILVESTRES.

Ivan Salies, administrador de empresas, criador de psitacídeos e membro do Conselho Administrativo do CBRAS demonstrou todo o caminho da entrada de um silvestre num criatório e as inúmeras exigências burocráticas por parte do Ibama, incluindo guias, notas, relatórios anuais de toda a movimentação, inclusive óbitos. Tais relatórios são enviados para o Ibama estadual e também para Brasília. O empresário não esclareceu como o órgão dá conta de fiscalizar tudo isso, evidenciando que o Ibama normalmente se restringe a acompanhar as atividades dos criadores que licencia por meio de documentos ou por sistemas computadorizados. Mesmo assim, segundo Salies, não existe forma de um criador legalizado fraudar o sistema, o que é feito somente pelos traficantes. O empresário também garantiu que aves criadas em cativeiro legalizado passam por exames de saúde antes de da entrega para os compradores, o que “afasta o perigo das zoonoses”, mas não explica como se evita, por exemplo, possíveis contágios, por exemplo, em lojas especializadas na venda de grande número de espécies diferentes.

Garante ainda que o consumidor que compra de um criador legalizado assina um documento comprometendo-se a não deixar o animal reproduzir e também a não abandonar na Natureza. Independente desse comprometimento, Ivan não acredita que uma pessoa abandone um animal pelo qual pagou um alto valor, o que acontece no comércio legalizado. Segundo o criador as pessoas podem abandonar animais oriundos do tráfico, que são mais baratos. E compara: “ninguém encontra Mercedes abandonada por aí, mas encontra Brasília amarelas”. Salies cria inclusive ararajuba, espécie ameaçada de extinção e que é símbolo da Petrobrás.

Salies ainda defende os testes de DNA como forma de comprovar, definitivamente, que os criatórios não retiram animais da natureza. No entanto, poucos laboratórios estão preparados para fazer tais exames, e também é mínimo o número de espécies cujo DNA já está decifrado a ponto de se conseguir comprovar a paternidade. Salies afirma que o Governo deveria investir nesse tipo de pesquisa, e não os criatórios. Assim, se acabaria de vez com qualquer suspeita da retirada de animais da natureza por parte dos criadores legalizados, que, segundo dizem os próprios técnicos do Ibama, “esquentam filhotes do tráfico”. Salies procurou demonstrar que documentos evitam isso, mas o teste de DNA seria algo definitivo. Atualmente, segundo ele, existe possibilidade de se comprovar a paternidade para duas ou três espécies de papagaios, duas de araras e quatro ou cinco passeriformes (criadores amadoristas manejam centenas de espécies de pequenas aves no País).



Salies explica que em toda a movimentação dos criatórios licenciados pelo Ibama, documentos tornam o processo totalmente legalizado: ara um criador ter um animal, a primeira possibilidade é transferir de outro criadouro, exigindo uma licença de transporte emitida pelo Ibama. A segunda opção é comprar de outro criadouro. Aí, novamente, ele tem um documento, a nota fiscal. A outra possibilidade é pegar um animal vindo de uma apreensão, que lhe é encaminhada, por meio do Ibama ou da Polícia Florestal. Haverá, nesse caso, uma guia de depósito ou licença de transporte. Animais entram nos criadouros também pelo nascimento, tudo controlado por relatórios emitidos para o Ibama.

Como o animal sai do criatório? Primeiro, quando há óbito. Segundo, quando há fuga. “Nesses dois casos – garante Salies -- somos obrigados a protocolar um ofício, dando demonstração do óbito, com um laudo de necrópsia, com fotografia tirada por um veterinário. Somos obrigados a registrar um BO na Polícia ou num cartório, por meio de uma declaração pública da fuga. O empresário acrescentou que a saídas também se dão quando animais são cedidos para outros criadores ou vendidos para comerciantes também legalizados. Tudo acompanhado de guias, declarações, notas.

Quanto aos relatórios, o criador criticou a banalização do relatório que os criadores legalizados são obrigados a enviar anualmente para o Ibama de Brasília: “Eu não gosto desse relatório. Acho que esse relatório é um relatório muito simplificado. Simplesmente, diz o seguinte: eu tinha dois quatro anacãs, adquiri dois, recebi dois e agora eu tenho oito. Isso não quer dizer absolutamente nada”.

“O relatório que nós adotamos aqui em São Paulo é completo”. Salies explicou que todos os animais tem o numero da anilha, o histórico de onde veio ou se nasceu no local; se nasceu ali, quem é o pai e a mãe; se continua existindo no ano seguinte, sua presença é registrada; os novos filhotes, os óbitos, as vendas tudo registrado e justificado. São papéis enviados para o Ibama, mas, segundo Salies, “o Ibama pode ir no meu criatório e checar tudo. Não tem nenhum movimento que possa ser feito dentro do criatório que não tenha uma documentação comprobatória”.

As vendas também são todas documentadas, garante Salies: “na nota fiscal, consta quem é o pai, quem é a mãe, o dia que nasceu, o valor, o recolhimento de todos os impostos. Isso faz parte do relatório de venda, são dois relatórios de venda que são feitos por ano, onde damos todas as informações, o quê vendemos, para quem vendemos, qual é o número ou CPF de quem comprou. Então não tem nada de venda desconhecida. E tudo isso é controlado, como se controla a contabilidade no supermercado, como se controla a contabilidade de uma indústria...”

E quem compra – explica o criador de psitacídeos – recebe um registro mostrando toda a história do filhote, inclusive sexagem, exame de fezes para parasitos. “Nós entregamos o exame de clamídia, a famosa história da psitacose. Todo animal que sai de um criatório, sai com isso e ninguém vai admitir psitacose dentro do criatório dele, por quê? Porque todo plantel dele vai acabar. Então, essa história de que nós estamos colocando doença na casa dos outros é mentira, eu duvido”. Salies garantiu ainda que nos últimos 10 anos não existe um registro de ocorrência de psitacose em humanos no Estado de São Paulo.

Salies garantiu ainda que o comprador que busca um criatório ligado ao CBRAS, recebe até a ficha de acompanhamento do filhote desde o nascimento, inclusive a evolução do peso, bem como um manual de como alimentar, como cuidar e tratar. “Existe ainda um termo de responsabilidade, aonde quem compra assina, sabendo que ele não pode criar, que tem uma lei que proíbe isto. E se ele quiser devolver o seu animal, ele não pode soltar”. Salies não esclareceu quem fiscaliza tudo isso para garantir que o animal será bem tratado, que não vai reproduzir e nem será objeto de uma introdução na Natureza.

TRÁFICO PRECISA SER CONTROLADO

Salies explicou o caminho do tráfico, que envolve “criadores inescrupulosos”. Tudo começa com apanhadores, passando pelos traficantes que entregam para um criador inescrupuloso, ou para um lojista”. Mesmo admitindo a existência desse comércio, o criador de psitacídeos garantiu que isso não interessa aos criadores legalizados, devido aos baixos preços. “Por quê? Porque eles têm de ter retorno para o investimento”.

E como combater o tráfico? Salies diz que o Ibama não consegue coibir o comércio ilegal. “O Ibama tem de ser mais ativo. Estão passando para o estado e para os municípios o controle de policiar, mas tem de ter um policiamento sério”. Mas, segundo Salies, o que realmente combateria o tráfico seria a mudança do processo de identificação. Depois de ter defendido entusiasticamente todo o processo de identificação utilizado nos criatórios legalizados, Salies admitiu que “o processo de identificação, hoje em dia, é baboseira, falando bem claro. Um anelzinho no meu dedo ou um *chip* no meu corpo não me identifica. Qualquer um tira o anelzinho do meu braço, o *chip* do meu corpo e coloca num outro. Qualquer filhote que eu pego na natureza, ponho um anelzinho nele e um *chip*, ele está identificado. Identificação para o humano é na impressão digital ou no DNA. Para o animal é no DNA”.

O criador e dirigente da CBRAS revelou: “Propusemos para o Ibama introduzir o controle, através do DNA, de todo plantel dos criatórios do Cbras. Propusemos que faríamos os bancos de sangue e propusemos até uma maneira para eles, que 10% dos filhotes que nascessem nos nossos criatórios, faríamos gratuitamente, quer dizer, às nossas custas, o controle do DNA. E se o Ibama achasse que tinha erro com algum filhote, ia lá e dizia: eu quero o DNA deste aqui. Faríamos, se estivesse certo, sinto muito Ibama, você levantou a dúvida, você paga. Se estivesse errado, eu pago com multa”.

Quanto ao alto valor do exame, Salies comentou: “O exame de DNA, hoje, diria que talvez custe uns duzentos, duzentos e cinquenta reais, mas isso não é de assustar, porque esse é o mesmo valor de quando surgiram os famosos exames de DNA para sexagem. Hoje, o exame de sexagem por DNA, está custando R\$ 12,50”. Salies não esclareceu como o País desenvolveria as pesquisas genéticas para determinar o prime de todas as espécies comercializadas e quanto custaria esses estudos.

ADVOGADO CRIADOR ADMITE SER ESPECIALISTA, MAS GARANTE: ATÉ A CONSTITUIÇÃO PREVÊ A CRIAÇÃO E O COMÉRCIO LEGALIZADO

Allan Helber de Oliveira, advogado, professor da PUC-MG e criador de passeriformes em Minas Gerais e profissional atuante pela Cobrap – Confederação Brasileira de Criadores de Pássaros Nativos, fez uma detalhada explanação, justificando o embasamento legal da criação comercial de animais silvestres.

Oliveira procurou mostrar que desde a descoberta do País, existe uma afinidade entre humanos e animais silvestres, evidente nos índios, antes de qualquer contato com os brancos. “O próprio curió – espécie bastante apreciada pelo criador brasileiro – em linguagem indígena significaria “amigo do homem”, pela proximidade da ocupação de terras pelo curió em relação aos locais onde o indígena vivia”.

“O Código Civil de 1916 tratava animais soltos na natureza como animais passíveis da chamada “apropriação”: “São coisas sem dono e sujeitos à apropriação, os animais bravios quando entregues à sua natural liberdade.” O advogado explica que “em 1967 é que surge o primeiro diploma, digamos, consistente, de proteção a essa fauna silvestre, essa fauna solta, livre na natureza.”

“A Lei nº 5.197, de 1967, passa a determinar que eles são de domínio do Estado e a fauna passa a ser tutelada pela legislação brasileira. Esta determina, ao Poder Público, deveres, dever de estimular a criação e criadouros comerciais da fauna brasileira”.

Quanto à criação amadora – conforme o advogado-criador - começa a ser regulada em 1972, ainda pelo extinto IBDF, que faz uma verdadeira parceria com as entidades confederativas e federativas de criadores e diz que apenas é criador aquele que estiver confederado ou federado. Essa postura se torna incompatível com a Constituição de 1988, que reconheceu que “associar-se é direito”. Ninguém pode ser compelido a se associar.

Muitos técnicos defenderam em reuniões da Comissão que a postura de que a Lei 5.197, ao ser instituída, não visava a criação de passeriformes e outras espécies para serem usadas como supostos animais de estimação. A referida lei visava, na verdade, regulamentar a criação comercial de jacarés e outras espécies para a retirada de carnes e outros subprodutos. Mas, Oliveira não considera assim. E frisa que segundo a 5.197/67, “qualquer animal silvestre pode ser capturado na natureza desde que haja autorização do Poder Público, para a formação de plantéis, inclusive”. No caso específico de passeriformes – já deixo claro – que é rigorosamente desnecessária qualquer captura.

Por quê? Porque, desde esta evolução histórica, – e por isso comecei enfocando no Código Civil de 1916 – desde o tempo em que era permitido capturar, esses plantéis foram sendo formados e, também, estão sendo permanentemente formados pelo próprio resqúcio das apreensões que, uma vez realizadas pelo Ibama e pela Polícia, geram atos de depósito em criadores legalizados para a formação de plantel. Embora, no caso de passeriformes – e talvez em outras modalidades seja, até, interessante – há uma repugnância em relação a essa prática, não por aspecto moral, mas, sim, por aspecto técnico.

Os criadores de passeriforme passaram os últimos 30 anos tratando de apurar as suas raças para canto, para fibra e, para eles, é absolutamente desnecessário e, até, antiprodutivo inserir um sangue silvestre, sem nenhum tipo de característica comprovada, o que tornaria um trabalho de 10, 20 anos, jogados fora, jogados no lixo. Isso porque iria causar uma completa mistura de sangues que não faz sentido no atual estágio.

O VAI E VEM DE PORTARIAS

Oliveira criticou o vai e vem de portarias sobre anilhas, ora se admitindo abertas ora determinando que somente fechadas seriam admitidas (a fechada só pode ser colocada na ave recém nascida).

A Portaria de nº 160, de 1997, dispõe que “a partir de 1988, não são permitidos mais pássaros com as anilhas abertas em torneios”. Ou seja, coisa ainda muito recente. Pássaros com anilhas abertas ainda eram tolerados, em torneio, até o ano de 1988.

“No ano de 2001, o Ibama retoma a atividade de regulamentação e controle da criação amadora de passeriformes. Na atualidade, temos como marco normativo, na criação amadora, a Portaria nº 01 de 2003. Esta Portaria estabelece a criação amadora de passeriformes dentro das seguintes premissas: “os criadores amadores, primeiro, podem obter seus pássaros em criatórios comerciais, comprando, mediante nota fiscal, ou podem obter de outros criadores amadores através de transferências realizadas via Sispas”. O que é Sispas? É o pai do Sisfauna, é o sistema de cadastro e controle dos passeriformes brasileiros e que acabou dando origem, posteriormente, ao Sisfauna, que pretende englobar todos os ramos, todos os segmentos.

“Os criadores amadores podem reproduzir até 50 pássaros por temporada e podem, também, fazer 50 transferências por temporada.” E eles podem criar os pássaros que estão relacionados em um anexo, a Instrução Normativa nº 01, de 2003. Dentro dessa lista temos 156 espécies de passeriformes nativos brasileiros.

SEM EMOÇÃO, SOMENTE COM LEIS

Segundo Oliveira, existe a criação amadora ou a criação de passeriformes para comércio porque “os brasileiros gostam de criar animais nativos e querem criar pássaros canoros da fauna brasileira. A primeira finalidade da criação amadora é essa: é dar vazão a essa demanda. Isto é uma compreensão especista da criação, mas não quero falar em emoção nem em ideologia. Defendo a criação com unhas e dentes e com a lei. Então, deixo de lado “as unhas e dentes” e o meu coração e direi o seguinte: que existe, no ordenamento jurídico, autorização para esta criação. Logo, existe uma demanda que é juridicamente autorizada. E a criação amadora dá vazão a esta demanda juridicamente autorizada.

Além da demanda e do embasamento legal, o advogado afirmou que a criação amadora de pássaros também “mantém, indubitavelmente, um formidável banco genético de todas as espécies de passeriformes da fauna nativa brasileira. O popular bicudo - que é, talvez, o mais disputado dos pássaros da fauna brasileira – praticamente não existe na natureza. Ele já existiu em Minas Gerais, já existiu em São Paulo, em Mato Grosso do Sul, em Goiás, no Tocantins, em Mato Grosso.

Atualmente, há relatos da existência em vida livre apenas no extremo norte, na savana brasileira do extremo norte e na divisa do Mato Grosso do Sul com a Bolívia. O bicudo não existe na natureza. Mas, se os senhores comparecerem à sede dos clubes de São Paulo, verão relação de criadores, verão relação de pássaros, aos milhares. Ou seja, existe um formidável banco genético de pássaros da fauna nativa brasileira e que estão colocados à disposição de qualquer programa de repovoamento, de reintrodução.

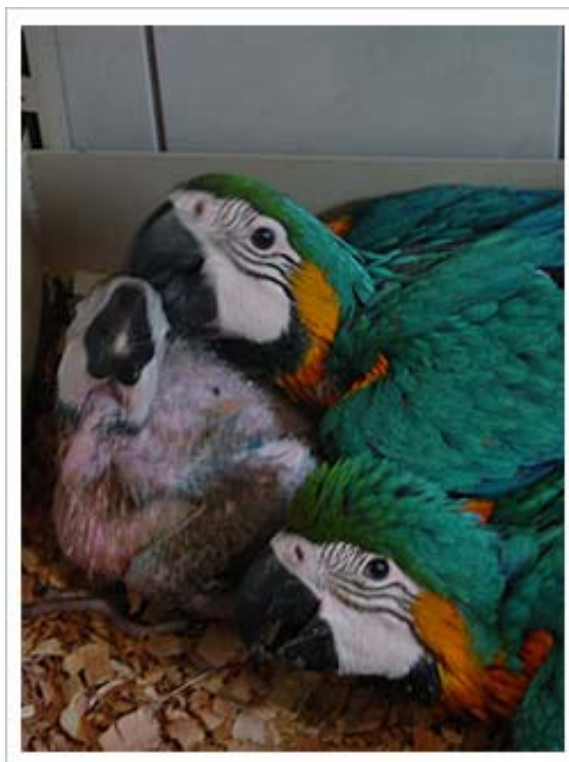
É claro que não se trataria, apenas, de buscar o pássaro do criador e soltá-lo na natureza. Ninguém está defendendo isso. Mas, são elementos, são indivíduos, são exemplares que podem ser trabalhados – do ponto de vista ambientalmente adequado – para a reintrodução. Isto é possível”, garantiu o advogado criador, sem citar exemplos de onde e como tal experiência de soltura vem sendo realizada.

A CONSTITUIÇÃO DETERMINA O MANEJO ECOLÓGICO E EMBASA A CRIAÇÃO COMERCIAL

A criação comercial de qualquer espécie nativa, do jacaré ao pássaro; da anta ao cateto está autorizada pela Constituição brasileira, garante Oliveira. “A Constituição Federal, em seu artigo 225, dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo. E no §1º, deste mesmo artigo, estabelece a Constituição que “para assegurar a efetividade deste direito, incumbe ao Poder Público prover o manejo ecológico das espécies.”

O Poder Público tem uma singular função dentro do capítulo Meio Ambiente, da Constituição Federal, que é prover o manejo ecológico das espécies. Dentro do vocábulo “manejo” poderíamos, em dicionários ambientais, ou mesmo, em dicionários, entre aspas, leigos, encontrar diversos significados, aproximadamente, 12 a 13 significados do que seja manejo. E, dentro de manejo está: criar, usar. Incumbe ao Poder Público prover o uso ecológico das espécies. É direito meu e direito de qualquer um dos senhores, criarmos animais nativos, porque isto está concebido no texto constitucional.

“Aliás, é para isso que existe o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Fauna está submetida ao Ibama porque é recurso natural renovável. Tenho direito ao uso da fauna? Tenho. É uma postura especista? Não tenho a menor dúvida. Respeito muito os seguidores de Peter Singer, mas como churrasco, gosto de ter animais em casa. Coloco-me como especista, sim, mas estou, também, fazendo uma leitura da Constituição. Quando entro no marco constitucional, é claríssima a existência do direito ao uso da fauna.



Pois bem, a Lei nº 5.197, diz que “é proibido o comércio de espécies da fauna silvestre, que impliquem caça, perseguição, destruição ou apanha”. Excetua-se “espécimes provenientes de criadouros devidamente legalizados”. Esta Lei segue em vigor porque está em absoluta consonância com o § 1º, do artigo 225, da Constituição Federal.

E o artigo 6º, também está em consonância com o artigo 225 da Constituição. O artigo 6º, da lei de 1967, dispõe: “O Poder Público estimulará a construção de criadouros destinados à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais.”

Oliveira lembrou ainda que embasam o chamado “uso sustentável da fauna” a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, assinada durante a ECO 92, bem como a Carta de Princípio de Addis-Abeba, de 2004. Outro documento internacional citado pelo advogado criador de passeriformes foi a CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, que é de 1973.

E, segundo ele, até mesmo a CPI do tráfico, que durou de 2003 a 2006, na Câmara dos Deputados, concluiu que em 2003 e operou até praticamente o final de 2006, em seu relatório final, citou que “o Governo Federal deve conceder e implementar uma política nacional direcionada aos animais silvestres, envolvendo os aspectos de proteção ambiental, manejo e comercialização”. E mais: “Existe ainda um decreto presidencial, além de toda a base normativa que citamos, que impõe ao poder público fomentar a criação *ex-situ*, que é o Decreto 4339/02, do Governo Fernando Henrique Cardoso.”

Ao encerrar, o professor da PUC mineira, acabou irritando os parlamentares da Comissão de Estudos, bem como defensores da vida animal que assistiam a audiência. Repetiu todo o embasamento legal, que segundo ele, permite criar e comercializar qualquer animal silvestre no País, inclusive a Constituição, além dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. E, quase debochando, garantiu: “o discurso ou a discussão de que é possível proibir, vamos proibir a criação, a manutenção genérica, pura e simples de animais nativos, está fadado ao insucesso, é um discurso derrotado. A criação não tem a menor possibilidade de ser proibida”

“Se porventura – insistiu - a Câmara Municipal de São Paulo, o Estado de São Paulo, o Estado de Minas Gerais, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, qualquer parlamento, inclusive a Câmara Federal, o Senado, resolver discutir e aprovar lei que proíba a criação, as bancas de advocacia ficarão muito animadas com o mercado que surgirá porque isso gerará um passivo judicial insuportável para o município de São Paulo, para o município de Belo Horizonte, para o Governo Federal, para todos os órgãos que lidam com o manejo de fauna, que tratam dessa questão junto ao Poder Público. Espero que isso não ocorra porque eu não gostaria de ter de atuar em causas dessa natureza”.

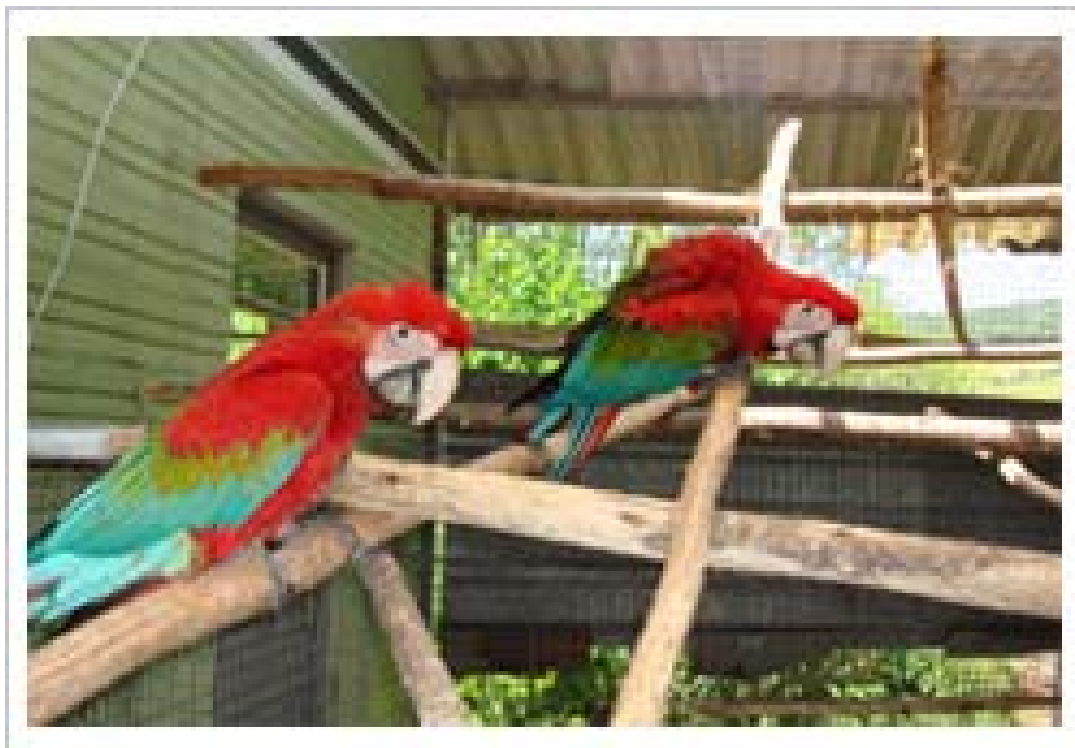
CRIADOR GARANTE: AVES CRIADAS EM GAIOLAS TEM FORTE ASPECTO EDUCATIVO



Rogério Fujiura, criador amador e Diretor da Abrase – Associação Brasileira de Criadores e Comerciantes de Animais Silvestres e Exóticos, cita somente vantagens na criação de passeriformes – não ocupa muito espaço, o impacto ambiental dos dejetos é praticamente nulo, o custo é baixo em relação à criação de outros silvestres, e as crianças podem tomar conhecimento da fauna silvestre sem ter que ir a um zoológico por exemplo, diz Fujiura. E ele garante: se São Paulo proibir o comércio, vai estimular o tráfico. Frisou ainda que para combater o tráfico, não se deve proibir o comércio, e sim educar, informar e também reduzir a burocracia para os criadores. “Quanto mais burocracia mais brechas para se burlar a lei”.

O criador de passeriformes garantiu ainda: ‘Agentes ambientais somos todos nós, não é privilégio das ONGs, ou das autoridades constituídas, ou dos políticos que legislam na nossa Cidade. Nós todos temos de ser parceiros e educadores’. Fujiura não explicou como educar uma criança ensinando a ela que os humanos tem o direito de manter animais silvestres em cativeiro, inclusive aves em minúsculas gaiolas – apesar de vários questionamentos da audiência da Comissão.

NÃO CRIAR PARA COMERCIALIZAR É CAMINHAR NA CONTRAMÃO DA TENDÊNCIA MUNDIAL



O presidente da Abrase Associação Brasileira De Criadores E Comerciantes De Animais Silvestres E Exóticos também fez uma larga defesa da criação comercial de silvestres procurando embasar sua apresentação com dados internacionais. Luiz Paulo Amaral é administrador, geógrafo especializado em análise da avaliação ambiental, presidente da Abrase, Secretário Adjunto, Subsecretário de Promoção e Defesa de Animais, do Município do Rio de Janeiro, e ex-membro do Conselho Curador da Fundação Rio – Zoo,

“Comércio ilegal, no mundo inteiro, só tem duas alternativas: repressão das instituições fiscalizatórias, polícia, Ibama, ou seja quem for e, por outro lado, o incentivo da outra parte, o incentivo a se adquirir a mercadoria de forma ilegal. Não há outro, infelizmente”, garante Amaral, que também teceu várias críticas ao Ibama, fazendo coro aos outros criadores.

“O Ibama gasta um imenso esforço de tempo, técnica e objetivo com criadores legalizados, porque têm endereço,, ao invés de combater as feiras e o tráfico ilegal, todo o comércio ilegal em si, desde as origens. Então, nós estamos na contramão do objetivo principal que é combater o tráfico”. Garantiu ainda que nem os Centros de Triagem oficiais cumprem seu papel no combate ao tráfico. “Por mais que se construam eles são ultrapassados, acabam virando meros depósitos de animais”.

E fez observações bastante semelhantes às ponderações do representante da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, Capitão Robis, no que se refere à necessidade de um ordenamento nacional no combate ao tráfico. “São Paulo não vai conseguir

nada, nem Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, se não tiver uma política conjugada com uma política local no Nordeste, no Centro-oeste e no Norte de onde vem o grande volume de animais do comércio ilegal dos grandes centros do Sudeste e do Sul”.

Mas Amaral, defendeu de forma enfática o comércio legal de silvestres, inclusive para exportação. Lembrou que em 2005, este comércio movimentou 406 milhões de euros no mundo. Voltou a criticar o Ibama dizendo que o órgão não produz sequer estatísticas confiáveis, estimando em 13 bilhões de silvestres retirados da Natureza, enquanto a Renctas estima em 38 bilhões de espécimes capturados e 10 bilhões de dólares movimentados. “Não temos números oficiais confiáveis nem para sentar aqui no Parlamento e conversar; estatísticas servem para orientar políticas públicas e nem isso temos” – observou o presidente da Abrase.

E criticou o excesso de burocracia e de documentos que, teoricamente, dificultam a ilegalidade: “Nove, dez, 11, 20 documentos, posso falsificar 20, 30 documentos, isso não faz diferença”, garantiu. Segundo Amaral, “temos de mudar a mentalidade e dar valor a algo que ninguém conversa: por que queremos combater o tráfico? Só porque o bicho vai ser maltratado, vai morrer? Não. Temos uma coisa maior acima disso, estamos falando de biodiversidade. Uma riqueza que na Constituição de 1988 está prevista como do povo brasileiro. Então, não é simplesmente pelo animal em si, pela espécie em si.

A CITES, a convenção que o Brasil é signatário e que norteia o Comércio Internacional de espécimes silvestres (da flora inclusive), reunindo 199 países, realiza reuniões periódicas com cientistas e técnicos do mundo inteiro, das quais Amaral garante ter participado de várias. “Todos os técnicos da Cites, que são defensores de animais, que são também grandes combatadores do mercado ilegal no mundo inteiro, como a Trafic, que é uma ONG que dá subsídio à Cites, são unânimes em dizer que se atingiu um nível muito menor de comércio ilegal na Europa e nos Estados Unidos, e, hoje, na Ásia, através do incentivo à criação comercial”.

Esse panorama, segundo o presidente da Abrase, evidencia que o Ibama está completamente equivocado ao afirmar que no Brasil o comércio legal acaba incentivando o tráfico. Amaral defende uma mudança radical de postura, com o Governo brasileiro passando inclusive a investir no comércio: “investimento público na atividade. Não há outra opção”.

Amaral também lembrou a Convenção da Biodiversidade (CDB), fruto da Eco92, e disse que quando falamos em biodiversidade falamos em gerações futuras e ele, particularmente, quer que seu filho, que é bebê, possa conhecer, por exemplo, um “Soldadinho do Araripe, uma ave do Ceará. Se não puder ser em vida livre, que seja em cativeiro, mas não podemos perder essa riqueza”.

BUROCRACIA ZERO

Amaral defende o que chama de “burocracia zero”: “nos Estados Unidos, União Européia, Ásia, Austrália, Canadá e outros que países, o registro somente para os casos de espécies ameaçadas. Hoje na União Européia, para se criar comercialmente só tem de ser registrado quando a espécie é ameaçada”, explicou

sem esclarecer como evitar que justamente pela falta de controle espécies silvestres tornem-se ameaçadas de extinção.

Concluiu garantindo que existe tráfico na Europa, mas “95% do mercado é abastecido legalmente, com variedade e quantidade, estoque genético estratégico. Exatamente o contrário do que acontece aqui”.

Amaral ainda exemplificou, criticando novamente o Ibama: “hoje eu não vou poder comprar uma arara azul no Brasil, mas posso comprar em Paris ou em Nova Iorque. Há tantas Organizações Não Governamentais, Parlamentares, Criadores, e, eu, brasileiro, não posso ser proprietário ou posseiro de um exemplar da minha biodiversidade. Posso comprar em Paris ou em Nova Iorque, mas aqui não posso porque o Ibama não quer”. E voltou a questionar de onde o Ibama tira a constatação de que “a criação legal estimula a ilegal”. Amaral questionou: “Gente, eu viajei o mundo inteiro para o trabalho com a fauna: Europa, Ásia, África, Estados Unidos, Guiana, Argentina, Peru, e eu nunca ouvi tamanha sandice e idiotice em termos de gestão pública”. Por fim, Amaral, lembrou a importância econômica da indústria que cerca a criação e o comércio de aves ornamentais, e que “movimenta centenas de milhões de reais por ano. Isso representa emprego, representa imposto, representa geração indireta de renda e tem o seu peso a ser considerado”.

Capítulo III - CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES

I. DOMÉSTICOS E DOMESTICADOS

Depois de experimentar enormes avanços nos anos de 2001 a 2003, o trato dos animais domésticos por parte do Poder Público de São Paulo voltou a apresentar tremendos retrocessos e a instituição da Comissão de Estudos permitiu revelar todo este caos e perdas de conquistas. Em sucessivas audiências públicas, com a participação de autoridades das Secretarias da Saúde (Covisa e CCZ, e posteriormente do Probem), Transportes, Educação, sociedade civil representada por ONGs e protetores independentes e os parlamentares da maior Câmara Municipal do País, os descaminhos da política de controle animal na cidade vieram à tona.

Canis superlotados, animais descuidados, fezes de rato espalhadas, falta de solário, denúncias de falta de medicamentos e de ração para cães e gatos e outros animais, falta de feno e ração para os cavalos, baias improvisadas, precariedade do programa de doação, intenso sofrimento de mais de uma centena de cães confinados em minúsculas celas/canis de isolamento, e até um cão com miíase em estado avançado (bicheira), atingindo o cérebro e que teve que ser sacrificado. Assim, os vereadores encontraram o CCZ e esta visita reforçou a campanha que vinha sendo promovida pelo movimento de proteção animal para promover a troca da gerência do órgão, o que realmente aconteceu.

Fora dos muros do CCZ, também se acumulavam denúncias, principalmente por causa da evidente explosão da população de cães e gatos abandonados, sobretudo porque desde 2008 os CCZs não podem mais sacrificar animais sadios – por força de lei estadual, mas também a cidade não se preparou para esta mudança de paradigma trazida por tal instrumento legal. As denúncias comprovadas no decorrer dos trabalhos da Comissão de Estudos davam conta da precariedade do Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos (instituído pela lei 13.131/01, de autoria do vereador Roberto Tripoli-PV), que em 2007/2008 chegou a ficar quase um ano sem ONGs conveniadas e, depois, com a contratação de novas entidades e também clínicas veterinárias continuava apresentando deficiências evidentes, principalmente por problemas de atendimento aos protetores de animais, que sempre salvam do abandono dezenas de cães e gatos, mas não conseguem vagas para esterilizar todos.

E vieram à tona outras promessas antigas não cumpridas, como a descentralização do CCZ; e a construção de salas de cirurgia para a realização de castrações em Suvis (esta promessa data de 2006, ano em que o governo pretendia construir as 4 primeiras unidades e foi concluída somente a sala de cirurgia de Cidade Ademar, nunca sequer equipada).

Outros programas e ações vinham sendo negligenciados, como o “Para Viver de Bem com os Bichos” (programa educativo) e o registro e identificação de cães e gatos (RGA). Este último, previsto também na lei 13.131/01, acabou totalmente

negligenciado por sucessivos dirigentes do CCZ, que não criaram um banco de dados eficiente e, ainda, não souberam manter a rede de estabelecimentos veterinários que serviam como postos onde a população podia registrar seus animais. Além disso, a necessidade de introdução da microchipagem, tantas vezes apontada pela proteção animal e admitida pelas autoridades da cidade, nunca saiu do papel, além de pálidas tentativas, como a compra de pequenos lotes de microchips usados em alguns lotes de cães e gatos disponibilizados para adoção. A falta de um programa sério de registro e identificação praticamente impossibilita localizar proprietários irresponsáveis que descartam seus animais ou as crias indesejadas.

Outro destaque foi a evidente falta de fiscalização em relação a leis fundamentais da cidade: além da 13.131/01, estão negligenciadas a execução e fiscalização das leis: do Comércio de Cães e Gatos (14.483/07) e a Lei que proíbe o trânsito de grandes animais (como cavalos e bois) – lei municipal 14.146/06, ambas de autoria do vereador Roberto Tripoli (PV). Com isso, mais sofrimento para os animais, principalmente cães e gatos abandonados e cavalos em extremo maltrato, prejuízos para a saúde pública e gastos desnecessários para os cofres municipais, sem que melhorias efetivas no controle animal sejam percebidas.

Os cavalos são uma questão crucial também na cidade. A falta total de fiscalização em relação ao cumprimento da Lei 14.483/06 estimula o uso indevido e abusivo desses animais, sobretudo por carroceiros. Muitos animais trabalham dia e noite, com arreios inadequados, sem alimentação (a cidade não tem espaços para pastos e boa parte dos animais vive em comunidades de grande adensamento populacional e de moradias, sem espaço para a manutenção adequada de grandes animais). Os animais não passam por atendimento veterinário e nem vacinação para controle de doenças (algumas delas são zoonoses e podem atingir a população humana, como a febre maculosa). Já houve casos de carroças usadas para assaltos e tráfico de drogas.

A falta de fiscalização e até o desconhecimento das leis de defesa dos animais vigentes na cidade também propicia tentativas de romper avanços consolidados, como aconteceu com a realização de um rodeio na comunidade de Paraisópolis em outubro de 2009. Rodeios são proibidos pela Lei Municipal 11.359/93, de autoria do vereador Paulo Kobayashi, regulamentada pelo Decreto Municipal 37.584/98. Conforme reportagem divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo, o evento era de conhecimento da Subprefeitura e a CET teria colaborado com a organização do trânsito. Quando a notícia veio à tona, o vereador Tripoli comunicou a Prefeitura e pediu providências. O rodeio foi suspenso, mas o CCZ e a Subprefeitura demoraram tanto a tomar atitudes em relação aos animais, que todos acabaram retirados da cidade pelos organizadores do evento, que não deveria ter sido sequer liberado na cidade pela Subprefeitura ou, ao menos, ter sido coibido, caso tenha sido montado sem o conhecimento de órgãos oficiais.

A falta de sintonia entre os agentes fiscalizadores dos vários órgãos municipais ficou evidente durante os trabalhos da Comissão de Estudos e, também, a fragilidade do conhecimento relativo à legislação, em vários momentos.

Conforme a Comissão de Estudos avançou, a Secretaria da Saúde e o próprio Chefe do Executivo mostraram reações, e uma série de mudanças na política de controle desses animais foram anunciadas. Um dos pontos altos foi a instituição, por decreto, do PROBEM – Programa de Bem-Estar de Cães e Gatos do Município. O lançamento deste programa aconteceu na sede da Prefeitura de São Paulo, sob o comando do prefeito Gilberto Kassab e do Secretário da Saúde Januário Montone, em 2 de julho de 2009, em plena vigência da Comissão de Estudos.

PROBEM – PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL

- O prefeito Gilberto Kassab anunciou que a partir do PROBEM, sua administração trabalharia escutando mais o movimento de defesa dos animais, e admitiu que o Programa chegou com “anos de atraso”.
- Juntamente com o anúncio do PROBEM foi lançada uma **Campanha Publicitária** (ao custo de R\$ 4 milhões), nas principais mídias, e com foco no apelo para que as pessoas não abandonem cães e gatos, e apontou o número **156** para denúncias, além de um site anunciado como um novo instrumento para estimular a adoção de cães e gatos recolhidos pelo CCZ e recuperados. O que se percebe é que tais instrumentos de comunicação não resultaram em mudanças efetivas no comportamento da população, até porque não houve continuidade e o site do PROBEM sequer está sendo alimentado com a constância necessária e nem divulgado. Esta falta de intimidade e de eficiência para lidar com as novas tecnologias também implica em prejuízos para os animais, que passam meses trancafiados, com poucas chances de encontrarem famílias que os adotem.
- O **156**, comprovadamente, não pode mais ser o canal para denúncias, reclamações, apelos em relação aos animais na cidade de São Paulo, até porque em algumas situações uma ação imediata é fundamental, como no caso de atropelamentos ou violência contra animais ou destes contra humanos. A nova gerência do CCZ chegou a anunciar números telefônicos que deveriam ser usados exclusivamente para o atendimento emergencial, mas as reclamações da população sobre o não atendimento e a falta de respaldo do poder público para casos graves continuam as mesmas.
- É urgente a criação de canais de comunicação eficientes com a população e pelo menos uma linha direta para o PROBEM e outra para o CCZ são fundamentais.
- A promessa de aumentar o Programa de Controle Reprodutivo de Animais Domésticos para atingir **10 mil castrações/mês, ainda em 2009, também não foi cumprida.**
- Houve um chamamento oficial para selecionar novas ONGs, clínicas veterinárias e instituições de ensino que mantêm hospitais veterinários, visando ampliar o Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e

Gatos, mas até o final de fevereiro de 2010, nenhum dos selecionados foi chamado para firmar convênio. A cidade permanece com duas ONGs e cinco clínicas conveniadas com a Secretaria da Saúde, castrando animais, por encaminhamento do CCZ ou em mutirões promovidos em regiões de população de baixa renda, conforme organograma do CCZ.

- Outro anúncio das autoridades no lançamento do PROBEM foi a construção de um “Núcleo de Bem-Estar Animal”, que funcionaria com outro conceito, que não o do CCZ – conforme o próprio nome diz é um local destinado ao controle de zoonoses. O Centro de Bem-Estar recuperaria animais, cuidaria e encaminharia para adoção, revolucionando a política pública de controle animal. Um primeiro Núcleo, um piloto, deveria ser construído no terreno do CCZ, ampliando depois o conceito e as unidades para outras regiões da cidade.
- Conforme o anunciado pelo Prefeito e pelo Secretário de Saúde, no lançamento do PROBEM, a verba de R\$ 1 milhão destinada no orçamento municipal de 2009, através de emenda do vereador Roberto Tripoli, seria empregada nesta obra. A obra não foi licitada em tempo hábil e esta verba foi perdida. Até o final de fevereiro de 2010, a empresa vencedora da licitação para construção do Núcleo ainda não havia sido homologada oficialmente e não houve anúncio de quando se pretende efetivamente entregar o novo Núcleo.
- Ainda no lançamento do Probem, as autoridades municipais anunciaram a contratação de 82 médicos veterinários concursados e 67 biólogos – para suprir variados setores, incluindo o CCZ. Duas dessas profissionais estão atuando em parceria com a coordenação do Probem, e alguns outros profissionais assumiram vagas no CCZ. E havia ainda a promessa de que alguns poderiam integrar um grupo que fiscalizaria, por exemplo, o comércio de animais na cidade, regulado pela lei 14.483/07 (Lei do Comércio de Cães e Gatos). O cumprimento desta lei continua praticamente ignorado pelo Poder Público, mesmo depois que as blitz realizadas pelos vereadores integrantes da Comissão de Estudos, juntamente com fiscais da Prefeitura, revelaram toda precariedade da situação de algumas pet shops que comercializam cães e gatos.
- O Probem foi transformado em lei através da aprovação de projeto de lei de autoria do vereador Roberto Tripoli (PV), presidente da Comissão de Estudos. Trata-se da Lei Municipal 15.023/09, que Institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar De Cães e Gatos - Probem e, também, cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos. A nova lei não foi regulamentada pelo Executivo até a presente data e não se tem notícia de possíveis avanços do novo Programa.
- Outra medida anunciada foi a descentralização do CCZ – com pelo menos mais dois centros, uma na Zona Sul e outro na Zona Leste da cidade. É imprescindível lembrar que esta descentralização é uma promessa antiga, e

em algumas administrações as notícias davam conta da construção de quatro novos CCZs. Até o fechamento deste relatório não existe qualquer notícia oficial destas obras. A construção de ao menos mais dois núcleos aumentaria as chances de trabalhar o controle animal nas regiões mais adensadas, com superpopulação de cães e gatos de maneira mais eficaz devido a proximidade dos profissionais de controle animal com as comunidades.

CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES – CCZ/SANTANA

Durante o lançamento do Probem e também nas participações das autoridades de COVISA/CCZ/PROBEM em audiências da Comissão de Estudos, foram divulgadas medidas a serem tomadas em relação ao CCZ, inclusive melhorias nos canis e gatis, construção de solários, aumento do tamanho dos canis de isolamento, maior facilidade para acesso dos protetores e animais ao Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos (castração gratuita), retomada do registro e identificação de cães e gatos (RGA), programa fundamental para formação de um banco de dados e que vem sendo negligenciado nos últimos anos.

O Poder Público também anunciou a compra de 50 mil microchips em 2009 e mais 200 mil em 2010, para que os animais registrados começassem a ser microchipados. Também ficou garantido que cães, gatos e os grandes animais não sofreriam mais com falta de alimentação adequada e nem ausência de medicamentos básicos. E foi anunciada a melhoria dos canais de comunicação entre a população e o CCZ, com a implantação de linhas telefônicas próprias e com atendimento ininterrupto (já citado anteriormente), sem a efetivação.

Um dos avanços verificados no CCZ foi o maior e melhor acesso de voluntários independente ou ligados a ONGs da proteção animal, que propiciam caminhadas, banhos, tosas para os animais recolhidos. Mas não existe um efetivo trabalho e comprometimento do órgão oficial com a sociedade civil organizada, que poderia, conforme foi levantado pela Comissão de Estudos, inclusive participar de convênios para os cuidados com os animais – uma possibilidade seriam convênios para abrigo e programas de doação.

EM FEVEREIRO DE 2010, O QUE SE CONSTATA:

- As baias do Centro de Controle de Zoonoses situado no bairro de Santana continuam improvisadas com os cavalos e outros grandes animais sem condições de alojamento correto.
- As reformas nos canis coletivos, que seriam imediatas, não foram efetivadas.
- A construção dos quatro solários que pudessem oferecer um pouco de sol, luminosidade e conforto aos animais continua indefinida e sem prazo para início.

- Não foi providenciado um profissional em comportamento animal, visando promover avaliações dos animais classificados como violentos ou de difícil socialização. Este profissional trabalharia com os animais, e, dependendo da avaliação do técnico, eles seriam preparados para o convívio com pessoas e outros animais, visando possíveis adoções. Este programa atingiria principalmente cães da raça Pit Bull e seus mestiços.
- Nos 135 canis/celas individuais “de observação”, os animais permanecem em situação de maus-tratos.
- Os números **da eutanásia** ainda surpreendem, inclusive de animais entregues por proprietários ao CCZ para serem sacrificados – se houvesse um trabalho de atendimento diferenciado junto a esses municípios, talvez muitos cães e gatos pudessem receber melhores cuidados e serem salvos.
- Alguns medicamentos estão em falta. A burocracia na aquisição de alimentos para os animais abrigados é um fator de risco, podendo faltar alimentos em futuro próximo.
- Não foram disponibilizadas linhas telefônicas para atendimento especial no CCZ.
- A doação dos animais permanece prejudicada, por falta de incentivo e implantação de um sistema que ofereça visibilidade aos animais preparados para adoção e que atinja grande número de possíveis adotantes.
- Não foram licitados nem comprados instrumentos cirúrgicos, mobiliários e insumos para equiparem as salas cirúrgicas descentralizadas, Cidade Ademar, São Mateus e Itaim Paulista. (Esta é uma antiga promessa e desde 2006 estavam prometidas seis salas cirúrgicas nas Suvis, com mais desses equipamentos sendo construídos nos anos seguintes. Nem a sala de Cidade Ademar, efetivamente construída, chegou a ser equipada. As mesmas promessas voltaram a ser feitas durante a vigência da Comissão de Estudos).
- O programa educativo **PARA VIVER DE BEM COM OS BICHOS** continua incipiente, por falta de verbas e falta de funcionários..
- O **RGA** – Registro Geral do Animal permanece como um sistema precário, quase inexistente, apesar de obrigatório, conforme a lei municipal 13.131/01. O CCZ não conseguiu manter uma rede de estabelecimentos veterinários que pudessem oferecer o registro e identificação de forma abrangente, de fácil acesso para toda a população. Também nunca foi eficiente para fiscalizar a implantação desse fundamental banco de dados, e muito menos aproveitou para implantar, ao longo dos anos, a microchipagem dos animais já registrados. Conforme já informado, não houve as compras de microchips anunciadas quando do lançamento do PROBEM.

- Os novos médicos veterinários contratados para o CCZ não promoveram mudanças esperadas em praticamente nenhum setor.
- O CCZ permanece ignorando a fiscalização da LEI 14.483/07 apesar das blitzes realizadas pelos membros da Comissão de Estudos, oportunidades em que foram geradas multas, advertências e laudos. Além disso, os órgãos oficiais não demonstraram boa vontade em montar uma força tarefa que realmente seja capaz de atuar em conjunto, inclusive com maior conhecimento da legislação municipal vigente. (Nas blitzes, os fiscais demonstraram muito descompasso, no momento de aplicar multas ou advertências, inclusive com problemas para usar esta ou aquela lei).
- A atuação do CCZ em relação ao cumprimento da Lei 14.146/06 também tem deixado a desejar – esta lei proíbe cavalos e outros grandes animais, atrelados a carroças ou montados em ruas e avenidas da cidade, mas as denúncias de protetores e munícipes não tem sido devidamente atendidas. A mesma lei determina que cabe aos funcionários da CET - Companhia de Engenharia de Tráfego pararem as carroças e acionarem o CCZ para o recolhimento do animal. Este órgão também vem ignorando a lei. E a Comissão intersecretarial (Saúde/Transportes) que seria encarregada de montar operações conjuntas para garantir a aplicação da lei, aparentemente, também não saiu do papel – novos integrantes foram anunciados durante uma das audiências públicas da Comissão de Estudos, mas posteriormente não houve mais notícias da atuação deste grupo.

RECOMENDAÇÕES

A Comissão de Estudos evidenciou que a cidade possui todos os elementos de uma política pública de controle animal, faltando vontade política para sua total implementação, incluindo investimentos.

A legislação referente a esta política não pode ser negligenciada e sua aplicabilidade tem que ser garantida por uma fiscalização eficiente. É imprescindível que os fiscais dos vários órgãos da Administração Municipal sejam capacitados e passem por cursos de atualização. Além disso, deve haver normativas sobre procedimentos de fiscalização, principalmente quando a aplicação de determinadas leis envolve a participação de mais de uma Secretaria. E deve haver estímulo para a realização de ações integradas.

Programas e ações devem ser permanentes, sem sofrer solução de continuidade e, para tanto, o planejamento e a destinação de verbas orçamentárias não podem ser desconsiderados.

A sociedade civil organizada deve ser envolvida com seriedade na política de controle animal, inclusive abrindo-se a participação em Conselhos Municipais (como o de Saúde) e ampliando a instituição de convênios e termos de colaboração e participação.

Uma Comissão Permanente de Defesa dos Animais deve ser implantada na Câmara Municipal de São Paulo, conforme proposta antiga existente na Casa Legislativa, de autoria do vereador Bispo Atílio.

II. FAUNA SILVESTRE NATIVA E EXÓTICA

A Comissão de Estudos deixou evidente que apesar de ser um município pioneiro no trato de sua fauna silvestre, o Município de São Paulo deve focar ações e programas para proteger a biodiversidade remanescente. Espremida pelo crescimento desordenado da cidade, a fauna silvestre vem sofrendo prejuízos constantes, também devido a grandes obras viárias ou estruturais. Além disso, gerou muita polêmica a discussão sobre a questão do uso de animais silvestres como pets, que mereceu a defesa somente de empresários responsáveis por criatórios comerciais, com vasta condenação por parte de técnicos, pelos responsáveis pela Divisão de Fauna, ONGs e outros organismos que atuam na defesa da biodiversidade.

Assim, para a defesa e preservação da fauna silvestre remanescente do Município de São Paulo, e conscientização da população sobre a necessidade de conservação da biodiversidade, as propostas da Comissão de Estudos apontam para:

ÁREAS VERDES

- Preservação de remanescentes florestais e ampliação do sistema de áreas verdes, incluindo a formação de corredores verdes (corredores de fauna), e com rígida fiscalização para evitar desmatamentos e invasões.
- Incentivo à criação de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) e de reservas legais.
- Criação de Unidades de Conservação.
- Restauração ambiental em áreas de preservação permanente.
- Pagamento por serviços ambientais, por meio de incentivos aos proprietários que mantêm áreas preservadas em suas propriedades privadas.
- Arborização urbana com espécies nativas e atrativas para a fauna.
- Ampliação dos trabalhos de coleta de informações para aprimoramento do relatório faunístico da cidade, com a adoção de medidas de monitoramento para espécies ameaçadas.
- Em eventuais remoções de aglomerados humanos em áreas invadidas ou atingidas por tragédias ambientais, que haja um planejamento adequado de arborização, privilegiando espécies nativas que forneçam alimentação e abrigo à avifauna, nos espaços destinados às novas moradias, com a previsão de praças e outras áreas verdes, além da arborização das vias.

- Fiscalização rígida que garanta a reserva de áreas para praças em loteamentos e obrigação de se arborizar com flora nativa ruas e praças dos novos empreendimentos.

EIA/RIMA GRANDES OBRAS

- Nos inventários de fauna e flora integrantes dos relatórios de impacto ambiental para grandes obras federais, estaduais ou municipais que atinjam a biodiversidade do Município, que sejam feitos levantamentos pelo período mínimo de um ano.
- Que nesses relatórios, conste a previsão de um serviço permanente de resgate e destinação para as espécies silvestres vitimadas pela obra, pelo funcionamento do equipamento e pela pressão humana, sejam obras viárias, subestações elétricas, ferrovias e todas as outras de grande impacto ambiental e que cortem ou estejam situações em áreas de mata nativa remanescente do Município.
- As medidas mitigadoras e compensatórias relativas à fauna deverão contar com a aprovação da Divisão de Fauna do Município.
- Que as medidas compensatórias e mitigadoras destas grandes obras sejam voltadas diretamente para a fauna e flora.

SOCORRO A SILVESTRES VITIMADOS

- Atendimento específico e eficiente para animais silvestres vitimados – uma das propostas já se transformou em projeto de lei, de autoria do vereador Roberto Tripoli (PV). Trata-se do GAEAS – Grupo de Atendimento Emergencial Para Animais Silvestres de Vida Livre no Município de São Paulo (projeto de lei 131/2009, em tramitação). O projeto prevê também a implantação de um canal de atendimento específico para que a população possa realizar os chamados.
- Indicação para a implantação de uma unidade de atendimento a animais silvestres, visando os primeiros socorros, no extremo sul da cidade, equipamento este integrante do organograma da Divisão de Fauna do Município.

USO DE FAUNA SILVESTRE EM EMPREENDIMENTOS

- Necessidade de parecer técnico da Divisão de Fauna do Município de São Paulo para o licenciamento de empreendimentos que envolvam a manutenção espécies silvestres nativas ou exóticas em área urbana, como aquários, parques temáticos e zoológicos.

CIRCOS

- A Comissão de Estudos reiterou a importância da proibição do uso de animais em circos – a Cidade de São Paulo tem lei proibindo a exibição de animais em circos que se instalam na cidade (Lei 14.010/05, de autoria do vereador Roger Lin). No Estado, existe a Lei 11.977/05, de autoria do deputado Ricardo Tripoli, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo, e proíbe a exibição de animais em circos. E encontra-se em tramitação um projeto de lei federal que pretende proibir definitivamente o uso de animais em circos, dando prazo de 8 anos para os proprietários desses estabelecimentos destinarem os animais.

ALERTA ÀS MÍDIAS

- Foi consenso entre os participantes da Comissão de Estudos a necessidade de um controle maior sobre o uso e apresentações de animais silvestres nativos e exóticos nas mídias – sobretudo emissoras de televisão, que muitas vezes estimulam o interesse na aquisição e manutenção de animais silvestres como pets, utilizando-os sobretudo em shows, novelas e comerciais. As imagens de animais silvestres, quando exibidas pelas mídias, devem ter por finalidade denunciar e prevenir maus-tratos, mostrar a extinção acelerada, sempre com cunho protecionista-educativo, estimulando a preservação e conservação.

CAPACITAÇÃO DA GCM AMBIENTAL

- Capacitação e treinamento relativo à fauna silvestre nativa e fornecimento de equipamentos e veículos adequados para a captura e manejo de animais silvestres para a Guarda Civil Metropolitana Ambiental.
- Indicação para que na realização de novos concursos para admissão de GCMs haja a seleção de médicos veterinários e biólogos, destinados à guarnição ambiental.

POLICIA AMBIENTAL E POLÍCIA CIVIL

- Que a comunicação com a população seja facilitada, no caso de denúncias relativas a animais silvestres, inclusive com a disponibilização, nos sites, dos telefones para denúncias.
- Fortalecimento da atuação da Delegacia de Meio Ambiente implantada no extremo sul, e mais unidades descentralizadas.

APOIO OFICIAL A CETAS DE ONGS

- Discutir em parceria com o Governo Estadual e o Ibama, formas de apoio a Cetas ligados a entidades da sociedade civil organizada, que recebem animais silvestres vitimados por ações humanas, inclusive tráfico, e sofrem grandes dificuldades financeiras.

EDUCAR PARA PRESERVAR

- Informações específicas inseridas no currículo escolar das escolas municipais sobre fauna silvestre e importância da preservação da biodiversidade para a saúde ambiental e para o equilíbrio físico e emocional da população humana.
- Trabalho de educação e conscientização para sanar o problema do abandono de cães e gatos em parques e outras áreas verdes da cidade de São Paulo e um trabalho conjunto com a Secretaria da Saúde e ONGs visando retirar e encaminhar para a doação animais eventualmente já abandonados nesses locais. (Os parques e áreas verdes remanescentes da cidade são classificados como áreas de soltura de silvestres da cidade, o que restringe a presença de animais domésticos em vida livre).
- Que o tema biodiversidade, incluindo animais domésticos, domesticados, silvestres nativos e exóticos, seja trabalhado continuamente nos treinamentos dos agentes do PAVS (Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis) e na atuação desses técnicos nas comunidades.

NÃO AO COMÉRCIO DE SILVESTRES

- Proibição do comércio varejista de animais silvestres nativos e exóticos na cidade de São Paulo.

III. VEGETARIANISMO

A Comissão de Estudos recebeu representantes do Greenpeace que demonstraram o quanto a produção de carne bovina vem devastando a Amazônia e também palestra informativa de um nutrólogo sobre a importância e a pertinência da dieta vegetariana para crianças e adolescentes.

Nos mesmos debates, participaram nutricionistas da Secretaria Municipal da Educação e o prefeito de São Lourenço da Serra que imprimiu em sua cidade a redução do consumo de carne na merenda escolar e em programas assistenciais para idosos e gestantes, com bons resultados inclusive implicando na redução da mortalidade infantil.

Na oportunidade, o presidente da Comissão de Estudos, vereador Roberto Tripoli, sugeriu:

Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo
RELATÓRIO FINAL / MARÇO - 2010

- A formação de um grupo de estudos entre membros do seu gabinete e nutricionistas da Secretaria de Educação. Estes trabalhos culminaram na formação de **um projeto piloto de merenda escolar vegetariana**.
- Posteriormente, o Vereador Roberto Tripoli apresentou e aprovou emenda ao orçamento municipal de 2010, disponibilizando uma verba de R\$ 500 mil para este projeto.
- Com a colaboração do Greenpeace, o vereador Roberto Tripoli consolidou um projeto de lei e conseguiu aprovar mais uma lei pioneira: Lei Municipal 15.120/10, que proíbe, nas aquisições para a merenda escolar da cidade de São Paulo, a compra de carnes provenientes de áreas onde tenha havido desmatamento ilegal, bem como áreas de reservas indígenas invadidas. Também não pode ser comprado produto em cuja cadeia produtiva seja constatado trabalho infantil e/ou escravo.

Presidente: Roberto Tripoli (PV)

Relator: Aurélio Miguel (PR)

Vice-Presidente: Bispo Atílio Francisco (PRB)

Ítalo Cardoso (PT)

Gilberto Natalini (PSDB)

Participantes (convidados para palestrar e se manifestarem)

Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, presidente do CRMV-SP

Milton Hatsumura, técnico da Supervisão Geral de Uso e Ocupação de Solo – SGUOS/SMSP

Cláudio de Campos, técnico da Supervisão Geral de Uso e Ocupação de Solo – SGUOS/SMSP

Inês Suarez Romano, Diretora de Covisa

Dra. Osleny Viaro, Educadora do CCZ, Projeto Para Viver de Bem com os Bichos

Roberta Aflalo, Coordenadora do Núcleo de Comunicação da Covisa

Dr. Marco Antonio Gioso, presidente da Anclivepa-SP

Dra. Rita de Cássia Maria Garcia, Coordenadora do PROBEM – Programa de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos do Município de São Paulo

Dra. Rejane Calixto Gonçalves, assessora técnica de Covisa

Dra. Vilma Clarice Geraldi, diretora da Divisão de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre / SVMA

Regina Stroebel, Depave/SVMA

Regina Luiza de Barros, diretora do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – Decont/SVMA

Rose Marie Inojosa, Diretora da Umapaz / SVMA

Luciana Araújo Amorim dos Santos, diretora da Divisão de Controle Ambiental/SVMA

Inspetora Neide de Castro, Coordenadora do Programa de Proteção Ambiental da Guarda Civil Metropolitana Ambiental – GCMAmbiental

Inspetor Paulo Alberto Felipe Maia, Inspetor da GCMAmbiental

Marcelo Pavlenco Rocha, coordenador da ONG SOS Fauna

Dra. Cristina Harumi Adania, coordenadora de Fauna da ONG Associação Mata Ciliar

Livia Botar, presidente da ONG Projeto Mucky

Dra. Angela Maria Branco, coordenadora técnica da ONG Pro-Animal

Jury Seino, Divisão de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA-SP

Antonio Ganme, da Divisão de Proteção Ambiental – IBAMA-SP

Capitao PM Marcelo Robis Francisco Nassaro, Polícia Militar Ambiental

Dr. Jair Barbosa Ortiz, Delegado de Polícia Civil/SP, 7 Delegacia Seccional

Dra. Márcia Janotti, Delegada de Polícia Civil

Inspetor Gilberto Carneiro de Oliveira, GCM - Perus

David Dinhani, CBRAS, Consórcio Brasileiro de Criadores de Silvestres

Stanislaw Szaniecki, CBRAS, Consórcio Brasileiro de Criadores de Silvestres

Ivan Salies, CBRAS, Consórcio Brasileiro de Criadores de Silvestres

Dr. Allan Helber de Oliveira, advogado, Cobrap

Rogério Fugiura, Abrase

Luiz Paulo Amaral, Abrase

Marcos Traad, Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba

Dra. Selma Mandruca, advogada, presidente do GAP-Brasil

Lerner Ribeiro, Prefeito de São Lourenço da Serra

Dr. Eric Slywitch, médico nutrólogo

Marcio Astrini, Greenpeace

Laura da Silva Dias Rahal, Departamento de Merenda Escolar/SME

Cynthia Fonseca, Projeto Anjo dos Cavalos

Dra. Ana Claudia Furlan Mori, Gerente do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ)

José Luiz Nakama, técnico do DSV

Dulce Lutfalla, CET

**Representantes de ONGs, protetores independentes,
funcionários de órgãos públicos e outros cidadãos
que participaram das reuniões da Comissão (*)**

Adriane de Lima Ferrão, Diretoria Regional de Educação de São Miguel
 Agapito Marques, CGM IR-MP
 Alberto Riva, Revista dos Vegetarianos
 Almir Bispo, GCM – ir-pr
 Aloísio Pacini Tostes, Cobrap
 Altina Mabellini, presidente da ONG Tribuna Animal
 Ana Machado, jornalista
 Ana Marcelina Massoni, CCZ
 Andréia Cardoso Heitich, SMS
 Angela Marya Acerbis, Fanfulla
 Antonia de Fátima Pessoa, protetora independente
 Antonio Jose Belo Soares, AjbSoares, Com. Imp. Exp.
 Astrid Rossi Fernandes, voluntária
 Baerli Botteon, ONG APAA
 Braz Anastácio da Silva, Federação Brasileira de Criadores de Pássaros
 Bruna Begliomini, Supreme Master TV
 Carlos Roberto Candella, SGVOS – SMSP
 Carlos Rosolen, ONG PEA
 Carol Mattos, protetora independente
 Carolina Solai, Casa do Papagaio
 Célia Regina Pocker Lopes, ONG APAA
 Charles Santos
 Cida Chaves, protetora independente
 Cíntia Frattini, protetora independente
 Cláudio Casagrande, ONG Vira Lata é Dez
 Cláudio de Campos, Secretaria das Subprefeituras
 Dani Milanez, GCM – IR-IQ
 Deni Lineu Schwartz Filho, Cbras
 Denílson dos Santos Barreto, CGM IR/SM
 Dennys Dorado, Supreme Master TV
 Dimas Munhos Gómez, Grupo de Estudos dos Direitos dos Animais
 Dr. Ângelo Carbone, protetor independente
 Dr. Arquimedes Galano, médico veterinário, CCZ
 Dr. Arthur Barreto, Editor da Revista Clínica Veterinária
 Dr. Carlos Roberto Barreto, Procurador de Justiça, ONG Pró-Animal
 Dr. Jose Naspitz, médico veterinário do CRMV-SP
 Dr. Marcelus Dias Peres, Procurador Federal, Ibama- Ribeirão Preto
 Dr. Vanderson Matos Santana, advogado
 Dra. Conceição Aparecida Gonzalo, médica veterinária do CCZ – Vistoria Zoosanitária
 Dra. Elizabete Aparecida da Silva, médica veterinária do CCZ
 Dra. Fernanda Conde, médica veterinária
 Dra. Hilda Franco, médica veterinária do Depave 3 – Divisão de Fauna
 Lan Hee Suh, Covisa
 Dra. Luciana Hardt Gomes, medica veterinária da Coordenadoria de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde
 Dra. Márcia Plazo, médica veterinária do CCZ – Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos
 Dra. Noemia Tucunduva, médica veterinária do CCZ – Vigilância
 Dra. Rejane Calixto Gonçalves, assessora técnica de Covisa

Dra. Solange Germano, veterinária do CCZ – Vistoria Zoosanitária
 Dra. Sonia Maria Sodré Cardoso, médica veterinária do CCZ – Controle de Animais
 Dra. Vanice Orlandi, presidente da União Internacional Protetora dos Animais (UIPA)
 Edison Cruz, protetor independente
 Edna Antonia da Silva, NGD-Norte, SVMA
 Eduardo Gustavo Sprotte, presidente da Abracino
 Érika Rodrigues, protetora independente
 Eunice Schiavo de Oliveira, Sociedade Jd Promissão
 Fabiana Negrão, Projeto Natureza em Forma
 Fernanda Garcia, projeto Protetor dos Protetores
 Fernando Roberto Sivelli, Ibama-SP
 Fowler Braga Filho, Projeto Focinhos Gelados
 Genny Souza da Silva, Projeto Mucky
 Gereucy Alves Bezerra, GCM / COS / IR-MB
 Gilmar Tavares
 Givago de Oliveira Silva, Projeto Natureza em Forma
 Graciano Amaro, Cbras
 Helena Brasil, SVMA, NGD-Norte
 Iride Adélia Sotsios, Associação Vigilantes da Vida
 Isabel Carballo, Anjos dos Bichos
 Izolina Ribeiro, protetora independente do Esquadrão Pet
 Jaime de Assis
 João Batista Irfani Ielo, Serca, Unifauna
 João Luis Pereira Nascimento, Instituto Pau-Brasil
 Jordânia Porto, ONG Quintal de São Francisco
 Jorge Pereira, adestrador, protetor independente
 José Antonio Rey, Grupo Libertação Animal
 José Edmirson Inojosa, ouvidoria do Metrô
 José Fernandes Lopes, ONG APAA
 Jose Giotto Neto, Aprofem – Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais
 Jose Gustavo Nunes, transportadora Nunes
 Jose Vilmar Fernandes Martines, Cobrap
 Joseli de Souza, assessor do Vereador Juliao / Jundiá – SP
 Juliana Summa, Depave 3, SVMA
 Katherine Mohr, voluntária
 Kelly Cristina Sousa, protetora independente
 Kuriaki Isabele Domingos Kessuane
 Laerte Silvio Traldi, Sindicato dos Médicos Veterinários
 Leon Demis
 Liana Verney, protetora independente
 Lílian Rocca, ONG Libertação Animal
 Lílian Rockenbach, protetora independente, assessora do Deputado Estadual Feliciano Filho
 Lito Fernandez, Projeto Natureza em Forma
 Luiz Scalea, ONG Apasfa
 Maceli Portela Botteon, APAA
 Marcela Gilberto da Silva Paixão, GCM / COL – IR-CT
 Márcia Lima, Projeto OCA – Orientação Ambiental
 Márcia Santos Ferreira, Voluntária da ONG Estimação
 Marco Antonio Ciampi, Arca Brasil
 Marco Antonio De Napoli, protetor independente do Esquadrão Pet
 Marcos Alexandre Gallano, Anilhas Capri
 Darcy Ribeiro Santiago
 Maria de Lourdes Salgado Nóbrega, protetora independente

Maria Helena Cury, protetora independente
Maria Ighes Bittencourt Pavão, SES/CCD
Maria José Baladi de Lima
Maria Luisa Blanco, protetora independente
Maria Teresa Belda, protetora independente
Maria Tereza Kessane, protetora independente
Marici Slavec, protetora independente
Martha Campos, Conseg Campo Belo
Matheus Tamás Junior, Pró-Animal
Mauricio André Vicentin
Mauricio Kanno, Grupo de Estudos de Direitos dos Animais
Mayra Vergotti Ferrigno, Unicamp
Natalia Keiko Yamazaki
Nelson Bertarello
Nelson Ramos de Moares, GCM-Inspetoria Cidade Ademar
Neuza Ventura Nascimento, ABEAC
Nina Rosa Jacob, Instituto Nina Rosa
Paula Cristina Rodrigues da Silva, ONG Cão sem Dono
Paula Leme, ONG Tribuna Animal
Priscila Tessuto, Veddas
Rafael Miranda, ONG Cão sem Dono
Regiane Cristina Francelli, advogada do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal
Regina Claudia Stroebel, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
Renato Bacci Neto, Projeto Natureza em Forma
Renato Severi Costa, Cbras
Renato Leite Vieira
Ricardo Bessa Gonçalves, Casa do Papagaio
Roberto de Oliveira, Sociedade Jd Promissão
Rosane Correa de Oliveira, CCZ
Rosely Espana, Voluntária da ONG Estimação
Rosiani Bonini, protetora independente
Samira Menezes, Revista dos Vegetarianos
Sandra Regina B. Tavares, Centro de Controle de Zoonoses
Sandra Regina Brassioli, CCZ
Sergio Fernandes, representando Helmut Mavell
Sonia Peralli Fonseca, presidente do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal
Soraia Sasso Genova
Susana Claros
Tamara Leite Cortez, Covisa
Tâmara Levai, Veddas
Tiago Lagoa Ferreira, protetor independente
Valdemir Lopes, ABPPP
Vanderson Matos Santana, Associação dos Amigos da Granja Viana
Vereador Julio César de Oliveira, Jundiaí
Victor Ortega, Projeto Natureza em Forma
Vincent Kurt Lo, Ibama/SP
Wilma M. Discini, protetora independente
Yolanda Heller, protetora independente
Zenaide Solai, Movimento Unificação das Religiões e Casa do Papagaio

(*) Os nomes foram retirados das listas de comparecimento; portanto, se algum participante não foi citado, é porque não registrou sua presença.